



CLIPPING INTERNET
03/08/2021 ATÉ 03/10/2021



INDÍCE

1	DESEMBARGADOR	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	INSTITUCIONAL	
	2.1 BLOG MARDEN RAMALHO.....	2
	2.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	3
3	PRESIDÊNCIA	
	3.1 BLOG PAULO ROBERTO.....	4
4	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	5
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	6
	5.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	7
	5.3 BLOG GENIVALDO ABREU.....	8
	5.4 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	9
	5.5 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	10
	5.6 SITE G7 MARANHÃO.....	11
	5.7 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	12
6	SINDJUS	
	6.1 SITE O MARANHENSE.....	13
7	AÇÕES TJMA	
	7.1 BLOG DO VARÃO.....	14
	7.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	15
	7.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	16 17
8	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	8.1 SITE O MARANHENSE.....	18
9	DESEMBARGADOR	
	9.1 BLOG DO MINARD.....	19 20
	9.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	21
	9.3 SITE O MARANHENSE.....	22 23 24
10	INSTITUCIONAL	
	10.1 BLOG DO MINARD.....	25
11	PRESIDÊNCIA	
	11.1 SITE O MARANHENSE.....	26
12	CEMULHER	
	12.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	27
13	DECISÕES	
	13.1 SITE O MARANHENSE.....	28
14	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	14.1 BLOG ROSE CASTRO.....	29
15	AÇÕES TJMA	
	15.1 SITE O MARANHENSE.....	30
16	CEMULHER	
	16.1 BLOG JOEL JACINTO.....	31 32
	16.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	33
17	INSTITUCIONAL	
	17.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	34
18	CEMULHER	
	18.1 SITE O MARANHENSE.....	35
19	DECISÕES	
	19.1 BLOG JOHN CUTRIM.....	36
20	AÇÕES TJMA	
	20.1 BLOG DO MINARD.....	37
	20.2 BLOG MARAMAIS.....	38
	20.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	39
	20.4 SITE O MARANHENSE.....	40
	20.5 SITE SUA CIDADE.....	41
21	CEMULHER	
	21.1 SITE O MARANHENSE.....	42
22	INSTITUCIONAL	
	22.1 BLOG DEFESA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS.....	43
	22.2 SITE O MARANHENSE.....	44
	22.3 SITE PORTAL GUIGUI.....	45
23	DESEMBARGADOR	
	23.1 BLOG DO NETO FERREIRA.....	46
24	INSTITUCIONAL	
	24.1 SITE DEFESA DA ILHA.....	47
25	CEMULHER	

25.1	SITE O MARANHENSE.....	48
26	AÇÕES TJMA	
26.1	SITE MARANHÃO HOJE.....	49
27	CEMULHER	
27.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	50
28	INSTITUCIONAL	
28.1	SITE O ESTADÃO.....	51
29	DESEMBARGADOR	
29.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	52
29.2	SITE O MARANHENSE.....	53
30	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
30.1	SITE O MARANHENSE.....	54
31	DESEMBARGADOR	
31.1	SITE O MARANHENSE.....	55 56
32	INSTITUCIONAL	
32.1	SITE O MARANHENSE.....	57
33	CEMULHER	
33.1	SITE SUA CIDADE.....	58
34	OUVIDORIA	
34.1	SITE O MARANHENSE.....	59
35	PRESIDÊNCIA	
35.1	BLOG ATUAL 7.....	60
36	AÇÕES TJMA	
36.1	SITE O MARANHENSE.....	61
37	CEMULHER	
37.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	62
38	CRECHE - DES. JUDITH PACHECO	
38.1	BLOG ALDIR DANTAS.....	63
39	DESEMBARGADOR	
39.1	SITE MARANHÃO HOJE.....	64
39.2	SITE O MARANHENSE.....	65
40	INSTITUCIONAL	
40.1	SITE PORTAL GUIGUI.....	66
41	OUVIDORIA	
41.1	SITE O MARANHENSE.....	67
42	POSSE	
42.1	SITE O MARANHENSE.....	68
43	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
43.1	SITE O MARANHENSE.....	69
44	DESEMBARGADOR	
44.1	BLOG DIEGO EMIR.....	70
44.2	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	71
44.3	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	72
45	OUVIDORIA	
45.1	SITE IMIRANTE.COM.....	73
45.2	SITE O MARANHENSE.....	74
46	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
46.1	BLOG DO MINARD.....	75
47	DESEMBARGADOR	
47.1	BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	76
48	OBRAS / REFORMAS	
48.1	BLOG JAILSON MENDES.....	77
49	POSSE	
49.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	78
49.2	SITE O MARANHENSE.....	79 80
50	PRECATÓRIOS	
50.1	BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	81
50.2	SITE MARANHÃO HOJE.....	82
50.3	SITE O MARANHENSE.....	83
51	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
51.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	84
52	EVENTOS	
52.1	SITE O MARANHENSE.....	85
53	PLANTÃO NO TJMA	
53.1	SITE O MARANHENSE.....	86
54	PRESIDÊNCIA	
54.1	SITE O MARANHENSE.....	87 88
55	AÇÕES TJMA	
55.1	BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	89
55.2	BLOG DO VALMIR ARAUJO.....	90
56	DECISÕES	
56.1	BLOG FILIPE MOTA.....	91

57	INSTITUCIONAL	
	57.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	92
58	PRESIDÊNCIA	
	58.1 BLOG JAILSON MENDES.....	93
59	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	59.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	94
60	AÇÕES TJMA	
	60.1 SITE O MARANHENSE.....	95
61	DESEMBARGADOR	
	61.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	96
	61.2 SITE O MARANHENSE.....	97 98
62	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	62.1 SITE O MARANHENSE.....	99
63	AÇÕES TJMA	
	63.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	100
64	INSTITUCIONAL	
	64.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	101 102
65	PRESIDÊNCIA	
	65.1 SITE O MARANHENSE.....	103
66	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	66.1 SITE O MARANHENSE.....	104
67	DECISÕES	
	67.1 BLOG ATUAL 7.....	105
	67.2 BLOG JO FERNANDES.....	106
	67.3 SITE O MARANHENSE.....	107
68	DESEMBARGADOR	
	68.1 BLOG O MAIOR DO MUNDO.....	108
	68.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	109
	68.3 SITE O MARANHENSE.....	110
69	INSTITUCIONAL	
	69.1 BLOG DO MINARD.....	111
	69.2 BLOG MÁRCIO HENRIQUE.....	112
	69.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	113
70	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	70.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	114
71	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	71.1 SITE TV GUARÁ.COM.....	115
72	DECISÕES	
	72.1 SITE TV GUARÁ.COM.....	116
73	INSTITUCIONAL	
	73.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	117
74	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	74.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	118
75	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
	75.1 BLOG DO NETO FERREIRA.....	119
76	INSTITUCIONAL	
	76.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	120
77	PLANTÃO NO TJMA	
	77.1 SITE O MARANHENSE.....	121
78	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	78.1 SITE O MARANHENSE.....	122
79	PRESIDÊNCIA	
	79.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	123
	79.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	124
	79.3 BLOG PAULO ROBERTO.....	125
	79.4 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	126
	79.5 SITE MARANHÃO HOJE.....	127
	79.6 SITE O MARANHENSE.....	128
80	DECISÕES	
	80.1 BLOG ANTONIO AMARAL.....	129
81	DESEMBARGADOR	
	81.1 BLOG DO REGINALDO CAZUMBA.....	130 131
	81.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	132
82	PRESIDÊNCIA	
	82.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	133
83	SEGURANÇA	
	83.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	134
84	CEMULHER	
	84.1 SITE O MARANHENSE.....	135
85	DECISÕES	
	85.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	136
86	DESEMBARGADOR	

86.1	SITE PORTAL GUIGUI.....	137
87	INSTITUCIONAL	
87.1	SITE O MARANHENSE.....	138
88	PRESIDÊNCIA	
88.1	SITE O MARANHENSE.....	139
89	CEMULHER	
89.1	SITE O MARANHENSE.....	140
90	DESEMBARGADOR	
90.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	141
91	AÇÕES TJMA	
91.1	SITE MARANHÃO HOJE.....	142
92	CNJ	
92.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	143
93	DECISÕES	
93.1	SITE O MARANHENSE.....	144
94	PRESIDÊNCIA	
94.1	BLOG DO MINARD.....	145
94.2	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	146
95	DECISÕES	
95.1	BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	147
95.2	BLOG ATUAL 7.....	148
95.3	BLOG CARLOS BARROSO.....	149
95.4	BLOG DO LINHARES.....	150
95.5	BLOG TRIBUNA98.....	151
96	POSSE	
96.1	SITE O MARANHENSE.....	152
97	CNJ	
97.1	SITE CNJ.....	153
98	EVENTOS	
98.1	BLOG DO REGINALDO CAZUMBA.....	154
99	INSTITUCIONAL	
99.1	BLOG TRIBUNA98.....	155
99.2	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	156
100	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
100.1	SITE G1 MARANHÃO.....	157
100.2	SITE IMIRANTE.COM.....	158
100.3	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	159
100.4	SITE MA 10.....	160
101	PRESIDÊNCIA	
101.1	SITE O MARANHENSE.....	161
101.2	BLOG DO MINARD.....	162
102	AÇÕES TJMA	
102.1	BLOG GENIVALDO ABREU.....	163
103	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
103.1	MARANHÃO MEU TORRÃO.....	164
104	CEMULHER	
104.1	BLOG DO MELQUIADES GOMES.....	165
105	DESEMBARGADOR	
105.1	BLOG DANIEL MATOS.....	166
106	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
106.1	SITE MA 10.....	167
106.2	SITE O MARANHENSE.....	168
107	PRECATÓRIOS	
107.1	BLOG CELSO ALMEIDA.....	169
107.2	BLOG GILBERTO LEDA.....	170
108	CEMULHER	
108.1	BLOG JOEL JACINTO.....	171
109	EVENTOS	
109.1	BLOG JOÃO FILHO.....	172
110	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
110.1	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	173
111	PRECATÓRIOS	
111.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	174
112	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
112.1	BLOG CRISTIANA FRANÇA.....	175
113	DESEMBARGADOR	
113.1	BLOG ATUAL 7.....	176
114	INSTITUCIONAL	
114.1	SITE MARANHÃO HOJE.....	177
114.2	SITE O MARANHENSE.....	178
115	AÇÕES TJMA	
115.1	BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	179

116	DECISÕES	
	116.1 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	180
	116.2 BLOG DO NETO FERREIRA.....	181 182
117	AÇÕES TJMA	
	117.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	183
	117.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	184
	117.3 BLOG HORA EXTRA.....	185
	117.4 BLOG MINUTO BARRA.....	186
	117.5 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	187
118	DESEMBARGADOR	
	118.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	188
119	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	119.1 SITE O MARANHENSE.....	189 190
120	AÇÕES TJMA	
	120.1 SITE O MARANHENSE.....	191
	120.2 BLOG ANTONIO AMARAL.....	192
	120.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	193
	120.4 MARANHÃO MEU TORRÃO.....	194
	120.5 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....	195
121	CEMULHER	
	121.1 SITE TV GUARÁ.COM.....	196
122	AÇÕES TJMA	
	122.1 SITE CNJ.....	197
123	CEMULHER	
	123.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	198
124	DECISÕES	
	124.1 BLOG ATUAL 7.....	199
125	AÇÕES TJMA	
	125.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	200
126	CEMULHER	
	126.1 BLOG ROSE CASTRO.....	201
	126.2 SITE JORNAL PEQUENO.....	202
	126.3 SITE MARANHÃO HOJE.....	203
	126.4 SITE O MARANHENSE.....	204
127	DESEMBARGADOR	
	127.1 BLOG ANTONIO AMARAL.....	205
	127.2 BLOG DO MINARD.....	206
	127.3 SITE MARANHÃO HOJE.....	207 208
	127.4 SITE O MARANHENSE.....	209
128	PRESIDÊNCIA	
	128.1 BLOG DO MINARD.....	210
	128.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	211
	128.3 MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.....	212
	128.4 SITE O MARANHENSE.....	213 214
	128.5 SITE O PROGRESSO.....	215
129	AÇÕES TJMA	
	129.1 SITE G7 MARANHÃO.....	216
130	CEMULHER	
	130.1 SITE O MARANHENSE.....	217
131	DESEMBARGADOR	
	131.1 BLOG ATUAL 7.....	218
132	INSTITUCIONAL	
	132.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	219
	132.2 SITE PORTAL GUIGUI.....	220
133	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	133.1 SITE O MARANHENSE.....	221
134	SERVIDOR PÚBLICO	
	134.1 SITE MEIO NORTE.....	222
135	AÇÕES TJMA	
	135.1 SITE O MARANHENSE.....	223
136	CENTRO DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE FAMÍLIA	
	136.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	224
137	INSTITUCIONAL	
	137.1 SITE NOCA.....	225
	137.2 SITE PORTAL GUANARÉ.....	226
138	PRESIDÊNCIA	
	138.1 SITE O MARANHENSE.....	227
	138.2 SITE PREFEITURA DE SÃO LUÍS.....	228
139	DESEMBARGADOR	
	139.1 SITE O MARANHENSE.....	229
140	PRESIDÊNCIA	
	140.1 BLOG PAULO ROBERTO.....	230

140.2	MARANHÃO MEU TORRÃO.....	231
140.3	SITE O MARANHENSE.....	232
141	AÇÕES TJMA	
141.1	SITE SUA CIDADE.....	233 234
142	PRESIDÊNCIA	
142.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	235
142.2	SITE O MARANHENSE.....	236
143	DESEMBARGADOR	
143.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	237
144	PRESIDÊNCIA	
144.1	SITE JORNAL PEQUENO.....	238
145	PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
145.1	PORTAL VARADA.COM.....	239
146	AÇÕES TJMA	
146.1	PORTAL VARADA.COM.....	240
146.2	SITE ATOS E FATOS.....	241
146.3	SITE IMIRANTE.COM.....	242
146.4	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	243
146.5	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	244
146.6	SITE O MARANHENSE.....	245
147	DECISÕES	
147.1	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	246 247
148	DESEMBARGADOR	
148.1	SITE O PROGRESSO.....	248
149	INSTITUCIONAL	
149.1	SITE O MARANHENSE.....	249
150	PRESIDÊNCIA	
150.1	BLOG BARRA DO CORDA NEWS.....	250
151	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
151.1	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO - DPE MA.....	251
151.2	SITE ANADEP.....	252
152	AÇÕES TJMA	
152.1	SITE IMIRANTE.COM.....	253
153	DECISÕES	
153.1	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	254
153.2	BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	255
153.3	BLOG O JORNALEIRO.....	256
153.4	BLOG ROSE CASTRO.....	257
153.5	DIÁRIO DO PODER.....	258
153.6	SITE SUA CIDADE.....	259
154	PRESIDÊNCIA	
154.1	BLOG DO MINARD.....	260
154.2	BLOG O CUBO.....	261
154.3	SITE O MARANHENSE.....	262
155	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
155.1	BLOG DO ACÉLIO.....	263
156	AÇÕES TJMA	
156.1	SITE G7 MARANHÃO.....	264
157	DECISÕES	
157.1	SITE G7 MARANHÃO.....	265
158	PRESIDÊNCIA	
158.1	BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	266
158.2	SITE O MARANHENSE.....	267
158.3	SITE O PROGRESSO.....	268
159	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
159.1	BLOG DO ACÉLIO.....	269
160	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
160.1	BLOG ALDIR DANTAS.....	270
161	INSTITUCIONAL	
161.1	SITE O MARANHENSE.....	271
162	PLANTÃO NO TJMA	
162.1	SITE O MARANHENSE.....	272
163	INSTITUCIONAL	
163.1	SITE O MARANHENSE.....	273
163.2	BLOG MARDEN RAMALHO.....	274
163.3	SITE IMIRANTE.COM.....	275
164	PRESIDÊNCIA	
164.1	SITE MARANHÃO HOJE.....	276
165	CONVÊNIO	
165.1	SITE SUA CIDADE.....	277
166	DECISÕES	
166.1	SITE JORNAL FLORIPA.....	278

167	ESMAM	
	167.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	279
168	INSTITUCIONAL	
	168.1 BLOG WANDERSON RICARDO.....	280
169	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	169.1 BLOG DIEGO EMIR.....	281
	169.2 MARANHÃO MEU TORRÃO.....	282
170	PRESIDÊNCIA	
	170.1 BLOG ISAIÁS ROCHA.....	283
	170.2 BLOG MARRAPÁ.....	284
	170.3 BLOG PAULO ROBERTO.....	285
	170.4 BLOG ROSE CASTRO.....	286
	170.5 SITE IMIRANTE.COM.....	287
	170.6 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....	288
	170.7 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	289
	170.8 SITE JORNAL PEQUENO.....	290
	170.9 SITE MA 10.....	291
	170.10 SITE O MARANHENSE.....	292
	170.11 SITE SUA CIDADE.....	293
171	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	171.1 BLOG DO MINARD.....	294
	171.2 BLOG RIQUINHA.....	295
	171.3 SITE MARANHÃO HOJE.....	296
	171.4 SITE PORTAL CN1.....	297
172	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	172.1 SITE ICURURUPU.....	298
173	INSTITUCIONAL	
	173.1 SITE O MARANHENSE.....	299
174	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	174.1 BLOG DALVANA MENDES.....	300
	174.2 BLOG DO LEONARDO ALVES.....	301
	174.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	302
	174.4 BLOG MÁRCIO HENRIQUE.....	303
175	AÇÕES TJMA	
	175.1 BLOG DO REGINALDO CAZUMBA.....	304
176	INSTITUCIONAL	
	176.1 SITE O MARANHENSE.....	305
177	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	177.1 SITE G1 MARANHÃO.....	306
178	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	178.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	307
179	AÇÕES TJMA	
	179.1 SITE O MARANHENSE.....	308
180	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	180.1 PORTAL MA98.....	309
	180.2 SITE O MARANHENSE.....	310
181	CNJ	
	181.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	311

Prazo para adesão ao Selo Unicef termina neste domingo 8

Os municípios maranhenses têm até o domingo (8) para assumirem o compromisso com o pacto pela infância, por meio da adesão à estratégia Selo Unicef - edição 2021-2024. A iniciativa liderada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) visa promover uma agenda municipal em que os direitos de crianças e adolescentes sejam prioridade absoluta. Prefeitos e prefeitas têm o prazo até o dia 8 de agosto para realizar a adesão (www.selounicef.org.br/adesao).

Ensino remoto, evasão escolar, cobertura vacinal e saúde mental são alguns dos desafios que os municípios enfrentam para garantir políticas públicas para crianças e adolescentes, situação agravada com a pandemia da Covid-19. Por isso, o Selo Unicef busca fortalecer a atuação das gestões municipais nesses e em muitos outros desafios. Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas em áreas centrais para a realização e a garantia dos direitos de meninas e meninos em cada município, o Selo Unicef traz impactos concretos e de longo prazo.

No Maranhão, a implementação do Selo Unicef acontece há 16 anos e, nesta edição, é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, Instituto Formação, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef em São Luís, a expectativa para esta edição do Selo Unicef (2021-2024) é de que o Maranhão supere os resultados alcançados na edição passada, que teve 56 municípios maranhenses certificados. "Terminamos a edição anterior com o engajamento ativo de quase 170 municípios. Dessa vez, esperamos um número maior de municípios participantes e certificados. Obviamente, para que isso aconteça, o compromisso do Unicef e a expectativa com todos os parceiros é de melhorar os indicadores básicos de saúde, educação e assistência social no estado do Maranhão, especialmente agora, relativos aos impactos diretos e indiretos da Covid-19 em populações vulneráveis", afirma Ofélia Silva.

Até o momento, 164 cidades já aderiram ao Selo Unicef no Maranhão. A adesão é feita pelos prefeitos e prefeitas dos municípios, com acompanhamento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, em um processo de forma online, pelo site www.selounicef.org.br/

Articulação entre Governo do Estado e prefeituras

Na ocasião do lançamento desta nova edição do Selo Unicef no Maranhão, o governador Flávio Dino reforçou o apoio do Governo do Estado à estratégia. "Essa é uma articulação do Governo do Estado com as prefeituras, que no ciclo anterior resultou no fato do Maranhão ter um dos melhores desempenhos do Brasil, o melhor da Amazônia. Isso faz com que nós tenhamos muita motivação em acreditar que esses investimentos realizados pelo Estado e pelos municípios vão continuar a produzir efeitos, e, por essa razão, nesse novo ciclo do Selo Unicef nós estamos ampliando o apoio a essa instituição internacional, a fim de que o Unicef tenha no nosso estado os mecanismos, instrumentos, a capacidade de apoiar mais fortemente as ações dos municípios, a fim de

que tenhamos maior engajamento e grande sucesso", declarou o governador.

O secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo Unicef, Marcos Pacheco, chamou a atenção para o fim do prazo de adesão dos municípios e para os ganhos que as gestões municipais terão com a obtenção da certificação. "Só temos esta semana para fazer a adesão e colocar à disposição destas pastas do município essa ferramenta de forma gratuita, sem nenhum ônus, mas com ganhos reais ao final dos ciclos de capacitação dos técnicos municipais. Lembrando, ainda que os resultados podem valer uma Certificação de Qualidade da Gestão", pontuou.

O presidente da Famem, Erlanio Xavier, destacou a importância da certificação e disse que a entidade municipalista tem incentivado e auxiliado os municípios a aderirem à iniciativa. "O Selo é um incentivo para que os municípios ampliem suas políticas sociais, contribuindo para que crianças, adolescentes e suas famílias sejam protegidas socialmente e tenham acesso pleno aos seus direitos fundamentais. Por isso, a Famem é parceira do Unicef na execução do Selo e tem estimulado e prestado assessoria a todos os municípios para que estes venham a aderir a essa importante certificação", destacou o presidente da Famem, Erlanio Xavier.

Adesões

O processo para adesão do Selo Unicef deve ser realizado exclusivamente pelo site www.selounicef.org.br. O prefeito ou prefeita, ou uma pessoa de confiança, deve preencher um formulário com informações do prefeito(a); vice-prefeito(a); secretário(a) municipal de Assistência Social, de Educação e de Saúde; presidente do CMDCA e Articulador(a) do Selo Unicef e Mobilizador(a) de Adolescentes escolhidos(as) pelo prefeito(a).

OAB MARANHÃO REQUER RETORNO DE FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO AO SEU HORÁRIO NORMAL, DAS 08 ÀS 18H

O presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, acompanhado do diretor-tesoureiro, Kaio Saraiva, e do presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas dos Advogados, Gustavo Mamede, esteve reunido com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo, momento em que apresentou fundamentos que evidenciam a necessidade urgente de retorno do funcionamento do Poder Judiciário no horário compreendido entre as 08:00 e as 18:00 horas.

Na reunião os representantes da OAB Maranhão destacaram, dentre outros fundamentos, que a evolução do quadro pandêmico de maneira positiva, com redução da taxa de contaminação e de ocupação de leitos dos hospitais, somada a existência de enorme demanda reprimida de atendimento presencial por conta da pandemia, indicam a necessidade urgente de que seja restabelecido o funcionamento pleno do judiciário maranhense no horário compreendido entre as 8h (oito horas) e 18h (dezoito horas).

Hoje, conforme estabelecido na Portaria-GP - 5412021 e na Resolução-GP 22021, às unidades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário retornarão ao atendimento 100% presencial, das 8h (oito horas) às 15h (quinze horas), inclusive protocolo físico, com atendimento ao público das 8h (oito horas) às 13h (treze horas). O plantão judicial tem início às 15h (quinze horas).

Ao final da reunião ficou ajustado que a OAB Maranhão encaminhará requerimento ao Tribunal de Justiça para que o tema seja apreciado pelo pleno da corte, ocasião em que os fundamentos poderão ser apresentados a todos os membros do colegiado.

PERGENTINO HOLANDA

O CORREGEDOR-GERAL da Justiça, desembargador Paulo Velten, atual Presidente do Colégio de Corregedores Gerais dos Tribunais do Brasil, recebeu, na última sexta-feira, a visita de um velho amigo: o capitão de Mar e Guerra Márcio Dutra, que esteve revendo os muitos amigos que fez em São Luís. Hoje, Paulo Velten será o palestrante da 15ª Sessão Extraordinária do IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros, ocasião em que serão empossados os maranhenses Bruno Anderson Lima Costa, Hugo Assis Passos, Julio Vinicius Guerra Nagem (in memorian), Marcus Vinicius Bacellar Romano e Tayssa Simone de Paiva Mohana Pinheiro. A solenidade será transmitida, ao vivo, a partir das 18h, no canal YouTube/TVIAB. Vale destacar que Daniel Blume e Thiago Brhanner também são membros do IAB

No momento do retorno às aulas, o UNICEF e a UNDIME reforçam a Busca Ativa Escolar de crianças excluídas das escolas pela covid-19 no Maranhão

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-MA), buscam agora, em diálogo com os 217 municípios do Estado, reforçar a importância do retorno seguro às aulas e realizar a Busca Ativa Escolar, identificando crianças e adolescentes que não tiveram acesso ao processo de aprendizagem durante a pandemia ou que já se encontravam fora da escola antes dela acontecer.

Neste sentido, aconteceu no último dia 29 e 30 de julho, o XVIII Fórum Estadual da União dos Dirigentes Municipais de Educação Seccional/Ma (UNDIME-MA), com o objetivo de fortalecer a parceria junto ao órgão na garantia de políticas educacionais no estado. Durante a ação, a estratégia da Busca Ativa Escolar (BAE), criada pelo UNICEF e UNDIME, foi apresentada como uma metodologia social e tecnológica que tem sido disponibilizada para estados e municípios, com atenção ao cenário da pandemia da Covid-19.

Os municípios que aderiram a BAE já passaram por mobilização e formação das equipes municipais para a Busca Ativa Escolar e agora estão no processo de implementação efetiva da estratégia que consiste na identificação e registro de crianças e adolescentes que não se mantiveram aprendendo durante a pandemia, ou que já estavam excluídos da escola antes dela; encaminhamento dos casos para os serviços da rede de proteção; condição para que crianças voltem a escola, rematrícula e acompanhamento.

A adesão a BAE já atingiu 100% dos 217 municípios do Estado do Maranhão e mais de 70% dos secretários de educação que iniciaram sua gestão em 2021 já se beneficiam da estratégia. Com o advento da pandemia, as gestões tiveram que se adaptar ao cenário na busca constante por engajar crianças e adolescentes à nova rotina.

Por esse motivo, há uma atenção para o reforço a reabertura segura das escolas compreendendo a necessidade de um retorno gradual e planejado em formatos disponíveis para este momento. O formato híbrido permite ao aluno estar inserido nos espaços da escola e de modo remoto com auxílio das plataformas digitais.

“Estamos em um período no qual práticas, que já eram habituais, se tornaram ainda mais desafiadoras. Nesse contexto completamente novo, compreendemos a necessidade de oferecer aos gestores da educação um planejamento sistemático para uma reabertura em segurança das escolas, com o apoio da estratégia Busca Ativa Escolar. O UNICEF incentiva que a reabertura ocorra com a devida preparação orientada por protocolos sanitários. A BAE soma-se a esse esforço, para que possamos buscar crianças e adolescentes afetados negativamente por este cenário”, reforça a chefe do escritório do Unicef em São Luís, Ofélia Silva.

O Fórum foi uma oportunidade para dialogar com o UNICEF e os demais parceiros que implementam a Busca Ativa Escolar nos municípios. Para o presidente da UNIME/MA, Marcony Pinheiro, o momento foi importante para reforçar a estratégia com o UNICEF e avançar com as atividades.

“Estivemos reunidos com todos os secretários de educação dos 217 municípios do estado do Maranhão, além

dos técnicos das secretarias. A UNDIME tem fortalecido a educação municipal e avançado junto a Busca Ativa Escolar em 2021. A BAE saiu de dentro das Secretarias de Educação e foi, de fato, desenvolver ações articuladas com equipes para buscar o aluno em casa, com um diálogo junto as famílias”, acrescenta.

A BAE é parte importante do Selo UNICEF

A nova edição do Selo UNICEF, lançada em junho, requer que os municípios implementem a Busca Ativa Escolar. Todos os municípios do Maranhão já são parte da BAE. Agora, pelo Selo UNICEF, poderão receber ainda mais apoio para melhorar a busca de crianças e adolescentes excluídos por diferentes motivos, incluindo os impactos diretos e indiretos da covid-19.

Para fazer parte do Selo UNICEF, os gestores(as) municipais devem fazer sua adesão até o dia 8 de agosto, no site www.selounicef.org.br. Lançada no dia 21 de julho, a atual edição do Selo UNICEF no Estado é uma ação articulada com o Governo do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Ministério Público do Maranhão e outros parceiros. O evento aconteceu no Palácio dos Leões, com transmissão ao vivo no canal do Governo do Estado do Maranhão, no YouTube: youtube.com/GovernoMA.

O Selo UNICEF é uma iniciativa que visa, por meio de ações articuladas e intersetoriais, colocar os direitos de crianças e adolescentes no centro da agenda municipal. No Maranhão, a implementação do Selo UNICEF acontece há 16 anos e, nesta edição, definiu-se como prioridade o apoio à mitigação dos impactos da covid19 na vida de crianças e adolescentes. Os municípios e interessados podem obter mais informações sobre o Selo UNICEF contatando a equipe do Instituto Formação, parceiro técnico do UNICEF no Maranhão, através do número (98) 97000-2765.

Em parceria com várias entidades, Famem vai qualificar quadros técnicos para melhorar eficácia da gestão

Famem.
A Famem vai promover cursos profissionalizando de formação de servidores municipais em áreas da gestão municipal.

Em ofício dirigido ao secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão, o presidente da Famem, Erlanio Xavier, solicitou apoio da entidade para a realização dos cursos, em caráter gratuito para os alunos.

O foco do curso será os processos de aquisição de bens e serviços; e de planejamento. Os certificados serão emitidos no final do curso aos alunos que obtiverem aprovação em avaliações presenciais.

“Frequentemente chegam à Famem solicitação dos associados sobre a oferta de cursos de formação de equipes de servidores da gestão municipal. Há dificuldades em aferir principalmente as equipes de licitação de maneira corriqueira apresentam certificação de instituições desconhecidas às administrações”, ressaltou o presidente da Famem.

No entendimento do prefeito de Igarapé Grande e presidente da entidade municipalista no Maranhão, a falta de qualificação das equipes comprometem a qualidade da gestão e dos serviços oferecidos. “Muitas das vezes a falta de conhecimento de equipes enredam os prefeitos em casos de improbidade administrativa de forma totalmente involuntária”, afirma Erlanio Xavier.

A capacitação das equipes será feita em parceria com instituições de idoneidade reconhecida como o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do Estado do Maranhão, Controladoria Geral da União e TCU-MA.

Prazo para adesão ao Selo Unicef termina neste domingo (8)

Os municípios maranhenses têm até o domingo (8) para assumirem o compromisso com o pacto pela infância, por meio da adesão à estratégia Selo Unicef – edição 2021-2024. A iniciativa liderada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) visa promover uma agenda municipal em que os direitos de crianças e adolescentes sejam prioridade absoluta. Prefeitos e prefeitas têm o prazo até o dia 8 de agosto para realizar a adesão (www.selounicef.org.br/adesao).

Ensino remoto, evasão escolar, cobertura vacinal e saúde mental são alguns dos desafios que os municípios enfrentam para garantir políticas públicas para crianças e adolescentes, situação agravada com a pandemia da Covid-19. Por isso, o Selo Unicef busca fortalecer a atuação das gestões municipais nesses e em muitos outros desafios. Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas em áreas centrais para a realização e a garantia dos direitos de meninas e meninos em cada município, o Selo Unicef traz impactos concretos e de longo prazo.

No Maranhão, a implementação do Selo Unicef acontece há 16 anos e, nesta edição, é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, Instituto Formação, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef em São Luís, a expectativa para esta edição do Selo Unicef (2021-2024) é de que o Maranhão supere os resultados alcançados na edição passada, que teve 56 municípios maranhenses certificados. “Terminamos a edição anterior com o engajamento ativo de quase 170 municípios. Dessa vez, esperamos um número maior de municípios participantes e certificados. Obviamente, para que isso aconteça, o compromisso do Unicef e a expectativa com todos os parceiros é de melhorar os indicadores básicos de saúde, educação e assistência social no estado do Maranhão, especialmente agora, relativos aos impactos diretos e indiretos da Covid-19 em populações vulneráveis”, afirma Ofélia Silva.

Até o momento, 164 cidades já aderiram ao Selo Unicef no Maranhão. A adesão é feita pelos prefeitos e prefeitas dos municípios, com acompanhamento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, em um processo de forma online, pelo site www.selounicef.org.br/

Articulação entre Governo do Estado e prefeituras

Na ocasião do lançamento desta nova edição do Selo Unicef no Maranhão, o governador Flávio Dino reforçou o apoio do Governo do Estado à estratégia. “Essa é uma articulação do Governo do Estado com as prefeituras, que no ciclo anterior resultou no fato do Maranhão ter um dos melhores desempenhos do Brasil, o melhor da Amazônia. Isso faz com que nós tenhamos muita motivação em acreditar que esses investimentos realizados pelo Estado e pelos municípios vão continuar a produzir efeitos, e, por essa razão, nesse novo ciclo do Selo Unicef nós estamos ampliando o apoio a essa instituição internacional, a fim de que o Unicef tenha no nosso estado os mecanismos, instrumentos, a capacidade de apoiar mais fortemente as ações dos municípios, a fim de que tenhamos maior engajamento e grande sucesso”, declarou o governador.

O secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo Unicef, Marcos Pacheco, chamou a

atenção para o fim do prazo de adesão dos municípios e para os ganhos que as gestões municipais terão com a obtenção da certificação. “Só temos esta semana para fazer a adesão e colocar à disposição destas pastas do município essa ferramenta de forma gratuita, sem nenhum ônus, mas com ganhos reais ao final dos ciclos de capacitação dos técnicos municipais. Lembrando, ainda que os resultados podem valer uma Certificação de Qualidade da Gestão”, pontuou.

O presidente da Famem, Erlanio Xavier, destacou a importância da certificação e disse que a entidade municipalista tem incentivado e auxiliado os municípios a aderirem à iniciativa. “O Selo é um incentivo para que os municípios ampliem suas políticas sociais, contribuindo para que crianças, adolescentes e suas famílias sejam protegidas socialmente e tenham acesso pleno aos seus direitos fundamentais. Por isso, a Famem é parceira do Unicef na execução do Selo e tem estimulado e prestado assessoria a todos os municípios para que estes venham a aderir a essa importante certificação”, destacou o presidente da Famem, Erlanio Xavier.

Adesões

O processo para adesão do Selo Unicef deve ser realizado exclusivamente pelo site www.selounicef.org.br. O prefeito ou prefeita, ou uma pessoa de confiança, deve preencher um formulário com informações do prefeito(a); vice-prefeito(a); secretário(a) municipal de Assistência Social, de Educação e de Saúde; presidente do CMDCA e Articulador(a) do Selo Unicef e Mobilizador(a) de Adolescentes escolhidos(as) pelo prefeito(a).

Em parceria com várias entidades, Famem vai qualificar quadros técnicos para melhorar eficácia da gestão

A Famem vai promover cursos profissionalizando de formação de servidores municipais em áreas da gestão municipal.

Em ofício dirigido ao secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão, o presidente da Famem, Erlanio Xavier, solicitou apoio da entidade para a realização dos cursos, em caráter gratuito para os alunos.

O foco do curso será os processos de aquisição de bens e serviços; e de planejamento. Os certificados serão emitidos no final do curso aos alunos que obtiverem aprovação em avaliações presenciais.

"Frequentemente chegam à Famem solicitação dos associados sobre a oferta de cursos de formação de equipes de servidores da gestão municipal. Há dificuldades em aferir principalmente as equipes de licitação de maneira corriqueira apresentam certificação de instituições desconhecidas às administrações", ressaltou o presidente da Famem.

No entendimento do prefeito de Igarapé Grande e presidente da entidade municipalista no Maranhão, a falta de qualificação das equipes comprometem a qualidade da gestão e dos serviços oferecidos.

"Muitas das vezes a falta de conhecimento de equipes enredam os prefeitos em casos de improbidade administrativa de forma totalmente involuntária", afirma Erlanio Xavier.

A capacitação das equipes será feita em parceria com instituições de idoneidade reconhecida como o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do Estado do Maranhão, Controladoria Geral da União e TCU-MA.

Maiores esclarecimentos sobre os cursos de capacitação que ocorrerão de forma itinerante, devem ser solicitadas ao secretário executivo da Famem, Marcelo Freitas, ou por meio dos telefones (98) 2109-5416 / 98818-9338.

Famem vai qualificar quadros técnicos para melhorar eficácia da gestão

A Famem vai promover cursos profissionalizando de formação de servidores municipais em áreas da gestão municipal.

Em ofício dirigido ao secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão, o presidente da Famem, Erlanio Xavier, solicitou apoio da entidade para a realização dos cursos, em caráter gratuito para os alunos.

O foco do curso será os processos de aquisição de bens e serviços; e de planejamento. Os certificados serão emitidos no final do curso aos alunos que obtiverem aprovação em avaliações presenciais.

“Frequentemente chegam à Famem solicitação dos associados sobre a oferta de cursos de formação de equipes de servidores da gestão municipal. Há dificuldades em aferir principalmente as equipes de licitação de maneira corriqueira apresentam certificação de instituições desconhecidas às administrações”, ressaltou o presidente da Famem.

No entendimento do prefeito de Igarapé Grande e presidente da entidade municipalista no Maranhão, a falta de qualificação das equipes comprometem a qualidade da gestão e dos serviços oferecidos.

“Muitas das vezes a falta de conhecimento de equipes enredam os prefeitos em casos de improbidade administrativa de forma totalmente involuntária”, afirma Erlanio Xavier.

A capacitação das equipes será feita em parceria com instituições de idoneidade reconhecida como o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do Estado do Maranhão, Controladoria Geral da União e TCU-MA.

Maiores esclarecimentos sobre os cursos de capacitação que ocorrerão de forma itinerante, devem ser solicitadas ao secretário executivo da Famem, Marcelo Freitas, ou por meio dos telefones (98) 2109-5416 / 98818-9338.

Em parceria com várias entidades, Famem vai qualificar quadros técnicos para melhorar eficácia da gestão

A Famem vai promover cursos profissionalizando de formação de servidores municipais em áreas da gestão municipal.

Em ofício dirigido ao secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão, o presidente da Famem, Erlanio Xavier, solicitou apoio da entidade para a realização dos cursos, em caráter gratuito para os alunos.

O foco do curso será os processos de aquisição de bens e serviços; e de planejamento. Os certificados serão emitidos no final do curso aos alunos que obtiverem aprovação em avaliações presenciais.

“Frequentemente chegam à Famem solicitação dos associados sobre a oferta de cursos de formação de equipes de servidores da gestão municipal. Há dificuldades em aferir principalmente as equipes de licitação de maneira corriqueira apresentam certificação de instituições desconhecidas às administrações”, ressaltou o presidente da Famem.

No entendimento do prefeito de Igarapé Grande e presidente da entidade municipalista no Maranhão, a falta de qualificação das equipes comprometem a qualidade da gestão e dos serviços oferecidos.

“Muitas das vezes a falta de conhecimento de equipes enredam os prefeitos em casos de improbidade administrativa de forma totalmente involuntária”, afirma Erlanio Xavier.

A capacitação das equipes será feita em parceria com instituições de idoneidade reconhecida como o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do Estado do Maranhão, Controladoria Geral da União e TCU-MA.

Maiores esclarecimentos sobre os cursos de capacitação que ocorrerão de forma itinerante, devem ser solicitadas ao secretário executivo da Famem, Marcelo Freitas, ou por meio dos telefones (98) 2109-5416 / 98818-9338.

FacebookTwitterInstagram

Famem vai qualificar quadros técnicos para melhorar eficácia da gestão

A ação de capacitação será realizada em parceria com várias entidades

Foto de João Filho João Filho 18 horas atrás 0 1 minuto lido

A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) vai promover cursos profissionalizantes de formação de servidores municipais em áreas da gestão municipal.

Em ofício dirigido ao secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão, o presidente da Famem, Erlanio Xavier, solicitou apoio da entidade para a realização dos cursos, em caráter gratuito para os alunos.

O foco do curso será os processos de aquisição de bens e serviços; e de planejamento. Os certificados serão emitidos no final do curso aos alunos que obtiverem aprovação em avaliações presenciais.

“Frequentemente chegam à Famem solicitação dos associados sobre a oferta de cursos de formação de equipes de servidores da gestão municipal. Há dificuldades em aferir principalmente as equipes de licitação de maneira corriqueira apresentam certificação de instituições desconhecidas às administrações”, ressaltou o presidente da Famem.

No entendimento do prefeito de Igarapé Grande e presidente da entidade municipalista no Maranhão, a falta de qualificação das equipes comprometem a qualidade da gestão e dos serviços oferecidos.

“Muitas das vezes a falta de conhecimento de equipes enredam os prefeitos em casos de improbidade administrativa de forma totalmente involuntária”, afirma Erlanio Xavier.

A capacitação das equipes será feita em parceria com instituições de idoneidade reconhecida como o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do Estado do Maranhão, Controladoria Geral da União e TCU-MA.

Maiores esclarecimentos sobre os cursos de capacitação que ocorrerão de forma itinerante, devem ser solicitadas ao secretário executivo da Famem, Marcelo Freitas, ou por meio dos telefones (98) 2109-5416 / 98818-9338.

Relacionado

Retorno

A Câmara Municipal de São Luís e a Assembleia Legislativa voltaram ontem a ter sessão presencial nas Casas. A previsão é de que os trabalhos nos dois legislativos devam ser normalizados até o mês o próximo mês. No Poder Judiciário no Maranhão, as sessões presenciais devem voltar em setembro, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal na segunda-feira (2).

Coordenadoria da Infância destaca projeto de Açailândia sobre ECA

O presidente da CIJ, desembargador José de Ribamar Castro, ressaltou a importância da classificação para a disseminação de boas práticas dos tribunais foto/divulgação: -

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ/TJMA) destaca o projeto "Você conhece o ECA?", idealizado pela 2ª Vara da Família da Comarca de Açailândia (MA), que foi classificado na 1ª fase do Prêmio Prioridade Absoluta, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre 110 práticas inscritas.

Com o intuito de orientar e ampliar a divulgação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi desenvolvida uma cartilha sobre o tema, com uma abordagem simples, objetiva e criativa.

Por meio de palestras educativas e distribuição do material informativo, o projeto contemplou cerca de 4 mil pessoas, no ano de 2019, dentre estudantes, professores, professoras, funcionários e funcionárias, de 23 escolas da rede municipal, de turmas do 7º ao 9º ano, em Açailândia, Cidelândia e São Francisco do Brejão.

O presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, desembargador José de Ribamar Castro, ressaltou a importância da classificação, ao identificar, selecionar, fomentar e disseminar boas práticas dos tribunais brasileiros, que contribuem para a promoção de direitos das crianças e dos adolescentes, além de aprimorar políticas públicas voltadas para a área.

A prática "Você conhece o ECA?" conquistou o 4º lugar no eixo Protetivo, na categoria Juiz. O projeto possui autoria da juíza titular da 2ª Vara da Família de Açailândia, Clécia Pereira Monteiro, e dos comissários de Justiça Diogo Magalhães e Fabrício Gomes. O desembargador Castro também parabenizou a juíza Clécia Pereira Monteiro e os comissários de Justiça pela idealização do projeto e pela classificação.

Iniciativas de todas as regiões do Brasil concorreram à premiação que visa selecionar, premiar e disseminar ações, projetos ou programas voltados à promoção, valorização e respeito dos direitos de crianças e adolescentes.

PRÊMIO

O 1º Prêmio Prioridade Absoluta - criado por meio da Resolução CNJ nº 355/2020 - é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A iniciativa busca atender determinações da Constituição Federal e das leis infraconstitucionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância, que determinam a prioridade absoluta a crianças e jovens.

Mais de 100 práticas foram analisadas e passaram por duas etapas: uma eliminatória, em que foi analisado o atendimento aos requisitos formais previstos no Regulamento; e outra classificatória, com a verificação dos critérios também estipulados no Regulamento.

EIXOS TEMÁTICOS

Nesta edição de 2021, serão premiadas as práticas relacionadas às medidas protetivas (eixo temático I) e às infracionais (eixo temático II), cada uma subdividida em cinco categorias: Tribunal, Juiz, Sistema de Justiça, Poder Público, e Empresas e Sociedade Civil Organizada. Será premiada uma prática de cada categoria dos eixos I e II, totalizando dez premiações.

As práticas premiadas ou que receberem menção honrosa constarão no banco de boas práticas a ser criado pelo CNJ e serão objeto de disseminação e fomento de conhecimento para que sejam replicadas.

Projeto de digitalização de processos por detentas é ampliado

Mais de 11 mil processos em papel já foram digitalizados este ano, por meio do Projeto "Digitalizar Já", criado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), em 2019, com o objetivo de auxiliar o processo de migração dos processos em papel para o ambiente digital, onde passam a tramitar eletronicamente.

O projeto é realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), OAB-MA e Sindjus e utiliza a mão de obra de 7 servidores do Fórum Desembargador Sarney Costa, 25 estagiários do curso de Direito e de 38 detentas da Unidade Prisional de Ressocialização Feminina (UPFEM).

As ações do projeto funcionam em duas frentes. Na Central de Digitalização do Fórum do Calhau, onde trabalham cinco detentas que cumprem pena em regime semiaberto e em mais cinco salas do presídio, com 33 detentas do regime fechado. Após a limpeza e digitalização dos documentos, pelas presidiárias, os processos seguem para a virtualização, pelos servidores e estagiários.

Nesta segunda-feira, 2, o corregedor-geral da Justiça fez uma visita às instalações do projeto na UPFEM, onde as internas trabalham em cinco salas do presídio realizando a limpeza e digitalização dos documentos que compõem os autos processuais, que depois de digitalizados são virtualizados para o sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico). A estrutura inicial do projeto no presídio foi ampliada, com mais duas salas de digitalização e reforço do serviço por mais 14 internas.

RESSOCIALIZAÇÃO

O corregedor avaliou positivamente os trabalhos de digitalização, por meio da parceria com o Estado, pelo compromisso e dedicação das envolvidas. "No Brasil não temos prisão perpétua nem pena de morte. Então, se nós queremos que essas pessoas voltem para a sociedade reeducadas e capazes de conviver em sociedade, nós temos responsabilidade de criar todas as condições para a ressocialização", declarou o desembargador.

Também participaram da visita os juízes Márcio Brandão (auxiliar da CGJ-MA) e Francisco Soares Reis (respondendo pela 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís); o secretário Murilo Andrade (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária; a secretária adjunta da Secretaria Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária, Kelly Carvalho; a diretora da UPFEM, Maíra Dutra; a chefe da Divisão do Projeto Começar de Novo, Perla Rocha e o coordenador do projeto de digitalização, Raimundo Lisboa.

O aproveitamento da mão de obra feminina integra o Projeto "Começar de Novo", coordenado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, que é destinado a permitir a inserção de detentos, bem como de egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho. Como remuneração pelos serviços prestados no projeto, as internas recebem três quartos do valor do salário mínimo vigente no país, conforme determina a Lei de Execução Penal (nº 7.2010/1984).

RETORNO SOCIAL

A diretora do presídio enfatizou o retorno do trabalho das internas para o Poder Judiciário e para a sociedade, com a geração de renda para elas e suas famílias e restituição das despesas carcerárias para o Estado. "Elas estão criando senso de responsabilidade, trabalhando, aprendendo e sabendo que vão retornar (à sociedade), tendo oportunidade. Gerar essa oportunidade a elas de se sentirem úteis traz uma mudança de mentalidade necessária ao processo de reintegração social", disse Máira Dutra.

No início da pandemia, com as medidas sanitárias de isolamento social, os trabalhos foram assumidos pelos servidores do Judiciário. Mas a partir de junho do ano passado foram normalizados, com o retorno das detentas ao fórum e, em setembro, com a retomada dos serviços no presídio.

TJMA aprova promoção e indicação de juízes para Turma Recursal

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa por videoconferência desta quarta-feira (4), promoveram, pelo critério de merecimento, o juiz Pedro Guimarães Júnior (titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia) para a Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final.

Turma Recursal

A juíza Cynara Elisa Gama Freire (titular da 2ª Vara da Comarca de Presidente Dutra) foi indicada, pelo critério de antiguidade, para Membro Titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão com sede na Comarca de Presidente Dutra.

O juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes (titular da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto), foi indicado, pelo critério de antiguidade, como Membro Suplente da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão com sede na Comarca de Caxias.

Desembargador Marcelino Everton é eleito membro substituto do TRE

Desembargador Marcelino Everton

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, comunicou oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quarta-feira (4), o término do primeiro biênio do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, como membro substituto da Corte Eleitoral, na categoria de Desembargador, no dia 21 de agosto de 2021.

Eleição

Na mesma sessão, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, anunciou a votação para membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), categoria Desembargador. O desembargador Marcelino Everton foi eleito com 19 votos e agradeceu a confiança de todos afirmando que na Justiça Eleitoral desenvolverá um trabalho no sentido de fortalecer a cidadania e o papel constitucional do Poder Judiciário na sociedade maranhense e brasileira.

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão alcança 5º lugar no ranking IDS

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

O Conselho Nacional de Justiça divulgou no último dia 30 de julho, no 5º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, o resultado do ranking que mede o índice de desenvolvimento sustentável (IDS) da Justiça Eleitoral. Nele, o TRE do Maranhão alcançou a 5ª colocação.

O IDS é um indicador único, capaz de avaliar, em uma só dimensão, o resultado combinado de vários fatores distintos, permitindo a comparação objetiva entre os tribunais. Entre os indicadores avaliados e condensados no IDS estão o consumo de energia elétrica, de água, de copos descartáveis, de papel e a participação em ações de qualidade de vida.

O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário é publicado desde 2017 com o objetivo de apresentar o resultado do monitoramento e da avaliação da execução dos Planos de Logística Sustentável (PLS) dos órgãos do Poder Judiciário. Essa análise é feita a partir de indicadores que visam à economicidade dos gastos públicos e à proteção ao meio ambiente.

A quinta edição do relatório apresentou os dados de 118 órgãos, Tribunais e Seções Judiciárias, divididos da seguinte forma: 27 Tribunais de Justiça (TJs), 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), 5 Tribunais Regionais Federais (TRFs), 26 Seções Judiciárias, 3 Tribunais de Justiça Militar (TJMs), 2 Conselhos e 4 Tribunais Superiores.

Em parceria com várias entidades, Famem vai qualificar quadros técnicos para melhorar eficácia da gestão...

A Famem vai promover cursos profissionalizando de formação de servidores municipais em áreas da gestão municipal.

Em ofício dirigido ao secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão, o presidente da Famem, Erlanio Xavier, solicitou apoio da entidade para a realização dos cursos, em caráter gratuito para os alunos.

O foco do curso será os processos de aquisição de bens e serviços; e de planejamento. Os certificados serão emitidos no final do curso aos alunos que obtiverem aprovação em avaliações presenciais.

“Frequentemente chegam à Famem solicitação dos associados sobre a oferta de cursos de formação de equipes de servidores da gestão municipal. Há dificuldades em aferir principalmente as equipes de licitação de maneira corriqueira apresentam certificação de instituições desconhecidas às administrações”, ressaltou o presidente da Famem.

No entendimento do prefeito de Igarapé Grande e presidente da entidade municipalista no Maranhão, a falta de qualificação das equipes comprometem a qualidade da gestão e dos serviços oferecidos.

“Muitas das vezes a falta de conhecimento de equipes enredam os prefeitos em casos de improbidade administrativa de forma totalmente involuntária”, afirma Erlanio Xavier.

A capacitação das equipes será feita em parceria com instituições de idoneidade reconhecida como o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público do Estado do Maranhão, Controladoria Geral da União e TCU-MA.

Maiores esclarecimentos sobre os cursos de capacitação que ocorrerão de forma itinerante, devem ser solicitadas ao secretário executivo da Famem, Marcelo Freitas, ou por meio dos telefones (98) 2109-5416 / 98818-9338

TJMA anuncia realização de leilão de veículos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou Edital (EditLeilão-DAP-22021), anunciando a realização de leilão público online de veículos, no dia 16 de agosto de 2021, a partir das 9h.

O evento será realizado diretamente do auditório da Vip Leilões (localizada à BR 135, KM-07, nº 5, Distrito Industrial - São Luís - MA), com transmissão ao vivo e participação online através do site www.vipleiloes.com.br, bastando cadastrar usuário e senha.

Conforme o Edital nº 2/2021, o pregão será conduzido pelo leiloeiro público oficial do Estado do Maranhão, Francisco de Assis Costa Aranha, pelo valor de maior lance ofertado para alienação de veículos, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 21.981/32.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 3777-8088 ou no site: www.vipleiloes.com.br.

Desembargador Marcelino Everton é eleito membro substituto do TRE

Votação foi realizada em sessão plenária administrativa do TJMA desta quarta-feira, 4

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, comunicou oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quarta-feira (4), o término do primeiro biênio do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, como membro substituto da Corte Eleitoral, na categoria de Desembargador, no dia 21 de agosto de 2021.

ELEIÇÃO

Na mesma sessão, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, anunciou a votação para membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), categoria Desembargador. O desembargador Marcelino Everton foi eleito com 19 votos e agradeceu a confiança de todos afirmando que na Justiça Eleitoral desenvolverá um trabalho no sentido de fortalecer a cidadania e o papel constitucional do Poder Judiciário na sociedade maranhense e brasileira.

Veículos do TJMA irão a leilão online na manhã do dia 16

O evento será realizado diretamente do auditório da Vip Leilões, com transmissão ao vivo e participação online através do site www.vipleiloes.com.br, bastando cadastrar usuário e senha

Veículos do TJMA irão a leilão online na manhã do dia 16

. (Divulgação)

São Luís - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou Edital (EditLeilão-DAP-22021), anunciando a realização de leilão público online de veículos, no dia 16 de agosto de 2021, a partir das 9h.

O evento será realizado diretamente do auditório da Vip Leilões (localizada à BR 135, KM-07, nº 5, Distrito Industrial - São Luís - MA), com transmissão ao vivo e participação online através do site www.vipleiloes.com.br, bastando cadastrar usuário e senha.

Conforme o Edital nº 2/2021, o pregão será conduzido pelo leiloeiro público oficial do Estado do Maranhão, Francisco de Assis Costa Aranha, pelo valor de maior lance ofertado para alienação de veículos, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 21.981/32.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 3777-8088 ou no site: www.vipleiloes.com.br .

Leilão de veículos on-line

O Tribunal de Justiça do Maranhão anunciou a realização de leilão público on-line de veículos, dia 16 de agosto, a partir das 9h. O evento será realizado diretamente do auditório da Vip Leilões, na BR-135, com transmissão ao vivo e participação on-line por meio do site www.vipleiloes.com.br, bastando cadastrar usuário e senha. O pregão será conduzido pelo leiloeiro público oficial do Estado, Francisco de Assis Costa Aranha, pelo valor de maior lance ofertado para alienação de veículos.

1º Centro de Conciliação do TJMA prioriza audiências por videoconferência

Com o retorno das atividades administrativas e jurisdicionais de forma 100% presencial, no Poder Judiciário do Maranhão, desde essa segunda-feira (2), conforme Portaria GP 541/2021, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Lourival Serejo, o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), instalado no Fórum de São Luís (Calhau), informa que continuará priorizando os atendimentos e as audiências, pela modalidade virtual.

O Cejusc também dará continuidade ao atendimento presencial às partes que não dispuserem de recursos para participação de maneira online, em sessões de conciliação, como já vinha ocorrendo após a Portaria 319/2021 GP, que disciplinou o retorno do atendimento presencial, no âmbito do Judiciário estadual.

O 1º Centro de Conciliação retomou integralmente o trabalho presencial, no horário das 8h às 15h, sendo que o atendimento ao público externo será das 8h às 13h, conforme estabelecido na Portaria GP 541/2021, permanecendo também o atendimento por videoconferência, como estava sendo realizado desde o início da pandemia da Covid-19, em março de 2020.

O órgão é vinculado ao Núcleo de Solução de Conflitos e Cidadania do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

A secretária do 1º Cejusc de São Luís, Lilian Barros, informa que os jurisdicionados com dificuldades em comparecerem ao local, pessoalmente, bem como aqueles que preferirem o atendimento virtual, poderão continuar usufruindo dos serviços disponibilizados pelo centro de conciliação, tanto na modalidade remota quanto presencial.

As audiências por meio virtual facilitam o acesso do jurisdicionado, bastando possuir notebook, computador ou celular com acesso à internet. Lilian Barros destaca que as partes interessadas podem utilizar os serviços da conciliação virtual, de qualquer lugar do mundo, evitando deslocamentos que, por meio físico, poderiam representar gastos ou desgastes de várias ordens, evitando-se também exposições desnecessárias, em virtude do contexto de pandemia ainda vivenciado.

"Uma prova disso foram dois divórcios realizados, pela equipe do 1º Cejusc, em que uma das partes estava em Lisboa, Portugal, e ambas queriam se divorciar há vários anos, mas não o fizeram em razão dos custos inerentes ao ato. Com a audiência por videoconferência, formalizaram juridicamente uma situação de fato, sem qualquer gasto e de forma rápida", ressalta Lilian Barros.

Advogados e advogadas podem realizar agendamento de sessões de conciliação junto ao 1º Centro de Conciliação da capital, diretamente pelo Portal do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), por meio do link PJe (Processo Judicial eletrônico) e direcionar para o 1º Cejusc-Fórum.

No caso do usuário ou usuária, basta solicitar a realização de sessões pelos telefones 0800 707 1581/ (98) 3194-5555, pelo e-mail 1cejusc-slz@tjma.jus.br, juntando a documentação necessária, pelo Whatsapp Business 3194-5676 ou presencialmente.

ACESSO

Na notificação recebida para participação em uma audiência por videoconferência, constará o link de acesso à sala virtual, o qual deve ser clicado ou copiado e colado no campo de endereço URL. Será solicitado nome do usuário, onde deverá ser informado o nome de quem está acessando o ambiente; além de senha, bastando digitar: tjma1234. Nas audiências que não tenham sido originariamente designadas para esta modalidade, as partes poderão solicitar o link para participação em sessão pela modalidade virtual.

Desembargador Marcelino Everton é eleito membro substituto do TRE

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, comunicou oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quarta-feira (4), o término do primeiro biênio do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, como membro substituto da Corte Eleitoral, na categoria de Desembargador, no dia 21 de agosto de 2021.

ELEIÇÃO

Na mesma sessão, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, anunciou a votação para membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), categoria Desembargador. O desembargador Marcelino Everton foi eleito com 19 votos e agradeceu a confiança de todos afirmando que na Justiça Eleitoral desenvolverá um trabalho no sentido de fortalecer a cidadania e o papel constitucional do Poder Judiciário na sociedade maranhense e brasileira.

Juiz Aureliano Neto assume processos do desembargador João Santana

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão plenária administrativa desta quarta-feira (4), designaram o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto, titular do 1º Cargo da 2ª Turma Recursal Permanente de São Luís, Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, para substituir no TJMA, o desembargador João Santana Sousa, em processo de aposentadoria, exclusivamente nos processos que seriam distribuídos ao referido desembargador, a considerar de 03.08.2021.

A designação está prevista no artigo 292, do Regimento Interno, onde cita que, ao desembargador que se deva aposentar, por implemento de idade, não serão distribuídos processos durante noventa dias anteriores ao afastamento e que será convocado juiz de 1º Grau para atuar, em substituição exclusivamente nos processos que seriam distribuídos ao desembargador em processo de aposentadoria.

Juiz Aureliano Neto assume processos do desembargador João Santana

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão plenária administrativa desta quarta-feira (4), designaram o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto, titular do 1º Cargo da 2ª Turma Recursal Permanente de São Luís, Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, para substituir no TJMA, o desembargador João Santana Sousa, em processo de aposentadoria, exclusivamente nos processos que seriam distribuídos ao referido desembargador, a considerar de 03.08.2021.

A designação está prevista no artigo 292, do Regimento Interno, onde cita que, ao desembargador que se deva aposentar, por implemento de idade, não serão distribuídos processos durante noventa dias anteriores ao afastamento e que será convocado juiz de 1º Grau para atuar, em substituição exclusivamente nos processos que seriam distribuídos ao desembargador em processo de aposentadoria.

1º Centro de Conciliação do TJMA prioriza audiências por videoconferência

Com o retorno das atividades administrativas e jurisdicionais de forma 100% presencial, no Poder Judiciário do Maranhão, desde essa segunda-feira (2), conforme Portaria GP 541/2021, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Lourival Serejo, o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), instalado no Fórum de São Luís (Calhau), informa que continuará priorizando os atendimentos e as audiências, pela modalidade virtual.

O Cejusc também dará continuidade ao atendimento presencial às partes que não dispuserem de recursos para participação de maneira online, em sessões de conciliação, como já vinha ocorrendo após a Portaria 319/2021 GP, que disciplinou o retorno do atendimento presencial, no âmbito do Judiciário estadual.

O 1º Centro de Conciliação retomou integralmente o trabalho presencial, no horário das 8h às 15h, sendo que o atendimento ao público externo será das 8h às 13h, conforme estabelecido na Portaria GP 541/2021, permanecendo também o atendimento por videoconferência, como estava sendo realizado desde o início da pandemia da Covid-19, em março de 2020.

O órgão é vinculado ao Núcleo de Solução de Conflitos e Cidadania do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

A secretária do 1º Cejusc de São Luís, Lilian Barros, informa que os jurisdicionados com dificuldades em comparecerem ao local, pessoalmente, bem como aqueles que preferirem o atendimento virtual, poderão continuar usufruindo dos serviços disponibilizados pelo centro de conciliação, tanto na modalidade remota quanto presencial.

As audiências por meio virtual facilitam o acesso do jurisdicionado, bastando possuir notebook, computador ou celular com acesso à internet. Lilian Barros destaca que as partes interessadas podem utilizar os serviços da conciliação virtual, de qualquer lugar do mundo, evitando deslocamentos que, por meio físico, poderiam representar gastos ou desgastes de várias ordens, evitando-se também exposições desnecessárias, em virtude do contexto de pandemia ainda vivenciado.

“Uma prova disso foram dois divórcios realizados, pela equipe do 1º Cejusc, em que uma das partes estava em Lisboa, Portugal, e ambas queriam se divorciar há vários anos, mas não o fizeram em razão dos custos inerentes ao ato. Com a audiência por videoconferência, formalizaram juridicamente uma situação de fato, sem qualquer gasto e de forma rápida”, ressalta Lilian Barros.

AGENDAMENTO

Advogados e advogadas podem realizar agendamento de sessões de conciliação junto ao 1º Centro de Conciliação da capital, diretamente pelo Portal do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), por meio do link PJe (Processo Judicial eletrônico) e direcionar para o 1º Cejusc-Fórum.

No caso do usuário ou usuária, basta solicitar a realização de sessões pelos telefones 0800 707 1581/ (98) 3194-5555, pelo e-mail 1cejusc-slz@tjma.jus.br, juntando a documentação necessária, pelo Whatsapp Business 3194-5676 ou presencialmente.

ACESSO

Na notificação recebida para participação em uma audiência por videoconferência, constará o link de acesso à sala virtual, o qual deve ser clicado ou copiado e colado no campo de endereço URL. Será solicitado nome do usuário, onde deverá ser informado o nome de quem está acessando o ambiente; além de senha, bastando digitar: tjma1234. Nas audiências que não tenham sido originariamente designadas para esta modalidade, as partes poderão solicitar o link para participação em sessão pela modalidade virtual.

Primeira edição do roteiro "Segredos Históricos" encanta público

Apresentação em frente a Igreja do Carmo (Divulgação)

Um passeio guiado com trajeto por oito pontos simbólicos do Centro de São Luís, na noite de quarta-feira (4), deu início a mais um programa de incentivo ao turismo na capital maranhense, o roteiro "Segredos Históricos". A primeira edição do programa, recriado pela Secretaria Municipal de Turismo (Setur), foi prestigiada por dezenas de visitantes, entre ludovicenses e turistas.

O tour teve como ponto de partida o Palácio de La Ravardière, sede da Prefeitura de São Luís. No local, para dar ritmo ao passeio entoado por canções locais e nacionais, houve apresentação do tambor de crioula da Liberdade, bairro com maior população afrodescendente da capital, seguido de percurso histórico da construção arquitetônica que abriga o executivo municipal, datada de 1689, contado pelo guia do passeio, Wagner Vale. "Esse é um circuito com histórias que poucos livros contam, possibilitando descobrir segredos que poucos conhecem da Ilha do Amor".

"A Prefeitura de São Luís, por meio da Setur, tem buscado desde o início do ano a retomada gradual e segura do turismo. E hoje, com o roteiro 'Segredos Históricos' damos início às várias atividades que virão, tudo isso seguindo os protocolos. Esse é um projeto que já existia, mas que esta ganhou uma nova roupagem para que todos, tanto a população quanto os visitantes, possam conhecer, a pé, o nosso Centro Histórico através da música, da arte e da cultura", pontuou o secretário de Turismo de São Luís, Saulo Santos.

O roteiro seguiu por vários pontos do Centro Histórico. No Palácio dos Leões, houve a primeira apresentação teatral da noite, na qual personagens encenaram um casal de europeus. Mais uma história foi contada pelo guia do passeio sobre a edificação, um dos principais cartões-postais da cidade e que remonta ao dia 8 de setembro de 1612, quando os franceses, comandados por Daniel de La Touche, o Senhor de La Ravardière, estabeleceram entre os estuários dos rios Anil e Bacanga, na ilha de Upaon-Açu, a colônia que batizaram de França Equinocial.

"Seguindo todos os protocolos sanitários, com segurança estamos voltando à normalidade. São Luís sentia falta desses eventos e o avanço da vacinação contra a Covid nos permitiu esse retorno, ainda que com muita cautela. A partir de agora é gerar emprego, mostrar as belezas da nossa cidade e continuar oferecendo a todos os nossos visitantes, assim como à população, a nossa cultura, história e encantos", destacou o prefeito Eduardo Braide.

Encerrada a apresentação teatral ao som da música "tico tico no fubá", o passeio seguiu pela Capitania dos Portos em direção ao Palácio Clóvis Beviláqua, prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, ponto em que os acompanhantes puderam prestigiar um diálogo protagonizado por personagens que interpretaram Ana Jansen e uma modista. A cena gerou interação e arrancou o riso do público, que pôde conhecer um pouco de como agia a descendente da nobreza europeia.

Do Palácio da Justiça, o público seguiu trajeto, cantando junto com Tássia Campos e Arlindo Pipiu a música "Pedra de resposta", para o Museu da Gastronomia Maranhense, localizado na Rua da Estrela. Neste ponto, o guia elencou momentos históricos da vida dos primeiros moradores da região, dos costumes, fazendo um percurso histórico das construções, seus significados e desvendando segredos, deixando encantado o público

presente.

“Muito lindo de ver e ouvir a história de São Luís. Fico sempre encantada com cada fato. Esse programa é importante, principalmente, para a educação da nossa gente”, comentou a assistente social Ana Costa, de 29 anos.

Em seguida, o grupo seguiu o passeio, entoado por “aquarela do Brasil”, em direção à escadaria da Rua da Giz - a sexta rua mais bonita do país, momento em que, mais uma vez, o guia Wagner Vale transmitiu conhecimento sobre a região e suas construções, as histórias pouco conhecidas pela população e tão grandiosas quanto para os turistas que visitam São Luís.

Ali próximo, repousaram, junto da música “nordeste brasileiro”, na Praça Benedito Leite, onde aconteceu mais uma pequena apresentação teatral envolvendo os personagens de Gonçalves Dias e seu grande amor, Ana Amélia. De perto, e com toda a energia que a arte é capaz de causar, o público se encantou com o genuíno envolvimento do casal. “Estou fascinada com a história, com o passeio. Tudo muito lindo, de arrepiar, de verdade”, disse a turista de Teresina-PI, Beatriz Carvalho, de 31 anos.

De lá, e antes do fim do roteiro “Segredos Históricos”, guiados pela música “eu sei que vou te amar”, caminharam mais um pouco pela Rua de Nazaré (e Odylo, fato descoberto durante o passeio), onde puderam prestigiar, diante do casarão azulejado de n 33, datado de 1866, a encenação de fantasmas do passado.

Por fim, em coro, cantando a música “se tu não quer, tem quem queira”, o público seguiu para prestigiar a última apresentação da noite, que teve como palco a escadaria da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Largo do Carmo. A peça reunia um padre e uma viúva que, ao término, se reuniram aos demais personagens que se apresentaram durante a noite e cantaram “Carcará”, canção de João do Vale, fechando com chave de ouro a primeira edição do programa que dá início à retomada das atividades turísticas na capital.

Fonte: O Estado

Lei Maria da Penha completa 15 anos neste sábado

Data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres

Lei Maria da Penha completa 15 anos neste sábado

Lei se chama Maria da Penha, em homenagem à cearense Maria da Penha, cujo marido tentou matá-la duas vezes e, que desde então, se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres. (Divulgação)

São Luís - O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA) - faz alusão aos 15 anos da Lei Maria da Penha, celebrados neste sábado (7).

A data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres. “É uma oportunidade de reflexão sobre os avanços conquistados e os inúmeros desafios ainda a serem enfrentados, em virtude dos alarmantes e crescentes índices de violência contra a mulher, no país e no Maranhão”, disse o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Para garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, a CEMULHER do TJMA trabalha, incansavelmente, para divulgar a legislação junto à população e facilitar o acesso à justiça as mulheres que sofrem violência. Com esse intuito, o órgão promove diversas ações e campanhas educativas com vistas a conscientizar a sociedade sobre a importância da prevenção e do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, ressaltou a relevância social da data e enfatizou a luta empenhada pela Justiça maranhense, ao longo dos anos, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

“O Poder Judiciário do Maranhão, antes mesmo da Lei Maria da Penha, já vivenciava o enfrentamento da violência doméstica. A Casa Abrigo, por exemplo, foi criada em 1999, durante a gestão do desembargador Jorge Rachid. Desde aquela época, já realizávamos eventos com panfletagens sobre a legislação”, pontuou.

O desembargador Cleones Cunha ressaltou que a sanção da lei, em 2006, proporcionou um enfrentamento mais efetivo à violência doméstica e conclamou a sociedade para essa luta diária. “A chegada da Lei Maria da Penha nos possibilitou um combate mais efetivo a essa violência, que é inconcebível ainda existir nos dias de hoje! Todos nós precisamos lutar, diariamente, contra essa chaga que assola a nossa sociedade”, pontuou.

Dados

De acordo com levantamento enviado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, o Poder Judiciário do Maranhão já recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, desde o ano de 2006 até o dia 27 de julho de 2021, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Desse universo, no período de 2017 a 2021 (julho), ingressaram 53.628 pedidos na Justiça. Desse total, foram concedidas 46.311 medidas protetivas; 863 revogadas; e 1.378 não concedidas. Só neste ano, o Poder Judiciário estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência, até o dia 27 de julho.

Em relação a crimes de feminicídio (homicídio de mulheres com base em violência doméstica ou discriminação de gênero), foram 48 casos registrados em 2019; 60 em 2020; e 28 neste ano.

Casa Abrigo

Implantada em 1999, na gestão do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, a Casa Abrigo atende mulheres vítimas de violência doméstica, seus filhos e filhas. A instituição oferece, ainda, capacitação profissional como forma de promover a geração de trabalho e renda, além de atendimento psicossocial e de saúde.

Maria da Penha

A Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada de Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense Maria da Penha, cujo marido tentou matá-la duas vezes e, que desde então, se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

A luta jurídica, política e histórica travada pela cearense - sobrevivente de violência doméstica - por proteção e pela punição do seu agressor culminou com a sanção da Lei.

Seu caso ganhou repercussão internacional, chegando até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/08/06/lei-marinha-da-penha-completa-15-anos-neste-sabado/>

Pleno do TJMA referenda resolução sobre política de incentivo à participação feminina

Os desembargadores e as desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), durante sessão plenária administrativa, nessa quarta-feira (4), referendaram a Resolução GP 452021.

O documento foi assinado ad referendum do Plenário pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, no último dia 5 de julho, considerando o que consta do Processo nº 20070/2021.

A resolução altera o Art. 3º da Resolução-GP nº 58, de 30 de julho de 2020, que dispõe sobre a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

De acordo com o documento, o mencionado artigo passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º Estabelecer a participação paritária, entre homens e mulheres, nas bancas examinadoras e comissões organizadoras dos concursos para magistrados e magistradas, servidores e servidoras, estagiários e estagiárias, a serem promovidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão."

Lei Maria da Penha completa 15 anos neste sábado

Data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres

São Luís - O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA) - faz alusão aos 15 anos da Lei Maria da Penha, celebrados neste sábado (7).

A data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres. “É uma oportunidade de reflexão sobre os avanços conquistados e os inúmeros desafios ainda a serem enfrentados, em virtude dos alarmantes e crescentes índices de violência contra a mulher, no país e no Maranhão”, disse o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Para garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, a CEMULHER do TJMA trabalha, incansavelmente, para divulgar a legislação junto à população e facilitar o acesso à justiça as mulheres que sofrem violência. Com esse intuito, o órgão promove diversas ações e campanhas educativas com vistas a conscientizar a sociedade sobre a importância da prevenção e do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, ressaltou a relevância social da data e enfatizou a luta empenhada pela Justiça maranhense, ao longo dos anos, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

“O Poder Judiciário do Maranhão, antes mesmo da Lei Maria da Penha, já vivenciava o enfrentamento da violência doméstica. A Casa Abrigo, por exemplo, foi criada em 1999, durante a gestão do desembargador Jorge Rachid. Desde aquela época, já realizávamos eventos com panfletagens sobre a legislação”, pontuou.

O desembargador Cleones Cunha ressaltou que a sanção da lei, em 2006, proporcionou um enfrentamento mais efetivo à violência doméstica e conclamou a sociedade para essa luta diária. “A chegada da Lei Maria da Penha nos possibilitou um combate mais efetivo a essa violência, que é inconcebível ainda existir nos dias de hoje! Todos nós precisamos lutar, diariamente, contra essa chaga que assola a nossa sociedade”, pontuou.

Dados

De acordo com levantamento enviado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, o Poder Judiciário do Maranhão já recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, desde o ano de 2006 até o dia 27 de julho de 2021, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Desse universo, no período de 2017 a 2021 (julho), ingressaram 53.628 pedidos na Justiça. Desse total, foram concedidas 46.311 medidas protetivas; 863 revogadas; e 1.378 não concedidas. Só neste ano, o Poder Judiciário

estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência, até o dia 27 de julho.

Em relação a crimes de feminicídio (homicídio de mulheres com base em violência doméstica ou discriminação de gênero), foram 48 casos registrados em 2019; 60 em 2020; e 28 neste ano.

Casa Abrigo

Implantada em 1999, na gestão do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, a Casa Abrigo atende mulheres vítimas de violência doméstica, seus filhos e filhas. A instituição oferece, ainda, capacitação profissional como forma de promover a geração de trabalho e renda, além de atendimento psicossocial e de saúde.

Maria da Penha

A Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada de Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense Maria da Penha, cujo marido tentou matá-la duas vezes e, que desde então, se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

A luta jurídica, política e histórica travada pela cearense - sobrevivente de violência doméstica - por proteção e pela punição do seu agressor culminou com a sanção da Lei.

Seu caso ganhou repercussão internacional, chegando até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Continue lendo em: <https://www.joeljacintho.com.br/lei-maria-da-penha-completa-15-anos-neste-sabado/>

Lei Maria da Penha completa 15 anos neste sábado

Data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres

São Luís - O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA) - faz alusão aos 15 anos da Lei Maria da Penha, celebrados neste sábado (7).

A data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres. “É uma oportunidade de reflexão sobre os avanços conquistados e os inúmeros desafios ainda a serem enfrentados, em virtude dos alarmantes e crescentes índices de violência contra a mulher, no país e no Maranhão”, disse o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Para garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, a CEMULHER do TJMA trabalha, incansavelmente, para divulgar a legislação junto à população e facilitar o acesso à justiça as mulheres que sofrem violência. Com esse intuito, o órgão promove diversas ações e campanhas educativas com vistas a conscientizar a sociedade sobre a importância da prevenção e do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, ressaltou a relevância social da data e enfatizou a luta empenhada pela Justiça maranhense, ao longo dos anos, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

“O Poder Judiciário do Maranhão, antes mesmo da Lei Maria da Penha, já vivenciava o enfrentamento da violência doméstica. A Casa Abrigo, por exemplo, foi criada em 1999, durante a gestão do desembargador Jorge Rachid. Desde aquela época, já realizávamos eventos com panfletagens sobre a legislação”, pontuou.

O desembargador Cleones Cunha ressaltou que a sanção da lei, em 2006, proporcionou um enfrentamento mais efetivo à violência doméstica e conclamou a sociedade para essa luta diária. “A chegada da Lei Maria da Penha nos possibilitou um combate mais efetivo a essa violência, que é inconcebível ainda existir nos dias de hoje! Todos nós precisamos lutar, diariamente, contra essa chaga que assola a nossa sociedade”, pontuou.

Dados

De acordo com levantamento enviado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, o Poder Judiciário do Maranhão já recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, desde o ano de 2006 até o dia 27 de julho de 2021, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Desse universo, no período de 2017 a 2021 (julho), ingressaram 53.628 pedidos na Justiça. Desse total, foram concedidas 46.311 medidas protetivas; 863 revogadas; e 1.378 não concedidas. Só neste ano, o Poder Judiciário

estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência, até o dia 27 de julho.

Em relação a crimes de feminicídio (homicídio de mulheres com base em violência doméstica ou discriminação de gênero), foram 48 casos registrados em 2019; 60 em 2020; e 28 neste ano.

Casa Abrigo

Implantada em 1999, na gestão do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, a Casa Abrigo atende mulheres vítimas de violência doméstica, seus filhos e filhas. A instituição oferece, ainda, capacitação profissional como forma de promover a geração de trabalho e renda, além de atendimento psicossocial e de saúde.

Maria da Penha

A Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada de Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense Maria da Penha, cujo marido tentou matá-la duas vezes e, que desde então, se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

A luta jurídica, política e histórica travada pela cearense - sobrevivente de violência doméstica - por proteção e pela punição do seu agressor culminou com a sanção da Lei.

Seu caso ganhou repercussão internacional, chegando até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Continue lendo em: <https://www.joeljacintho.com.br/lei-maria-da-penha-completa-15-anos-neste-sabado/>

Lei Maria da Penha faz 15 anos com números altos de violência

Este ano já ocorreram 28 feminicídios no Maranhão e, segundo a Coordenadoria da Mulher do TJMA, desde 2006 até julho deste ano, a Justiça já recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas

Lei Maria da Penha faz 15 anos com números altos de violência

Este ano, a Justiça Estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas (Divulgação)

São Luís - A Lei Maria da Penha nº 11.340/06 completa 15 anos de vigência neste sábado (7). Ela é considerada um dispositivo judicial poderoso contra atrocidades cometidas por homens, em desfavor de mulheres, mas a quantidade de ocorrências de violência doméstica continua alta no país, não sendo diferente no Maranhão.

Segundo a Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desde o ano de 2006, época em que foi sancionada a Lei Maria da Penha, até o último dia 27, o Poder Judiciário recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Somente de 2017 a julho de 2021, ingressaram 53.628 pedidos no Poder Judiciário. Deste total, foram concedidas 46.311 medidas protetivas, 863 revogadas e 1.378 não foram concedidas. Este ano, a Justiça Estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência.

Mortes

Em relação a registro de mortes de mulheres, no Maranhão, de acordo com o Monitor da Violência, 101 mulheres foram assassinadas a tiros ou por arma branca no decorrer do ano de 2018, entre estes casos, 45 foram tipificados pela polícia como feminicídio. Em 2019, 102 mulheres mortas e, deste total, 51 foram casos feminicídio. No ano de 2020, houve o registro de 60 feminicídios em todo o estado e 28 neste ano.

Durante o primeiro fim de semana deste mês ocorreram dois feminicídios no interior do estado. Um dos casos foi no dia 1º, no povoado Ponto da Negra, em Grajaú e teve como vítima Chayane, de 19 anos, que estava gestante. O principal suspeito é o companheiro dela, identificado como Maycon de Sousa Sales, de 25 anos, que já foi preso.

De acordo com a polícia, no dia do ato criminoso, Maycon Sales pegou uma espingarda e efetuou um tiro no olho da companheira como também baleou o sobrinho da vítima. Chayane estava sentada quando foi baleada e morreu no local. A outra vítima foi levada pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e levada para o hospital da cidade onde passou por tratamento cirúrgico.

No sábado, 31, Fabiano de Sousa Ribeiro, de 31 anos foi preso em flagrante suspeito de ter assassinado a golpes de faca a própria esposa, identificada como Tâmara Taís Ribeiro, idade não revelada. O crime ocorreu na residência do casal, em Fortaleza do Nogueiras, e a vítima foi assassinada a golpes de faca no pescoço.

Marco histórico

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, declarou que a data 7 de agosto representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres. "É uma oportunidade de reflexão sobre os avanços

conquistados e os inúmeros desafios ainda a serem enfrentados, em virtude dos alarmantes e crescentes índices de violência contra a mulher, no país e no Maranhão”, disse Lourival Serejo.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, frisou a relevância social da data e enfatizou a luta empenhada pela Justiça maranhense, ao longo dos anos, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. “O Poder Judiciário do Maranhão, antes mesmo da Lei Maria da Penha, já vivenciava o enfrentamento da violência doméstica. A Casa Abrigo, por exemplo, foi criada em 1999, durante a gestão do desembargador Jorge Rachid. Desde aquela época, já realizávamos eventos com panfletagens sobre a legislação”, ressaltou o desembargador.

Em alusão aos 15 anos da Lei Maria da Penha, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA, em parceria com a Igreja Santo Antônio de Pádua, promove neste sábado, 7, o Pedal da Família, às 16h. O evento integra a Semana da Família, com o tema “Alegria do amor na família”. A largada acontecerá da Igreja Santo Antônio de Pádua, no bairro Cohajap.

Agosto Lilás

O Ministério Público, no próximo dia 9, vai lançar a campanha Agosto Lilás, que tem como objetivo principal promover o enfrentamento da violência contra a mulher. Em formato virtual, serão apresentadas duas palestras sobre a temática, com transmissão pelo canal da Escola Superior do MPMA no Youtube.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/08/07/lei-maria-da-penha-faz-15-anos-com-numeros-altos-de-violencia/>

Judiciário discute avanço do Projeto de Modernização da Gestão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, reuniu-se nessa quinta-feira (5) com consultores do Grupo Falconi e membros dos Comitês Deliberativo e Executivo vinculados ao "Projeto de Modernização da Gestão Estratégica com foco em eficiência e resultados", para tratar sobre o avanço do projeto no âmbito do Judiciário maranhense. Participaram da reunião virtual os juízes Ângelo Santos, coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA; Raimundo Bogéa, auxiliar da Presidência; e Nilo Ribeiro, auxiliar da Corregedoria; além de diretores e diretoras do Tribunal de Justiça.

O consultor Flausino Faria fez a apresentação sobre as etapas já cumpridas e em andamento no âmbito do projeto - que é dividido em frentes de trabalho, contemplando a definição das prioridades do Tribunal, por meio da revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2021-2026, em conformidade com os macrodesafios e indicadores dispostos na Resolução Nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fase concluída no mês de junho de 2021 com a aprovação do Planejamento pelo Plenário da Corte e elaboração e validação do Mapa Estratégico.

A Revisão da Estratégia contou com a participação e envolvimento de mais de 60 magistrados, magistradas, servidores e servidoras, sendo priorizados 43 projetos estratégicos, que serão mensurados e controlados por 68 indicadores. A etapa foi realizada com a formação de 15 grupos de trabalho, análise de 21 Questões Estratégicas e mais de 60 horas de trabalho dos grupos. Durante o mês de agosto, será iniciado o processo de definição dos Líderes, Sponsor e Equipe dos projetos priorizados para os anos de 2021 e 2022.

A Resolução Nº 44/2021 estabeleceu diversas opções estratégicas relacionadas aos seguintes macrodesafios do Poder Judiciário: garantia dos direitos fundamentais; fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade; agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais; prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos; consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios; promoção da sustentabilidade; aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal; aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária; aperfeiçoamento da gestão de pessoas; fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados; e aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

GESTÃO FINANCEIRA

O projeto também envolve a gestão de receitas e despesas, que objetiva promover a geração de recursos para viabilizar as melhorias planejadas através da efficientização da arrecadação e de seus processos, bem como otimização das despesas das Diretorias e Comarcas, com ações de melhoria nas estruturas de trabalho, sistemas, pessoas e processos que alavanquem os principais resultados e possibilitem maior investimento.

DESPESAS

Em relação às despesas, o consultor explicou que o trabalho consiste na otimização das despesas das Diretorias e Comarcas, com ações de melhoria nas estruturas de trabalho, sistemas, pessoas e processos que alavanquem os principais resultados e possibilitem maior investimento. Prevista para ser concluída no mês de outubro com a divulgação dos padrões corporativos e dos planos de ação, também envolve o mapeamento das despesas correntes; a validação da meta e objetivos; definição dos pacotes de despesa e dos líderes de pacote e gestores técnicos -fases já concluídas.

Atualmente, o projeto trabalha na coleta dos parâmetros gerais e estrutura de desdobramento das despesas até as comarcas; definição das metas preliminares e oportunidades de redução de despesas; e preparação dos materiais e negociação das metas com as Comarcas e Diretorias, envolvendo redução de gastos com Recursos Humanos; Serviços Terceirizados; TI e Comunicações; Utilidades; Infraestrutura; Transporte; Material de Consumo e Permanente; Serviços Bancários e Auxílios e Serviços Médicos, Comunicação e Viagens. "Após estabelecida a meta global de despesa, a Frente avançou na estruturação do Gerenciamento Cruzado, o que permite que os gastos sejam analisados na visão das Unidades (unidades administrativas, comarcas) e na visão do Pacote (agrupamento de rubricas)", informou o consultor.

RECEITAS

De acordo com a empresa de consultoria técnica, o objetivo da Frente de Gestão da Receita é auxiliar na autonomia financeira do Tribunal de Justiça, promovendo o aumento da eficiência de arrecadação e gerenciamento das fontes de receitas, mediante Projetos de Melhoria a serem desenvolvidos na Justiça maranhense. Foi definida uma meta de aumento de 5,5% da receita priorizada em 2020, a partir da conclusão dos projetos - ao final de 12 meses da implantação. "Nos 8 workshops realizados com o grupo de trabalho, foram agrupados 44 problemas, riscos ou desconexões que impactam na receita do TJMA", informou.

Continue lendo em: <https://omaranhense.com/judiciario-discute-avanco-do-projeto-de-modernizacao-da-gestao/>

Campanha Agosto Lilás, do MPMA, será lançada nesta segunda-feira, 9

Ação tem o objetivo principal de promover o enfrentamento da violência contra a mulher

Campanha Agosto Lilás, do MPMA, será lançada nesta segunda-feira, 9
(Divulgação)

São Luís - Nesta segunda-feira, 9, segunda-feira, será lançada oficialmente, no âmbito do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a campanha Agosto Lilás, que tem como objetivo principal promover o enfrentamento da violência contra a mulher. Em formato virtual, serão apresentadas duas palestras sobre a temática, com transmissão pelo canal da Escola Superior do MPMA no Youtube.

A promotora de justiça Érica Canuto, do MP do Rio Grande do Norte, vai proferir a palestra “Desafios Atuais da Lei Maria da Penha e a Política Nacional para Homens”; e o psicólogo José Magno da Silva Rego vai enfocar o tema “Sobre Masculinidades”.

A campanha faz referência à sanção da Lei Maria da Penha (nº 11.340/ 2006), assinada no dia 7 de agosto e que está completando 14 anos. O Agosto Lilás tem como foco a divulgação da lei, que surgiu para amparar as mulheres vítimas dos vários tipos de violência: física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial.

O Agosto Lilás tem ações que vão da conscientização à denúncia. Por meio do Ligue 180, que atende todo o território nacional, são registradas e encaminhadas denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes. A ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. São atendidas todas as pessoas que ligam relatando eventos de violência contra a mulher.

Programação

Ainda como parte da programação outras atividades irão ocorrer no mês de agosto. No dia 16, o Centro de Apoio Operacional do Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOp Mulher) realiza o lançamento dos projetos Patrulha Maria da Penha, Grupo Reflexivo Novo Olhar e Conversando com Elas.

A partir do dia 19 de agosto, terá início a segunda etapa do curso “As Filósofas e o Direito - Justiça, Diversidade e Igualdade”, que também será transmitido pelo Youtube.

Números da violência

No ano de 2020, foram registrados nas Promotorias de Justiça, em todo o Maranhão, 8.882 processos relativos à violência contra a mulher. Desse total, 4.927 casos referem-se a medidas protetivas; 2.351 são denúncias de violência doméstica; 1.823 ameaças, além de outros em menor quantidade.

Entre as comarcas que registram os maiores índices estão São Luís, com 4.908 processos; Imperatriz, com 1.662; São José de Ribamar, 548; Paço do Lumiar, 284; Açailândia, 274; Santa Inês, 207.

Açailândia

Em Açailândia, a promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, coordenadora do CAOp Mulher, reuniu-se na quarta-feira, 5, com integrantes da Rede de Proteção à Mulher para discutir sobre a programação do Agosto Lilás na cidade.

Foram discutidas ações como participação em programas de rádio, entrevistas com comunicadores locais, além da inauguração da Casa de Apoio à Mulher do povoado São Romão, na zona rural do município, e a instalação da Patrulha Maria da Penha em Açailândia, prevista para o dia 3 de setembro.

Participam da rede representantes do Ministério Público, Judiciário, OAB, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal da Mulher, Polícia Militar, meios de comunicação, entre outros segmentos da sociedade civil. “Estamos todos juntos para que, de fato, seja feita a conscientização necessária pelo fim da violência contra a mulher”, afirmou Sandra Garcia.

O bairro do São Cristóvão e o processo de R\$ 200 milhões contra o Estado

Atendendo ao recurso interposto pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Costa, da 2ª câmara cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do juiz de direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que determinava o pagamento de um processo no valor aproximado de R\$ 204 milhões contra o Estado do Maranhão. A dívida já foi extinta há mais de 11 anos com o pagamento por meio de acordo entre as partes envolvidas.

Segundo o procurador-geral adjunto da PGE Maranhão, Lucas Souza, o processo judicial original tratava de uma desapropriação indireta ocorrida na área onde hoje se encontra o bairro São Cristóvão. “É uma demanda muito antiga que começou a fase de execução, após o trânsito em julgado, ainda em 1996 e que se resolveu plenamente em 2010. O processo foi “ressuscitado” em 2021 por essa decisão judicial recente. É uma demanda que já foi resolvida, mas que poderia trazer um prejuízo enorme ao Estado caso o mesmo fosse condenado. Foi uma vitória maiúscula barrar essa cobrança indevida”, ressaltou o procurador.

Em seu relatório sobre o processo, a desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Costa destacou que não haviam razões para determinar o prosseguimento do processo já que há a comprovação do pagamento das parcelas acordadas entre as partes envolvidas.

Leia mais:

<https://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/o-bairro-do-sao-cristovao-e-o-processo-de-r-200-milhoes-contra-o-estado/#ixzz739XvpgE7>

CEMULHER promove atividade de capacitação junto à Rede Amiga da Mulher de Barreirinhas

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão - CEMULHER/TJMA, promoveu, no dia 21 de julho, em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher de Barreirinhas, palestra virtual sobre violência de gênero e a Lei Maria da Penha, no âmbito das ações do Programa "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano".

O momento de capacitação teve como público-alvo profissionais atuantes nos diversos órgãos e serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do município de Barreirinhas e como palestrante a Analista Judiciária bacharel em Direito Amanda Rolim, integrante da equipe técnica multidisciplinar da CEMULHER, sendo realizado através do Google Meet.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEMULHER/TJMA, presidida pelo Desembargador Cleones Carvalho Cunha, é um órgão permanente de assessoria da presidência do Tribunal de Justiça e tem suas atribuições definidas na Resolução nº. 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário.

Pela primeira vez no Maranhão, todos os municípios fazem adesão ao Selo Unicef

Ao aderir ao Selo Unicef, municípios assumem o compromisso de desenvolver ações estratégicas voltadas às crianças (Foto: Divulgação)

Prefeitos e prefeitas de todo o Maranhão concluíram o processo de adesão ao Selo Unicef (2021-2024) neste último domingo (8). A estratégia do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) incentiva a implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de uma metodologia intersetorial nos municípios.

No Maranhão, a implementação do Selo UNICEF é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, além do parceiro implementador, o Instituto Formação – Centro de Apoio à Educação Básica (FCAEB), e do apoio institucional da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef no Maranhão, o alcance de 100% de adesão no estado é a primeira conquista maranhense nesta nova edição do Selo Unicef, resultado de um esforço conjunto.

“Ter 216 municípios maranhenses fazendo parte do Selo Unicef é algo inédito. A parceria com o Governo do Estado do Maranhão assegurou que a gente tivesse uma equipe fantástica de pessoas de todas as secretarias de estado, que trabalham nas regionais, juntando-se a nós na mobilização, com dedicação, com suas habilidades e competências”, afirma Ofélia Silva. “O resultado vem de um esforço coletivo institucional e esta conquista merece ser celebrada por todos do Maranhão”, completou.

Com a adesão à iniciativa, os municípios passam a ser acompanhados pelas equipes do Unicef e do parceiro implementador, o Instituto Formação, para a realização de ações que visam melhorar a vida de crianças e adolescentes no estado. Ao longo de quatro anos, as gestões municipais terão acesso a formações, conteúdos programáticos, acompanhamento de seus indicadores sociais e de planos de ação municipais. Desse modo, a metodologia estratégica visa o fortalecimento de políticas públicas que gerem resultados sistêmicos, além do monitoramento e a avaliação dos resultados.

“As atividades já começam nas próximas semanas. Até o final deste ano, vamos realizar as primeiras capacitações, atividades de monitoramento, trabalhos com a Busca Ativa Escolar e preparação para o engajamento de adolescentes, jovens e lideranças dos municípios no planejamento municipal”, relata Ofélia Silva. “Estaremos juntos com os municípios trabalhando na colaboração com toda a rede municipal de educação, de assistência social, de saúde, coletivo de adolescentes e jovens e todas as lideranças sociais”, concluiu.

Para as capitais, o Unicef possui um programa específico, que é a Plataforma dos Centros Urbanos. Sendo assim, São Luís participará da Plataforma dos Centros Urbanos (que abrirá as inscrições em breve) e os demais 216 municípios do Maranhão do Selo Unicef.

Parceria

Em 2017, o governador Flávio Dino criou o Comitê Estadual de Apoio Técnico aos Municípios para certificação do Selo Unicef (Ceatom), por meio do Decreto nº33.113, com a finalidade de apoiar e incentivar os municípios a participarem do Selo. Integram este comitê as Secretarias de Estado: de Governo (Segov), da Saúde (SES), do Desenvolvimento Social (Sedes), da Educação (Seduc), das Políticas Públicas (Seep), dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) e de Relações Institucionais (SRI).

Para Marcos Pacheco, secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo Unicef, a união de todos para que os municípios maranhenses façam parte deste programa é em prol de um único objetivo: a melhora na qualidade de vida das crianças maranhenses. “Progressivamente o Maranhão tem melhorado a condição social de suas crianças. Não é da noite para o dia, mas é no dia a dia da educação, da saúde e da assistência que vamos avançando e cuidando da cidadania do amanhã”, explicou Pacheco.

Já Erlanio Xavier, presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), destaca que o Selo Unicef é uma iniciativa muito importante que estimula e reconhece os avanços dos municípios nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. “Por isso, parabenizamos todos os gestores que fizeram adesão à certificação atendendo também a nossa mobilização e incentivo, fazendo o Maranhão alcançar cem por cento de municípios inscritos”, comemorou.

Sobre o Selo Unicef

Maior projeto do Fundo das Nações Unidas (Unicef) no Brasil, ao aderir ao novo Selo Unicef, os municípios assumem o compromisso de desenvolver um conjunto de Ações Estratégicas de Políticas Públicas e de Participação Social. Elas têm o objetivo de promover os direitos das crianças e dos adolescentes.

No Maranhão, os municípios contam com o Instituto Formação, parceiro técnico no acompanhamento e monitoramento das atividades. A iniciativa acompanha os quatro anos de gestão municipal, com uma metodologia que inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem o município a cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança, que no Brasil é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), norteados também pela Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

QUEM DÁ MAIS: Dia 16 tem mega feirão de carros usados do TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou Edital (EditLeilão-DAP-22021), anunciando a realização de leilão público online de veículos, no dia 16 de agosto de 2021, a partir das 9h.

O evento será realizado diretamente do auditório da Vip Leilões (localizada à BR 135, KM-07, nº 5, Distrito Industrial - São Luís - MA), com transmissão ao vivo e participação online através do site www.vipleiloes.com.br, bastando cadastrar usuário e senha.

Conforme o Edital nº 2/2021, o pregão será conduzido pelo leiloeiro público oficial do Estado do Maranhão, Francisco de Assis Costa Aranha, pelo valor de maior lance ofertado para alienação de veículos, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 21.981/32.

QUEM DÁ MAIS: Dia 16 tem mega feirão de carros usados do TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou Edital (EditLeilão-DAP-22021), anunciando a realização de leilão público online de veículos, no dia 16 de agosto de 2021, a partir das 9h.

O evento será realizado diretamente do auditório da Vip Leilões (localizada à BR 135, KM-07, nº 5, Distrito Industrial - São Luís - MA), com transmissão ao vivo e participação online através do site www.vipleiloes.com.br, bastando cadastrar usuário e senha.

Conforme o Edital nº 2/2021, o pregão será conduzido pelo leiloeiro público oficial do Estado do Maranhão, Francisco de Assis Costa Aranha, pelo valor de maior lance ofertado para alienação de veículos, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 21.981/32.

Redução de impacto

Em respeito à política de sustentabilidade do Poder Judiciário, que prevê ações ambientalmente corretas que objetivem a redução do impacto na natureza, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou a doação de mais de 300 bens reaproveitáveis no primeiro semestre de 2021, beneficiando instituições como hospitais, entidades religiosas e culturais, entre outras. No total, o Judiciário maranhense fez a doação de 314 bens para reaproveitamento, entre computadores, impressoras, refrigeradores, aparelhos de ar-condicionado, móveis, entre outros, trabalho operacionalizado pela Divisão de Administração Patrimonial do TJMA.

Redução de impacto 2

Os bens doados são oriundos da Campanha “Destralhar”, promovida pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça, coordenador pelo desembargador Jorge Rachid Maluf. A campanha é realizada desde 2018 no âmbito do Judiciário maranhense, voltada à informação e à sensibilização dos servidores sobre o uso racional e inteligente dos materiais e bens permanentes, bem como à capacitação para devolução do que não estiver sendo usado pelos setores e descarte de processos antigos para fins de reciclagem.

Judiciário maranhense faz doação de bens para reaproveitamento

Em respeito à política de sustentabilidade do Poder Judiciário, que prevê ações ambientalmente corretas que objetivem a redução do impacto na natureza, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou a doação de mais de 300 bens reaproveitáveis no primeiro semestre de 2021, beneficiando instituições como hospitais, entidades religiosas e culturais, entre outras. No total, o Judiciário maranhense fez a doação de 314 bens para reaproveitamento, entre computadores, impressoras, refrigeradores, ares-condicionados, móveis, entre outros, trabalho operacionalizado pela Divisão de Administração Patrimonial do TJMA.

Os bens doados são oriundos da Campanha "Destralhar", promovida pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça, coordenador pelo desembargador Jorge Rachid. A campanha é realizada desde 2018 no âmbito do Judiciário maranhense, voltada à informação e à sensibilização dos servidores sobre o uso racional e inteligente dos materiais e bens permanentes, bem como à capacitação para devolução do que não estiver sendo usado pelos setores e descarte de processos antigos para fins de reciclagem.

A campanha institucional é uma das ações previstas no Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Maranhão, voltada a garantir a destinação útil e correta de bens que não estejam sendo utilizados nas unidades judiciais e administrativas.

Os procedimentos de baixa patrimonial e alienação de bens móveis reaproveitáveis (doação) estão dispostos na Portaria-GP N° 30/2019. A devolução dos materiais é feita conforme sua classificação (materiais de consumo, permanentes e de informática), obedecendo as normas internas e contribuindo com a logística de recebimento e triagem dos materiais devolvidos, com coleta em dias específicos, conforme instruções que seguem:

- 1) Materiais de Expediente (consumo): Cadastrar requisição no sistema Digidoc com o assunto "Devolução de Material de Consumo".
- 2) Permanentes novos ou em boas condições de uso: Cadastrar requisição no sistema Digidoc com o assunto "Devolução de Material Permanente".
- 3) Permanentes inservíveis ou reaproveitáveis: Proceder conforme previsto na PORTARIA-GP-302019, a qual dispõe sobre a baixa patrimonial e alienação na modalidade doação de bens móveis. Nesse caso, o desfazimento pode ser feito nas próprias unidades, sem a necessidade de envio para a Divisão de Administração Patrimonial.
- 4) Informática: Cadastrar ofício no sistema Digidoc e enviar para Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos.

POLÍTICA

Por meio da Resolução N° 400, de 16 de junho de 2021, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a nova política de sustentabilidade do Poder Judiciário brasileiro, baseada na Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotando uma visão macro que inclui a política de Governança de Contratações Públicas. Com a nova Resolução, o CNJ contemplou os quatro pilares da sustentabilidade -

ambiental, econômico, social e cultural -, alinhando a política de sustentabilidade do Poder Judiciário também com a política de governança de contratações, definida pela Resolução CNJ n. 347/2020, que entrará em vigor em outubro deste ano.

Segundo a Resolução N° 400/2021, os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

A Resolução define que as ações ambientalmente corretas devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, tendo como premissas a redução do consumo, o reaproveitamento e reciclagem de materiais, a revisão dos modelos de padrão de consumo e a análise do ciclo de vida dos produtos. "As ações economicamente viáveis devem buscar critérios de eficiência contínua dos gastos, levando em consideração a real necessidade da compra/contratação dentre as propostas mais vantajosas (análise custo-benefício) para sustentação da instituição, tendo em vista as inovações nos processos de trabalho", estabelece.

As ações socialmente justas e inclusivas devem fomentar na instituição e em ações externas a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio e o bem-estar no ambiente de trabalho, por meio de atividades voltadas ao cuidado preventivo com a saúde, acessibilidade e inclusão social dos quadros de pessoal e auxiliar. "As ações culturalmente diversas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho", define o § 4º do artigo 1º da Resolução N° 400/2021.

Continue lendo em: <https://omaranhense.com/judiciario-maranhense-faz-doacao-de-bens-para-reaproveitamento/>

Juízes e servidores podem inscrever ações no Banco de Boas Práticas

As estatísticas relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher destacam os números crescentes e assustadores desse fenômeno, mesmo com o avanço das legislações e políticas públicas. "Diante desse cenário, buscar alternativas dinâmicas e diversificadas para educar, difundir direitos e conscientizar a sociedade é medida de fundamental importância para a preservação de milhares de vidas", ressalta o presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), desembargador Cleones Cunha.

Em março deste ano, a CEMULHER lançou o Banco de Boas Práticas, com o objetivo de reconhecer e disseminar práticas exitosas de enfrentamento à violência doméstica e familiar desenvolvidas por magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário do Maranhão.

Os interessados e as interessadas em divulgar suas iniciativas deverão preencher formulário eletrônico disponibilizado no hotsite da Coordenadoria da Mulher, na aba "Boas Práticas". Os magistrados, magistradas, servidores e servidoras que tiverem suas ações publicadas receberão certificados de reconhecimento pelas suas contribuições no enfrentamento à violência doméstica e consequente alcance social.

"Convidamos magistradas, magistrados, servidoras e servidores do Poder Judiciário do Maranhão, sensíveis à temática, a participarem dessa iniciativa, somando esforços para a superação desse fenômeno complexo e desafiador, dessa chaga que assola a nossa sociedade", frisou o desembargador Cleones Cunha.

PRÁTICAS RECONHECIDAS

A primeira ação encaminhada e aprovada pela CEMULHER é de autoria da servidora Jessica de Oliveira Rodrigues. O projeto "Outubro Rosa das Marias" tem como objetivo disseminar os direitos das crianças e adolescentes do sexo feminino e das mulheres, conscientizando a comunidade escolar por meio de legislações e políticas sociais em vigor no Brasil. Voltada para a sociedade em geral, a iniciativa foi executada inicialmente na Comarca de Bacuri, no ano de 2019, e estendeu-se posteriormente para Cururupu, Mirinzal, Guimarães e Cedral, já alcançando cerca de 2 mil pessoas.

O projeto conta com a colaboração de estudantes protagonistas do curso técnico em Serviços Jurídicos do Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão (IEMA): Thacila Bianca Lopes Teles, Lizandra Lopes Caldas, Emilly Cauane Pereira Silva e Kemerson Fonseca Costa; além da auxiliar técnica, servidora cedida da Prefeitura de Apicum-Açu (Termo da Comarca de Bacuri), Elicilene Santos.

Todos os municípios do MA fazem adesão ao Selo Unicef

Prefeitos e prefeitas de todo o Maranhão concluíram o processo de adesão ao Selo Unicef (2021-2024) neste último domingo (8). A estratégia do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) incentiva a implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de uma metodologia intersetorial nos municípios.

No Maranhão, a implementação do Selo UNICEF é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, além do parceiro implementador, o Instituto Formação - Centro de Apoio à Educação Básica (FCAEB), e do apoio institucional da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef no Maranhão, o alcance de 100% de adesão no estado é a primeira conquista maranhense nesta nova edição do Selo Unicef, resultado de um esforço conjunto.

"Ter 216 municípios maranhenses fazendo parte do Selo Unicef é algo inédito. A parceria com o Governo do Estado do Maranhão assegurou que a gente tivesse uma equipe fantástica de pessoas de todas as secretarias de estado, que trabalham nas regionais, juntando-se a nós na mobilização, com dedicação, com suas habilidades e competências", afirma Ofélia Silva. "O resultado vem de um esforço coletivo institucional e esta conquista merece ser celebrada por todos do Maranhão", completou.

Com a adesão à iniciativa, os municípios passam a ser acompanhados pelas equipes do Unicef e do parceiro implementador, o Instituto Formação, para a realização de ações que visam melhorar a vida de crianças e adolescentes no estado. Ao longo de quatro anos, as gestões municipais terão acesso a formações, conteúdos programáticos, acompanhamento de seus indicadores sociais e de planos de ação municipais. Desse modo, a metodologia estratégica visa o fortalecimento de políticas públicas que gerem resultados sistêmicos, além do monitoramento e a avaliação dos resultados.

"As atividades já começam nas próximas semanas. Até o final deste ano, vamos realizar as primeiras capacitações, atividades de monitoramento, trabalhos com a Busca Ativa Escolar e preparação para o engajamento de adolescentes, jovens e lideranças dos municípios no planejamento municipal", relata Ofélia Silva. "Estaremos juntos com os municípios trabalhando na colaboração com toda a rede municipal de educação, de assistência social, de saúde, coletivo de adolescentes e jovens e todas as lideranças sociais", concluiu.

Para as capitais, o Unicef possui um programa específico, que é a Plataforma dos Centros Urbanos. Sendo assim, São Luís participará da Plataforma dos Centros Urbanos (que abrirá as inscrições em breve) e os demais 216 municípios do Maranhão do Selo Unicef.

Parceria

Em 2017, o governador Flávio Dino criou o Comitê Estadual de Apoio Técnico aos Municípios para certificação do Selo Unicef (Ceatom), por meio do Decreto nº33.113, com a finalidade de apoiar e incentivar os municípios a participarem do Selo. Integram este comitê as Secretarias de Estado: de Governo (Segov), da Saúde (SES), do Desenvolvimento Social (Sedes), da Educação (Seduc), das Políticas Públicas (Seep), dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) e de Relações Institucionais (SRI).

Para Marcos Pacheco, secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo Unicef, a união de todos para que os municípios maranhenses façam parte deste programa é em prol de um único objetivo: a melhora na qualidade de vida das crianças maranhenses. "Progressivamente o Maranhão tem melhorado a condição social de suas crianças. Não é da noite para o dia, mas é no dia a dia da educação, da saúde e da assistência que vamos avançando e cuidando da cidadania do amanhã", explicou Pacheco.

Já Erlanio Xavier, presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), destaca que o Selo Unicef é uma iniciativa muito importante que estimula e reconhece os avanços dos municípios nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. "Por isso, parabenizamos todos os gestores que fizeram adesão à certificação atendendo também a nossa mobilização e incentivo, fazendo o Maranhão alcançar cem por cento de municípios inscritos", comemorou.

Sobre o Selo Unicef

Maior projeto do Fundo das Nações Unidas (Unicef) no Brasil, ao aderir ao novo Selo Unicef, os municípios assumem o compromisso de desenvolver um conjunto de Ações Estratégicas de Políticas Públicas e de Participação Social. Elas têm o objetivo de promover os direitos das crianças e dos adolescentes.

No Maranhão, os municípios contam com o Instituto Formação, parceiro técnico no acompanhamento e monitoramento das atividades. A iniciativa acompanha os quatro anos de gestão municipal, com uma metodologia que inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem o município a cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança, que no Brasil é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), norteados também pela Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Associação dos Funcionários da Justiça do Estado do Maranhão (ASFUJEMA) promove ciclo de palestras sobre drogas

A ação será realizada dia 16 de agosto, e tem como objetivo conscientizar jovens sobre as consequências do uso de drogas lícitas e ilícitas

A Associação dos Funcionários da Justiça do Estado do Maranhão (ASFUJEMA) realiza no dia 16 de agosto, uma programação de ciclo de palestras sobre drogas lícitas e ilícitas. A iniciativa faz parte do projeto “Semeando Vidas: da infância para a vida toda, porque droga mata!” e acontece na cidade de Imperatriz, no Palácio do Comércio.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a dependência em drogas lícitas ou ilícitas é considerada uma doença. O uso indevido de cigarro, álcool, cocaína e outras substâncias atingem não somente a saúde, mas também os âmbitos culturais, sociais, econômicos e políticos. O relatório Mundial sobre Drogas 2021 constatou que a pandemia do Covid-19 potencializou os riscos de dependência, cerca de 275 milhões de pessoas usaram algum tipo de droga no mundo no último ano e mais de 36 milhões sofreram de transtornos associados ao uso excessivo.

Pensando nisso, o projeto visa a realização de palestras em todo o Maranhão, ministradas em caráter de colaboração voluntária, por autoridades públicas, instituições e profissionais, a fim de conscientizar, principalmente o público mais jovem, alertando-os sobre os danos causados pelo uso dessas substâncias.

O Gestor de Relações Institucionais da ASFUJEMA, Sandro Barbosa, fala da importância do ciclo de palestras e de como o projeto pode trazer um bem coletivo para a sociedade, tanto nas áreas da segurança, saúde, educação, assistência social quanto no convívio social da comunidade como um todo. “A ideia é proporcionar aos jovens a possibilidade de ter decisões assertivas e esclarecidas sobre as drogas. Realizando a conscientização, revelando os danos causados pelo uso de drogas e influenciar de forma positiva o não uso dessas substâncias, promovendo a integração de todos os segmentos para a valorização do ser humano e a promoção da saúde”.

O projeto conta com o apoio do Sistema Judiciário (TJMA, MPMA, DPMA, SSPMA, Polícia Militar, Civil, Federal, Rodoviária e Federal, das entidades classistas (ADEPOL, AMPEM, AMMA, FAMEM, REMADD), e da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz - ACII.

As palestras terão a participação dos idealizadores, das autoridades locais, empresários e estudantes. Para participar basta estar presente no Palácio do Comércio, Rua Bom Futuro - Centro - Imperatriz - MA, no dia 16 de agosto, das 08h às 18h.

TJMA realiza leilão de veículos na próxima segunda (16)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou Edital anunciando a realização de leilão público online de veículos, no dia 16 de agosto de 2021, a partir das 9h.

O evento será realizado diretamente do auditório da Vip Leilões (localizada à BR 135, KM-07, nº 5, Distrito Industrial - São Luís - MA), com transmissão ao vivo e participação online através do site, bastando cadastrar usuário e senha.

Conforme o Edital nº 2/2021, o pregão será conduzido pelo leiloeiro público oficial do Estado do Maranhão, Francisco de Assis Costa Aranha, pelo valor de maior lance ofertado para alienação de veículos, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 21.981/32.

Irmão de Brandão recorre ao TJ para se livrar de condenação por enriquecimento ilícito

Ex-prefeito de Colinas, José Henrique, e o seu irmão e vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jaime Ferreira, vai julgar o recurso apresentado pelo ex-prefeito de Colinas, José Henrique Barbosa Brandão, contra a decisão do juiz Sílvio Alves Nascimento, que o condenou por enriquecimento ilícito. O ex-gestor é irmão do vice-governador maranhense, Carlos Brandão.

Zé Henrique, como é conhecido, recorreu ao Tribunal para anular a condenação de 1º grau alegando que não cometeu atos ímprobos durante a sua gestão à frente da Prefeitura de Colinas.

Em 2018, o juiz da comarca de Colinas, Sílvio Alves Nascimento, condenou o irmão do vice-governador a pedido do Ministério Público Estadual que constatou irregularidades na prestação de contas do exercício financeiro de 2005, período em que foi Prefeito da Cidade de Colinas. Sendo as referidas contas reprovadas, consubstanciadas no Parecer Prévio PL - TCE nº 262/2007 e no Acórdão PL - TCE 451/2009.

Na Ação Civil Pública proposta pelo MP, foi requerida a quebra do sigilo bancário e fiscal, indisponibilidade dos bens e informações do Detran, cartório de registro de imóveis da cidade de Colinas e São Luís, acerca dos bens existentes em nome de Zé Henrique.

O ex-prefeito foi acusado de enriquecimento ilícito, favorecimento de terceiros ou prejuízo ao erário.

Sílvio Alves Nascimento acolheu o pedido e afirmou que José Henrique não prestou contas de diversas obras, convênios, processos licitatórios, entre outros.

O magistrado destacou que é dever do gestor prestar as contas enquanto estiver no cargo. “O Réu, enquanto Prefeito do Município de Colinas, estava obrigado a prestar as contas anuais de sua gestão. No Relatório de Informação Técnica do Recurso de Reconsideração 063/2008, fls. 417 - 428, consta, ainda, sanadas algumas irregularidades, que o Município de Colinas encontra-se inadimplente”.

O ex-prefeito rebateu as acusações alegando que não agiu com dolo ou má-fé, tampouco tomou conhecimento de que restavam problemas referentes à prestação de contas.

O juiz pontuou que “das provas que constam dos autos, extrai-se que o Réu não prestou as contas referidas corretamente, embora obrigado a fazê-lo”. E completou: “O dolo na conduta omissiva do Réu salta aos olhos, pois após o Acórdão PL-TCE nº 353/2007, houve Pedido de Reconsideração da Parte Ré, em que foi mantido o Acórdão e reformado o Parecer Prévio PL - TCE nº 262/2007, com saneamento de apenas algumas irregularidades. O Mandato do Réu terminou em 31/12/2008, mas as contas não foram prestadas. Logo, só com a vontade livre e consciente poderia ocorrer a omissão, ou seja, dolosamente.”

O irmão de Carlos Brandão foi condenado à suspensão de direitos políticos por 3 anos; multa civil que arbitro no valor correspondente a 12 vezes o valor da remuneração do Prefeito do Município de Colinas-MA.

Alunos de escolas municipais participarão de evento do projeto Semeando Vidas

Reunião entre as autoridades foi realizada no gabinete da Secretaria Municipal de Educação. (Foto: Sara Ribeiro)

Secretário de Educação, José Antonio Pereira, recebeu nesta terça-feira (10), Sandro Barbosa, representante da Associação dos funcionários da Justiça do Estado do Maranhão (Asfujema), para articular junto ao Município a participação de alunos da rede na programação do projeto “Semeando Vidas: da infância para a vida toda, porque droga mata!”.

Evento ocorrerá dia 16 de agosto, no Palácio do Comércio, com a participação de autoridades e instituições como Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, TJMA, CAPs, Creas, organizações da sociedade civil, comunidades terapêuticas, além de atividades com palestras, rodas de conversa, exposição fotográfica, dentre outras.

Respeitando as medidas de segurança na pandemia, participarão do encontro de quatro a cinco escolas, com vagas para 200 alunos, para estudantes do Ensino Fundamental de 6º a 9º anos.

“As escolas receberão toda a logística da Secretaria de Educação (Semed), com disponibilidade de transporte escolar, acompanhamento de professores e todos os cuidados necessários. Trata-se de um evento importante para aos poucos voltarmos às atividades pedagógicas fora do ambiente virtual do aluno”, reforçou o secretário.

Fonte: Prefeitura Municipal de Imperatriz.

18ª Semana Justiça pela Paz em Casa começa no próximo dia 16

De 16 a 20 de agosto, acontece a 18ª Semana Nacional do Programa "Justiça pela Paz em Casa", instituída pela Resolução nº 254/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

No período, o Poder Judiciário, em parceria com as Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais operadores do Direito de todo o país, concentrarão esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com vistas a ampliar a efetividade da "Lei Maria da Penha" (Lei n.º 11.340/2006).

Em todo o Maranhão estão agendadas audiências e julgamentos de processos nas varas especializadas e competentes em Violência Doméstica contra a Mulher, em São Luís especificamente na 1ª Vara, acontecem as audiências presenciais no 5º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, com todo protocolo das medidas sanitárias, conforme a Portaria 541/2021, que entrou em vigor no dia 2 de agosto, e que disciplina o retorno do atendimento presencial no Judiciário e que considera o Decreto 36.871 do Governo do Estado do Maranhão.

Durante a Semana, além dos julgamentos de processos, serão realizadas atividades multidisciplinares no enfrentamento a Violência contra a Mulher. A CEMULHER programou atividades do programa "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano" no dia 16 em canteiros de obra da Construtora Costa Machado na Avenida dos Holandeses e no dia 17, no Centro de Formação de Vigilantes, no centro. Uma roda de conversa do Programa Homem Consciente foi agendada no CREAS da Chácara Brasil, no Turu.

No Maranhão, as semanas da "Justiça pela Paz em Casa" são organizadas e coordenada pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER/TJMA), que tem como presidente o Desembargador Cleones Cunha, e segue a determinação da Resolução nº 254/2018, do CNJ.

O PROGRAMA

O Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa" integra a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres instituída pelo CNJ. As semanas acontecem em três edições por ano: em março (marcando o Dia da Mulher); em agosto (aniversário de sanção da Lei Maria da Penha); e em novembro (quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher).

Paz em Casa

De 16 a 20 de agosto, será realizada a 18ª Semana Nacional do Programa “Justiça pela Paz em Casa”, com o objetivo de aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

No período, o Poder Judiciário do Maranhão concentrará esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com vistas a ampliar a efetividade da “Lei Maria da Penha”.

Em todo o Maranhão estão agendados audiências e julgamentos de processos nas varas especializadas e competentes em Violência Doméstica contra a Mulher.

Em São Luís, especificamente na 1ª Vara, acontecem as audiências presenciais no Fórum Desembargador Sarney Costa.

Em vista ao Tribunal de Contas, Braide anuncia adesão ao programa de combate à corrupção

Presidente do TCE recebe prefeito de São Luís

Em vista a Tribunal de Contas do Estado (TCE), na manhã desta sexta-feira (13), o prefeito de São Luís, Eduardo Braide (Podemos), confirmou sua participação no webinar “O Plano Plurianual como instrumento de desenvolvimento local”, que será realizado no próximo dia 19. O evento tem como objetivo orientar administradores municipais sobre a elaboração e implementação do Plano Plurianual (PPA).

No encontro com o presidente do TCE, conselheiro Washington Oliveira, além da participação no webinar, Braide confirmou a adesão da Prefeitura da capital ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), que integra a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), sob coordenação e execução das Redes de Controle da Gestão Pública Estaduais, patrocinada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Sobre gestão ambiental, outro tema de relevância na agenda do controle externo do TCE maranhense, o prefeito falou sobre os avanços promovidos nesse início de gestão, convidando o Tribunal para uma visita ao Centro Ambiental da Ribeira. Inaugurado em dezembro do ano passado, o antigo lixão foi transformado em uma área de descarte adequado de resíduos sólidos, e incentivo à sustentabilidade.

“Vamos atuar com muita força na questão ambiental, e essa visita será de grande valia para o Tribunal, por se tratar de um exemplo de boas práticas do qual podemos retirar várias lições”, observou o presidente do TCE.

Eduardo Braide é também um dos signatários do Termo de Cooperação Técnica que será assinado no próximo dia 24 visando à implementação de programas e ações interinstitucionais para a educação e fiscalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos entes fiscalizados pelo TCE. A intenção é também assegurar os princípios da Lei nº 12.3054/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Incluindo Tribunal de Contas do Estado e Prefeitura de São Luís, um total de 20 instituições assinam o documento, entre elas Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa - Alema, OAB - Maranhão, Federação das Indústrias - FIEMA, Sebrae-MA, Federação do Comércio - Fecomércio, União de Vereadores e Câmaras do Maranhão - UVCM e Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Washington e Braide com o secretário-geral, Bruno Almeida; e o assessor de relações interinstitucionais, João Torres (E)

Com a intermediação do conselheiro-substituto Antonio Blecaute, diretor da Escola Superior de Controle Externo do TCE (Esceex), foi firmado ainda compromisso de assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre Esceex e a Escola de Governo e Gestão Municipal (EGGEM), voltado para a promoção de capacitações sobre os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/21, a Nova Lei de Licitações.

“A partir da prefeitura da capital, essa iniciativa deverá se estender a todos os municípios do estado, visando a plena eficácia desse documento legal”, informou o diretor da Esceex.

“A prefeitura da capital do Estado deve servir como referência para todos os municípios do Estado, especialmente no que se refere a boas práticas administrativas”. Nesse sentido, os laços interinstitucionais entre TCE e Prefeitura de São Luís deverão se intensificar, privilegiando a troca de informações e experiências capazes de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública em todo o Maranhão”, afirmou ao final da visita o presidente do TCE.

ALDEIA DO MUNDO >>> Com apresentação e produção do historiador Magno Córdova, o objetivo do programa (...)

ALDEIA DO MUNDO >>> Com apresentação e produção do historiador Magno Córdova, o objetivo do programa é ampliar a escuta e informação musical de seus ouvintes. Às segundas, quartas e sextas, às 18h, na web rádio Justiça do Maranhão (clique no link e verifique o ícone de sintonia ao final da página). Saiba mais

Falsas verdades

JOSÉ LUIZ ALMEIDA *

Um dia desses, tive oportunidade de ouvir, numa emissora de rádio, uma entrevista com uma destacada pessoa do show business. Em determinado momento, o entrevistador pediu ao entrevistado estrelado que declinasse algo que tivesse feito e em razão do que teria se arrependido. Ela, a estrela, sem titubeio, respondeu o que já vi muitos afirmarem, sem constrangimento: “de tudo que vivi, só guardo arrependimento pelo que não fiz”. Confesso que essa afirmação me deixou em estado de estupor, por não acreditar, francamente, que alguém tenha passado pela vida e não tenha se arrependido de nenhum ato praticado.

Estupefato, diante da insolente resposta apresentada, me imaginei sendo entrevistado e instado a responder à mesma indagação, para a qual só teria uma resposta definitiva, qual seja, de que, incontáveis vezes, me arrependi de alguma atitude, de alguma posição assumida, dentre as quais destacaria o meu maior erro: ter levado a vida muito a sério.

O certo é que, instado a refletir em face da entrevista, fiz, de súbito, uma brevíssima retrospectiva da minha vida, para concluir, sem dificuldades, como acima anotado, ter cometido muitos erros, em razão dos quais me arrependo até os dias atuais, embora estes, nada obstante, tenham me orientado para as decisões futuras.

Penso, sinceramente, que só uma pessoa muito arrogante, ou insensível, ou do tipo que prefere o autoengano, que se imagina acima do bem e do mal, pode afirmar, por vaidade ou outro motivo qualquer, que tenha passado pela vida sem praticar qualquer ato em razão do qual tenha se arrependido.

Já tive a oportunidade de refletir, aqui mesmo, neste mesmo espaço, sobre a relevância de não se valorizar os falsos apoteogmas, como o que me levou às reflexões que emolduro neste artigo, por traduzirem, na maioria das vezes, desde a minha compreensão, apenas uma perigosa autossuficiência, que se contrapõe à lógica da vida, uma agressão mesmo ao bom senso, à nossa condição de seres humanos.

Melhor mesmo, como tenho consignado nos meus escritos, é, com humildade, admitir os nossos erros, a nossa falibilidade, sabido que não se muda de vida, de conduta ou de comportamento, com empáfia, já que prepotência, arrogância, imodéstia ou insolência são péssimas conselheiras, capazes de enevoar a mente mais sã.

Ademais, é impossível viver sem errar, sem cair aqui e levantar acolá. É humano seguir por uma via equivocada, para, depois, constatado o equívoco, mudar de direção. Daí a minha conclusão de que os que dizem, sem nenhuma humildade, que só se arrependem do que não fizeram, de rigor, não se importam em parecer ridículos, ao tempo em que menosprezam a inteligência alheia.

Até onde a minha vista alcança, nenhum ser humano, desses iguais a nós, simples mortais, e ainda que tenha posição destacada na sociedade, passou pela vida sem cometer erros, conquanto possa, até, em razão deles, não ter se arrependido, por arrogância ou outro sentimento igualmente contestável.

Diferente de muitos, concluo, com humildade, que, passados os anos, tendo vivido a vida quase por inteiro, muitos foram os erros que cometi e em razão dos quais me arrependo; como arrependimento tenho, noutra giro, pelo que não fui capaz de realizar, por acomodação, preguiça, covardia ou qualquer outro motivo, a reafirmar a minha condição de gente.

É isso.

* Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

blog: joseluizalmeida.com

E-mail: jose.luiz.almeida@globo.com

Desembargador inspeciona imóveis para 2ª Vara de Barreirinhas

O desembargador Raimundo Barros foi ao município de Barreirinhas, a pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, inspecionar imóveis para a instalação da 2ª Vara da Comarca. Barros conversou com o juiz Fernando Jorge Pereira, titular da 1ª Vara, e depois fez uma visita de cortesia ao prefeito Amílcar Gonçalves.

Inicialmente, o desembargador visitou o Fórum da Comarca, para constatar as instalações. Em conversa com o juiz Fernando Jorge Pereira, ambos chegaram à conclusão de que o espaço é insuficiente para a segunda unidade, a não ser que uma grande reforma fosse feita para ampliação do imóvel, o que o magistrado entende ser projeto para médio ou longo prazo.

"Barreirinhas está demandando muito, a cidade está crescendo, é urgente a instalação de uma segunda vara", explicou Raimundo Barros.

O desembargador foi ver de perto possíveis imóveis para a instalação da nova vara e verificou que muitos não atendem às necessidades do Tribunal, mas localizou um a 60 metros do Fórum que precisaria de pequenos ajustes para receber a unidade judicial.

VISITA AO PREFEITO

Ao saber da viagem do desembargador à cidade, o prefeito Amílcar Gonçalves, conhecido como Dr. Amílcar, pediu que o magistrado fosse visitá-lo. No encontro, o desembargador vislumbrou um outro projeto, de longo prazo, de localização de um terreno para a construção de um Fórum maior, que atenda às necessidades de Barreirinhas. O prefeito sinalizou que vai verificar um local para o possível projeto de novo Fórum.

Rede de atenção à pessoa egressa do Sistema Prisional será implantada no Maranhão

Com o objetivo de tratar sobre a implantação da Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional (RAESP), a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA) promoveu, nessa quinta-feira (12), reunião no auditório do Centro Integrado de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPS), no bairro Vinhais. A UMF é presidida pelo desembargador Marcelo Carvalho e coordenada pelo juiz Marcelo Moreira.

Participaram da reunião, representantes da UMF, do Conselho Nacional de Justiça, instituições governamentais e não governamentais. Foi o primeiro encontro para implementar a RAESP no Maranhão, a fim de elaborar estratégias para fortalecer e aprimorar a oferta de serviços e ações à população egressa do Sistema Prisional.

A reunião foi iniciada com a apresentação da UMF pela chefe da Divisão Começar de Novo, Perla Rocha. Em seguida, a representante do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD), Cláudia Gouveia, explicou o papel do CNJ, por meio do Programa Fazendo Justiça, na contribuição para o processo de reintegração social de pessoas apenadas e egressas do sistema prisional.

Em participação por videoconferência, a coordenadora da RAESP Rio, assistente social Edith Rosa, compartilhou a experiência do Rio de Janeiro com a implantação da Rede no Estado.

A supervisora de Reintegração Social, Mônica Barros, fez a apresentação do espaço da CIAPIS e sua organização para atendimento de pessoas apenadas e egressas e a assistente social Jercenilde Silva, da Divisão Começar de Novo (UMF/TJMA), fez apresentação do percurso realizado no Maranhão para implantação da RAESP.

REDE NO MARANHÃO

A RAESP já atua em vários Estados, em parceria com órgãos públicos e do terceiro setor. Nos Estados do Rio de Janeiro e Tocantins já foram oficialmente criadas. O Maranhão está entre os próximos Estados a ter a Rede implantada, juntamente com os estados do Acre, Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Estão em fase de articulação, os estados do Ceará, Bahia, Sergipe e Pará.

A Rede no Maranhão é formada pelo Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA) e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA); pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES), da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) e Defensoria Pública do Estado (DPE).

Participam ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); o Conselho da Comunidade; o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas; a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDDH) e o Fórum LGBTQIA+.

FASE DE IMPLANTAÇÃO

Durante o evento, a assistente social Jercenilde Silva explicou que várias atividades já foram executadas para que seja possível a implantação da RAESP no Maranhão, tais como: o levantamento das instituições que atendem direta e indiretamente pessoas egressas e seus familiares; mobilização dos representantes dessas instituições e realização da 1ª Reunião para apresentar a proposta de criar a RAESP Maranhão.

A previsão de lançamento oficial da Rede está para o dia 30 de setembro de 2021, às 14h30, no Centro Administrativo do TJMA, na Rua do Egito.

Desembargador Marcelo Carvalho Silva é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

O desembargador Marcelo Carvalho Silva é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (13) até domingo (15), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Adriana Gomes Oliveira e Raimundo N Ferreira. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 16 a 22 de agosto, o desembargador Antônio Guerreiro Júnior é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - A juíza Luzia Madeiro Neponucena (Vara Agrária de São Luís) e o juiz Antônio Luiz de Almeida Silva (1ª Vara de Entorpecentes de São Luís), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste final de semana são o servidor Romero Oliveira (Vara Agrária de São Luís) e a servidora Lidiane Pinheiro (1ª Vara de Entorpecentes de São Luís).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os servidores plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

Instaladas mais quatro unidades interligadas de registro civil no MA

A Corregedoria-Geral da Justiça e parceiros institucionais instalaram, nesta quinta-feira, 12, as Unidades Interligadas de Registro Civil (UIRC) dos municípios de Pinheiro, Bequimão, Joselândia e Pedro do Rosário. A instalação dessas unidades implementa a política pública de combate ao sub-registro no Maranhão.

A partir dessa data, o assento de registro civil de pessoas naturais e o fornecimento das certidões de nascimento aos pais dos recém-nascidos passam a ser feitos nas maternidades locais, onde acontecem os partos.

As primeiras crianças nascidas nessas maternidades, após a instalação da UI, já estão de posse da certidão de nascimento: as gêmeas Alice e Chloe Pereira (Pinheiro), Ravi Martins (Bequimão), Valentina Santos (Joselândia) e Raul Serra (Pedro do Rosário).

Com a instalação dessas quatro unidades, em parceria com os executivos municipais e os cartórios de registro civil de pessoas naturais, a Corregedoria amplia para 48 o total de UIRC entregues à população maranhense - 42 na gestão atual.

A solenidade de instalação das unidades interligadas foi realizada na quinta-feira, 12, com a participação de magistrados, prefeitos municipais, delegatários dos cartórios e representantes dos conselhos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, CRAS e CREAS e coordenadores de programas de saúde na família.

Durante o ato de instalação, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, disse que a política de combate ao sub-registro representa uma "cruzada cívica" para assegurar a Certidão de Nascimento para todo cidadão e toda cidadã maranhense, para que possam exercer a sua cidadania e acessar as políticas públicas.

"Nós não podemos descansar. Essa é uma luta sem trégua enquanto existir um maranhense em nosso Estado sem Certidão de Nascimento", declarou o corregedor.

O diretor do Departamento de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Jailton Nascimento, afirmou que a ausência do registro civil é uma "porta aberta" para muitos males que assolam as crianças do Brasil "como tráfico de crianças, tráfico de órgãos e adoções ilegais que são desafios que nós tentamos fortemente enfrentar", afirmou, ressaltando que o Maranhão tem sido exemplo de enfrentamento ao sub-registro.

Participaram da solenidade os juízes Anderson Sobral e Jaqueline Caracas, respectivamente, supervisor e coordenadora do Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica; Pedro Paschoal (Pinheiro), Ivis Monteiro (Bequimão) e Talita Barreto (Joselândia) e a promotora de Justiça Raquel Reis (Bequimão).

Também estavam presentes a secretária-adjunta de Estado dos Direitos da Criança e do Adolescente

(SEDIHPOP), Lissandra Leite; o prefeito municipal Toca Sena (Pedro do Rosário); os secretários municipais Frederico Lobato (Pinheiro) e Sidnei Castelo Branco (Bequimão); a diretora social da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN-MA), Gabriella Caminha; as delegatárias Maria Dilma (Joselândia), Alana Suellen (Pedro do Rosário) e escritã Cíntia Abreu (2º Ofício de Pinheiro), o delegatário Rogério Araújo (Bequimão) e o presidente da Câmara Municipal de Pinheiro, Eliseu Furtado.https://www.youtube.com/embed/iEi6_TgBfYo?rel=0

CIDADANIA

O juiz de Pinheiro ressaltou que a instalação da UI não proporciona ao cidadão apenas o documento de registro civil, mas, também, dignidade humana. "Somos agentes do Estado para levar a dignidade a quem precisa", disse Pedro Paschoal.

A delegatária Alana Suellen (Pedro do Rosário) declarou que a instalação da UI na cidade representa um sonho de toda a população, que está possibilitando o acesso à Certidão de Nascimento para as mães de recém-nascidos logo ao sair do ambiente hospitalar. "É a concretização da própria cidadania e da dignidade da pessoa humana".

A secretária Lissandra Leite reforçou, na oportunidade, a importância do trabalho em parceria para o alcance dos objetivos de combate ao sub-registro. "Nesse trabalho, em rede, vamos conseguindo vencer o sub-registro, garantir a cidadania da nossa população e, especialmente, a dignidade, que é o que nos move".

O advogado Sidnei Castelo Branco, secretário de administração de Bequimão, enfatizou que a instalação da UI atende a uma demanda antiga do cartório local e servirá ao combate ao sub-registro. "As unidades interligadas de fato, servem para dar dignidade e nos fazem existir, formalmente, a partir deste momento", frisou

O desembargador Jorge Rachid (Núcleo Ambiental/TJMA) aplaudiu a iniciativa da CGJ-MA e parabenizou a todos os envolvidos no projeto - magistrados, cartorários e administradores municipais. "Parabéns a todos os prefeitos irmanados nesse interesse: servir ao cidadão. Essa é a nossa missão".

Continue lendo

em: <https://omaranhense.com/instaladas-mais-quatro-unidades-interligadas-de-registro-civil-no-ma/>

Judiciário de Vitória do Mearim inicia inspeção em cartórios na próxima semana

O Poder Judiciário de Vitória do Mearim inicia na próxima segunda-feira, dia 16 de agosto, uma inspeção ordinária nas serventias extrajudiciais da comarca. São os cartórios do 1o e 2o Ofício, que passarão pela inspeção coordenada pela juíza titular Urbanete de Angiolis Silva. As atividades vão até o dia 20 de agosto. A magistrada segue ao que determina a Resolução nº. 24/2009, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, alterada por resoluções posteriores. A inspeção ordinária em Vitória do Mearim é objeto da Portaria 2948/2021, publicada pela juíza.

Conforme o documento: "Qualquer pessoa do povo poderá apresentar sugestões e reclamações, expedir convite à Promotoria de Justiça da comarca e aos membros da OAB que aqui atuam para, querendo, acompanharem a realização dos trabalhos".

Foi determinado, ainda, envio de cópia do documento ao Tribunal de Justiça e à Corregedoria Geral da Justiça, comunicando-lhes acerca da realização do ato. A magistrada determinou, ainda, a comunicação junto aos oficiais de registro da sede da Comarca de Vitória do Mearim, informando-lhes sobre a realização das inspeções e necessidade de disponibilização dos livros no período já mencionado, bem como requisitar aos delegatários que informem à unidade judicial o e-mail e telefone, preferencialmente celular com acesso a whatsapp atualizado. Por fim, a portaria ressalta que não serão suspensos os trabalhos regulares da unidade jurisdicional e nem o atendimento ao público nas serventias extrajudiciais.

Conforme a Resolução 24/2009, as inspeções ordinárias devem ser realizadas pelo juiz de Direito nas serventias extrajudiciais, serviços auxiliares, presídios e cadeias, em período preestabelecido. As inspeções extraordinárias podem ser realizadas pelo juiz e pelo corregedor-geral da Justiça nas serventias extrajudiciais, serviços auxiliares, presídios e cadeias, a qualquer tempo.

Lourival Serejo, presidente do TJ-MA, determina encerramento de atividades de creche que acolhe filhos de servidores do Judiciário

Unidade foi inaugurada em 1997 para atendimento de público infantil na faixa etária de sete meses a três anos. Desembargador alega custos elevados

Na contramão da própria ordem de retorno das atividades presenciais, bem como das redes de ensino público e privado dos municípios e do Estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, usou a pandemia do novo coronavírus como determinante para o encerramento das atividades da Creche Desembargadora Judith Pacheco, que acolhe os filhos de servidores do Poder Judiciário maranhense que atuam em São Luís enquanto estes estão em serviço.

A informação consta em Ato da Presidência despachado por Lourival Serejo nesta segunda-feira (16), obtido pelo ATUAL7.

Por ordem do magistrado, a Diretoria Administrativa deverá encerrar imediatamente os contratos de fornecimento de alimentação e contratação de terceirizados, e a Diretoria de Recursos Humanos o deslocamento dos servidores lotados atualmente na creche para as unidades administrativas e judiciárias do TJ-MA.

No documento, o presidente da corte considera que “a pandemia impossibilitou o funcionamento e a reabertura da creche nos anos de 2020 e 2021”, e que, “nesse período, mesmo que sem que estivesse cumprindo a sua finalidade, a manutenção da estrutura disponibilizada demandou custos elevados ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.”

Ainda segundo Lourival Serejo, para determinar o encerramento das atividades da Creche Desembargadora Judith Pacheco, foi também considerada ordem para “a elaboração de minuta do projeto de lei que regulamentará a concessão de auxílio-creche aos magistrados e magistradas e servidores e servidoras”. A alegação é de que, “com caráter mais universal e de maior capilaridade”, o benefício não se restringirá apenas à capital maranhense.

As atividades na creche foram suspensas pela Presidência do Tribunal de Justiça em março do ano passado, quando o Poder Judiciário maranhense ainda estava sob comando do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Segundo dados do próprio TJ-MA, a Creche Judith Pacheco foi inaugurada em 1997, na gestão do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, com capacidade de atendimento de 20 crianças por turno, com brinquedoteca, salas de vídeo, pedagógica e de estimulação para bebês, espaços voltados para o desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico.

Agora extinta, a creche acolhia um público infantil na faixa etária de sete meses a três anos, e contava com uma

equipe multidisciplinar formada por gestora, supervisora, pedagogas, fonoaudióloga, psicóloga, auxiliar judiciária, arte-educadora, auxiliares de serviços gerais, cozinheiras, policiais e cuidadoras (funcionárias terceirizadas).

TUDO SOBRE CRECHE DESEMBARGADORA JUDITH PACHECO LOURIVAL SEREJO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
MA

Ouvidoria Itinerante atenderá o município de Barreirinhas

A população de Barreirinhas (a 254 km de São Luís) será a próxima a receber mais uma edição do Projeto Ouvidoria Itinerante do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O atendimento será realizado nos dias 17 de agosto (9h às 17h) e 18 de agosto (9h às 12h), em espaço disponibilizado no Cartório Eleitoral do município, localizado no prédio do TRE (Avenida Joaquim Soeiro de Carvalho s/n, Centro), em frente ao Fórum Deputado Luciano Fernandes Moreira.

Será a primeira participação do ouvidor-geral no projeto, desembargador Kleber Costa Carvalho, desde que assumiu a Ouvidoria do Poder Judiciário, para o biênio (2020-2022). Em virtude da pandemia da Covid-19, o TJMA havia interrompido o Projeto "Ouvidoria Itinerante", que consiste em atendimento mais humanizado, individualizado e particularizado às necessidades de cada cidadão e cidadã, em salas reservadas nos Fóruns.

Protocolo e distanciamento

O desembargador Kléber Carvalho ressalta que, em decorrência da pandemia que ainda existe no país e no mundo, a ação está planejada para garantir a segurança de todos os envolvidos. "Por este motivo, o atendimento será reduzido, no máximo, para 30 pessoas convidadas, entre elas, estão advogados, advogadas, cidadãs e cidadãos interessados em conversar", explicou o ouvidor-geral.

Sugestões

As manifestações apresentadas pela população durante o evento serão encaminhadas aos setores competentes do Judiciário. Os questionamentos serão esclarecidos em tempo hábil e os interessados serão informados sobre os resultados de suas sugestões e reclamações.

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão funciona no Fórum de São Luís, no Calhau (pisos térreo).

O órgão pode ser acionado pelos telefones (98) 3194-5555 e 0800 707 1581 (Telejudiciário); por formulário eletrônico, disponível no site www.tjma.jus.br; e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br); "Fale Conosco" da Corregedoria e da Presidência; ou presencialmente, seguindo as medidas de prevenção e protocolos referentes ao Coronavírus (Covid-19).

Vítimas de violência são acolhidas pela 1ª Vara da Mulher

Vítimas de violência doméstica são acolhidas na 1ª Vara da Mulher, em São Luís, enquanto aguardam audiências da Semana Nacional do Programa “Justiça pela Paz em Casa”, que começou nesta segunda-feira (16).

Os filhos pequenos das vítimas e outras mulheres que comparecem à unidade judiciária como testemunhas também recebem atendimento no “Espaço Acolher”, localizado no hall do 5º andar do no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Foram agendadas 109 audiências para os cinco dias de atividades.

A titular da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Rosária de Fátima Duarte, explicou que, além das 109 audiências incluídas na pauta, durante o mutirão os juízes julgam processos, dão decisões, sentenças e despachos. Conforme a magistrada, o objetivo é concentrar esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência contra a mulher. Atualmente tramitam na unidade 3.252 processos físicos e eletrônicos.

Já no “Espaço Acolher”, o atendimento é feito pela equipe multidisciplinar da 1ª Vara da Mulher. No local, as vítimas e também mulheres que foram intimadas como testemunhas conversam com psicólogos, assistentes sociais e comissários de justiça, além de aguardarem, longe dos agressores, a hora da audiência. No espaço são acolhidas, ainda, as crianças filhas das vítimas.

No local as mulheres - vítima e testemunhas - recebem orientações e tiram dúvidas com a equipe multidisciplinar. A comissária de justiça, Letícia Costa, explicou que, dependendo de cada caso, são feitos encaminhamentos para a rede de atendimento (Casa da Mulher, unidades de saúde, promotoria, defensoria, entre outras instituições).

Segundo a juíza Rosária de Fátima Duarte, por conta das medidas sanitárias de prevenção da COVID-19, nesta edição do “Justiça pela Paz em Casa” foram agendadas apenas seis audiências por dia e reduzida de seis para três a quantidade de salas de audiência.

O protocolo segue as orientações da Portaria 541/2021, em vigor desde o dia 2 de agosto e que disciplina o retorno do atendimento presencial no Judiciário e que considera o Decreto 36.871 do Governo do Estado do Maranhão.

As audiências, que vão até a próxima sexta-feira (20), ocorrem das 9h às 14h30 e são presididas pelos juízes Rosária de Fátima Duarte, Nelson Morais Rego e Vanessa Clementino. Participam três promotores de Justiça, quatro defensores públicos, além de advogados.

A 2ª Vara da Mulher, localizada no Jaracaty, e que tem competência para as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), também está realizando atividades durante o mutirão. A juíza titular da unidade, Lúcia Helena Heluy, informou que a equipe está trabalhando nos processos com expectativa de que durante esta semana sejam concedidas 40 medidas protetivas e proferidas 300 sentenças.

A 18ª edição da semana “Justiça pela Paz em Casa”, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tem o objetivo de aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. No Maranhão, as atividades ocorrem também nas comarcas do interior do estado e são coordenadas pela CEMULHER (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça). O evento conta com a parceria das Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais órgãos do sistema de Justiça do Direito.

Fonte: TJMA

TJMA fecha a creche Judith Pacheco e concede auxílio-creche para servidores do judiciário

Unidade foi inaugurada em 1997 para atendimento de público infantil na faixa etária de sete meses a três anos. Presidente do TJMA alega custos elevados e concessão do auxílio-creche beneficia servidores em todo o Estado.

O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa determinou o encerramento das atividades da Creche Desembargadora Judith Pacheco, que acolhe os filhos de servidores do Poder Judiciário maranhense que atuam em São Luís enquanto estes estão em serviço.

O Ato do TJMA, foi despachado pelo presidente Lourival Serejo na segunda-feira. Por ordem do magistrado, a Diretoria Administrativa deverá encerrar imediatamente os contratos de fornecimento de alimentação e contratação de terceirizados, e a Diretoria de Recursos Humanos o deslocamento dos servidores lotados atualmente na creche para as unidades administrativas e judiciárias do TJMA.

No documento, o presidente da corte considera que “a pandemia impossibilitou o funcionamento e a reabertura da creche nos anos de 2020 e 2021”, e que, “nesse período, mesmo que sem que estivesse cumprindo a sua finalidade, a manutenção da estrutura disponibilizada demandou custos elevados ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.”

O presidente Lourival Serejo ao determinar o encerramento das atividades da Creche Desembargadora Judith Pacheco, em ato contínuo expediu ordem para “a elaboração de minuta do projeto de lei que regulamentará a concessão de auxílio-creche aos magistrados e magistradas e servidores e servidoras”. A alegação é de que, “com caráter mais universal e de maior capilaridade”, o benefício não se restringirá apenas à capital maranhense.

As atividades na creche foram suspensas pela Presidência do Tribunal de Justiça em março do ano passado, quando o Poder Judiciário maranhense ainda estava sob comando do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Segundo dados do próprio TJ-MA, a Creche Judith Pacheco foi inaugurada em 1997, na gestão do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, que num gesto de grandeza decidiu homenagear a desembargadora Judith Pacheco, não apenas como magistrada, mas pela sua importante participação, compromisso e luta para o engrandecimento da Justiça no Maranhão. Começou com a capacidade de atendimento de 20 crianças por turno, com brinquedoteca, salas de vídeo, pedagógica e de estimulação para bebês, espaços voltados para o desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico.

Agora extinta, a creche acolhia um público infantil na faixa etária de sete meses a três anos, e contava com uma equipe multidisciplinar formada por gestora, supervisora, pedagogas, fonoaudióloga, psicóloga, auxiliar judiciária, arte-educadora, auxiliares de serviços gerais, cozinheiras, policiais e cuidadoras (funcionárias terceirizadas), o que elevava os custos de manutenção, e com o auxílio creche um maior número de servidores do judiciário será beneficiado

Homenagens marcam 10 anos da Cemulher/TJMA

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de de Violência Doméstica e Familiar, órgão vinculado ao Judiciário, divulgou levantamento com 82.588 pedidos de medidas protetivas

Cerimônia que marcou os 10 anos da Cemulher foi muito prestigiada (Divulgação)

“Essa mulher, por que é que grita? Vai lá saber. Olha que flores bonitas, por que é que grita? Jacintos, margaridas por quê? Por que o quê? Por que é que grita essa mulher?”. Com a declamação do poema de Susana Thénon, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, acompanhado da juíza Lidiane Melo, sensibilizou a plateia no início do seu discurso na cerimônia dos 10 anos da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER), nessa sexta-feira (13), no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

Na solenidade, o TJMA homenageou desembargadores, desembargadoras, magistradas, magistrados, servidoras e servidores que prestaram serviços e atuaram no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, desde a implantação da Coordenadoria e premiou os 15 vencedores do 1º Concurso Literário Maria Firmina dos Reis: a visibilidade da mulher pela janela literária. A seleção foi realizada pela CEMULHER/TJMA.

O evento contou com a presença do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, do coordenador da CEMULHER, desembargador Cleones Cunha – ambos membros da Academia Maranhense de Letras (AML); do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; do desembargador Antonio José Vieira Filho, uma das descendentes de Maria Firmina, Maria Firmina Costa Reis, além de juízes (as), servidores(as), convidados, amigos e familiares dos finalistas do concurso.

10 ANOS DE CEMULHER

Instituída em 2 de agosto de 2011, na gestão do desembargador Jamil Gedeon, a CEMULHER é um órgão permanente de assessoria da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, que atende todo o estado do Maranhão, oferecendo um conjunto de ferramentas de proteção às mulheres e de enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Em sua trajetória de uma década, a CEMULHER foi coordenada pela desembargadora Nelma Sarney, desembargadora Ângela Salazar e, atualmente, é conduzida pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Em sua fala, o desembargador Cleones Carvalho Cunha explicou que se não houvesse a violência contra mulher na sociedade, não haveria a necessidade de existência da Coordenadoria, mas que “felizmente, ela existe para que juntos nós possamos, todos, fazer um trabalho para que as nossas mulheres que sofrem violência doméstica de seus companheiros, maridos, filhos e pais, homens que moram nas suas casas, possam ter uma proteção maior do Poder Judiciário”.

Foram homenageados, a primeira presidente da CEMULHER, desembargadora Nelma Sarney, a desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar e o atual presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Cunha.

Entre as juízas e juízes homenageados estão: Mirella César Freitas, Selecina Henrique Locatelli, Carlos Alberto Matos Brito, Larissa Rodrigues Tupinambá Castro, Sara Fernanda Gama, Júlio César Lima Praseres e Lidiane Melo de Sousa.

Também receberam placas de reconhecimento pela atuação em varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os juízes e juízas Nelson Melo de Moraes Rêgo, Ana Paula Araújo, Rosária de Fátima Duarte, Lúcia Helena Barros Heluy, Samira Barros Heluy e Vanessa Clementino Sousa.

As servidoras e servidores que receberam homenagem são: Hayla Castelo Branco, Danyelle Bitencourt e Francisco Júlio Gomes.

DADOS

De acordo com levantamento enviado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, o Poder Judiciário do Maranhão recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, desde o ano de 2006 até o dia 27 de julho de 2021, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Desse universo, no período de 2017 a 2021 (julho), ingressaram 53.628 pedidos na Justiça. Desse total, foram concedidas 46.311 medidas protetivas; 863 revogadas; e 1.378 não concedidas. Só neste ano, o Poder Judiciário estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência, até o dia 27 de julho.

Em relação a crimes de feminicídio (homicídio de mulheres com base em violência doméstica ou discriminação de gênero), foram 48 casos registrados em 2019; 60 em 2020; e 28 neste ano.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/08/17/homenagens-marcam-10-anos-da-cemulher-tjma/>

Empossada juíza do TRE, Ana Graziella diz que Justiça Eleitoral é guardiã da soberania popular

Advogada assumiu o cargo nesta terça-feira

Em sessão solene realizada por videoconferência, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa tomou posse, nesta terça-feira (17), como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) na categoria de jurista para um período de dois anos. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Regional, desembargador Joaquim Figueiredo.

“Neste momento, o nosso compromisso deve ser de responsabilidade com o passado que tanto nos legou e com o futuro que legaremos aos nossos descendentes, reconhecendo, de forma límpida, a importância de uma democracia plena e de uma Justiça Eleitoral independente, forte, moderna e iluminada pelos ideais e princípios constitucionais e democráticos”, destacou o desembargador.

O magistrado afirmou que o país se orgulha de ter uma justiça eleitoral respeitada, consolidada e determinada a realizar, com grandeza, o seu papel de protagonista da melhoria do processo eleitoral com mecanismos de apuração de votos figurando na vanguarda dos sistemas mais modernos e confiáveis do mundo.

Sobre a empossada, disse ter certeza de que ela, “com o conhecimento nesta Justiça Especializada, já demonstrado, abrilhantará, os nossos julgamentos. Desejo sucesso nessa nova empreitada jurídica em sua vida, que Deus a abençoe e proteja sempre”.

Em seu discurso, Anna Graziella Neiva frisou que “mais do que zeladora da lisura dos pleitos eleitorais, assegurando o inarredável respeito às regras eleitorais, a Justiça Eleitoral é a guardiã da soberania popular e, por conseguinte, da própria democracia. Esse ideário precisa ser compreendido por toda a sociedade. A força e a solidez das instituições de Justiça deste país, demonstradas a cada açoitado, e a completude da Carta Magna brasileira, que instituiu o Estado Democrático de Direito, em direta confrontação com um Estado de Ódio, precisam nos assegurar uma nação que seja reconhecida pela sua soberania e não pelas dissensões”.

Finalizou deixando registrado que agora, ao ingressar na Corte Eleitoral, irá dar sua contribuição em busca de aperfeiçoamento junto aos mais experientes com uma dedicação inesgotável, não apenas à magistratura eleitoral, mas à democracia brasileira e ao seu país.

Sobre a nova titular – Anna Graziella Neiva foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 27 de julho para ocupar a vaga aberta em razão da renúncia de Bruno Duailibe em dezembro de 2020, que assumiu cargo de Procurador Geral do Município de São Luís. A escolha da advogada foi realizada a partir de lista tríplice, composta pelos advogados Megbel Abdalla e Thiago Brhanner Garcês Costa.

A nova jurista é advogada, tem especialização em Direito Eleitoral e está cursando mestrado em Direito Público na Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Porto – Portugal). Ela é também pesquisadora voluntária do

Núcleo de Estudos do Estado, Segurança Pública e Sociedade da UFMA, além de membro consultora da Comissão Especial Eleitoral do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil e membro da Procuradoria Estadual de Assistência e Defesa das Prerrogativas da seccional da OAB-MA.

Autoridades - Prestigiaram a posse, além dos membros da Corte e o Procurador Regional Eleitoral, as seguintes autoridades: o ex-presidente da República do Brasil, José Sarney; membro do Superior Tribunal de Justiça, ministro Reynaldo Soares da Fonseca; representando o Tribunal de Justiça, o vice-presidente, desembargador Jaime Ferreira de Araujo; representando o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão deputado estadual Glauber Cutrim; ex-governadores Roseana Sarney e José Reinaldo Tavares; desembargador federal Ney de Barros Bello Filho; presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira; presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, e membro do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Marcelo Buhatem; Corregedor - geral da Justiça do Maranhão e presidente permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, des. Paulo Velten; presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; vice-presidente da Faculdade Portucalense Infante Dom Henrique e diretora do Departamento de Direito prof^a doutora Manuela Dia Marques Magalhães Silva; Procurador Geral do Município de São Luís, Bruno Duailibe; ex-presidentes e ex-membros do TRE; defensores públicos, advogados, servidores e familiares.

Composição - A Corte está composta pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente) e Ângela Salazar (vice-presidente e corregedora). Pelo juiz federal Ronaldo Desterro e pelos dois juízes de direito Lavínia Coelho e Cristiano Simas. Os advogados Anna Graziella Neiva (titular) e Luis Fernando Xavier - que é membro substituto - e está na interinidade do cargo. O procurador regional eleitoral é Juraci Guimarães Júnior.

TJMA entregará exemplares da Constituição Federal à população

O Poder Judiciário do Maranhão fará, nesta quinta-feira (19), a distribuição de exemplares da Constituição Federal à população no Terminal da Integração, na Praia Grande, Centro Histórico de São Luís, a partir da 17 horas.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, estará presente na ação institucional. Ele destacou a imprescindibilidade da Carta Magna no fortalecimento dos direitos sociais, com seus compromissos na defesa do Estado Democrático de Direito.

De acordo com o desembargador Lourival Serejo, o objetivo é estimular os cidadãos e cidadãs a fazerem a leitura da Constituição Federal como uma atividade diária, discutindo com os amigos, amigas e familiares seus artigos e princípios.

O entendimento é de que "com a leitura da Constituição, os cidadãos e cidadãs se tornarão mais conscientes dos seus direitos, tendo uma melhor compreensão sobre os dispositivos constitucionais os quais a sociedade precisa estar atenta, em especial aqueles que são fundamentais para ao exercício pleno da cidadania.

Anna Graziella Neiva toma posse como membro titular do TRE-MA

Em sessão solene realizada por videoconferência, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa tomou posse, nesta terça-feira (17), como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria de jurista para um período de dois anos.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Regional, desembargador Joaquim Figueiredo que em sua fala discorreu sobre o atual contexto sociopolítico do país, nos convidando a renovarmos a confiança na democracia brasileira. "Neste momento, o nosso compromisso deve ser de responsabilidade com o passado que tanto nos legou e com o futuro que legaremos aos nossos descendentes, reconhecendo, de forma límpida, a importância de uma democracia plena e de uma Justiça Eleitoral independente, forte, moderna e iluminada pelos ideais e princípios constitucionais e democráticos", destacou.

O magistrado afirmou que o país se orgulha de ter uma justiça eleitoral respeitada, consolidada e determinada a realizar, com grandeza, o seu papel de protagonista da melhoria do processo eleitoral com mecanismos de apuração de votos figurando na vanguarda dos sistemas mais modernos e confiáveis do mundo.

Sobre a nova empossada, enfatizou "tenho certeza de que Vossa Excelência com o conhecimento nesta Justiça Especializada, já demonstrado, abrilhantar, os nossos julgamentos. Desejo sucesso nessa nova empreitada jurídica em sua vida, que Deus a abençoe e proteja sempre".

"Sinto-me especialmente lisonjeada em participar desta sessão solene de posse, em que a história dessa egrégia Corte está sendo reescrita, com a ascensão de uma jovem mulher, advogada militante, de personalidade vibrante e vasta experiência profissional, porque são passados 17 anos do dia em que, pela primeira vez, este Colegiado teve em sua composição uma mulher como membro titular, na classe de jurista, a advogada Sônia Maria Lopes Coêlho. Sendo reescrita, também, porque a sua composição atual contará com 3 grandes mulheres. Essa nova composição será, com certeza, protagonista na condução do processo eleitoral vindouro e de toda a sua logística, para assegurar a transparência e legitimidade do processo eleitoral e garantir ao eleitor o livre exercício do voto, contribuindo, assim, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito", ressaltou a desembargadora Ângela Salazar, corregedora regional eleitoral e vice-presidente do TRE-MA ao dar às boas-vindas a Anna Graziella Neiva.

Em seu discurso, Anna Graziella Neiva frisou que "mais do que zeladora da lisura dos pleitos eleitorais, assegurando o inarredável respeito às regras eleitorais, a Justiça Eleitoral é a guardiã da soberania popular e, por conseguinte, da própria democracia. Esse ideário precisa ser compreendido por toda a sociedade. A força e a solidez das instituições de Justiça deste país, demonstradas a cada açoitado, e a completude da Carta Magna brasileira, que instituiu o Estado Democrático de Direito, em direta confrontação com um Estado de Ódio, precisam nos assegurar uma nação que seja reconhecida pela sua soberania e não pelas dissensões".

Finalizou deixando registrado que agora, ao ingressar na Corte Eleitoral, irá dar sua contribuição em busca de

aperfeiçoamento junto aos mais experientes com uma dedicação inesgotável, não apenas à magistratura eleitoral, mas à democracia brasileira e ao seu país.

Sobre a nova titular

Anna Graziella Neiva foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 27 de julho para ocupar a vaga aberta em razão da renúncia de Bruno Duailibe em dezembro de 2020, que assumiu cargo de Procurador Geral do Município de São Luís. A escolha da advogada foi realizada a partir de lista tríplice, composta pelos advogados Megbel Abdalla e Thiago Brhanner Garcês Costa.

A nova jurista é advogada, tem especialização em Direito Eleitoral e está cursando mestrado em Direito Público na Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Porto - Portugal). Ela é também pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos do Estado, Segurança Pública e Sociedade da UFMA, além de membro consultora da Comissão Especial de Eleitoral do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil e membro da Procuradoria Estadual de Assistência e Defesa das Prerrogativas da seccional da OAB-MA.

Continue lendo em: <https://omaranhense.com/anna-graziella-neiva-toma-posse-como-membro-titular-do-tre-ma/>

População de Barreirinhas será ouvida pelo Poder Judiciário

O projeto "Ouvidoria Itinerante" do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) atenderá a população de Barreirinhas (a 254 km de São Luís) nesta terça-feira (17), das 9h às 17h, e nesta quarta-feira (18), das 9h às 12h. A ação acontecerá em espaço disponibilizado no Cartório Eleitoral do município, localizado no prédio do TRE (Avenida Joaquim Soeiro de Carvalho s/n, Centro), em frente ao Fórum Deputado Luciano Fernandes Moreira.

Esta será a primeira participação do ouvidor-geral no projeto, desembargador Kléber Costa Carvalho, desde que assumiu a Ouvidoria do Poder Judiciário, para o biênio (2020-2022). Em virtude da pandemia da Covid-19, o TJMA havia interrompido o Projeto "Ouvidoria Itinerante", que consiste em atendimento mais humanizado, individualizado e particularizado às necessidades de cada cidadão e cidadã, em salas reservadas nos Fóruns.

PROTOCOLO E DISTANCIAMENTO

Em virtude da pandemia que ainda assola o país e o mundo, o desembargador Kléber Carvalho ressalta que a ação foi planejada para garantir a segurança de todos os envolvidos. "Por este motivo, atenderemos, no máximo, 30 pessoas convidadas, entre advogados, advogadas, cidadãs e cidadãos interessados em conversar sobre o Poder Judiciário", explicou o ouvidor-geral.

SUGESTÕES

As manifestações apresentadas pela população durante o evento serão encaminhadas aos setores competentes do Judiciário. Os questionamentos serão esclarecidos em tempo hábil e o público interessado será informado sobre os resultados de suas sugestões e reclamações.

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão funciona no Fórum de São Luís, no Calhau (piso térreo).

O órgão pode ser acionado pelos telefones (98) 3194-5555 e 0800 707 1581 (Telejudiciário); por formulário eletrônico, disponível no site www.tjma.jus.br; e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br); "Fale Conosco" da Corregedoria e da Presidência; ou presencialmente, seguindo as medidas de prevenção e protocolos referentes ao novo Coronavírus (Covid-19).

Judiciário empossa delegatários em cartórios na quinta-feira, 19

O Poder Judiciário do Maranhão, por meio do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; e do presidente do Conselho do FERJ e da Comissão Organizadora do Concurso Público para outorga dos Serviços Notariais e Registros, desembargador Vicente de Paula Gomes, realiza solenidade de posse dos novos delegatários do serviço extrajudicial, que ocorrerá na próxima quinta-feira, dia 19 de agosto de 2021, às 10h, de forma presencial, no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Praça Pedro II, s/nº, Centro).

Por meio de Edital (EDT-CSERVCGJ - 142021), o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, convocou, exclusivamente, os candidatos que receberam a outorga de delegação das serventias extrajudiciais escolhidas nas audiências públicas de serventias vagas, realizadas nos dias 20 e 21 de julho de 2021, para a solenidade de posse. Na ocasião, foram preenchidas 72 serventias extrajudiciais pelos candidatos aprovados no concurso.

Após a finalização das etapas do concurso, foram preenchidas 72 serventias extrajudiciais, sendo 46 na modalidade ingresso e 26 por remoção. Restaram nove vagas: Luís Domingues, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão, Central do Maranhão, Belágua, São Roberto, Bacurituba - ainda não instaladas, Nina Rodrigues e Tufilândia - já instaladas e sob a administração de delegatários interinos.

Devem comparecer à solenidade de posse os candidatos aprovados no concurso público de provas e títulos para a outorga de delegação de serviços notariais e registros do Estado do Maranhão - por provimento ou remoção, conforme Edital 001/2016, cujo resultado foi divulgado no dia 30 de junho de 2020 no Diário da Justiça.

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos: declarações de bens (artigo 13, da Lei Federal nº 8.429/1992); de não acumulação de cargos públicos/delegação de serviços extrajudiciais e formulário cadastral de tabelião ou cadastrador e declaração de residência, conforme modelos anexos ao edital de convocação (EDT-CSERVCGJ - 14/2021).

Os arquivos do Edital de Convocação, Declaração de Bens e Declaração de Não Acumulação de Cargos estão disponíveis em anexo.

Central de Inquéritos e Custódia oferece atendimento social prévio e pós audiência de custódia em período integral

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA) informa que a Central Integrada de Inquéritos e Custódia da Comarca da Ilha de São Luís "Desembargador Raimundo Everton", passou a oferecer desde o dia 26 de junho de 2021, atendimento social prévio e pós audiência de custódia em período integral, incluindo feriados e finais de semana.

O serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), previsto na Resolução do CNJ nº 288/2019, insere o Maranhão em destaque no cenário brasileiro da concretização de políticas públicas voltadas à pessoa custodiada, sendo o Maranhão, um dos primeiros estados brasileiros a ofertar esse serviço também durante os plantões judiciários.

Após tratativas impulsionadas pelo Programa Fazendo Justiça (CNJ, UNODC, PNUD), pela Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), a viabilidade desse serviço foi possível através da parceria entre o Judiciário e o Executivo, por meio da Corregedoria Geral de Justiça - órgão que coordena as ações das Audiências de Custódia no Maranhão - e da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), que disponibilizou a equipe multidisciplinar vinculada à Supervisão de Reintegração Social (SRS-SEAP).

ATENDIMENTO

O Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada é composto pelo atendimento social prévio e posterior à audiência e está situado no âmbito de atuação das alternativas penais, considerando o seu papel frente à efetiva excepcionalidade da medida de prisão. O atendimento social prévio à audiência de custódia se baseia na perspectiva restaurativa e aponta a necessidade de uma atuação anterior à decisão tomada na audiência de custódia, considerando as dimensões subjetiva e social presentes na vida da pessoa custodiada e as possibilidades de medidas que primam pela liberdade. O atendimento social posterior à audiência de custódia está vinculado à necessidade de encaminhamentos para a rede de proteção social e orientações a partir das medidas penais alternativas ao encarceramento porventura determinadas.

Projeto que visa debater políticas públicas de prevenção às drogas é apresentado em Tribuna Popular na Câmara

Com o foco em fortalecer as políticas públicas de combate ao uso de drogas, a Tribuna Popular da Câmara Municipal recebeu o assessor de Relações Institucionais da Associação dos Funcionários da Justiça do Estado do Maranhão (AFUJEMA), Sandro Barbosa, para apresentar os projetos desenvolvidos pela entidade e que contam com o apoio de diversas instituições do Estado.

Um dos projetos apresentados, é o “Semeando vidas: da infância para a vida toda, porque droga mata”, que será oficialmente apresentado em Imperatriz no próximo dia 16 de agosto e, que busca promover nas escolas o debate sobre o consumo de drogas e construir ações que fortaleçam as políticas públicas antidrogas.

Entre as atividades proporcionadas pelo projeto, estão ciclos de palestras, distribuição de cartilhas, blitz, feiras de saúde e outras atividades executadas em parceria com todo o Sistema Judiciário. De acordo com Sandro Barbosa, o projeto possibilita a formação de multiplicadores e executores das ações de combate às drogas.

“A única coisa certa sobre as drogas é a necessidade de haver informação de qualidade e desvinculada da moral, do poder econômico e das forças políticas. Por isso, o projeto da associação tem como principal objetivo trazer para os municípios, para a sociedade, a oportunidade de aplicar um projeto pedagógico de atividades para a criação de uma cultura de prevenção às drogas nas escolas municipais e estaduais”, explicou Barbosa.

Para reforçar a preocupação da Casa Legislativa com o tema, a 1ª secretária, vereadora Cláudia Batista (PTB), realizou a leitura de um resumo das Leis Ordinárias já desenvolvidas pelos parlamentares de Imperatriz, como a Lei 1.676/2017 que estabelece diretrizes para a criação do Conselho Escolar sobre drogas em todos os estabelecimentos de ensino do município.

“As pessoas precisam estar mais bem informadas sobre este assunto e, por mais que tenhamos desenvolvido diversos projetos relacionados ao tema, precisamos trabalhar e discutir cada vez mais sobre políticas de conscientização”, frisou Cláudia.

O vereador Fábio Hernandez (PP) reforçou a necessidade de destinação de verbas para possibilitar a execução de um melhor atendimento, por exemplo, para àqueles que precisam de um tratamento adequado para combater o vício.

“Algumas demandas da sociedade precisam ser incluídas numa PPA, para que exista dotação orçamentária para o município poder executar projetos tão valorosos como o apresentado”, explicou Hernandez.

O vereador Rogério Avelino propôs a criação do Conselho Municipal sobre as Drogas e solicitou o apoio da entidade para a formulação de um Projeto de Lei que possa tornar a ideia realidade em Imperatriz.

“Particpei do Encontro Nacional dos Vereadores e esse tema foi abordado em diversas palestras e reforça a necessidade do debate com a nossa sociedade, porque é um assunto muito complexo e que precisa de diálogo”, afirmou Avelino.

Participam do debate, também, o vereador Flamarion Amaral (PCdoB) e o presidente da Casa, Alberto Sousa (PDT), ambos reforçando a necessidade de colocar em prática as ideias debatidas na Casa e a proposta do vereador Rogério Avelino.

PARCEIROS APOIADORES

As entidade estaduais apoiadoras do projeto são: Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública, Superintendência Regional Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar do Maranhão, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), Polícia Civil, SENARC-Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico, Associação dos Magistrados do Estado do Maranhão (AMMA), Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPÉM), Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Maranhão (ADEPOL), REMADD - Rede Maranhense de Diálogos Sobre Drogas, entre outras.

Por Karol Tragante

Fotos - Fábio Barbosa

Anna Graziella Neiva toma posse como membro titular do TRE-MA

Em sessão solene realizada por videoconferência, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa tomou posse, nesta terça-feira (17), como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria de jurista para um período de dois anos.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Regional, desembargador Joaquim Figueiredo que em sua fala discorreu sobre o atual contexto sociopolítico do país, nos convidando a renovarmos a confiança na democracia brasileira. “Neste momento, o nosso compromisso deve ser de responsabilidade com o passado que tanto nos legou e com o futuro que legaremos aos nossos descendentes, reconhecendo, de forma límpida, a importância de uma democracia plena e de uma Justiça Eleitoral independente, forte, moderna e iluminada pelos ideais e princípios constitucionais e democráticos”, destacou.

O magistrado afirmou que o país se orgulha de ter uma justiça eleitoral respeitada, consolidada e determinada a realizar, com grandeza, o seu papel de protagonista da melhoria do processo eleitoral com mecanismos de apuração de votos figurando na vanguarda dos sistemas mais modernos e confiáveis do mundo.

Sobre a nova empossada, enfatizou “tenho certeza de que Vossa Excelência com o conhecimento nesta Justiça Especializada, já demonstrado, abrilhantar, os nossos julgamentos. Desejo sucesso nessa nova empreitada jurídica em sua vida, que Deus a abençoe e proteja sempre”.

“Sinto-me especialmente lisonjeada em participar desta sessão solene de posse, em que a história dessa egrégia Corte está sendo reescrita, com a ascendência de uma jovem mulher, advogada militante, de personalidade vibrante e vasta experiência profissional, porque são passados 17 anos do dia em que, pela primeira vez, este Colegiado teve em sua composição uma mulher como membro titular, na classe de jurista, a advogada Sônia Maria Lopes Coêlho. Sendo reescrita, também, porque a sua composição atual contará com 3 grandes mulheres. Essa nova composição será, com certeza, protagonista na condução do processo eleitoral vindouro e de toda a sua logística, para assegurar a transparência e legitimidade do processo eleitoral e garantir ao eleitor o livre exercício do voto, contribuindo, assim, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”, ressaltou a desembargadora Ângela Salazar, corregedora regional eleitoral e vice-presidente do TRE-MA ao dar às boas-vindas a Anna Graziella Neiva.

Em seu discurso, Anna Graziella Neiva frisou que “mais do que zeladora da lisura dos pleitos eleitorais, assegurando o inarredável respeito às regras eleitorais, a Justiça Eleitoral é a guardiã da soberania popular e, por conseguinte, da própria democracia. Esse ideário precisa ser compreendido por toda a sociedade. A força e a solidez das instituições de Justiça deste país, demonstradas a cada açoitado, e a completude da Carta Magna brasileira, que instituiu o Estado Democrático de Direito, em direta confrontação com um Estado de Ódio, precisam nos assegurar uma nação que seja reconhecida pela sua soberania e não pelas dissensões”.

Finalizou deixando registrado que agora, ao ingressar na Corte Eleitoral, irá dar sua contribuição em busca de aperfeiçoamento junto aos mais experientes com uma dedicação inesgotável, não apenas à magistratura eleitoral, mas à democracia brasileira e ao seu país.

Sobre a nova titular

Anna Graziella Neiva foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 27 de julho para ocupar a vaga aberta em razão da renúncia de Bruno Duailibe em dezembro de 2020, que assumiu cargo de Procurador Geral do Município de São Luís. A escolha da advogada foi realizada a partir de lista tríplice, composta pelos advogados Megbel Abdalla e Thiago Brhanner Garcês Costa.

A nova jurista é advogada, tem especialização em Direito Eleitoral e está cursando mestrado em Direito Público na Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Porto - Portugal). Ela é também pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos do Estado, Segurança Pública e Sociedade da UFMA, além de membro consultora da Comissão Especial de Eleitoral do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil e membro da Procuradoria Estadual de Assistência e Defesa das Prerrogativas da seccional da OAB-MA.

Autoridades

Prestigiaram a posse, além dos membros da Corte e o Procurador Regional Eleitoral, as seguintes autoridades: o ex-presidente da República do Brasil, José Sarney; membro do Superior Tribunal de Justiça, ministro Reynaldo Soares da Fonseca; representando o Tribunal de Justiça, o vice-presidente, desembargador Jaime Ferreira de Araujo; representando o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão deputado estadual Glauber Cutrim; ex-governadores Roseana Sarney e José Reinaldo Tavares; desembargador federal Ney de Barros Bello Filho; presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira; presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, e membro do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Marcelo Buhatem; Corregedor - geral da Justiça do Maranhão e presidente permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, des. Paulo Velten; presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; vice-presidente da Faculdade Portucalense Infante Dom Henrique e diretora do Departamento de Direito prof^a doutora Manuela Dia Marques Magalhães Silva; Procurador Geral do Município de São Luís, Bruno Duailibe; ex-presidentes e ex-membros do TRE; defensores públicos, advogados, servidores e familiares.

Continue lendo

em: <http://diegoemir.com/2021/08/anna-graziella-neiva-toma-posse-como-membro-titular-do-tre-ma/>

Anna Graziella Neiva toma posse como membro titular do TRE-MA

Em sessão solene realizada por videoconferência, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa tomou posse, nesta terça-feira (17), como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria de jurista para um período de dois anos.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Regional, desembargador Joaquim Figueiredo que em sua fala discorreu sobre o atual contexto sociopolítico do país, nos convidando a renovarmos a confiança na democracia brasileira. “Neste momento, o nosso compromisso deve ser de responsabilidade com o passado que tanto nos legou e com o futuro que legaremos aos nossos descendentes, reconhecendo, de forma límpida, a importância de uma democracia plena e de uma Justiça Eleitoral independente, forte, moderna e iluminada pelos ideais e princípios constitucionais e democráticos”, destacou.

O magistrado afirmou que o país se orgulha de ter uma justiça eleitoral respeitada, consolidada e determinada a realizar, com grandeza, o seu papel de protagonista da melhoria do processo eleitoral com mecanismos de apuração de votos figurando na vanguarda dos sistemas mais modernos e confiáveis do mundo.

Sobre a nova titular

Anna Graziella Neiva foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 27 de julho para ocupar a vaga aberta em razão da renúncia de Bruno Duailibe em dezembro de 2020, que assumiu cargo de Procurador Geral do Município de São Luís. A escolha da advogada foi realizada a partir de lista tríplice, composta pelos advogados Megbel Abdalla e Thiago Brhanner Garcês Costa.

Autoridades

Prestigiaram a posse, além dos membros da Corte e o Procurador Regional Eleitoral, as seguintes autoridades: o ex-presidente da República do Brasil, José Sarney; membro do Superior Tribunal de Justiça, ministro Reynaldo Soares da Fonseca; representando o Tribunal de Justiça, o vice-presidente, desembargador Jaime Ferreira de Araujo; representando o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão deputado estadual Glauber Cutrim; ex-governadores Roseana Sarney e José Reinaldo Tavares; desembargador federal Ney de Barros Bello Filho; presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira; presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, e membro do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Marcelo Buhatem; Corregedor – geral da Justiça do Maranhão e presidente permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, des. Paulo Velten; presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Hólídice Barros; vice-presidente da Faculdade Portucalense Infante Dom Henrique e diretora do Departamento de Direito prof^ª doutora Manuela Dia Marques Magalhães Silva; Procurador Geral do Município de São Luís, Bruno Duailibe; ex-presidentes e ex-membros do TRE; defensores públicos, advogados, servidores e familiares.

Composição

A Corte está composta pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente) e Ângela Salazar (vice-presidente e corregedora). Pelo juiz federal Ronaldo Desterro e pelos dois juízes de direito Lavinia Coelho e Cristiano Simas. Os advogados Anna Graziella Neiva (titular) e Luis Fernando Xavier - que é membro substituto - e está na interinidade do cargo. O procurador regional eleitoral é Juraci Guimarães Júnior.

Ouvidoria Itinerante vai à comarca de Barreirinhas

A Região dos Lençóis recebe a oitava etapa do projeto

Ouvidoria Itinerante vai à comarca de Barreirinhas

Maranhão - A população da comarca de Barreirinhas (a 254 km de São Luís) está tendo a oportunidade de ser atendida pelo ouvidor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Kléber Costa Carvalho, durante o Projeto "Ouvidoria Itinerante". Desde que assumiu como ouvidor do Poder Judiciário para o biênio (2020-2022), é a primeira participação do magistrado no evento.

Na Região dos Lençóis maranhenses, a equipe da Ouvidoria iniciou os atendimentos às 9h desta terça-feira (17), com término às 17h. Os trabalhos continuam nesta quarta-feira (18), até o meio-dia, em espaço disponibilizado no Cartório Eleitoral do município, localizado no prédio do TRE (Av. Joaquim Soeiro de Carvalho s/n, Centro), em frente ao Fórum Deputado Luciano Fernandes Moreira.

Em virtude da pandemia da Covid-19, o TJMA havia interrompido a ação, que chega à sua oitava edição e consiste em promover um atendimento mais humanizado, individualizado e particularizado às necessidades de cada cidadão e cidadã, em salas reservadas nos Fóruns.

Ação

Durante a abertura, o ouvidor-geral convidou o servidor da Ouvidoria e diácono, Fábio José Chaves Martins, para proferir uma mensagem dirigida destacando a importância e os efeitos da união solidária e fraterna para a ação. Em seguida, o desembargador agradeceu a comunidade local pela oportunidade de realizar essa etapa do projeto na região e lembrou que - em decorrência da pandemia existente no país e no mundo - o atendimento foi reduzido, e as pessoas estão sendo convidadas a participarem de forma individualizada.

“A ação está planejada para garantir a segurança de todos os envolvidos e envolvidas, por isso, convidamos advogados, advogadas, cidadãos e cidadãs da comarca interessados em conversar, por meio de um atendimento personalizado, onde cada pessoa pode se manifestar e contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais e cartorários prestados no município”, explicou o ouvidor-geral.

O desembargador Kléber Carvalho ressaltou a instalação da 2ª Vara da Comarca, com previsão para acontecer neste segundo semestre, que deverá contribuir para a redução da demanda judicial que apresentou um aumento significativo nos últimos anos. “A Ouvidoria se coloca à disposição para ouvir autoridades e a população, por isso, a nossa equipe está registrando cada reivindicação, sugestão ou reclamação, com o objetivo de aperfeiçoar a nossa Justiça”, ressaltou.

Comarca

O juiz da 1ª Vara da comarca de Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira, recepcionou o ouvidor-geral do Judiciário e destacou a importância da realização do projeto que se propõe a ouvir, além da comunidade, servidores, servidoras, magistrados e magistradas, a fim de registrar as sugestões e providenciar mudanças que contribuam para a melhoria da prestação jurisdicional em Barreirinhas .

De acordo com o magistrado, tramitam atualmente na comarca, aproximadamente, 9.747 processos. Fernando Pereira assumiu a comarca em outubro de 2015. Por questões de saúde, afastou-se das funções jurisdicionais e retornou aos trabalhos em abril de 2018.

O juiz Fernando Pereira frisou que ele e sua equipe vem trabalhando em mutirões diários para dar celeridade aos processos na comarca, chegando a reduzir a taxa de congestionamento de julgamentos em até 20,86% em pouco mais de dois anos. “Conversei com o desembargador, falamos sobre os avanços progressivos da comarca; a importância da instalação de uma nova Vara e sobre os esforços que estamos realizando cotidianamente para administrarmos os problemas que passamos. No mês de abril, fizemos mutirão de instrução e julgamento do INSS, com a realização de 173 audiências, em cinco dias”, exemplificou.

Sobre a realização do Projeto Ouvidoria Itinerante na cidade, o juiz agradeceu a escolha da comarca para reinício da ação. “As pessoas precisam ser ouvidas e o Judiciário se legitima quando realiza atividades que funcionam como verdadeiros canais de comunicação entre a Justiça e a população”, disse.

A Comarca de Barreirinhas foi instalada em dezembro de 1969. De entrância intermediária e pertencente ao Polo de Itapecuru Mirim, atende a uma população de 63.217 habitantes, conforme estimativas do IBGE em 2020.

Diálogo

Orlando Silva Campos, presidente da Subseção da OAB/MA de Barreirinhas, comentou que a realização da ação Ouvidoria Itinerante, na cidade, gera boas expectativas. “Há 16 anos, sou advogado neste município e esta ação traz esperança para melhorarmos a prestação de serviço na região. Estamos dispostos a fazer parcerias, queremos unir forças entre as instituições para atendermos a população com um serviço de qualidade. A sociedade clama por isso”, acrescentou.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/08/18/ouvidoria-itinerante-vai-a-comarca-de-barreirinhas/>

Anna Graziella Neiva é empossada membro titular do TRE-MA

Nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro em julho, advogada assumiu vaga na categoria jurista por um período de dois anos

Anna Graziella Neiva é empossada membro titular do TRE-MA

Anna Graziella Neiva com o presidente do TRE-MA, desembargador Joaquim Figueiredo, e a corregedora eleitoral, desembargadora Ângela Salazar (Divulgação)

São Luís - Em sessão solene realizada por videoconferência, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa tomou posse, nesta terça-feira (17), como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria de jurista para um período de dois anos.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Regional, desembargador Joaquim Figueiredo que em sua fala discorreu sobre o atual contexto sociopolítico do país, nos convidando a renovarmos a confiança na democracia brasileira. “Neste momento, o nosso compromisso deve ser de responsabilidade com o passado que tanto nos legou e com o futuro que legaremos aos nossos descendentes, reconhecendo, de forma límpida, a importância de uma democracia plena e de uma Justiça Eleitoral independente, forte, moderna e iluminada pelos ideais e princípios constitucionais e democráticos”, destacou.

O magistrado afirmou que o país se orgulha de ter uma justiça eleitoral respeitada, consolidada e determinada a realizar, com grandeza, o seu papel de protagonista da melhoria do processo eleitoral com mecanismos de apuração de votos figurando na vanguarda dos sistemas mais modernos e confiáveis do mundo.

Sobre a nova empossada, enfatizou “tenho certeza de que Vossa Excelência com o conhecimento nesta Justiça Especializada, já demonstrado, abrilhantará, os nossos julgamentos. Desejo sucesso nessa nova empreitada jurídica em sua vida, que Deus a abençoe e proteja sempre”.

“Sinto-me especialmente lisonjeada em participar desta sessão solene de posse, em que a história dessa egrégia Corte está sendo reescrita, com a ascendência de uma jovem mulher, advogada militante, de personalidade vibrante e vasta experiência profissional, porque são passados 17 anos do dia em que, pela primeira vez, este Colegiado teve em sua composição uma mulher como membro titular, na classe de jurista, a advogada Sônia Maria Lopes Coêlho. Sendo reescrita, também, porque a sua composição atual contará com 3 grandes mulheres. Essa nova composição será, com certeza, protagonista na condução do processo eleitoral vindouro e de toda a sua logística, para assegurar a transparência e legitimidade do processo eleitoral e garantir ao eleitor o livre exercício do voto, contribuindo, assim, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”, ressaltou a desembargadora Ângela Salazar, corregedora regional eleitoral e vice-presidente do TRE-MA ao dar às boas-vindas a Anna Graziella Neiva.

Em seu discurso, Anna Graziella Neiva frisou que “mais do que zeladora da lisura dos pleitos eleitorais, assegurando o inarredável respeito às regras eleitorais, a Justiça Eleitoral é a guardiã da soberania popular e, por conseguinte, da própria democracia. Esse ideário precisa ser compreendido por toda a sociedade. A força e a solidez das instituições de Justiça deste país, demonstradas a cada açoitado, e a completude da Carta Magna brasileira, que instituiu o Estado Democrático de Direito, em direta confrontação com um Estado de Ódio, precisam nos assegurar uma nação que seja reconhecida pela sua soberania e não pelas dissensões”.

Finalizou deixando registrado que agora, ao ingressar na Corte Eleitoral, irá dar sua contribuição em busca de aperfeiçoamento junto aos mais experientes com uma dedicação inesgotável, não apenas à magistratura eleitoral, mas à democracia brasileira e ao seu país.

Sobre a nova titular

Anna Graziella Neiva foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 27 de julho para ocupar a vaga aberta em razão da renúncia de Bruno Duailibe em dezembro de 2020, que assumiu cargo de Procurador Geral do Município de São Luís. A escolha da advogada foi realizada a partir de lista tríplice, composta pelos advogados Megbel Abdalla e Thiago Brhanner Garcês Costa.

A nova jurista é advogada, tem especialização em Direito Eleitoral e está cursando mestrado em Direito Público na Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Porto - Portugal). Ela é também pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos do Estado, Segurança Pública e Sociedade da UFMA, além de membro consultora da Comissão Especial de Eleitoral do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil e membro da Procuradoria Estadual de Assistência e Defesa das Prerrogativas da seccional da OAB-MA.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/08/18/anna-graziella-e-empossada-membro-titular-do-tre-ma/>

Ouvidoria Itinerante vai à comarca de Barreirinhas

A população da comarca de Barreirinhas (a 254 km de São Luís) está tendo a oportunidade de ser atendida pelo ouvidor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Kléber Costa Carvalho, durante o Projeto "Ouvidoria Itinerante". Desde que assumiu como ouvidor do Poder Judiciário para o biênio (2020-2022), é a primeira participação do magistrado no evento.

Na Região dos Lençóis maranhenses, a equipe da Ouvidoria iniciou os atendimentos às 9h desta terça-feira (17), com término às 17h. Os trabalhos continuam nesta quarta-feira (18), até o meio-dia, em espaço disponibilizado no Cartório Eleitoral do município, localizado no prédio do TRE (Av. Joaquim Soeiro de Carvalho s/n, Centro), em frente ao Fórum Deputado Luciano Fernandes Moreira.

Em virtude da pandemia da Covid-19, o TJMA havia interrompido a ação, que chega à sua oitava edição e consiste em promover um atendimento mais humanizado, individualizado e particularizado às necessidades de cada cidadão e cidadã, em salas reservadas nos Fóruns.

AÇÃO

Durante a abertura, o ouvidor-geral convidou o servidor da Ouvidoria e diácono, Fábio José Chaves Martins, para proferir uma mensagem dirigida destacando a importância e os efeitos da união solidária e fraterna para a ação. Em seguida, o desembargador agradeceu a comunidade local pela oportunidade de realizar essa etapa do projeto na região e lembrou que - em decorrência da pandemia existente no país e no mundo - o atendimento foi reduzido, e as pessoas estão sendo convidadas a participarem de forma individualizada.

"A ação está planejada para garantir a segurança de todos os envolvidos e envolvidas, por isso, convidamos advogados, advogadas, cidadãos e cidadãs da comarca interessados em conversar, por meio de um atendimento personalizado, onde cada pessoa pode se manifestar e contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais e cartorários prestados no município", explicou o ouvidor-geral.

O desembargador Kléber Carvalho ressaltou a instalação da 2ª Vara da Comarca, com previsão para acontecer neste segundo semestre, que deverá contribuir para a redução da demanda judicial que apresentou um aumento significativo nos últimos anos. "A Ouvidoria se coloca à disposição para ouvir autoridades e a população, por isso, a nossa equipe está registrando cada reivindicação, sugestão ou reclamação, com o objetivo de aperfeiçoar a nossa Justiça", ressaltou.

COMARCA

O juiz da 1ª Vara da comarca de Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira, recepcionou o ouvidor-geral do Judiciário e destacou a importância da realização do projeto que se propõe a ouvir, além da comunidade,

servidores, servidoras, magistrados e magistradas, a fim de registrar as sugestões e providenciar mudanças que contribuam para a melhoria da prestação jurisdicional em Barreirinhas .

De acordo com o magistrado, tramitam atualmente na comarca, aproximadamente, 9.747 processos. Fernando Pereira assumiu a comarca em outubro de 2015. Por questões de saúde, afastou-se das funções jurisdicionais e retornou aos trabalhos em abril de 2018.

O juiz Fernando Pereira frisou que ele e sua equipe vem trabalhando em mutirões diários para dar celeridade aos processos na comarca, chegando a reduzir a taxa de congestionamento de julgamentos em até 20,86% em pouco mais de dois anos. "Conversei com o desembargador, falamos sobre os avanços progressivos da comarca; a importância da instalação de uma nova Vara e sobre os esforços que estamos realizando cotidianamente para administrarmos os problemas que passamos. No mês de abril, fizemos mutirão de instrução e julgamento do INSS, com a realização de 173 audiências, em cinco dias", exemplificou.

Sobre a realização do Projeto Ouvidoria Itinerante na cidade, o juiz agradeceu a escolha da comarca para reinício da ação. "As pessoas precisam ser ouvidas e o Judiciário se legitima quando realiza atividades que funcionam como verdadeiros canais de comunicação entre a Justiça e a população", disse.

A Comarca de Barreirinhas foi instalada em dezembro de 1969. De entrância intermediária e pertencente ao Polo de Itapecuru Mirim, atende a uma população de 63.217 habitantes, conforme estimativas do IBGE em 2020.

Continue lendo em: <https://omaranhense.com/ouvidoria-itinerante-vai-a-comarca-de-barreirinhas/>

Anna Graziella toma posse como titular do TRE-MA

Em sessão solene realizada por videoconferência, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa tomou posse, nesta terça-feira (17), como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria de jurista para um período de dois anos.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Regional, desembargador Joaquim Figueiredo que em sua fala discorreu sobre o atual contexto sociopolítico do país, nos convidando a renovarmos a confiança na democracia brasileira. “Neste momento, o nosso compromisso deve ser de responsabilidade com o passado que tanto nos legou e com o futuro que legaremos aos nossos descendentes, reconhecendo, de forma límpida, a importância de uma democracia plena e de uma Justiça Eleitoral independente, forte, moderna e iluminada pelos ideais e princípios constitucionais e democráticos”, destacou.

O magistrado afirmou que o país se orgulha de ter uma justiça eleitoral respeitada, consolidada e determinada a realizar, com grandeza, o seu papel de protagonista da melhoria do processo eleitoral com mecanismos de apuração de votos figurando na vanguarda dos sistemas mais modernos e confiáveis do mundo.

Sobre a nova empossada, enfatizou “tenho certeza de que Vossa Excelência com o conhecimento nesta Justiça Especializada, já demonstrado, abrilhantar, os nossos julgamentos. Desejo sucesso nessa nova empreitada jurídica em sua vida, que Deus a abençoe e proteja sempre”.

“Sinto-me especialmente lisonjeada em participar desta sessão solene de posse, em que a história dessa egrégia Corte está sendo reescrita, com a ascendência de uma jovem mulher, advogada militante, de personalidade vibrante e vasta experiência profissional, porque são passados 17 anos do dia em que, pela primeira vez, este Colegiado teve em sua composição uma mulher como membro titular, na classe de jurista, a advogada Sônia Maria Lopes Coêlho. Sendo reescrita, também, porque a sua composição atual contará com 3 grandes mulheres. Essa nova composição será, com certeza, protagonista na condução do processo eleitoral vindouro e de toda a sua logística, para assegurar a transparência e legitimidade do processo eleitoral e garantir ao eleitor o livre exercício do voto, contribuindo, assim, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”, ressaltou a desembargadora Ângela Salazar, corregedora regional eleitoral e vice-presidente do TRE-MA ao dar às boas-vindas a Anna Graziella Neiva.

Em seu discurso, Anna Graziella Neiva frisou que “mais do que zeladora da lisura dos pleitos eleitorais, assegurando o inarredável respeito às regras eleitorais, a Justiça Eleitoral é a guardiã da soberania popular e, por conseguinte, da própria democracia. Esse ideário precisa ser compreendido por toda a sociedade. A força e a solidez das instituições de Justiça deste país, demonstradas a cada açoitado, e a completude da Carta Magna brasileira, que instituiu o Estado Democrático de Direito, em direta confrontação com um Estado de Ódio, precisam nos assegurar uma nação que seja reconhecida pela sua soberania e não pelas dissensões”.

Finalizou deixando registrado que agora, ao ingressar na Corte Eleitoral, irá dar sua contribuição em busca de aperfeiçoamento junto aos mais experientes com uma dedicação inesgotável, não apenas à magistratura eleitoral, mas à democracia brasileira e ao seu país.

Anna Graziella Neiva foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 27 de julho para ocupar a vaga aberta em razão da renúncia de Bruno Duailibe em dezembro de 2020, que assumiu cargo de Procurador Geral do Município de São Luís. A escolha da advogada foi realizada a partir de lista tríplice, composta pelos advogados Megbel Abdalla e Thiago Brhanner Garcês Costa.

A nova jurista é advogada, tem especialização em Direito Eleitoral e está cursando mestrado em Direito Público na Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Porto - Portugal). Ela é também pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos do Estado, Segurança Pública e Sociedade da UFMA, além de membro consultora da Comissão Especial de Eleitoral do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil e membro da Procuradoria Estadual de Assistência e Defesa das Prerrogativas da seccional da OAB-MA.

Autoridades

Prestigiaram a posse, além dos membros da Corte e o Procurador Regional Eleitoral, as seguintes autoridades: o ex-presidente da República do Brasil, José Sarney; membro do Superior Tribunal de Justiça, ministro Reynaldo Soares da Fonseca; representando o Tribunal de Justiça, o vice-presidente, desembargador Jaime Ferreira de Araujo; representando o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão deputado estadual Glauber Cutrim; ex-governadores Roseana Sarney e José Reinaldo Tavares; desembargador federal Ney de Barros Bello Filho; presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira; presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, e membro do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Marcelo Buhatem; Corregedor - geral da Justiça do Maranhão e presidente permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, des. Paulo Velten; presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; vice-presidente da Faculdade Portucalense Infante Dom Henrique e diretora do Departamento de Direito prof^a doutora Manuela Dia Marques Magalhães Silva; Procurador Geral do Município de São Luís, Bruno Duailibe; ex-presidentes e ex-membros do TRE; defensores públicos, advogados, servidores e familiares.

Composição

A Corte está composta pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente) e Ângela Salazar (vice-presidente e corregedora). Pelo juiz federal Ronaldo Desterro e pelos dois juizes de direito Lavínia Coelho e Cristiano Simas. Os advogados Anna Graziella Neiva (titular) e Luis Fernando Xavier - que é membro substituto - e está na interinidade do cargo. O procurador regional eleitoral é Juraci Guimarães Júnior.

TJMA paga cerca de R\$ 12 milhões em precatórios

Tribunal de Justiça do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais um lote de precatórios da lista cronológica de credores do Estado do Maranhão. Também está em andamento o pagamento de precatórios devidos por municípios, dentre os quais São Roberto, Trizidela do Vale, São Francisco do Brejão e Cururupu.

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública determinados pelas autoridades competentes.

Maranhão

Foram pagos 100 credores de precatórios do Estado do Maranhão (lista cronológica), no montante de R\$ 11.653.716,88 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

Na sequência, haverá o pagamento de 189 precatórios habilitados para acordo direto com o Estado do Maranhão, movimentando a quantia aproximada de R\$ 17 milhões.

Consta da programação ainda o pagamento próximo de mais 267 precatórios da lista cronológica, que totalizam R\$ 35.792.730,79 (trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos).

Municípios diversos

No âmbito dos municípios, também estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 387.696,47 (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

Do procedimento para pagamento

Devido à pandemia do Coronavírus, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores de apresentação dos dados de suas contas bancárias para receberem seus créditos, mediante transferência bancária.

Optaram por essa via, 69 beneficiários, que começaram a receber seus créditos em suas respectivas contas, no último dia 9 de agosto. Os demais credores estão recebendo seus créditos por alvarás físicos, com prévio agendamento e devida atenção aos protocolos sanitários.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários para o recebimento do pagamento mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica possibilita o recebimento do valor do precatório sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária, deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail coordprecatorios@tjma.jus.br para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

A sistemática estabelecida para entrega dos alvarás será desempenhada com a maior celeridade possível.

A Coordenadoria de Precatórios informa que não serão entregues alvarás sem prévio agendamento, ante a gravidade da situação traduzida no risco à saúde das pessoas.

TJMA paga cerca de R\$ 12 milhões em precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais um lote de precatórios da lista cronológica de credores do Estado do Maranhão. Também está em andamento o pagamento de precatórios devidos por municípios, dentre os quais São Roberto, Trizidela do Vale, São Francisco do Brejão e Cururupu.

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública determinados pelas autoridades competentes.

Foram pagos 100 credores de precatórios do Estado do Maranhão (lista cronológica), no montante de R\$ 11.653.716,88 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

Na sequência, haverá o pagamento de 189 precatórios habilitados para acordo direto com o Estado do Maranhão, movimentando a quantia aproximada de R\$ 17 milhões.

Consta da programação ainda o pagamento próximo de mais 267 precatórios da lista cronológica, que totalizam R\$ 35.792.730,79 (trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos).

No âmbito dos municípios, também estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 387.696,47 (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

Fórum de Justiça da cidade de Matinha será reinaugurado nesta sexta com presença do presidente do TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, entregará, nesta sexta-feira, dia 20, às 9h, as novas instalações do Fórum de Justiça “Adv. José Conceição Amaral”, da Comarca de Matinha.

Prédio será reinaugurado nesta sexta

O prédio está localizado na Rua Afonso Matos, s/nº, no centro do município e recentemente mudou de nome, para homenagear o ex-prefeito e advogado ‘José Conceição Amaral’.

A mudança foi anunciada pelo presidente do Tribunal de Justiça em março deste ano e faz uma justa homenagem ao pai do atual vereador da cidade, Rui Ronne Amaral e dos ex-veredores Zequinha Amaral e Eldo Ronne Amaral, este último também já falecido.

Foram realizados serviços de pintura geral interna e externa, adequações de novo lay-out, instalação de balcão de atendimento para Pessoas com Deficiência - PCD, revitalização da fachada com inclusão do letreiro de identificação, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias com substituição de louças e metais, lógica e telefonia, limpeza geral do terreno, colocação de novas portas em madeira, recuperação externa das calçadas, revisão geral da cobertura, dentre outros.

Judiciário empossa delegatários em cartórios nesta quinta-feira (19)

Após a finalização das etapas do concurso, foram preenchidas 72 serventias extrajudiciais, sendo 46 na modalidade ingresso e 26 por remoção

Judiciário empossa delegatários em cartórios nesta quinta-feira (19)

Delegatários participaram de audiência pública no mês de julho (Divulgação)

São Luís - O Poder Judiciário do Maranhão realiza solenidade de posse dos novos delegatários do serviço extrajudicial, que ocorrerá na próxima quinta-feira (19), às 10h, de forma presencial, no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Praça Pedro II, s/nº, Centro). A iniciativa é destacada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; e presidente do Conselho do FERJ e da Comissão Organizadora do Concurso Público para outorga dos Serviços Notariais e Registros, desembargador Vicente de Paula Gomes.

Por meio de Edital (EDT-CSERVCGJ - 142021), o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, convocou, exclusivamente, os candidatos que receberam a outorga de delegação das serventias extrajudiciais escolhidas nas audiências públicas de serventias vagas, realizadas nos dias 20 e 21 de julho de 2021, para a solenidade de posse. Na ocasião, foram preenchidas 72 serventias extrajudiciais pelos candidatos aprovados no concurso.

Após a finalização das etapas do concurso, foram preenchidas 72 serventias extrajudiciais, sendo 46 na modalidade ingresso e 26 por remoção. Restaram nove vagas: Luís Domingues, Porto Rico do Maranhão, Serrano do Maranhão, Central do Maranhão, Belágua, São Roberto, Bacurituba - ainda não instaladas, Nina Rodrigues e Tufilândia - já instaladas e sob a administração de delegatários interinos.

Devem comparecer à solenidade de posse os candidatos aprovados no concurso público de provas e títulos para a outorga de delegação de serviços notariais e registros do Estado do Maranhão - por provimento ou remoção, conforme Edital 001/2016, cujo resultado foi divulgado no dia 30 de junho de 2020 no Diário da Justiça.

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos: declarações de bens (artigo 13, da Lei Federal nº 8.429/1992); de não acumulação de cargos públicos/delegação de serviços extrajudiciais e formulário cadastral de tabelião ou cadastrador e declaração de residência, conforme modelos anexos ao edital de convocação (EDT-CSERVCGJ - 14/2021).

Judiciário paga cerca de R\$ 12 milhões em precatórios de dívidas do Estado e de municípios

Pagamentos são efetivados por transferência eletrônica

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais um lote de precatórios da lista cronológica de credores do Estado do Maranhão. Também está em andamento o pagamento de precatórios devidos por municípios, dentre os quais São Roberto, Trizidela do Vale, São Francisco do Brejão e Cururupu.

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública determinados pelas autoridades competentes.

Foram pagos com credores de precatórios do Estado do Maranhão (lista cronológica), no montante de R\$ 11.653.716,88 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

Na sequência, haverá o pagamento de 189 precatórios habilitados para acordo direto com o Estado do Maranhão, movimentando a quantia aproximada de R\$ 17 milhões.

Consta da programação ainda o pagamento próximo de mais 267 precatórios da lista cronológica, que totalizam R\$ 35.792.730,79 (trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos).

Municípios - No âmbito dos municípios, também estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 387.696,47 (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

Devido à pandemia do Coronavírus, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores de apresentação dos dados de suas contas bancárias para receberem seus créditos, mediante transferência bancária.

Optaram por essa via, 69 beneficiários, que começaram a receber seus créditos em suas respectivas contas, no último dia 9 de agosto. Os demais credores estão recebendo seus créditos por alvarás físicos, com prévio agendamento e devida atenção aos protocolos sanitários.

Continue lendo mais em:

<https://maranhaohoje.com/tribunal-de-justica-paga-cerca-de-r-12-milhoes-em-precatorios-de-dividas-do-estado-do-maranhao-e-de-municipios/>

Presidente do TJMA empossa magistrados

O juiz Marco André Tavares Teixeira foi empossado na Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final, nesta quinta-feira (19), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

O magistrado foi promovido pelo critério de antiguidade, deixando a 3ª Vara de Itapecuru Mirim, conforme decisão proferida durante a Sessão Plenária Administrativa do dia 21 de julho.

O juiz ingressou na magistratura maranhense em 2003. Durante a sua carreira, já atuou nas comarcas de Pio XII, São João Batista, Balsas, Codó e, por último, em Itapecuru Mirim, onde estava desde novembro de 2020. O magistrado deixa a referida comarca com 5 mil processos físicos e eletrônicos em trâmite.

Marco André Tavares Teixeira afirma que a promoção representa um grande desafio em sua trajetória profissional e um motivo de imensa felicidade. "Espero fazer um bom trabalho na comarca da Ilha de São Luís, sendo o mais justo e correto possível, além de contribuir para aproximar o Poder Judiciário da população. Estou muito feliz!", frisou.

O termo de compromisso e posse foi lido pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Mário Lobão.

PERMUTA

Nesta quinta (19), o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, também empossou os magistrados João Francisco Gonçalves Rocha e Luiz Carlos Licar Pereira, cuja permuta foi aprovada, durante Sessão Plenária Administrativa, realizada no dia 18 de agosto.

O juiz João Francisco Gonçalves Rocha (titular do 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís) foi empossado na 3ª Vara Cível de São José de Ribamar.

Na mesma ocasião, o juiz Luiz Carlos Licar Pereira (titular da 3ª Vara Cível de São José de Ribamar) foi empossado no 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

Judiciário empossa oito delegatários em cartórios do interior

Em solenidade realizada nesta quinta-feira, 19, o Poder Judiciário do Maranhão empossou oito delegatários do Serviço Extrajudicial do Estado, candidatos que receberam a outorga de delegação das serventias extrajudiciais escolhidas nas audiências públicas realizadas nos dias 20 e 21 de julho de 2021, referente ao concurso regido pelo Edital N° 01/2016. A solenidade, realizada no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça (TJMA), contou com a presença do presidente do TJMA, desembargador Lourival de Jesus Serejo, do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira, entre outros magistrados e magistradas.

Tomaram posse no Serviço Extrajudicial os delegatários Ana Cristina Duarte Pereira Murai, no cartório extrajudicial do município de Sítio Novo; Silvaneide Rego de Araujo, na serventia do 1º Ofício de Tuntum; Wiclifi Bruno de Freitas Melo, na serventia de São João do Sóter; Sara de Caldas Brito Gadelha de Lima, na serventia de Nova Iorque; Eduardo de Padua Cruz Sousa, na serventia do 1º Ofício de Vitória do Mearim; Carmen Lorena Fernandes Morales, na serventia de Água Doce do Maranhão; Paloma Quintanilha Veloso Santos, na serventia de Cajari; e Maria Carolina Falcão De Lima, que assumiu a serventia do município de Afonso Cunha. Os termos de posse foram lidos pelo diretor de Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, Carlos Anderson Ferreira.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, ressaltou a relevância social do serviço extrajudicial, que envolve responsabilidade grande profissional perante a sociedade e requer um desempenho de qualidade nos serviços prestados. "Os delegatários têm nosso reconhecimento e expectativa no trabalho, com a consciência de contarem com o apoio tanto do Tribunal quanto da Corregedoria", finalizou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, citou as medidas desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) na busca por melhorias no serviço extrajudicial, ressaltando o marco representado pela solenidade de posse enquanto o primeiro evento presencial durante as restrições causadas pela pandemia do Coronavírus e pelo compromisso dos empossados junto ao serviço extrajudicial.

O corregedor-geral da Justiça afirmou que a integridade representa um pilar na gestão da CGJ-MA, contando com o apoio da equipe e dos notários e registradores para garantir o respeito e dignidade do serviço extrajudicial, enquanto serviço público considerado essencial para oferecer segurança à sociedade, ainda que exercido em caráter privado. "Os empossados estão recebendo uma delegação do serviço público, que deve ser honrada fazendo cumprir a lei com todo rigor e prestando um serviço de qualidade à sociedade, atendendo sobretudo os mais necessitados com toda atenção, e buscando o aprimoramento e capacitação permanentes", avaliou.

O delegatário Eduardo de Pádua Cruz Sousa, que tomou posse na serventia do 1º Ofício de Vitória do Mearim, falou em nome dos empossados, ressaltando o esforço pessoal de todos e todas, o apoio de seus familiares e o trabalho do TJMA e da CGJ-MA, por meio dos servidores e servidoras. Ele apontou o momento de incertezas vivenciado pelo mundo, demonstrando a necessidade do Estado Democrático de Direito na proteção da humanidade, sendo o Poder Judiciário um importante personagem nessa missão protetiva, ao lado da atividade

notarial e registral atuando para auxiliar enquanto uma das experiências mais duradouras e exitosas no que tange à efetivação de direitos e segurança jurídica. "Os serviços notariais e registrais marcam a vida do cidadão do nascimento à morte, atravessando o tempo e continua a servir à sociedade e cumprindo seu mister através do seu maior instrumento: a fé pública", ressaltou.

Também participaram da solenidade de posse a desembargadora Maria Francisca Gualberto de Galiza; os desembargadores Antonio José Vieira Filho e Raimundo José Barros de Sousa; os juízes Holídice Cantanhede (presidente da Associação dos Magistrados), Anderson Sobral de Azevedo (auxiliar da CGJ-MA), a juíza Sônia Amaral Ribeiro (auxiliar da CGJ-MA); Rosseline Rodrigues, representando a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (ARPEN/MA), além de servidores e servidoras do Judiciário.

TJMA paga cerca de R\$ 12 milhões em precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais um lote de precatórios da lista cronológica de credores do Estado do Maranhão. Também está em andamento o pagamento de precatórios devidos por municípios, dentre os quais São Roberto, Trizidela do Vale, São Francisco do Brejão e Cururupu.

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança de saúde pública determinados pelas autoridades competentes.

MARANHÃO

Foram pagos 100 credores de precatórios do Estado do Maranhão (lista cronológica), no montante de R\$ 11.653.716,88 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

Na sequência, haverá o pagamento de 189 precatórios habilitados para acordo direto com o Estado do Maranhão, movimentando a quantia aproximada de R\$ 17 milhões.

Consta da programação ainda o pagamento próximo de mais 267 precatórios da lista cronológica, que totalizam R\$ 35.792.730,79 (trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos).

MUNICÍPIOS DIVERSOS

No âmbito dos municípios, também estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 387.696,47 (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

Devido à pandemia do Coronavírus, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores de apresentação dos dados de suas contas bancárias para receberem seus créditos, mediante transferência bancária.

Continue lendo mais em: <http://https://omaranhense.com/tjma-paga-cerca-de-r-12-milhoes-em-precatorios/>

TJMA paga R\$ 12 milhões em precatórios para 100 credores

Por causa da pandemia, foi disponibilizada de pagamento por opção transferência bancária; do montante pago, R\$ 11.653.716,88 referem-se a dívidas do Estado e R\$ 387.696,47 são para quitar débitos de municípios

TJMA paga R\$ 12 milhões em precatórios para 100 credores

TJMA paga mais um lote de precatórios da lista cronológica de credores do Estado do Maranhão e de municípios, totalizando R\$ 12 milhões (Divulgação)

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, consoante cronograma de trabalho, está dando sequência ao pagamento de mais um lote de precatórios da lista cronológica de credores do Estado do Maranhão. Também está em andamento o pagamento de precatórios devidos por municípios, dentre os quais São Roberto, Trizidela do Vale, São Francisco do Brejão e Cururupu.

Os pagamentos estão sendo efetivados por meio de transferência eletrônica para as contas bancárias dos respectivos credores - caso em que foram informados devida e tempestivamente os dados bancários necessários - ou por meio de alvarás judiciais físicos. Os trabalhos se desenvolvem observando os protocolos de segurança sanitária determinados pelas autoridades competentes.

Maranhão

Foram pagos 100 credores de precatórios do Estado do Maranhão (lista cronológica), no montante de R\$ 11.653.716,88 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

Na sequência, haverá o pagamento de 189 precatórios habilitados para acordo direto com o Estado do Maranhão, movimentando a quantia aproximada de R\$ 17 milhões.

Consta da programação ainda o pagamento próximo de mais 267 precatórios da lista cronológica, que totalizam R\$ 35.792.730,79 (trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos).

Municípios diversos

No âmbito dos municípios, também estão sendo pagos precatórios, tanto decorrentes de direitos de superpreferência quanto de créditos não superpreferenciais, no montante de R\$ 387.696,47 (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

Do procedimento ao pagamento

Devido à pandemia do coronavírus, a Coordenadoria de Precatórios disponibilizou a opção aos credores de apresentação dos dados de suas contas bancárias para receberem seus créditos via transferência bancária.

Optaram por essa via, 69 beneficiários, que começaram a receber seus créditos em suas respectivas contas, no último dia 9 de agosto. Os demais credores estão recebendo seus créditos por alvarás físicos, com prévio agendamento e devida atenção aos protocolos sanitários.

Visando conferir maior agilidade à liberação dos créditos, a Coordenadoria de Precatórios recomenda às partes e procuradores que apresentem os dados necessários ao pagamento mediante transferência eletrônica: Banco, Agência, Conta (especificar se é corrente ou poupança) e CPF (pessoa física/natural) ou CNPJ (pessoa jurídica).

A opção pela transferência eletrônica permite o recebimento do valor sem a necessidade de comparecimento à Coordenadoria de Precatórios (para receber o alvará), bem como à instituição financeira, o que consiste em medida de segurança sanitária em benefício de todos.

Os credores que não optarem por receber seus créditos por meio de transferência bancária, deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Precatórios pelo e-mail coordprecatorios@tjma.jus.br para:

1º) obterem o boleto de pagamento das custas judiciais, que deverá ser necessariamente solicitado pelo e-mail da Coordenadoria de Precatórios;

2º) encaminharem o comprovante de pagamento das custas judiciais, frisando-se que não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento;

3º) agendarem data e hora para o recebimento do alvará judicial.

Após agendamento, os alvarás serão entregues em horário específico, na recepção da Coordenadoria de Precatórios (Rua do Egito, n.º 144, Centro), em intervalos de tempo necessários a garantir o distanciamento social, evitar aglomerações e respeitar os protocolos médico-sanitários de segurança.

Plano Estratégico 2021/2026 é apresentado a corpo diretivo do TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização, promoveu, nesta quinta-feira (19), a II Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) do ano de 2021, com o objetivo de apresentação do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão (2021-2026) pela consultoria Falconi.

O planejamento foi aprovado durante a sessão plenária do dia 23 de junho, por meio da Resolução nº 44/2021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, estabelecendo a agenda estratégica do TJMA com vistas à melhoria do ambiente interno e ao aprimoramento dos pilares Sociedade; Aprendizado e Crescimento; Fiscal e Processos/Estrutura.

Durante a reunião, com a participação de todo quadro diretivo do TJMA, o consultor da Falconi, Lucas Matos, apresentou e demonstrou a identidade organizacional do Poder Judiciário do Maranhão, mapa estratégico, objetivos, metas e indicadores estratégicos definidos, bem como a evidenciação da metodologia de vinculação de projetos estratégicos e formas de acompanhamento e monitoramento.

A abertura do evento foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, que ressaltou o avanço histórico vivenciado pelo Judiciário na atualidade, principalmente, em decorrência da pandemia mundial, que gerou saltos tecnológicos na prestação dos serviços judiciais.

"Nesse momento, devemos procurar o singular da humanidade. Fazer diferente. O Poder Judiciário está vivendo uma fase de transformação imensa. Estamos indo com toda a força para virarmos de fato aquilo que já somos de direito: uma instituição da república", disse o desembargador.

Velten lembrou que atualmente há um arcabouço legal que orienta o trabalho desenvolvido desde a década de 90, que diz respeito à chamada "nova gestão pública". "Essa nova gestão pública é formada por servidoras e servidores capazes, comprometidos e habituados a trabalhar com metas, que sabem que a entrega do resultado é fundamental, sem abandonar a importância do processo", afirmou, destacando a importância do compromisso de todos e todas para a construção de uma instituição eficaz.

Em sua apresentação, Lucas Matos explicou que a elaboração do Planejamento do Estratégico 2021-2026 do TJMA garante a definição de grandes diretrizes a serem seguidas ao longo dos anos. "O sucesso será alcançado com a definição de planos anuais ou bianuais, alinhada a essa Estratégia e com a sua adequada implantação através de uma boa gestão", esclareceu.

Continue lendo mais em:
<https://omaranhense.com/plano-estrategico-2021-2026-e-apresentado-a-corpo-diretivo-do-tjma/>

Desembargador Antonio Guerreiro Junior é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

O desembargador Antonio Guerreiro Junior é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (20) até domingo (22), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Jamil A. da Silva Júnior e Renata E. Durans. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 23 a 29 de agosto, o desembargador João Santana Sousa é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - Os juízes Jairon Ferreira de Moraes e Francisco Ferreira de Lima, ambos auxiliares de entrância final, respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste final de semana são as servidoras Adrielle Araújo (1ª Vara da Família de São Luís) e Paula Barroso (2ª Vara Criminal de São José de Ribamar).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os servidores plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

TJMA confirma tese do STF em ação sobre candidatos excedentes em concurso para professor

O Supremo Tribunal Federal (STF), em recurso extraordinário sob a relatoria do ministro Luiz Fux (Recurso Extraordinário 1.327.635/MA), interposto contra a tese firmada no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 48.732/2016 do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que trata da questão dos "candidatos excedentes em concurso público para professor do Estado", decidiu, segundo a sistemática da repercussão geral (Tema nº 735), que não há repercussão geral.

A decisão ocorreu em 17 de junho de 2021, no sentido de que não há repercussão geral por tratar-se de questão infraconstitucional, determinando a devolução dos autos ao TJMA, para adotar os procedimentos previstos nos incisos I a III do artigo 1.030 do Código de Processo Civil (alínea c do inciso V do art. 13 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, em decisão do dia 20 de julho de 2021, negou seguimento aos recursos extraordinários por ausência de repercussão geral sobre a matéria, fazendo prevalecer a decisão do Supremo.

Presidente do TJMA reinaugura Fórum de Matinha nesta sexta, 20

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, entregará, nesta sexta-feira, dia 20, às 9h, as novas instalações do Fórum "Adv. José Conceição Amaral", da Comarca de Matinha, localizado na Rua Afonso Matos, s/nº, Centro, a 236 km de São Luís.

Foram realizados serviços de pintura geral interna e externa, adequações de novo lay-out, instalação de balcão de atendimento para Pessoas com Deficiência - PCD, revitalização da fachada com inclusão do letreiro de identificação, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias com substituição de louças e metais, lógica e telefonia, limpeza geral do terreno, colocação de novas portas em madeira, recuperação externa das calçadas, revisão geral da cobertura, dentre outros. Os serviços foram realizados pela empresa Geral Engenharia Ltda.

TJMA utilizará Robô Elis para triagem de dados em processos de execução fiscal

O robô Elis tem sido utilizado no TJPE para fazer a primeira parte dos processos de execução fiscal

Desenvolvido por equipe do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o robô Elis está sendo adaptado para utilização nas varas de execução fiscal do Poder Judiciário do Maranhão. A iniciativa partiu do ToadaLab (Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Maranhão), após contato com os desenvolvedores do software e laboratoristas do Ideas (Laboratório de Inovação do TJPE), que instituiu um grupo de trabalho para implementar o robô na Justiça maranhense.

Na primeira fase, estão sendo organizadas reuniões com magistrados, magistradas, servidores e servidoras envolvidos com processos de execução fiscal nas varas judiciais especializadas nas ações que envolvem a fazenda pública municipal de São Luís e procuradoria municipal de São Luís. A ferramenta de automação verifica inconsistências de dados após a distribuição processual em ações de execução fiscal.

Nessa quinta-feira (19), o coordenador do ToadaLab, juiz Ferdinando Serejo, reuniu juízes das varas de execução fiscal, servidores da Diretoria de Informática e laboratoristas do grupo de trabalho "ToadaLab Robô Elis", com a procuradora fiscal do município de São Luís, Anne Karole Britto, para apresentar a ferramenta de automação já adaptada de acordo com as necessidades da justiça maranhense.

Também estiveram presentes na reunião híbrida (de forma presencial no ToadaLab e pela plataforma Zoom de videoconferência), a procuradora fiscal do município de São Luís, Anne Karole Britto; o juiz José Edilson Caridade Ribeiro (8ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz Manoel Matos de Araújo Chaves (10ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz corregedor José Nilo Ribeiro Filho (Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão - CGJMA); a técnica judiciária em Informática, Aline Lopes da Silva (Divisão de Sistemas de Informação); o analista judiciário em Desenvolvimento de Sistemas, Francisco de Araújo Costa (Divisão de Sistemas de Informação); as servidoras Andressa Fontinele Lopes (9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Emmanuelle de Sousa Martins (9ª Vara da Fazenda Pública) e a assessora do ToadaLab, Luanda Santos.

Os laboratoristas do ToadaLab que participam do desenvolvimento do projeto no grupo de trabalho "ToadaLab Robô Elis" são: o assessor de desembargador e cientista da computação, Antony Luso (coordenador do grupo); o oficial de justiça Adoniran Pereira e o técnico judiciário Fillipe Sampaio.

TJMA utilizará robô

O robô Elis tem sido utilizado no TJPE para fazer a primeira parte dos processos de execução fiscal

Desenvolvido por equipe do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o robô Elis está sendo adaptado para utilização nas varas de execução fiscal do Poder Judiciário do Maranhão. A iniciativa partiu do ToadaLab (Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Maranhão), após contato com os desenvolvedores do software e laboratoristas do Ideas (Laboratório de Inovação do TJPE), que instituiu um grupo de trabalho para implementar o robô na Justiça maranhense.

Na primeira fase, estão sendo organizadas reuniões com magistrados, magistradas, servidores e servidoras envolvidos com processos de execução fiscal nas varas judiciais especializadas nas ações que envolvem a fazenda pública municipal de São Luís e procuradoria municipal de São Luís. A ferramenta de automação verifica inconsistências de dados após a distribuição processual em ações de execução fiscal.

Nessa quinta-feira (19), o coordenador do ToadaLab, juiz Ferdinando Serejo, reuniu juízes das varas de execução fiscal, servidores da Diretoria de Informática e laboratoristas do grupo de trabalho “ToadaLab Robô Elis”, com a procuradora fiscal do município de São Luís, Anne Karole Britto, para apresentar a ferramenta de automação já adaptada de acordo com as necessidades da justiça maranhense.

Também estiveram presentes na reunião híbrida (de forma presencial no ToadaLab e pela plataforma Zoom de videoconferência), a procuradora fiscal do município de São Luís, Anne Karole Britto; o juiz José Edilson Caridade Ribeiro (8ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz Manoel Matos de Araújo Chaves (10ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz corregedor José Nilo Ribeiro Filho (Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão - CGJMA); a técnica judiciária em Informática, Aline Lopes da Silva (Divisão de Sistemas de Informação); o analista judiciário em Desenvolvimento de Sistemas, Francisco de Araújo Costa (Divisão de Sistemas de Informação); as servidoras Andressa Fontinele Lopes (9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Emmanuelle de Sousa Martins (9ª Vara da Fazenda Pública) e a assessora do ToadaLab, Luanda Santos.

Os laboratoristas do ToadaLab que participam do desenvolvimento do projeto no grupo de trabalho “ToadaLab Robô Elis” são: o assessor de desembargador e cientista da computação, Antony Luso (coordenador do grupo); o oficial de justiça Adoniran Pereira e o técnico judiciário Fillipe Sampaio.

Fraude em escritura gera perda de delegação de cartorária

INTEGRIDADE

O plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, por unanimidade, pela perda de delegação de cartorária que não observou regras básicas na realização de escritura pública. De acordo com os autos do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) 8.504/2021, o Cartório Único de Presidente Juscelino teria lavrado escritura pública de compra e venda elaborada de forma fraudulenta.

Conforme consta no PAD, as assinaturas dos representantes legais de um empreendimento imobiliário foram falsificadas de forma grosseira em uma negociação de compra e venda de um terreno em um condomínio, que fica em Paço do Lumiar, na divisa com São Luís. Ainda assim, a escritura foi lavrada sem a presença dos escriturantes, conforme determina a legislação vigente.

Consta ainda que os representantes sequer reconhecem as assinaturas lançadas no documento, inclusive com erro de grafia, alegando tratar-se de falsificação grosseira. A pretensa compradora também afirmou nunca ter comparecido ao Cartório de Presidente Juscelino. Alegou ter entregue a documentação ao corretor, que teria se responsabilizado por todos os trâmites, inclusive o de coleta da sua assinatura.

O ato foi considerado gravíssimo e resultou em prejuízos financeiros a terceiros envolvidos na suposta negociação de compra e venda de imóvel, conforme narra o relatório. “A lavratura de escritura pública falsa, com prejuízos patrimoniais a terceiros, somada à inobservância do regramento legal aplicável configura infração gravíssima, maculando a dignidade da função notarial e registral”.

Do Livro 5, que é destinado às escrituras públicas, a Comissão Processante extraiu cópia do ato notarial questionado, onde se verifica a ausência de assinatura do escrevente juramentado substituto, responsável pela confecção do ato. O substituto alegou apenas não se recordar da lavratura, mesmo com a escritura original arquivada no Livro.

Os procedimentos formais indispensáveis à legalidade do ato, a exemplo da presença dos envolvidos, a apresentação das cópias dos documentos, a confecção de cartões de autógrafo e realização do ato estritamente dentro da circunscrição para a qual recebeu a delegação (Lei 8.935/94, art. 9º), não foram obedecidos.

Em sua defesa, a delegatária teria alegado que não houve participação dela na fraude, resumindo as falhas a “meras irregularidades formais”. No entanto, após cumpridas todas as diligências e produzidas provas, o relatório da Comissão Processante opinou pela perda de delegação.

Ainda de acordo com o relatório, na fase de instrução a delegatária não acrescentou qualquer fato relevante em sua defesa, admitindo estar ausente da serventia desde o início da pandemia. De acordo com o relator do Processo, desembargador Paulo Velten, que é o corregedor-geral da Justiça, essa afirmação comprova integral falta de comprometimento com o serviço público delegado.

Velten lembra que a atividade cartorial, embora tenha caráter privado, deve ser submetida ao regime de direito público. Ele destacou que cabe “ao delegatário a fiel observância das normas que disciplinam a sua atuação, visando assegurar a confiabilidade dos usuários na segurança e autenticidade do serviço notarial e de registro”.

No voto, foi destacado que a presença das partes ou de seus procuradores, devidamente reconhecidos pelo tabelião, é condição essencial para a validade da escritura pública e para o colhimento da livre e consciente manifestação da vontade dos contratantes. Dessa forma, não pode o tabelião dar fé de algo que não presenciou, devendo, por fim, encerrar o ato, assinando-o, o que não aconteceu.

“Assim, diante da significativa gravidade da infração, com reflexos diretos para a atividade notarial no âmbito do Estado do Maranhão e terceiros, bem como pelo fato de que a Delegatária já foi anteriormente apenada com sanções de repreensão (PAD 9.165/2021) e de suspensão por noventa dias (PAD 37.296/2020), acolho integralmente o Relatório da Comissão Processante, cujos fundamentos incorporo ao presente voto para todos os efeitos legais, a fim de reconhecer como adequada e proporcional a aplicação da pena de perda da delegação”, concluiu o relator.

TJMA entrega Fórum de Justiça 'Advogado José Conceição Amaral' em Matinha; vejam as fotos

Reafirmando o compromisso do Poder Judiciário do Maranhão em viabilizar melhorias estruturais significativas, para garantir o pleno e satisfatório exercício da função jurisdicional, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, entregou, nesta sexta-feira (20), à população de Matinha, um Fórum totalmente reformado e revitalizado com uma estrutura moderna, sustentável e acolhedora.

Fórum de Justiça entregou sede reformada em Matinha

Ele afirmou que a revitalização do Fórum – que leva o nome do advogado José Conceição Amaral – dignifica e consolida a importância do Poder Judiciário junto à sociedade de Matinha, representando mais um passo concreto para o bom funcionamento dos serviços jurisdicionais com uma Justiça apta a atender os anseios daqueles que dela se socorrem.

O presidente do TJMA frisou que a entrega do Fórum totalmente reformado é sinal de renovação e de compromisso do Poder Judiciário no oferecimento de serviços jurisdicionais céleres e eficientes à acolhedora sociedade de Matinha. “A entrega da importante obra dignifica o trabalho do Poder Judiciário na Comarca de Matinha e representa mais um exemplo concreto da nossa preocupação em viabilizar melhores condições para o pleno e satisfatório exercício da função jurisdicional”, pontuou.

De acordo com o desembargador Lourival Serejo, as instalações dignas, modernas e adequadas inauguradas em Matinha proporcionarão à população, aos servidores, às servidoras, aos magistrados, às magistradas e demais operadores do Direito plenas condições para que possam desempenhar a contento suas respectivas atribuições profissionais.

“Aos jurisdicionados, este prédio servirá como verdadeira casa de abrigo para os seus legítimos pleitos e, certamente, representará, na prática, uma melhoria significativa na prestação jurisdicional, uma vez que a estrutura entregue neste momento terá importante impacto na qualidade dos serviços oferecidos”, enfatizou.

PARTICIPAÇÃO

A solenidade foi prestigiada pelos desembargadores Jamil Gedeon (ex-presidente do TJMA), Froz Sobrinho (ex-diretor da Esmam) e Marcelino Everton, pelos juízes Hólide Barros (presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão) e Alistelman Mendes Dias Filho.

Magistrado titular da Comarca de Matinha, o juiz Alistelman Mendes Dias Filho ressaltou a importância institucional da revitalização do Fórum de Matinha, onde, segundo ele, os índices de produtividade são significativos. “Nossa gratidão ao desembargador Lourival Serejo, que com essa obra nos incentiva ainda mais para trabalhar em prol da Justiça e da cidadania”, ressaltou.

O entendimento unânime dos desembargadores e juízes presentes na solenidade é de que a revitalização do

Fórum representa de forma evidente não só a justiça, mas a cidadania, beneficiando diretamente jurisdicionados(as), servidores(as), magistrados(as), membros integrantes do Sistema de Justiça e a população de Matinha em geral.

HOMENAGEM

O Fórum leva o nome do saudoso advogado José Conceição Amaral que, na ocasião, recebeu uma homenagem póstuma do TJMA pelos relevantes serviços prestados à Justiça durante sua militância na advocacia em Matinha, onde deixou um rico legado marcado pelo compromisso com a causa dos pobres e desvalidos.

Na oportunidade, o filho do advogado, Rui Rone Amaral, em nome da família do causídico, agradeceu a homenagem do Poder Judiciário, afirmando que seu pai “sempre se comportou de maneira exemplar na militância advocatícia, balizado em princípios éticos, lutando por causas justas, buscando sentenças justas”.

Participaram da solenidade o promotor de Justiça, João Viana dos Passos Neto, representando o procurador-geral da Justiça, Eduardo Nicolau; a prefeita de Matinha, Liniêlda Nunes Cunha; o comandante do destacamento da Polícia Militar, sargento Gutemberg Silva Serra, entre outros.

ESTRUTURA

As instalações revitalizadas do Fórum “Advogado José Conceição Amaral”, fica localizado na Rua Afonso Matos, s/nº, Centro, em Matinha.

O prédio recebeu serviços de pintura geral interna e externa, adequações de novo layout, instalação de balcão de atendimento para Pessoas com Deficiência (PCD), revitalização da fachada com inclusão do letreiro de identificação, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias com substituição de louças e metais, lógica e telefonia, limpeza geral do terreno, colocação de novas portas em madeira, recuperação externa das calçadas, revisão geral da cobertura, dentre outros.

Tribunal de Justiça do Estado Maranhão

JOSÉ CARLOS SOUSA SILVA *

O Tribunal de Justiça do Estado Maranhão foi instituído em 23 de agosto de 1811, em São Luís, conforme Resolução de Dom João VI e, assim sendo, inicialmente, o 3º no território brasileiro, tendo como seus antecedentes o 2º no Rio de Janeiro e o 1º na Bahia.

No dia 23 de agosto de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado Maranhão estará completando duzentos e dez anos.

Estes fatos e atos são realmente históricos e significativos, especialmente, para o povo maranhense, que sempre soube e sabe a importância da atuação do Poder Judiciário em seu território.

Todas as pessoas residentes, hoje, no território maranhense, devem unir-se no dia 23 de agosto de 2021 em homenagem ao seu Tribunal de Justiça e aplaudindo todos os seus Desembargadores, Juízes e funcionários, em geral, homens e mulheres.

O Tribunal de Justiça do Estado Maranhão sempre cumpriu completamente as suas atribuições legais e justas em benefício do povo.

A sua própria história contém muitas lições perfeitas e essenciais para todas as pessoas e instituições em todo o Maranhão, especialmente, e em todo o Brasil também.

Os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, no Maranhão, devem estar sempre unidos de forma harmônica, legal e justa em benefício do povo.

Estes Poderes são realmente do povo e pelo povo devem ser sempre administrados conjuntamente e sem nenhum tipo de ódio ou preconceito.

O Tribunal de Justiça do Estado Maranhão tem realmente uma história longa e sempre foi e é dirigido por Desembargadores inteligentes, cultos e honestos, dignos do respeito completo e dos aplausos sempre do povo maranhense, em especial.

Atualmente, é Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão o Desembargador Doutor Lourival Serejo, jurista, professor, escritor, Imortal, Membro Efetivo da Academia Maranhense de Letras, Ocupante da Cadeira nº35.

Ele já demonstrou, na administração desse Tribunal de Justiça que realmente sabe pensar, sentir, ouvir, falar, escrever e decidir com fundamento na legalidade e na honestidade objetivando a efetivação da Justiça e o alcance da Paz Social.

Todos os Desembargadores e todas as Desembargadoras que compuseram e compõem, hoje, o Tribunal de Justiça do Estado Maranhão merecem aplausos e aprovação completa de todas as pessoas.

Os funcionários e as funcionárias do Poder Judiciário do Estado Maranhão, em suas atuações em todo este Estado, já revelaram competência, inteligência suficiente e adequadas no cumprimento dos seus deveres e no exercício dos seus direitos e assim produzindo resultados benéficos para todas as pessoas merecedoras.

O Tribunal de Justiça do Estado Maranhão permanece funcionando num local lindíssimo e histórico, no Palácio da Justiça “Clóvis Bevilácqua”, na Avenida Pedro II. Daqui nunca deve sair, pois aí estão paisagens arquitetônicas e naturais, que são belezas universais.

Eu sou, hoje, um dos advogados vivos mais antigo no Maranhão e também o Ex-Presidente vivo mais antigo da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão-, assim sendo, tenho muitos motivos para reconhecer a amplitude do valor e da significação do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão no passado, no presente e no futuro, como guardião do legal e justo em benefício do povo.

* Advogado, jornalista e professor universitário.

Membro da Academia Maranhense de Letras.

E-mail: jcss@elo.com.br

Negócio desfeito

As negociações em torno da venda do São Luís Hotel para o Tribunal de Justiça não chegaram a bom termo.

Depois de avaliações técnicas, o presidente do TJ, desembargador Lourival Serejo, ficou convencido de que as instalações físicas do hotel não se adequam ao bom funcionamento da instituição que preside.

Imperatriz deve adotar medidas para destinação de resíduos sólidos

Desembargador Jorge Rachid indeferiu pedido de efeito suspensivo formulado pelo município contra sentença de primeira instância que condenou o réu em tutela de urgência

Imperatriz deve adotar medidas para destinação de resíduos sólidos

Imperatriz - Em decisão liminar monocrática, o desembargador Jorge Rachid indeferiu o pedido de efeito suspensivo formulado pelo município de Imperatriz a uma apelação cível ajuizada contra sentença da juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca, Denise Pedrosa Torres, que, nos autos da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar o réu em questão que envolve a destinação de resíduos sólidos e danos na área do depósito do lixão da cidade.

Em concessão parcial de tutela de urgência, a magistrada condenou o município à “obrigação de fazer consistente na destinação final e disposição final ambientalmente adequadas dos resíduos sólidos e a recuperação dos danos causados na área de depósito do lixão de Imperatriz/MA, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), a contar da sua intimação”.

A juíza também condenou o município ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, que fixou no valor de R\$ 500 mil, mediante a incidência de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária pelo INPC/IBGE, a partir do arbitramento, devendo os valores serem destinados ao Fundo Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, sob pena de multa mensal no valor de R\$ 5 mil por dia, até o limite de R\$ 360 mil, a ser cobrada do ente público e de seu prefeito, para ser depositada em conta à disposição da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, a fim de que sejam liberados ao Poder Executivo somente para a destinação específica relacionada ao cumprimento do comando sentencial.

De acordo com o relatório, o município alegou que o cumprimento das medidas impostas pode acarretar prejuízos irreversíveis, tendo em vista que os escassos recursos públicos não devem ser aplicados em ações sem o devido plano, cuidadosamente elaborado pela própria administração. Ressaltou que a exigência judicial comprometerá os demais setores da Administração Pública, “como no custeio de serviços públicos essenciais, gerando graves consequências à população, visto que é preciso manter as outras necessidades prioritárias da coletividade (como a manutenção das escolas e hospitais, pagamentos de pessoal, entre outros)”. Também considerou o prazo exíguo e a ausência de previsão orçamentária, dentre outros motivos apresentados.

Decisão

Em sua decisão monocrática, o desembargador Jorge Rachid citou artigos do Código de Processo Civil e disse que a regra, quando interposta apelação, é a concessão do efeito suspensivo, ou seja, publicada a sentença, ela permanece ineficaz até o trânsito em julgado, ressalvados os casos preconizados em norma.

“Contudo, embora se tratando de condenação em face da Fazenda Pública (art. 496, I, do CPC), bem como da disposição contida no art. 14 da Lei nº 7.347/85, entendo que o cenário exposto nos autos demonstra que o dano irreparável e o risco eminente ocorrerá, ao contrário do que alega o requerente, com a suspensão da tutela provisória concedida por ocasião da sentença”, destacou o desembargador.

Jorge Rachid explicou que trata a demanda originária de ação civil pública de obrigação de fazer por danos ambientais, com pedido de tutela de urgência, objetivando, em suma, a elaboração de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o cumprimento efetivo ao que dispõe os artigos 18 e 54 da Lei nº. 12.305/2010.

O relator ressaltou que a lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário do país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

Ao citar o artigo 10 da lei, o desembargador ressaltou que, ao longo da marcha processual, fora aprovado, pela Câmara Municipal de Imperatriz, o projeto de gestão integrada de resíduos sólidos.

Contudo, prossegue o relator, “vê-se que restou pendente a implementação da destinação e disposição final ambientalmente adequadas dos resíduos sólidos, como se infere das provas presentes nos autos de origem.

Em seguida, citou o que foi observado pela magistrada: “Diante dos documentos juntados aos autos, bem como levando-se em conta o que foi exposto pela municipalidade na contestação, é clara a situação irregular no que se refere à gestão de resíduos sólidos em Imperatriz/MA, sendo necessário que sejam tomadas providências a fim de garantir a saúde pública e evitar o agravamento de danos ambientais”.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/08/22/imperatriz-deve-adotar-medidas-para-destinacao-de-residuos-solidos/>

TJMA utilizará robô Elis para triagem de dados em processos de execução fiscal

Desenvolvido por equipe do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o robô Elis está sendo adaptado para utilização nas varas de execução fiscal do Poder Judiciário do Maranhão. A iniciativa partiu do ToadaLab (Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Maranhão), após contato com os desenvolvedores do software e laboratoristas do Ideas (Laboratório de Inovação do TJPE), que instituiu um grupo de trabalho para implementar o robô na Justiça maranhense.

Na primeira fase, estão sendo organizadas reuniões com magistrados, magistradas, servidores e servidoras envolvidos com processos de execução fiscal nas varas judiciais especializadas nas ações que envolvem a fazenda pública municipal de São Luís e procuradoria municipal de São Luís. A ferramenta de automação verifica inconsistências de dados após a distribuição processual em ações de execução fiscal.

Nessa quinta-feira (19), o coordenador do ToadaLab, juiz Ferdinando Serejo, reuniu juízes das varas de execução fiscal, servidores da Diretoria de Informática e laboratoristas do grupo de trabalho "ToadaLab Robô Elis", com a procuradora fiscal do município de São Luís, Anne Karole Britto, para apresentar a ferramenta de automação já adaptada de acordo com as necessidades da justiça maranhense.

Também estiveram presentes na reunião híbrida (de forma presencial no ToadaLab e pela plataforma Zoom de videoconferência), a procuradora fiscal do município de São Luís, Anne Karole Britto; o juiz José Edilson Caridade Ribeiro (8ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz Manoel Matos de Araújo Chaves (10ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira (9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís); o juiz corregedor José Nilo Ribeiro Filho (Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão - CGJMA); a técnica judiciária em Informática, Aline Lopes da Silva (Divisão de Sistemas de Informação); o analista judiciário em Desenvolvimento de Sistemas, Francisco de Araújo Costa (Divisão de Sistemas de Informação); as servidoras Andressa Fontinele Lopes (9ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Emmanuelle de Sousa Martins (9ª Vara da Fazenda Pública) e a assessora do ToadaLab, Luanda Silva.

Os laboratoristas do ToadaLab que participam do desenvolvimento do projeto no grupo de trabalho "ToadaLab Robô Elis" são: o assessor de desembargador e cientista da computação, Antony Luso (coordenador do grupo); o oficial de justiça Adoniran Pereira e o técnico judiciário Fillipe Sampaio.

Imperatriz deve adotar medidas para destinação de resíduos sólidos

Em decisão liminar monocrática, o desembargador Jorge Rachid indeferiu o pedido de efeito suspensivo formulado pelo município de Imperatriz a uma apelação cível ajuizada contra sentença da juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca, Denise Pedrosa Torres, que, nos autos da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar o réu em questão que envolve a destinação de resíduos sólidos e danos na área do depósito do lixão da cidade.

Em concessão parcial de tutela de urgência, a magistrada condenou o município à "obrigação de fazer consistente na destinação final e disposição final ambientalmente adequadas dos resíduos sólidos e a recuperação dos danos causados na área de depósito do lixão de Imperatriz/MA, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), a contar da sua intimação".

A juíza também condenou o município ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, que fixou no valor de R\$ 500 mil, mediante a incidência de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária pelo INPC/IBGE, a partir do arbitramento, devendo os valores serem destinados ao Fundo Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, sob pena de multa mensal no valor de R\$ 5 mil por dia, até o limite de R\$ 360 mil, a ser cobrada do ente público e de seu prefeito, para ser depositada em conta à disposição da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, a fim de que sejam liberados ao Poder Executivo somente para a destinação específica relacionada ao cumprimento do comando sentencial.

De acordo com o relatório, o município alegou que o cumprimento das medidas impostas pode acarretar prejuízos irreversíveis, tendo em vista que os escassos recursos públicos não devem ser aplicados em ações sem o devido plano, cuidadosamente elaborado pela própria administração. Ressaltou que a exigência judicial comprometerá os demais setores da Administração Pública, "como no custeio de serviços públicos essenciais, gerando graves consequências à população, visto que é preciso manter as outras necessidades prioritárias da coletividade (como a manutenção das escolas e hospitais, pagamentos de pessoal, entre outros)". Também considerou o prazo exíguo e a ausência de previsão orçamentária, dentre outros motivos apresentados.

DECISÃO

Em sua decisão monocrática, o desembargador Jorge Rachid citou artigos do Código de Processo Civil e disse que a regra, quando interposta apelação, é a concessão do efeito suspensivo, ou seja, publicada a sentença, ela permanece ineficaz até o trânsito em julgado, ressalvados os casos preconizados em norma.

"Contudo, embora se tratando de condenação em face da Fazenda Pública (art. 496, I, do CPC), bem como da disposição contida no art. 14 da Lei nº 7.347/85, entendo que o cenário exposto nos autos demonstra que o dano irreparável e o risco eminente ocorrerá, ao contrário do que alega o requerente, com a suspensão da tutela provisória concedida por ocasião da sentença", destacou o desembargador.

Jorge Rachid explicou que trata a demanda originária de ação civil pública de obrigação de fazer por danos ambientais, com pedido de tutela de urgência, objetivando, em suma, a elaboração de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o cumprimento efetivo ao que dispõe os artigos 18 e 54 da Lei nº. 12.305/2010.

O relator ressaltou que a lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário do país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

Ao citar o artigo 10 da lei, o desembargador ressaltou que, ao longo da marcha processual, fora aprovado, pela Câmara Municipal de Imperatriz, o projeto de gestão integrada de resíduos sólidos.

Contudo, prossegue o relator, "vê-se que restou pendente a implementação da destinação e disposição final ambientalmente adequadas dos resíduos sólidos, como se infere das provas presentes nos autos de origem.

Em seguida, citou o que foi observado pela magistrada: "Diante dos documentos juntados aos autos, bem como levando-se em conta o que foi exposto pela municipalidade na contestação, é clara a situação irregular no que se refere à gestão de resíduos sólidos em Imperatriz/MA, sendo necessário que sejam tomadas providências a fim de garantir a saúde pública e evitar o agravamento de danos ambientais".

Além disso, o entendimento verifica que o município de Imperatriz não adotou as providências determinadas pela Lei n.º 12.305/2010 dentro do tempo estabelecido em lei, vindo a apresentar seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos apenas em 6 de setembro de 2018, conforme documentos.

Continue lendo em:

<https://omaranhense.com/imperatriz-deve-adotar-medidas-para-destinacao-de-residuos-solidos/>

Imperatriz deve adotar medidas para destinação de resíduos sólidos

Em decisão liminar monocrática, o desembargador Jorge Rachid indeferiu o pedido de efeito suspensivo formulado pelo município de Imperatriz a uma apelação cível ajuizada contra sentença da juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca, Denise Pedrosa Torres, que, nos autos da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar o réu em questão que envolve a destinação de resíduos sólidos e danos na área do depósito do lixão da cidade.

Em concessão parcial de tutela de urgência, a magistrada condenou o município à "obrigação de fazer consistente na destinação final e disposição final ambientalmente adequadas dos resíduos sólidos e a recuperação dos danos causados na área de depósito do lixão de Imperatriz/MA, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), a contar da sua intimação".

A juíza também condenou o município ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, que fixou no valor de R\$ 500 mil, mediante a incidência de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária pelo INPC/IBGE, a partir do arbitramento, devendo os valores serem destinados ao Fundo Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, sob pena de multa mensal no valor de R\$ 5 mil por dia, até o limite de R\$ 360 mil, a ser cobrada do ente público e de seu prefeito, para ser depositada em conta à disposição da 2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, a fim de que sejam liberados ao Poder Executivo somente para a destinação específica relacionada ao cumprimento do comando sentencial.

De acordo com o relatório, o município alegou que o cumprimento das medidas impostas pode acarretar prejuízos irreversíveis, tendo em vista que os escassos recursos públicos não devem ser aplicados em ações sem o devido plano, cuidadosamente elaborado pela própria administração. Ressaltou que a exigência judicial comprometerá os demais setores da Administração Pública, "como no custeio de serviços públicos essenciais, gerando graves consequências à população, visto que é preciso manter as outras necessidades prioritárias da coletividade (como a manutenção das escolas e hospitais, pagamentos de pessoal, entre outros)". Também considerou o prazo exíguo e a ausência de previsão orçamentária, dentre outros motivos apresentados.

DECISÃO

Em sua decisão monocrática, o desembargador Jorge Rachid citou artigos do Código de Processo Civil e disse que a regra, quando interposta apelação, é a concessão do efeito suspensivo, ou seja, publicada a sentença, ela permanece ineficaz até o trânsito em julgado, ressalvados os casos preconizados em norma.

"Contudo, embora se tratando de condenação em face da Fazenda Pública (art. 496, I, do CPC), bem como da disposição contida no art. 14 da Lei nº 7.347/85, entendo que o cenário exposto nos autos demonstra que o dano irreparável e o risco eminente ocorrerá, ao contrário do que alega o requerente, com a suspensão da tutela provisória concedida por ocasião da sentença", destacou o desembargador.

Jorge Rachid explicou que trata a demanda originária de ação civil pública de obrigação de fazer por danos ambientais, com pedido de tutela de urgência, objetivando, em suma, a elaboração de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o cumprimento efetivo ao que dispõe os artigos 18 e 54 da Lei nº. 12.305/2010.

O relator ressaltou que a lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário do país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

Ao citar o artigo 10 da lei, o desembargador ressaltou que, ao longo da marcha processual, fora aprovado, pela Câmara Municipal de Imperatriz, o projeto de gestão integrada de resíduos sólidos.

Contudo, prossegue o relator, "vê-se que restou pendente a implementação da destinação e disposição final ambientalmente adequadas dos resíduos sólidos, como se infere das provas presentes nos autos de origem.

Em seguida, citou o que foi observado pela magistrada: "Diante dos documentos juntados aos autos, bem como levando-se em conta o que foi exposto pela municipalidade na contestação, é clara a situação irregular no que se refere à gestão de resíduos sólidos em Imperatriz/MA, sendo necessário que sejam tomadas providências a fim de garantir a saúde pública e evitar o agravamento de danos ambientais".

Além disso, o entendimento verifica que o município de Imperatriz não adotou as providências determinadas pela Lei n.º 12.305/2010 dentro do tempo estabelecido em lei, vindo a apresentar seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos apenas em 6 de setembro de 2018, conforme documentos.

Continue lendo em:

<https://omaranhense.com/imperatriz-deve-adotar-medidas-para-destinacao-de-residuos-solidos/>

1º Cejusc realiza audiência com reeducando do sistema prisional

O 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cejusc/TJMA) realizou sessão de conciliação por videoconferência, no último dia 19, com um reeducando do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A audiência de divórcio foi conduzida pelo conciliador e mediador da Justiça, Washington Souza Coelho, e resultou em acordo entre as partes.

Após dialogarem, o interno do sistema prisional e sua ex-esposa, que estavam juntos há 9 anos e separados há cerca de 3 meses, resolveram se divorciar de forma amigável, por não compartilharem mais os mesmos objetivos de vida.

O 1º Cejusc é vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA - presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

O coordenador do 1º Centro de Solução de Conflitos, magistrado Alexandre Abreu, ressalta a importância da iniciativa ao facilitar o acesso à Justiça à população, evitando deslocamentos desnecessários, reduzindo distâncias geográficas, gerando economia e, sobretudo, incentivando o uso das ferramentas tecnológicas na resolução de demandas.

O conciliador Washington Coelho enfatiza que, no caso em questão, também evitou-se a movimentação de todo um aparato do Estado, que implicaria em custos com o deslocamento do interno para a sessão de conciliação na Justiça, caso ocorresse de forma presencial.

PARTICIPAÇÃO

Também participaram da audiência alunos e alunas do Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores do TJMA: o coconciliador Chrystopher Luan Wercklose Garcia Almendra; as observadoras Tainá Borges da Silva, Lorena da Paz Moraes, Lívia Araújo Barbosa e Heloísa Linhares, além do observador David Evangelista Paiva.

A capacitação é promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM), conforme diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

AGENDAMENTO

Advogados e advogadas podem realizar agendamento de sessões de conciliação junto ao 1º Centro de Conciliação da capital, diretamente pelo Portal do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), por meio do link PJe (Processo Judicial eletrônico) e direcionar para o 1º Cejusc-Fórum.

No caso do usuário ou usuária, basta solicitar a realização de sessões pelos telefones do Telejudiciário: 0800 707 1581/ (98) 3194-5555; pelo e-mail 1cejusc-slz@tjma.jus.br, juntando a documentação necessária, pelo Whatsapp Business (98) 3194-5676 ou presencialmente.

Uma ameaça real

A Covid-19 é uma ameaça real e um risco infinitamente maior do que a possibilidade de efeitos adversos que qualquer vacina possa ter. Ainda assim, é grande o número de pessoas que mantêm a decisão de rejeitar a imunização - duas doses ou dose única da farmacêutica Janssen -, agora sob a ameaça da variante Delta. São pessoas que expõem a si mesmas e à sociedade um risco que poderia ser evitado, e o resultado: lotam as UTIs e desesperam os médicos.

Esse posicionamento de recusar vacinas tem motivado, inclusive, decisões judiciais, a exemplo do que ocorreu recentemente em São Paulo. Lá, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP) manteve a justa causa aplicada à demissão da funcionária de um hospital que não quis se vacinar. A justificativa foi que, apesar de a vacinação não ser compulsória, a imunização em massa é a única maneira de frear a pandemia. Nesse caso, para proteger a saúde do coletivo, as empresas têm o direito de restringir a frequência ou o exercício de atividades de quem não aceitar entrar na dança - e até de demitir por justa causa, dependendo do motivo da recusa.

Existe uma variedade de motivos para que a pessoa decida pela rejeição à vacina: ignorância, paranoia, religião, ideologia, desinformação, egoísmo, e crença em falsos tratamentos. É lamentável, portanto, que muitos continuem a prejudicar o combate da pandemia. No entendimento da pneumologista e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Margareth Dalcolmo, no Brasil não existe um movimento antivacina, como em EUA e Europa, mas a ignorância politizada, que tem seus efeitos amplificados por campanhas tóxicas de desinformação nas redes sociais.

Os casos de negação da vacina ocorrem em todo o país. E, por conta disso, a pandemia amplificou um problema que já ocorria com outras doenças, alimentado pela ignorância. Por exemplo: no tratamento da Aids e da tuberculose, alguns pacientes, mal orientados, acham que estão curados e que não precisam mais de remédios e nem de vacinas. Na Covid-19 não é diferente. Os negacionistas prolongam a pandemia, perpetuam a desgraça. Infelizmente, ainda há quem continue a tomar ivermectina, na ilusão do tratamento precoce.

Está provado que, apesar de nenhuma das atuais vacinas contra a Covid-19 eliminar o estado de portador do vírus, a pessoa que se imuniza não adoece com a mesma frequência que aquela que está desprotegida -e, se contrair o vírus, as chances de transmissão são inferiores. Além dos anticorpos, quem se vacina desenvolve vários graus de resposta contra aquele agente e as chances de o vírus se multiplicar são muito menores.

Especialistas alertam que quando a pessoa faz opção por não se vacinar, além de representar um risco maior de infecção, a chance de desenvolver variantes é alta porque o vírus tem uma facilidade muito grande de mutação. A cada nova pessoa infectada, pode gerar desde uma mutação mais branda até uma infecção grave, inclusive com o risco de as vacinas pré-concebidas não funcionarem mais.

O infectologista Julio Croda, pesquisador da Fiocruz, diz que o aumento das internações de pessoas acima de 80 anos torna imperativo aplicar uma dose de reforço nessa população que foi vacinada no país, junto com os profissionais de saúde. Na semana passada, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que a aplicação de uma terceira dose só vai ocorrer depois que toda a população adulta tiver recebido as duas doses da vacina.

Alcântara, no Maranhão, é uma das três cidades - as outras são Fernando de Noronha (PE) e Uru (São Paulo) - que se destacam pela alta taxa de vacinação da população, segundo publicação nacional. Sete de cada dez moradores de Alcântara são quilombolas. O grupo é prioridade no plano de imunização federal. Pela dificuldade de acesso às comunidades, em março o município figurava entre as cidades maranhenses mais atrasadas na vacinação. Uma força-tarefa foi criada para acelerar o trabalho e, em 16 de junho, a cidade ficou conhecida como a primeira do Brasil a aplicar a primeira dose de vacina em toda a população adulta.

Presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, o maranhense Marcelo Buhatem defendeu a conciliação (...)

E MAIS

- Presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, o maranhense Marcelo Buhatem defendeu a conciliação entre poderes.
- - Parece-nos hora de flexibilizar, sentar-se à mesa a fim de prescrutar os elementos da discórdia e, diante de concessões mútuas, firmar compromissos -, sugeriu.
- Na reta final da gestão, Dino deve promover uma mudança na Casa Civil, após saída de Marcelo Tavares para o TCE; o mais cotado é Diego Galdino.

Presidente do Tribunal de Justiça entrega exemplares da Constituição Federal à população

Ação visa a estimular populares a fazer leitura da Carta Magna

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, distribuiu exemplares da Constituição Federal à população, no Terminal da Integração da Praia Grande, Centro, nesta segunda-feira (23). A iniciativa integra ação institucional da Justiça com o intuito de estimular cidadãos e cidadãs a lerem a Carta Magna e conhecerem melhor os seus direitos.

“A distribuição da Constituição Federal marca o compromisso do Tribunal de Justiça com a conscientização da sociedade em relação aos seus direitos e garantias constitucionais”, pontuou o presidente do TJMA.

O desembargador Lourival Serejo ressaltou a relevância da Carta Magna no fortalecimento dos direitos sociais, diante do seu compromisso na defesa do Estado Democrático de Direito. “A leitura da Constituição deve se tornar um catecismo diário para a população, sendo fundamental para fortalecer a cidadania e despertar o sentimento de dignidade da pessoa humana”, frisou.

O presidente do TJMA antecipou que a campanha também poderá ser desenvolvida também em escolas de São Luís, conforme cronograma a ser divulgado em breve.

Também participaram da ação o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão; o assessor-chefe de Comunicação do TJMA, Antônio Carlos de Oliveira; além de servidores e servidoras da Diretoria Geral, do Gabinete da Presidência do TJMA e da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça.

Cidadania - O gerente do Terminal de Integração da Praia Grande, Joaquim Alexandre Lopes Freitas, destacou a importância da iniciativa e parabenizou a Justiça. “Essa ação é de fundamental importância, principalmente, por se tratar de um espaço público de amplo acesso. Esse evento, com certeza, fará com que as pessoas se sintam mais próximas da Justiça e do conhecimento sobre a Constituição”, afirmou.

A cozinheira Magnólia Silva estava voltando para casa, no momento da ação, e aproveitou a oportunidade para receber dois exemplares da Constituições. “Eu achei essa ação muito interessante porque existem várias coisas sobre a Justiça e as leis que não conhecemos. Estou levando uma para mim e outra para minha filha estudante. E agora ficaremos mais bem informadas, com esse livro”, disse.

A universitária Elyzienne Silva Serra, que também ganhou uma Constituição, ressaltou a importância da Carta Magna, no atual contexto social. “Eu achei muito útil esse evento para conhecermos os nossos direitos e reivindicá-los também. Atualmente, com tantas fake news, a Constituição se torna uma importante fonte de informação”, frisou.

Presidente do TJMA entrega exemplares da Constituição à população

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, distribuiu exemplares da Constituição Federal à população, no Terminal da Integração da Praia Grande, Centro, nesta segunda-feira (23).

A iniciativa integra ação institucional da Justiça com o intuito de estimular cidadãos e cidadãs a lerem a Carta Magna e conhecerem melhor os seus direitos. "A distribuição da Constituição Federal marca o compromisso do Tribunal de Justiça com a conscientização da sociedade em relação aos seus direitos e garantias constitucionais", pontuou o presidente do TJMA.

O desembargador Lourival Serejo ressaltou a relevância da Carta Magna no fortalecimento dos direitos sociais, diante do seu compromisso na defesa do Estado Democrático de Direito. "A leitura da Constituição deve se tornar um catecismo diário para a população, sendo fundamental para fortalecer a cidadania e despertar o sentimento de dignidade da pessoa humana", frisou.

O presidente do TJMA antecipou que a campanha também poderá ser desenvolvida também em escolas de São Luís, conforme cronograma a ser divulgado em breve.

Também participaram da ação o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão; o assessor-chefe de Comunicação do TJMA, Antônio Carlos de Oliveira; além de servidores e servidoras da Diretoria Geral, do Gabinete da Presidência do TJMA e da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça.

CIDADANIA

O gerente do Terminal de Integração da Praia Grande, Joaquim Alexandre Lopes Freitas, destacou a importância da iniciativa e parabenizou a Justiça. "Essa ação é de fundamental importância, principalmente, por se tratar de um espaço público de amplo acesso. Esse evento, com certeza, fará com que as pessoas se sintam mais próximas da Justiça e do conhecimento sobre a Constituição", afirmou.

A cozinheira Magnólia Silva estava voltando pra casa, no momento da ação, e aproveitou a oportunidade para receber dois exemplares da Constituições. "Eu achei essa ação muito interessante porque existem várias coisas sobre a Justiça e as leis que não conhecemos. Estou levando uma para mim e outra para minha filha estudante. E agora ficaremos mais bem informadas, com esse livro", disse.

A universitária Elyzienne Silva Serra, que também ganhou uma Constituição, ressaltou a importância da Carta Magna, no atual contexto social. "Eu achei muito útil esse evento para conhecermos os nossos direitos e

reivindicá-los também. Atualmente, com tantas fake news, a Constituição se torna uma importante fonte de informação", frisou.

Judiciário fiscaliza unidades prisionais na região dos Cocais

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA), coordenada pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou inspeção ordinária nas unidades prisionais de Timon (PR e UPR), Caxias (UPR) e Codó (UPR) e Coroatá (UPR) durante a última semana, no período de 16 a 19 de agosto. As inspeções objetivam avaliar o funcionamento das unidades prisionais, tanto em relação à estrutura física, administrativa, de saúde, atendimento e outras.

A inspeção foi conduzida pelo juiz coordenador substituto da UMF, Marcelo Silva Moreira, acompanhado do chefe da Divisão Estrutural Técnica, Dalton Melo e do secretário administrativo Willame Silveira.

"O objetivo dessas inspeções é buscar padronização nas unidades, maior dignidade daqueles que cumprem penas e melhores condições de trabalho aos servidores e servidoras", informa o juiz coordenador substituto da UMF, Marcelo Silva Moreira. Na oportunidade, a equipe da UMF agradeceu todo o apoio e cordialidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), durante as inspeções feitas em todas as unidades prisionais.

No mês de julho, a UMF também realizou inspeções nas unidades prisionais dos municípios de Rosário, Itapecuru-Mirim, Chapadinha e Tutóia.

Sá Marques diz que não é investigado pelo Gaeco na Operação Faz de Conta

Apuração tem avançado e pode alcançar vereadores e ex-vereadores de São Luís. As movimentações suspeitas da suposta orccrim já chegam a R\$

O ex-vereador de São Luís, Sá Marques (Podemos), disse em contato com o ATUAL7 que, segundo afirma, não é alvo da Operação Faz de Conta, investigação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas) que teve a primeira fase deflagrada em novembro de 2019.

“Não fui alvo da operação nem sou investigado. O que ocorre é que estou entre os vereadores que destinaram recursos em emendas parlamentares para um dos institutos investigados. Somente após a operação do Gaeco é que soubemos que o atestado utilizado por esse instituto teria sido fraudado. Como vereador, destino os recursos. A obrigação sobre a veracidade da documentação apresentada pelas entidades não é do parlamentar. Um dos investigados me citou em depoimento sobre quais vereadores destinaram emendas para essa entidade, mas não que eu tenha participado de algo ilegal. Mesmo assim, achei por bem me resguardar”, afirmou.

A declaração foi uma resposta à revelação feita pelo ATUAL7 de que Sá Marques, embora não tenha sido alvo de nenhum dos mandados expedidos de prisão temporária nem de busca e apreensão cumpridos no bojo da Operação Faz de Conta, entrou com pedido de habeas corpus preventivo no Tribunal de Justiça do Maranhão, indeferido pelo desembargador João Santana Sousa.

Outro vereador, Edson Gaguinho (DEM), também buscou um habeas corpus preventivo no TJ maranhense, mas acabou requerendo desistência após o Ministério Público afirmar, em resposta ao mesmo magistrado, que o democrata não estava entre os alvos daquela fase da operação.

Continue lendo mais em:
https://atual7.com/noticias/politica/2021/08/sa-marques-diz-que-nao-e-investigado-pelo-gaeco-na-operacao-faz-de-conta/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+atual7+%28Atual7%29

TJMA assume o 14º lugar no ranking de transparência

Sede do TJMA em São Luís. Foto/divulgação: Ribamar Pinheiro

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assumiu o 14º lugar no ranking de transparência no segmento Tribunais Estaduais em 2021. O resultado final - divulgado nessa terça-feira (24), na 2ª Reunião Preparatória para o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário - representou uma evolução significativa da Corte estadual nos últimos quatro anos, que subiu 12 posições de 2018 a 2021, ao obter a pontuação de 91,30%.

Durante a sessão plenária jurisdicional desta quarta-feira (25), o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo fez menção ao resultado, congratulando-se com os desembargadores e desembargadoras pela conquista da Corte Estadual maranhense.

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, tem como finalidade conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos.

Em 2018, o TJMA ocupava a 26ª posição com uma pontuação de 44,08%. Em 2019, assumiu a 17ª colocação (72,79%) e em 2020, a 18ª posição (82,59%).

Coordenado pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, o Ranking é divulgado anualmente pelo CNJ, como previsto na Resolução CNJ nº 215/2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

O Departamento de Gestão Estratégica, unidade do Conselho, coordena, sob a supervisão do Conselheiro-Ouvidor do CNJ, a coleta dos dados enviados pelos tribunais e conselhos para elaboração do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo que todos os órgãos do Poder Judiciário participam da avaliação.

BOM JESUS DAS SELVAS: Decisão permite que município contrate apenas para atendimento médico

O Tribunal de Justiça do Maranhão atendeu em parte ao pedido da Procuradoria Geral de Justiça estadual, requerido numa medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), para suspensão de normas que tratam de contratação temporária no município de Bom Jesus das Selvas.

A decisão plenária foi de acordo com o voto do relator, desembargador Vicente de Castro, que deferiu parcialmente a cautelar, para suspender os efeitos de algumas normas da Lei nº 003/2017, a Lei nº 006/2020 e o Decreto nº 008/2021, todos do município, bem como conferir interpretação conforme as Constituições Estadual e Federal ao artigo 2º e cinco incisos da Lei nº 003/2017, de modo que tais preceitos normativos, e os deles dependentes, sejam válidos somente para justificar contratações, direta ou indiretamente, relacionadas à assistência médica e hospitalar do município.

O relator explicou que a lei municipal que, ao estabelecer as hipóteses autorizativas de contratação temporária, não delimita as circunstâncias fáticas emergenciais e singulares a autorizar essa modalidade de ingresso na Administração Pública, está, ao menos em juízo de cognição sumária, a afrontar o artigo 19, caput, incisos II e IX da Constituição Estadual, impondo-se, assim, a suspensão da sua eficácia, até posterior julgamento de mérito da respectiva ação constitucional.

A Procuradoria Geral de Justiça alegou, dentre outros argumentos, em sua petição inicial, que normas da lei municipal padecem de inconstitucionalidade material, porque, ao estabelecer generalidade de hipóteses consideradas excepcionais, justificando a contratação direta e temporária no âmbito municipal, subverteu a obrigatoriedade de concurso para o ingresso no serviço público, transformando, desse modo, a regra em exceção.

Acrescentou que dispositivos fixaram hipóteses genéricas e que, da leitura do texto, não se identificam, concretamente, as situações excepcionais e urgentes que estariam a justificar a contratação sem concurso público e, conseqüentemente, a caracterizar as exceções legais.

Já o município alegou que não se encontram configurados os requisitos necessários à concessão do pedido cautelar, ressaltando que, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e das disposições contidas no artigo 8º da Lei Complementar nº 173/2020, o município está impossibilitado de criar cargos e realizar certames, até 31 de dezembro de 2021, dentre outros argumentos.

Anunciou que sua intenção em promover concurso público é fato notório manifestado em reunião, em maio de 2021, com o Ministério Público, bem como em informações encaminhadas ao órgão ministerial com atuação em Bom Jesus da Selvas. Assinalou que as hipóteses constantes dos diplomas legais impugnados observam a exceção prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, entendendo inexistente a inconstitucionalidade apontada na inicial.

O presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus das Selvas apresentou argumentos semelhantes aos do município e alegou que o deferimento da medida cautelar pretendida poderia impossibilitar a regular prestação

de serviços públicos à população, além de anunciar que o legislativo municipal aprovou a Lei nº 019/2019, autorizando a realização de concurso público pelo município, que não foi realizado em virtude da pandemia do novo coronavírus.

Continue lendo mais em: <https://www.jofernandes.com.br/2021/08/bom-jesus-das-selvas-decisao-permite.html>

CAPS AD Estado realiza a 16ª Edição da Ação Resgate na João Paulo

Hoje (25) foi realizada 16ª edição deste ano da Ação Resgate, no João Paulo, em São Luís (MA). Durante a ação um dependente químico retirado das ruas, atendimentos em saúde física e mental aquela comunidade como testes de hiv, sífilis, hepatite, Covid-19, avaliação médica clínica e psiquiátrica, corte de cabelo, tratamento de ferimentos, distribuição de caldo e roupas.

A 10 anos, foi criado este serviço itinerante que hoje tem apoio de diversos órgãos como Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, Sociedade Civil Organizada, Ministério Público do Maranhão (MPM), Tribunal de Justiça (MA) e Secretaria de Estado da Saúde (SES) como gestora do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD Estadual).

“Estiveram novamente com a 16ª edição da Ação Resgate desta vez de volta ao João Paulo local onde a 10 anos atrás existia a famosa Cracolândias do João Paulo, após o trabalho realizado pela equipe do CAPS AD Estadual e do delegado Joviano Furtado deixou de existir aquela situação de uso de drogas naquela região que tinha mais de 100 pessoas se drogando dia e noite. Uma grande vitória e com certeza nos deixa muito orgulhoso pois este trabalho da ação resgate é único no nosso país e com grande aceitação social e resolutividade”, disse o coordenador-geral do CAPS AD Estado, Marcelo Soares Costa.

O CAPS AD é destinado ao atendimento diário, com assistência clínica, acompanhamento e reabilitação psicossocial de usuários com transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e drogas. O CAPS AD é um serviço de saúde aberto ao público, oferecido pelo Sistema Único de Saúde.

Dentre os serviços disponibilizados, estão o atendimento individual e em grupo, os tratamentos medicamentoso e psicoterápico, orientação familiar, atividades comunitárias, oficinas e visitas domiciliares. O CAPS Estado estima atender a, aproximadamente, 100 pacientes por dia. O CAPS AD Estado possui uma estrutura física com refeitório, banheiros, salas de atendimento da equipe de saúde e de terapia de grupo, adequadas ao atendimento diário deste quantitativo, explicou.

O CAPS AD Estado está situado na Rua Conde D’Eu, s/n, no bairro do Monte Castelo e funcionará de segunda a sexta-feira, das 8 às 18h, atendendo demanda espontânea.

DESEMBARGADOR RAIMUNDO CUTRIN RECEBE TÍTULO DE CIDADÃO IMPERATRIZENSE.

TEXTO: KAROLINE TRAGANTE.

FOTOS: FABIO BARBOZA.

Nesta terça-feira, 24, a Câmara Municipal realizou entrega do Título de Cidadão Imperatrizense ao desembargador, Raimundo Freire Cutrim, por indicação do vereador e presidente da Casa Legislativa, Alberto Sousa (PDT). A outorga foi entregue ao representante do desembargador, o sobrinho, juiz de direito, Marcio Cutrim e faz parte das atribuições dos parlamentares, de acordo com o Regimento Interno.

Nascido em Olinda Nova, Maranhão, Raimundo Cutrim concluiu o curso de direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e entrou para a magistratura como juiz de Santa Luzia, em 1982, até chegar ao cargo de desembargador.

Promovido posteriormente para Itapecuru e Imperatriz, onde atuou por vários anos, ajudou na construção da 2ª maior cidade do Maranhão, na década de 80. É responsável por implementar ações importantes para a justiça do Estado, como a inauguração da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e a implementação do posto avançado da Vara da Infância na Ponta da Espera.

Também apresentou projeto contra as fraudes na Previdência, assim como fez parte da implementação das Varas da Infância e Juventude e a Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comarca de Imperatriz, entre tantos outros legados.

O juiz de direito, Márcio Cutrim, ao agradecer pela homenagem concedida ao tio, reforçou os princípios e crenças do desembargador e que o conduziram durante toda a trajetória no judiciário do Estado. E, na Tribuna, leu o discurso proferido por Raimundo Cutrim, que esteve impossibilitado de se fazer presente no evento.

“ Quero dizer da minha eterna gratidão pelo título que me foi conferido. Pontuo que de muito tempo, já concebi o que é ser um cidadão Imperatrizense, e sendo tocado por esse vital sentimento, quero saudar a todos indistintamente com palavras que traduzem a gratidão que me invade nesse momento”, diz um trecho da mensagem do desembargador.

Também sobrinho, o desembargador José Ribamar Froz Sobrinho agradeceu ao carinho dos vereadores para com Raimundo Cutrim e externou a felicidade da família com o feito.

“ É um reconhecimento merecido que essa Casa presta ao nosso tio Raimundo Cutrim que tanto fez pelos cidadãos de Imperatriz e do Maranhão pelos feitos

Obrigado pela esta honraria, que essa Casa presta ao nosso tio Raimundo Cutrim que tanto fez pelos cidadãos de Imperatriz e do Maranhão pelos feitos que deixou na sua trajetória no judiciário, ” disse o também desembargador Froz Sobrinho.

No encerramento, o presidente Alberto Sousa afirmou o respeito ao judiciário e explanou sobre os momentos

difíceis que a Casa Legislativa passou, mas ressaltou as ações que estão sendo desenvolvidas para garantir um trabalho de harmonia entre os poderes.

“Essa honraria é uma nova oportunidade para que possamos reforçar o nosso respeito com o judiciário, para que sigamos trabalhando para que a Câmara siga de cabeça erguida perante a sociedade. Quando conheci a história do nosso desembargador, lembrei do meu pai, que mesmo sendo da roça, sem saber escrever, nos ensinou o que realmente tem valor na vida: a humildade no tratar com as pessoas”, disse Alberto Sousa que presenteou o homenageado com obras literárias de autores Imperatrizenses.

Na solenidade, o vereador Fábio Hernandez (PP), aproveitou a ocasião para realizar a entrega de uma Moção de Aplausos, aprovada em junho, ao corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, pelo relevante trabalho desempenhado no Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana que tem tratado da regularização fundiária da região do Matopiba.

Trajetória

Antes de assumir como desembargador, Cutrim passou pelo município de Codó e São Luís, onde progrediu por merecimento ao cargo, em 1997. Em 30 anos de carreira no judiciária, foi eleito Corregedor para o Tribunal de Justiça em 2006, eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado em 2008, reeleito presidente do Tribunal de Justiça do estado em 2009 e eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 2010.

Também estiveram presentes no evento a diretora do Fórum de Imperatriz, Ana Beatriz Maia, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, o corregedor Desembargador Paulo Velten, Nilo Ribeiro, juiz auxiliar da corregedoria e o juiz Joaquim da Silva Filho.

Estátua

Depois que se posicionou contra a réplica da Estátua da Liberdade na área da instalação de uma loja em São Luís, o secretário de Cidades do Maranhão, Márcio Jerry, teve de aguentar piadas na internet.

Em postagem em redes sociais, o proprietário do empreendimento mostra comentário de Jerry e comenta sobre a instalação da estátua que causou polêmica.

Márcio Jerry, em resposta, disse que nunca foi contra qualquer empreendimento que gere emprego e renda ao Maranhão, mas que defendia a liberdade de opinião.

Atrapalhou

O posicionamento de Márcio Jerry contra a estátua somou-se ao coro de um grupo de intelectuais e artistas que não queriam uma réplica do monumento de Nova York em São Luís.

Em carta exposta em julho deste ano, mais de 100 pessoas - entre magistrados, membros da Academia Maranhense de Letras, jornalistas, professores e empresários - se posicionaram contra a estátua.

Mesmo sem assinar a carta, ao emitir sua opinião e divulgar nas redes sociais, Jerry “contaminou” o movimento, que acabou taxado com sentimentos políticos partidários para se opor à estátua.

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (...)

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão realizou inspeção ordinária nas unidades prisionais de Timon, Caxias, Codó e Coroatá, durante a última semana, de 16 a 19 de agosto.

Voluntários do Movimento Mangue sem Lixo recolhem 400 quilos de lixo em manguezal

Foram recolhidos resíduos como garrafas Pet's, isopor, redes e fios de pesca, par de calçados, solas e chinelos.

Voluntários do Movimento Mangue sem Lixo recolheram 400 quilos de lixo em manguezal (Foto: Divulgação)

Moradores e voluntários realizaram no último domingo (22/08), no povoado do Mojó, em Paço do Lumiar, um mutirão de limpeza de um trecho do mangue, onde boa parte dos dejetos despejados no mar se concentram, desmatando a vegetação dos manguezais. Os voluntários recolheram neste local mais de 407 quilos de lixo.

Para o um dos voluntários, o bombeiro Marcos Pimenta, uma parte dos resíduos encontrados é oriunda dos próprios pescadores, como rede de pesca, linhas de nylon e isopor.

“Falta ainda a conscientização do pescador para ele entender que não se joga isopor, restos de rede de pesca e linhas, como se fosse lixo, no próprio mangue, que é de onde ele tira seu próprio sustento”, frisou.

O “Movimento Mangue Sem Lixo” é uma iniciativa da Organização Não-Governamental (ONG) Arte-Mojó, da Associação de Trabalhadores Rurais de Mojó e Montanha Russa, Sítio Jiboia e Associação Ambiental Orla Viva, com parceria do Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais de Paço do Lumiar-MA.

As atividades de catação do lixo, dentro dos manguezais, acontecem uma vez por mês e tem como objetivo chamar a atenção para a preservação desta flora, que vem sendo ameaçada por toneladas de resíduos sólidos todos os dias.

Para a presidente da Ong, Graça Soares, a meta, além da limpeza, é fazer o replantio dessas árvores nas áreas que já estão sofrendo devastação por excesso de garrafas pet, sacolas plásticas, solas de sapato, isopor e redes de pesca.

“A ideia do Movimento Mangue sem Lixo não é só limpar o mangue, pois sabemos que não vamos conseguir tirar todo o lixo que tem nele, mas além de alertar a população e os moradores da região, queremos fazer o replantio desta vegetação, que vem sofrendo com essa quantidade de plásticos em suas raízes”, afirmou Graça Soares.

Os interessados em contribuir com doação de máscaras, luvas e sacos de lixo (de preferência biodegradáveis e como voluntários), podem entrar em contato com os organizadores pelos telefones 99118-3377 e 98134-0233 ou pelo e-mail: artemojo@hotmail.com.

Decisão permite que município contrate apenas para atendimento médico

O Tribunal de Justiça do Maranhão atendeu em parte ao pedido da Procuradoria Geral de Justiça estadual, requerido numa medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), para suspensão de normas que tratam de contratação temporária no município de Bom Jesus das Selvas.

A decisão plenária foi de acordo com o voto do relator, desembargador Vicente de Castro, que deferiu parcialmente a cautelar, para suspender os efeitos de algumas normas da Lei nº 003/2017, a Lei nº 006/2020 e o Decreto nº 008/2021, todos do município, bem como conferir interpretação conforme as Constituições Estadual e Federal ao artigo 2º e cinco incisos da Lei nº 003/2017, de modo que tais preceitos normativos, e os deles dependentes, sejam válidos somente para justificar contratações, direta ou indiretamente, relacionadas à assistência médica e hospitalar do município.

O relator explicou que a lei municipal que, ao estabelecer as hipóteses autorizativas de contratação temporária, não delimita as circunstâncias fáticas emergenciais e singulares a autorizar essa modalidade de ingresso na Administração Pública, está, ao menos em juízo de cognição sumária, a afrontar o artigo 19, caput, incisos II e IX da Constituição Estadual, impondo-se, assim, a suspensão da sua eficácia, até posterior julgamento de mérito da respectiva ação constitucional.

A Procuradoria Geral de Justiça alegou, dentre outros argumentos, em sua petição inicial, que normas da lei municipal padecem de inconstitucionalidade material, porque, ao estabelecer generalidade de hipóteses consideradas excepcionais, justificando a contratação direta e temporária no âmbito municipal, subverteu a obrigatoriedade de concurso para o ingresso no serviço público, transformando, desse modo, a regra em exceção.

Acrescentou que dispositivos fixaram hipóteses genéricas e que, da leitura do texto, não se identificam, concretamente, as situações excepcionais e urgentes que estariam a justificar a contratação sem concurso público e, conseqüentemente, a caracterizar as exceções legais.

Já o município alegou que não se encontram configurados os requisitos necessários à concessão do pedido cautelar, ressaltando que, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e das disposições contidas no artigo 8º da Lei Complementar nº 173/2020, o município está impossibilitado de criar cargos e realizar certames, até 31 de dezembro de 2021, dentre outros argumentos.

Anunciou que sua intenção em promover concurso público é fato notório manifestado em reunião, em maio de 2021, com o Ministério Público, bem como em informações encaminhadas ao órgão ministerial com atuação em Bom Jesus da Selvas. Assinalou que as hipóteses constantes dos diplomas legais impugnados observam a exceção prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, entendendo inexistente a inconstitucionalidade apontada na inicial.

O presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus das Selvas apresentou argumentos semelhantes aos do município e alegou que o deferimento da medida cautelar pretendida poderia impossibilitar a regular prestação

de serviços públicos à população, além de anunciar que o legislativo municipal aprovou a Lei nº 019/2019, autorizando a realização de concurso público pelo município, que não foi realizado em virtude da pandemia do novo coronavírus.

Continue lendo mais em:

<https://omaranhense.com/decisao-permite-que-municipio-contrate- apenas-para-atendimento-medico/>

Desembargador Marcelino Everton é empossado como membro substituto do Regional

Tomou posse na tarde desta terça, 24 de agosto, como membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, o desembargador Marcelino Chaves Everton, do Tribunal de Justiça do Estado. Ele assume na vaga aberta com o fim do biênio do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, ocorrida no dia 21 de agosto de 2021.

A cerimônia, que ocorreu no gabinete da presidência, foi conduzida pelo desembargador Joaquim Figueiredo, presidente, e participaram além dos membros da Corte, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo; o Conselheiro do TCE, Edmar Cutrim; o deputado federal Edilázio Junior; o diretor-geral Luann Matos; familiares e assessoras do gabinete do empossado no Tribunal de Justiça.

"Espero a contribuição de Vossa Excelência, assim como já o faz no nosso egrégio Tribunal de Justiça. Aqui é um colegiado onde nós temos juízes, advogados e essa troca de experiência é importante para que somemos todos sempre com o fito único e específico de trazer contribuição aos nossos jurisdicionados e nossos julgamentos", ressaltou o presidente do TRE ao dar as boas-vindas ao novo membro.

Em seu breve discurso de posse, desembargador Marcelino Everton fez algumas considerações sobre a evolução do código eleitoral, do voto feminino e do cenário político maranhense. Reforçou a sua admiração pela Justiça Eleitoral e agradeceu a deferência dos seus pares pela sua escolha para o exercício dessa função.

Judiciário fiscaliza unidades prisionais na região dos Cocais

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA), coordenada pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou inspeção ordinária nas unidades prisionais de Timon (PR e UPR), Caxias (UPR) e Codó (UPR) e Coroatá (UPR) durante a última semana, no período de 16 a 19 de agosto. As inspeções objetivam avaliar o funcionamento das unidades prisionais, tanto em relação à estrutura física, administrativa, de saúde, atendimento e outras.

A inspeção foi conduzida pelo juiz coordenador substituto da UMF, Marcelo Silva Moreira, acompanhado do chefe da Divisão Estrutural Técnica, Dalton Melo e do secretário administrativo Willame Silveira.

“O objetivo dessas inspeções é buscar padronização nas unidades, maior dignidade daqueles que cumprem penas e melhores condições de trabalho aos servidores e servidoras”, informa o juiz coordenador substituto da UMF, Marcelo Silva Moreira. Na oportunidade, a equipe da UMF agradeceu todo o apoio e cordialidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), durante as inspeções feitas em todas as unidades prisionais.

No mês de julho, a UMF também realizou inspeções nas unidades prisionais dos municípios de Rosário, Itapecuru-Mirim, Chapadinha e Tutóia.

OAB omissa pune advogados, meio-ambiente e a saúde pública

Por Aldenor Rebouças Jr.

A chegada da praga do século XXI ao território maranhense estimulou notáveis reformulações sociais, especialmente o desenvolvimento do trabalho remoto através de aplicativos de conferência virtual, migração dos processos físicos para a nuvem eletrônica, e realização de atos e diligências sem a necessidade de contato pessoal ou locomoção às sedes físicas das unidades jurisdicionais ou administrativas.

Para atendimento das medidas sanitárias de combate à propagação da Covid-19, o Tribunal de Justiça permitiu a remessa e o recebimento de petições endereçadas por e-mail aos processos físicos.

Lamentavelmente, a faculdade foi extinta pela Portaria GP 549/2021, de 03/08/21, ato não colegiado, editado sem a prévia oitiva das demais carreiras essenciais à administração da justiça (OAB, Ministério Público e Defensoria). Por quê?

A primeira vítima do retrocesso é o jovem advogado, aquele com poucos clientes e prestações do financiamento estudantil (ProUni ou FIES) vencendo mensalmente. O que antes resolvia com meia dúzia de cliques, agora demanda a paramentação, lavagem das roupas, polimento dos sapatos, gastos com transporte de ida e volta e, talvez, refeição fora de casa.

O meio-ambiente é o segundo sacrificado. Os alvejantes, sabões para limpeza do vestuário, e o combustível fóssil consumido pelos ônibus ou veículos poluem a água, terra e atmosfera.

De outro lado, a imposição de protocolo físico aumenta as chances de contágio no ambiente do transporte público, e na repartição competente para o recebimento da petição, a revelar o desacerto da medida sob o ângulo da saúde pública.

Há mais de 100 anos o funcionamento dos protocolos judiciários é da 8h às 18h, e o art. 232, do Código de Processo Civil (CPC), estatui que os atos podem ser realizados da 6h às 20h, mas agora foi limitado das 8h às 15h. Mais uma vez, inexistente qualquer espécie de colheita da opinião dos operadores do sistema jurídico (OAB, Ministério Público e Defensoria). Por quê?

A OAB (indevidamente) pagou estagiários para a digitalização do acervo do Tribunal de Justiça, eis porque legítima a expectativa de audição daquela, antes da tomada de decisão impactante na atividade advocatícia. A distribuição de exemplares impressos da constituição federal no terminal da integração, ontem (23/8), confirma a dotação orçamentária para a aquisição de toner e papel para a materialização das petições enviadas pelo e-mail.

Colegas idosos, grávidas, lactantes, com dificuldade de locomoção, imunodeprimidos etc. estão a amargar o retrocesso. As políticas de inclusão social e o acesso à justiça são sabotados por uma canetada que dificulta o

exercício da advocacia, impondo o deslocamento ao prédio, e restringindo o horário de funcionamento do protocolo.

Audiências públicas, planejamento e orçamento participativos, e a figura do amicus curiae (art. 138, do CPC) representam a possibilidade de a sociedade civil organizada participar ativamente da formação das decisões administrativas e judiciais. Assim, nenhuma razão republicana existe a justificar ato individual, de grande repercussão social, ao largo do plenário, e sem oferecer atenção aos outros manipuladores da máquina judicante.

É lamentável que a OAB esteja omissa, sem noticiar medida diplomática ou de controle perante o Conselho Nacional de Justiça, visando a reconstituição da norma que possibilitava a remessa e o recebimento de petições por e-mail, até as 18h, em honra à história da Corte

TJMA é apenas o 14º lugar no ranking de transparência

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) é o 14º lugar no ranking de transparência no segmento Tribunais Estaduais em 2021.

O resultado final divulgado nessa terça-feira (24), na 2ª Reunião Preparatória para o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Mesmo com a posição não tão favorável entre os 27 estados da Federação, a 14ª posição entre 27 estados brasileiros representa uma evolução da Corte estadual nos últimos quatro anos, que subiu 12 posições de 2018 a 2021, ao obter a pontuação de 91,30%.

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, tem como finalidade conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos.

Em 2018, o TJMA ocupava a 26ª posição com uma pontuação de 44,08%. Em 2019, assumiu a 17ª colocação (72,79%) e em 2020, a 18ª posição (82,59%).

TJMA decreta ponto facultativo no dia 6 de setembro

O Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu decretar ponto facultativo no dia 6 de setembro próximo, no TJMA, Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior. A Resolução-GP - 632021, que dispõe sobre o assunto no âmbito do Poder Judiciário do Estado, foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo.

A decisão foi proferida na 13ª Sessão Plenária Jurisdicional Ordinária, nesta quarta-feira (25), considerando que o Poder Executivo estadual decretou o ponto facultativo no próximo dia 6, conforme Decreto nº 36.417, de 18 de dezembro de 2020.

DPE consegue indenização por danos morais a criança com autismo que teve matrícula cancelada por escola de São Luís

Depois de decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo decreto do governo federal de incentivo à criação de salas e escolas especiais para crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, a Defensoria Pública estadual obtém importante vitória em favor de criança com autismo, que teve o acesso à educação negado por uma escola particular de São Luís. A instituição de ensino foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 5 mil por danos morais, mas recorreu e a decisão ficará a cargo agora do Tribunal de Justiça do Maranhão.

“Estamos diante de um caso emblemático, justamente num período onde o ensino especial é colocado em discussão no país. Baseada em uma farta legislação que versa sobre o assunto, a Defensoria entende que é preciso preservar o direito de crianças e adolescentes com deficiência a frequentar os bancos escolares com dignidade e respeito”, destacou o defensor público Rodrigo Freitas Pinheiro, titular do Núcleo Cível e da Fazenda Pública, responsável pelo acompanhamento do processo no Fórum de São Luís.

A mãe da criança autista procurou a DPE/MA, depois que teve a matrícula cancelada pela escola, no ano letivo de 2016, sob a alegação de que não teria condições estruturais para atender às necessidades da aluna. Em face disso, e com base no princípio da dignidade humana e nos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, inscritos na Constituição Federal, a defensora pública Luciana Lima moveu a ação, que foi julgada procedente pelo Judiciário nesta semana.

A instituição de ensino apelou, sustentando que não recusou atendimento a autista, mas que sua genitora resolveu tirá-la da escola após ter lhe solicitado laudo médico identificando a deficiência da menor, inexistindo assim qualquer falha na prestação de serviço. Na réplica apresentada pelo defensor Rodrigo Pinheiro, entre outros argumentos, reiterou que “em relação aos danos morais, inegável sua configuração, a ré praticou ato ilícito causando grandes transtornos para a autora da ação, uma vez que lhe impingiu vexame, constrangimento e não menos sofrimentos íntimos, sobretudo diante do fato de ser criança com deficiência”.

“A nossa expectativa é que o TJ mantenha a decisão proferida na Justiça de primeiro grau, que condenou a escola por sua conduta inadequada. Além das contrarrazões, entraremos também com outro recurso, solicitando a correção do valor da indenização, porque o consideramos muito baixo, em face do objetivo a que se propõe”, assinalou Pinheiro, lembrando que a decisão serve de estímulo para que outras mães em situação semelhante, não deixem de buscar o direito do filho com deficiência de assistir aulas juntamente com os demais integrantes da turma.

AMMA promove ato público em favor da Justiça Eleitoral

Ato Público realizado pela Associação dos Magistrados do Maranhão em favor da Justiça Eleitoral ocorreu na manhã desta sexta, 27 de agosto, e contou com a participação do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Joaquim Figueiredo, e do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, entre outras autoridades, como o desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, presidente da Escola Superior da Magistratura. O movimento marcou o encerramento da programação da Semana de Valorização da Magistratura iniciada em 23 de agosto.

O ato foi presidido pelo juiz Holídice Barros, presidente da AMMA. Durante o evento foi assinado o Manifesto (documento textual dissertativo onde consta expresso o ponto de vista dos autores para um grande público com intuito de sensibilizá-lo ou convencê-lo) que será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral.

Em sua fala, o presidente do TRE-MA destacou o trabalho árduo que a justiça eleitoral desenvolve principalmente para desfazer as notícias falsas, sempre demonstrando ao eleitor, candidatos e partidos políticos, a transparência, a lealdade, a confiabilidade e a integridade da urna eletrônica.

José Joaquim afirmou que, com a implantação da urna eletrônica, o processo tornou-se mais célere, seguro e ágil. Finalizou ressaltando o trabalho dos juízes, servidores e colaboradores que sempre desempenham suas atividades com seriedade e honestidade mesmo nas adversidades. “Uma prova disto foi o pleito passado que fizemos. Muita gente não acreditava que nós conseguiríamos realizar e nós o fizemos com trabalho sério, honesto e dedicado dos senhores juízes e servidores do nosso tribunal e da justiça eleitoral deste país. Com um momento pandêmico muito difícil é bem verdade, mas enfrentamos a realidade.”

De acordo com o juiz Holídice Barros, o evento teve o objetivo de apoiar os juízes e juízas eleitorais e os Tribunais Regionais Eleitorais, em especial o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, “que nesses últimos 25 anos de urnas eletrônicas demonstraram que vêm realizando um trabalho íntegro, célere, de excelência e seguro”.

Também teve voz durante o ato público o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MA, Gualter Lopes, que tratou acerca da evolução do processo eletrônico de votação. O servidor frisou que os eleitores e a classe política sempre aceitaram bem a transformação digital implementada com novo processo de votação introduzido no país e que as reclamações pontuais sempre existiram em todas as eleições, mas que a Justiça Eleitoral sempre respondeu a todos os questionamentos suscitados.

Lopes afirmou, ainda, que a cada pleito realizado tem-se ampliado a segurança e a transparência do processo eletrônico de votação. A introdução da biometria no processo de votação, por exemplo, trouxe maior eficiência e segurança na identificação do eleitor na seção eleitoral, assim como uma melhoria na depuração do cadastro eleitoral, pois com o batimento biométrico dos eleitores substituindo o batimento biográfico, eliminou-se definitivamente a possibilidade de uma pessoa, usando de meios ilícitos, possuir mais de um título de eleitor no

cadastro nacional de eleitores. O processo de biometrização dos eleitores do Maranhão foi concluído em 2019.

Assinam o Manifesto, além das autoridades citadas nos primeiro e segundo parágrafos, o juiz Márcio Castro Brandão (auxiliar da Corregedoria do TJMA), o procurador Juraci Guimarães Júnior (Regional Eleitoral do MA), procurador-geral Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (MPMA), desembargador José Evandro de Souza (presidente do TRT 16ª Região), o procurador Rodrigo Maia Rocha (Geral do Estado) e o advogado Thiago Diaz (presidente da OABMA).

Íntegra do Manifesto

O sistema eleitoral é um dos pilares da Democracia. É por meio das eleições que ocorre a alternância de poder e a população tem a capacidade de escolher seus líderes e representantes, em quem deposita sonhos, aspirações e a esperança em dias melhores.

No Brasil, as eleições são conduzidas pela Justiça Eleitoral, que é uma das mais modernas e respeitadas no mundo. As eleições, realizadas por meio de urnas eletrônicas, desde o ano de 1996, representaram um grande avanço para nossa sociedade, com mais eficiência e celeridade, entregando resultados em poucas horas após o fim da votação e elevado grau de confiabilidade.

As críticas infundadas e as inverdades lançadas sobre o sistema eleitoral e, sobretudo, o que ele representou nesses últimos 25 anos, não se justificam e servem apenas gerar um sentimento de instabilidade e desconfiança, que precisa ser afastado para que o processo eleitoral seja revigorado e a população retornar às urnas com o sentimento de que a escolha da sociedade será a mais legítima possível.

Por isso, os signatários deste texto, representantes legítimos das funções essenciais à realização da Justiça, manifestam total apoio e confiança no sistema eleitoral brasileiro. Apoiamos o atual sistema de votação, que vem sendo utilizado com grande êxito nos últimos 25 anos, ao tempo em que rogamos pela manutenção da estabilidade democrática e respeito ao resultado das eleições.

Essa modernização do processo eleitoral brasileiro sempre acompanhou a evolução tecnológica do mundo digital, bem como fez uso de novas ferramentas e dispositivos de verificação e proteção de sistemas digitais que permitiram, por exemplo, uma rápida evolução do sistema bancário no Brasil.

Manifesto em Defesa da Justiça Eleitoral é lançado em ato público da Magistratura

Representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual lançaram, na manhã desta sexta-feira (27), o Manifesto em Defesa da Justiça Eleitoral, no qual rechaçam as críticas infundadas e as inverdades lançadas sobre o sistema eleitoral brasileiro, reafirmando total apoio e confiança no atual sistema de votação, que vem sendo utilizado com grande êxito nos últimos 25 anos.

"As críticas não se justificam e servem apenas para gerar um sentimento de instabilidade e desconfiança, que precisa ser afastado para que o processo eleitoral seja revigorado e a população retornar às urnas com o sentimento de que a escolha da sociedade será a mais legítima possível", destaca o trecho do Manifesto.

O documento foi lançado no encerramento do ato público promovido pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que contou com a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, além de magistrados, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e do Sindicato dos Servidores da Justiça Estadual (Sindjus).

Ao abrir o evento, o presidente da AMMA, juiz Holídice Barros, disse que o sistema eleitoral é um dos pilares da democracia e "quando o sistema de votação é colocado em dúvida, é a própria Justiça Eleitoral, formada por servidores e servidoras, magistrados e magistradas e pelos Tribunais, que também são colocados sob suspeição e dúvida".

"Não podemos silenciar, sob pena de esta omissão ser tomada como uma ambiguidade por parte da população, gerando mais instabilidade", ressaltou Holídice.

Durante o ato, também se manifestaram os presidentes do Tribunal de Justiça e do TRE/MA, desembargadores Lourival Serejo e José Joaquim; o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), promotor Gilberto Câmara; o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (ADPEMA), Cristiano Santana,

e o secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-MA, Gualter Gonçalves Lopes Junior.

"A Justiça Eleitoral é fundamental para garantir a participação da população na vida política do país, exercendo plenamente a cidadania na busca por igualdade e Justiça social", disse o desembargador Lourival Serejo.

O ato público em Defesa da Justiça Eleitoral e da Democracia marcou o encerramento da Semana de Valorização da Magistratura, promovida anualmente pela AMMA, para tratar sobre a importância da magistrada e do magistrado do Brasil, buscando sua maior visibilidade e transparência e suas ações, como uma forma de aproximar o Poder Judiciário do cidadão.

Manifesto em Defesa da Justiça Eleitoral é lançado em ato público da Magistratura

Representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual lançaram, nesta sexta-feira (27), o Manifesto em Defesa da Justiça Eleitoral, no qual rechaçam as críticas infundadas e as inverdades lançadas sobre o sistema eleitoral brasileiro, reafirmando total apoio e confiança no atual sistema de votação, que vem sendo utilizado com grande êxito nos últimos 25 anos.

“As críticas não se justificam e servem apenas para gerar um sentimento de instabilidade e desconfiança, que precisa ser afastado para que o processo eleitoral seja revigorado e a população retornar às urnas com o sentimento de que a escolha da sociedade será a mais legítima possível”, destaca o trecho do Manifesto.

O documento foi lançado no encerramento do ato público promovido pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que contou com a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, além de magistrados, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e do Sindicato dos Servidores da Justiça Estadual (Sindjus).

Ao abrir o evento, o presidente da AMMA, juiz Holídice Barros, disse que o sistema eleitoral é um dos pilares da democracia e “quando o sistema de votação é colocado em dúvida, é a própria Justiça Eleitoral, formada por servidores e servidora, magistrados e magistradas e pelos Tribunais, que também são colocados sob suspeição e dúvida”.

“Não podemos silenciar, sob pena de esta omissão ser tomada como uma ambiguidade por parte da população, gerando mais instabilidade”, ressaltou Holídice.

Durante o ato, também se manifestaram os presidentes do Tribunal de Justiça e do TRE/MA, desembargadores Lourival Serejo e José Joaquim; o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), promotor Gilberto Câmara; o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (ADPEMA), Cristiano Santana, e o secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-MA, Gualter Gonçalves Lopes Junior.

“A Justiça Eleitoral é fundamental para garantir a participação da população na vida política do país, exercendo plenamente a cidadania na busca por igualdade e Justiça social”, disse o desembargador Lourival Serejo.

O ato público em Defesa da Justiça Eleitoral e da Democracia marcou o encerramento da Semana de Valorização da Magistratura, promovida anualmente pela AMMA, para tratar sobre a importância da magistrada e do magistrado do Brasil, buscando sua maior visibilidade e transparência e suas ações, como uma forma de aproximar o Poder Judiciário do cidadão.

TJ, MP e DPE/MA repudiam em manifesto ataques bolsonaristas à Justiça Eleitoral

Em ato promovido pela AMMA, Juízes, promotores, defensores e representantes de entidades do judiciário se unem em defesa do sistema eleitoral brasileiro sob tresloucado ataque bolsonarista

Representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual lançaram, nesta sexta-feira (27), o Manifesto em Defesa da Justiça Eleitoral, no qual rechaçam as críticas infundadas e as inverdades lançadas sobre o sistema eleitoral brasileiro, reafirmando total apoio e confiança no atual sistema de votação, que vem sendo utilizado com grande êxito nos últimos 25 anos.

"As críticas não se justificam e servem apenas para gerar um sentimento de instabilidade e desconfiança, que precisa ser afastado para que o processo eleitoral seja revigorado e a população retornar às urnas com o sentimento de que a escolha da sociedade será a mais legítima possível", destaca o trecho do Manifesto.

O documento foi lançado no encerramento do ato público promovido pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que contou com a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, além de magistrados, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e do Sindicato dos Servidores da Justiça Estadual (Sindjus).

Ao abrir o evento, o presidente da AMMA, juiz Holídice Barros, disse que o sistema eleitoral é um dos pilares da democracia e "quando o sistema de votação é colocado em dúvida, é a própria Justiça Eleitoral, formada por servidores e servidora, magistrados e magistradas e pelos Tribunais, que também são colocados sob suspeição e dúvida".

"Não podemos silenciar, sob pena de esta omissão ser tomada como uma ambiguidade por parte da população, gerando mais instabilidade", ressaltou Holídice.

Durante o ato, também se manifestaram os presidentes do Tribunal de Justiça e do TRE/MA, desembargadores Lourival Serejo e José Joaquim; o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), promotor Gilberto Câmara; o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (ADPEMA), Cristiano Santana, e o secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-MA, Gualter Gonçalves Lopes Junior.

"A Justiça Eleitoral é fundamental para garantir a participação da população na vida política do país, exercendo plenamente a cidadania na busca por igualdade e Justiça social", disse o desembargador Lourival Serejo.

O ato público em Defesa da Justiça Eleitoral e da Democracia marcou o encerramento da Semana de Valorização da Magistratura, promovida anualmente pela AMMA, para tratar sobre a importância da magistrada e do magistrado do Brasil, buscando sua maior visibilidade e transparência e suas ações, como uma forma de aproximar o Poder Judiciário do cidadão.

Pregão eletrônico no TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão realizará Pregão Eletrônico na próxima segunda-feira. O evento será transmitido ao vivo pelo canal oficial do TJMA no YouTube. O objetivo é a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de cuidador, cozinheiro e lavadeiro, a serem executados junto às unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário do Maranhão: Casa da Criança Menino Jesus e Casa Abrigo.

Associação dos Magistrados do Maranhão faz ato em defesa da Justiça Eleitoral

Evento marcou o encerramento da programação da Semana de Valorização da Magistratura. A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) realizou nesta sexta-feira (27) ato público favor da Justiça Eleitoral. O evento contou com a participação do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), desembargador Joaquim Figueiredo, e do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, dentre outras autoridades.

O movimento marcou o encerramento da programação da Semana de Valorização da Magistratura iniciada dia 23 de agosto.

O ato foi presidido pelo juiz Holídice Barros, presidente da AMMA. Durante o evento foi assinado o um aníffesto (documento textual dissertativo onde consta expresse o ponto de vista dos autores para um grande público com intuito de sensibilizá-lo ou convencê-lo) que será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral.

O presidente do TRE-MA destacou o trabalho árduo que a justiça eleitoral desenvolve principalmente para desfazer as notícias falsas, sempre demonstrando ao eleitor, candidatos e partidos políticos, a transparência, a lealdade, a confiabilidade e a integridade da urna eletrônica.

José Joaquim afirmou que, com a implantação da urna eletrônica, o processo tornou-se mais célere, seguro e ágil. Finalizou ressaltando o trabalho dos juízes, servidores e colaboradores que sempre desempenham suas atividades com seriedade e honestidade mesmo nas adversidades. “Uma prova disto foi o pleito passado que fizemos. Muita gente não acreditava que nós conseguiríamos realizar e nós o fizemos com trabalho sério, honesto e dedicado dos senhores juízes e servidores do nosso tribunal e da justiça eleitoral deste país. Com um momento pandêmico muito difícil é bem verdade, mas enfrentamos a realidade.”

De acordo com o juiz Holídice Barros, o evento teve o objetivo de apoiar os juízes e juízas eleitorais e os Tribunais Regionais Eleitorais, em especial o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, “que nesses últimos 25 anos de urnas eletrônicas demonstraram que vêm realizando um trabalho íntegro, célere, de excelência e seguro”.

O secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MA, Gualter Lopes, falou sobre a evolução do processo eletrônico de votação. O servidor frisou que os eleitores e a classe política sempre aceitaram bem a transformação digital implementada com novo processo de votação introduzido no país e que as reclamações pontuais sempre existiram em todas as eleições, mas que a Justiça Eleitoral sempre respondeu a todos os questionamentos suscitados.

Lopes afirmou, ainda, que a cada pleito realizado tem-se ampliado a segurança e a transparência do processo eletrônico de votação. A introdução da biometria no processo de votação, por exemplo, trouxe maior eficiência e segurança na identificação do eleitor na seção eleitoral, assim como uma melhoria na depuração do cadastro

eleitoral, pois com o batimento biométrico dos eleitores substituindo o batimento biográfico, eliminou-se definitivamente a possibilidade de uma pessoa, usando de meios ilícitos, possuir mais de um título de eleitor no cadastro nacional de eleitores. O processo de biometrização dos eleitores do Maranhão foi concluído em 2019.

Assinam o Manifesto, além das autoridades citadas nos primeiro e segundo parágrafos, o juiz Márcio Castro Brandão (auxiliar da Corregedoria do TJMA), o procurador Juraci Guimarães Júnior (Regional Eleitoral do MA), procurador-geral Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (MPMA), desembargador José Evandro de Souza (presidente do TRT 16ª Região), o procurador Rodrigo Maia Rocha (Geral do Estado) e o advogado Thiago Diaz (presidente da OABMA).

Íntegra do Manifesto

O sistema eleitoral é um dos pilares da Democracia. É por meio das eleições que ocorre a alternância de poder e a população tem a capacidade de escolher seus líderes e representantes, em quem deposita sonhos, aspirações e a esperança em dias melhores.

No Brasil, as eleições são conduzidas pela Justiça Eleitoral, que é uma das mais modernas e respeitadas no mundo. As eleições, realizadas por meio de urnas eletrônicas, desde o ano de 1996, representaram um grande avanço para nossa sociedade, com mais eficiência e celeridade, entregando resultados em poucas horas após o fim da votação e elevado grau de confiabilidade.

As críticas infundadas e as inverdades lançadas sobre o sistema eleitoral e, sobretudo, o que ele representou nesses últimos 25 anos, não se justificam e servem apenas gerar um sentimento de instabilidade e desconfiança, que precisa ser afastado para que o processo eleitoral seja revigorado e a população retornar às urnas com o sentimento de que a escolha da sociedade será a mais legítima possível.

Por isso, os signatários deste texto, representantes legítimos das funções essenciais à realização da Justiça, manifestam total apoio e confiança no sistema eleitoral brasileiro. Apoiamos o atual sistema de votação, que vem sendo utilizado com grande êxito nos últimos 25 anos, ao tempo em que rogamos pela manutenção da estabilidade democrática e respeito ao resultado das eleições.

Essa modernização do processo eleitoral brasileiro sempre acompanhou a evolução tecnológica do mundo digital, bem como fez uso de novas ferramentas e dispositivos de verificação e proteção de sistemas digitais que permitiram, por exemplo, uma rápida evolução do sistema bancário no Brasil.

Desembargador João Santana é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

O desembargador João Santana é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (27) até domingo (29), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Bruno A. Portela Araújo e Thiago L S Fontenelle. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 30 de agosto a 5 de setembro, o desembargador Jorge Rachid é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - Os juízes José Edilson Caridade Ribeiro (8ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Márcio Aurélio Cutrim Campos (Juiz Auxiliar de Entrância Final), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste fim de semana são as servidoras Telma Mendes (8ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Mayara Silva (1ª Vara de Execuções Penais de São Luís).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com as servidoras plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

TJMA decreta ponto facultativo no dia 6 de setembro

O Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu decretar ponto facultativo no dia 6 de setembro próximo, no TJMA, Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior. A Resolução-GP - 632021, que dispõe sobre o assunto no âmbito do Poder Judiciário do Estado, foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo.

A decisão foi proferida na 13ª Sessão Plenária Jurisdicional Ordinária, nesta quarta-feira (25), considerando que o Poder Executivo estadual decretou o ponto facultativo no próximo dia 6, conforme Decreto nº 36.417, de 18 de dezembro de 2020.

AMMA promove ato público em favor da Justiça Eleitoral

Ato Público realizado pela Associação dos Magistrados do Maranhão em favor da Justiça Eleitoral ocorreu na manhã desta sexta, 27 de agosto, e contou com a participação do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Joaquim Figueiredo, e do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, entre outras autoridades, como o desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, presidente da Escola Superior da Magistratura. O movimento marcou o encerramento da programação da Semana de Valorização da Magistratura iniciada em 23 de agosto.

O ato foi presidido pelo juiz Holídice Barros, presidente da AMMA. Durante o evento foi assinado o Manifesto (documento textual dissertativo onde consta expresso o ponto de vista dos autores para um grande público com intuito de sensibilizá-lo ou convencê-lo) que será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral.

Em sua fala, o presidente do TRE-MA destacou o trabalho árduo que a justiça eleitoral desenvolve principalmente para desfazer as notícias falsas, sempre demonstrando ao eleitor, candidatos e partidos políticos, a transparência, a lealdade, a confiabilidade e a integridade da urna eletrônica.

José Joaquim afirmou que, com a implantação da urna eletrônica, o processo tornou-se mais célere, seguro e ágil. Finalizou ressaltando o trabalho dos juízes, servidores e colaboradores que sempre desempenham suas atividades com seriedade e honestidade mesmo nas adversidades. "Uma prova disto foi o pleito passado que fizemos. Muita gente não acreditava que nós conseguiríamos realizar e nós o fizemos com trabalho sério, honesto e dedicado dos senhores juízes e servidores do nosso tribunal e da justiça eleitoral deste país. Com um momento pandêmico muito difícil é bem verdade, mas enfrentamos a realidade."

De acordo com o juiz Holídice Barros, o evento teve o objetivo de apoiar os juízes e juízas eleitorais e os Tribunais Regionais Eleitorais, em especial o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, "que nesses últimos 25 anos de urnas eletrônicas demonstraram que vêm realizando um trabalho íntegro, célere, de excelência e seguro".

Também teve voz durante o ato público o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MA, Gualter Lopes, que tratou acerca da evolução do processo eletrônico de votação. O servidor frisou que os eleitores e a classe política sempre aceitaram bem a transformação digital implementada com novo processo de votação introduzido no país e que as reclamações pontuais sempre existiram em todas as eleições, mas que a Justiça Eleitoral sempre respondeu a todos os questionamentos suscitados.

Lopes afirmou, ainda, que a cada pleito realizado tem-se ampliado a segurança e a transparência do processo eletrônico de votação. A introdução da biometria no processo de votação, por exemplo, trouxe maior eficiência e segurança na identificação do eleitor na seção eleitoral, assim como uma melhoria na depuração do cadastro eleitoral, pois com o batimento biométrico dos eleitores substituindo o batimento biográfico, eliminou-se definitivamente a possibilidade de uma pessoa, usando de meios ilícitos, possuir mais de um título de eleitor no cadastro nacional de eleitores. O processo de biometrização dos eleitores do Maranhão foi concluído em 2019.

Assinam o Manifesto, além das autoridades citadas nos primeiro e segundo parágrafos, o juiz Márcio Castro Brandão (auxiliar da Corregedoria do TJMA), o procurador Juraci Guimarães Júnior (Regional Eleitoral do MA),

procurador-geral Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (MPMA), desembargador José Evandro de Souza (presidente do TRT 16ª Região), o procurador Rodrigo Maia Rocha (Geral do Estado) e o advogado Thiago Diaz (presidente da OABMA).

Continue lendo mais em: <https://omaranhense.com/amma-promove-ato-publico-em-favor-da-justica-eleitoral/>

JUSTIÇA DO MARANHÃO SUSPENDE LIMINAR DA COMARCA DE TUTÓIA CASO ARPOADOR

Tribunal de Justiça do Maranhão suspendeu a decisão liminar da Juíza da Comarca de Tutóia sobre reintegração de posse de terras na comunidade Arpoador

Nesta tarde de sexta-feira (27) saiu a decisão da Desembargadora Angela Maria Moraes Salazar do TJMA que suspendeu a liminar de reintegração de posse de uma área de 1.890,7822 hectares, na comunidade Arpoador, que a Juíza da Comarca de Tutóia tinha proferida em favor da empresa Vita Energias Renováveis LTDA em uma decisão de primeira instância. Tal decisão se encontra suspensa pela desembargadora e relatora do processo, Angela Maria Moraes Salazar do TJMA.

Leia a decisão na integra:

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por PEDRO PEREIRA FONTELE NETO, MAURICELIA DOS SANTOS LOPES, MACIEL CASSIANO RODRIGUES, JAIME RAMOS DE ALMEIDA NETO

em face da decisão prolatada pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Tutóia/MA, nos autos da Oposição nº. 0800511-54.2021.8.10.0137, que foi ajuizada por VITA ENERGIAS RENOVAVEIS EIRELE, ora agravado, que deferiu o pedido de tutela de urgência.

Narra a decisão agravada:

“(…) Tratam os processos em epígrafe de ações possessórias referente à parcela de terra localizada no Povoado Arpoador, neste Município.

O processo nº 0800558-62.2020.8.10.0137, distribuído em 19/06/2020, em que figuram LEANDRO SOARES DOURADO (autor) e ADIEL DA SILVA LIMA (requerido), contando ainda com pedido de intervenção de terceiros em id. 41649520 formulado por PEDRO PEREIRA FONTENELE NETO, dispõe sobre possessória de porção de terra localizada na Rua Projetada, Povoado Arpoador, com medidas e limitações de 60 (sessenta) metros, fundo para o leste, 60 (sessenta) metros e pelas laterais norte e sul 100 (cem) metros, limitando-se ao

oeste com a Rua Projetada, ao leste com terreno de Ricardo, ao sul com terreno de Ricardo e ao norte com terreno de Aloisio Rocha.

O processo nº 0800511-54.2021.8.10.0137, distribuído em 06/04/2021, em que figuram VITA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA (autora), LEANDRO SOARES DOURADO (requerido), ADIEL DA SILVA LIM (requerido) e PEDRO PEREIRA

FONTENELE NETO (requerido), dispõe sobre oposição na possessória do processo nº 0800558-62.2020.8.10.0137, referente à porção de terra de área de 1.890,7822 hectares na Comunidade do Povoado Arpoador, descrita na Matrícula nº 1.880 do Cartório de Registro de Imóveis de Tutóia/MA.

O processo nº 0801441-72.2021.8.10.0137, distribuído em 01/06/2021, em que figuram VITA ENERGIAS RENOVÁVEIS

LTDA (autora) e MACIEL CASSIANO RODRIGUES (requerido), dispõe sobre possessória de área de 1.890,7822 hectares na Comunidade do Povoado Arpoador, descrita na Matrícula nº 1.880 do Cartório de Registro de Imóveis de Tutóia/MA.

Continue lendo

em: <http://antonioadomamaral.blogspot.com/2021/08/justica-do-maranhao-suspende-liminar-da.html>

Empresário maranhense Benedito Mendes é agraciado com a comenda da Ordem do Mérito Industrial da CNI

Solenidade contou com a presença do presidente da FIERN, Amaro Sales que representou a CNI

SÃO LUÍS - Gratidão. Foi com esse sentimento que o empresário Benedito Bezerra Mendes, do Grupo BB Mendes, recebeu na noite desta quinta-feira (26), no Salão de Eventos da Casa da Indústria, em São Luís, a medalha da Ordem do Mérito Industrial, outorgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A solenidade de outorga foi conduzida pelo Chanceler da Ordem do Mérito Industrial da CNI, Amaro Sales de Araújo, que também preside a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), e representou o presidente da CNI, Robson Andrade no evento.

O homenageado com a comenda da CNI, Benedito Mendes, enfatizou a alegria pelo reconhecimento. "Hoje é um dia muito especial, não só para mim, minha família, mas para o Maranhão. Essa medalha, e esse reconhecimento não é só meu e sim do Maranhão. É uma alegria, uma honra muito grande receber essa honraria. Trabalho seriamente pelo desenvolvimento da minha cidade, Itapecuru-Mirim e do meu estado. Para mim essa medalha é mais um motivo, um incentivo de continuar trabalhando para que o Maranhão seja um desses estados com potencial de desenvolvimento muito grande", destacou Benedito Mendes.

MEDALHA - A indicação à CNI foi feita pela diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, presidida por Edilson Baldez. O Conselho da Ordem é integrado pela diretoria da CNI e foi criado com a medalha em 1958 pelos empresários Roberto Simonsen e Eivaldo Lodi.

HOMENAGEADO - Industrial, Benedito Mendes nasceu em Itapecuru-Mirim, no Maranhão, município onde estão concentradas as empresas que formam o Grupo BB Mendes. Empresário dinâmico atua nos setores da indústria, de serviços, de negócios imobiliários e do agronegócio.

Empreendedor reconhecido pelas lideranças empresariais maranhenses, é vice-Presidente Executivo da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão-FIEMA, Presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEMA, Delegado do Sindicato das Indústrias de Cerâmica do Maranhão-Sindicerma junto à FIEMA, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Itapecuru Mirim, Diretor da Associação Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha-ANICER e membro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão.

O presidente da FIEMA, Edilson Baldez registrou a história do empresário homenageado. "Quem recebe essa restrita honraria hoje é um empresário de origem humilde, dinâmico e empreendedor, que consolidou o grupo empresarial BB Mendes, representativo do setor industrial, de serviços e do agronegócio, iniciado em Itapecuru-Mirim e, hoje, com presença em outros estados do Nordeste. Benedito Mendes é um empresário desafiador que sempre procura oportunidades que possam criar empregos, gerar renda e desenvolvimento para o nosso estado.

Atravessou longo percurso como um homem de negócio pujante, que soube construir ao longo do tempo, com muito trabalho e pertinência, uma organização respeitada e atuante no mercado. Arrojado e com grande habilidade empresarial, Benedito Mendes é um exemplo a ser seguido por quem sonha trilhar a saga do empreendedorismo", destacou Baldez.

O 1º diretor-secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Chanceler da Ordem do Mérito Industrial da CNI, Amaro Sales de Araújo, encerrou a solenidade agradecendo a oportunidade de agraciar o empresário Benedito Bezerra Mendes.

"Esse reconhecimento pelos seus pares da FIEMA, pelo espírito empreendedor e pela dedicação ao associativismo e à defesa do setor industrial do Maranhão, expressa todo o nosso respeito e admiração pelo seu trabalho e pelo seu sucesso como líder empresarial. A comenda da CNI, criada há mais de 60 anos, é uma justa homenagem aos empresários que contribuem, de forma especial, para o fortalecimento da indústria nacional e para o crescimento sustentado da economia brasileira", enfatizou Amaro.

A solenidade contou com a presença do presidente da FIEMA, Edilson Baldez, do secretário de estado de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, do desembargador José Gonçalo de Sousa Filho, que representou o presidente do TJ-MA, Lourival Serejo, o deputado estadual Ariston Ribeiro, além do presidente da Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, Felipe Mussalém que representou o prefeito de São Luís, Eduardo Braide, do prefeito de Itapecuru Mirim, Benedito de Jesus Nascimento Neto, do vice-prefeito de Itapecuru-Mirim, Mauricio dos Santos Nascimento, o vice-presidente da FIEMA, Francisco Sales, além do diretor regional do SENAC, Airthon Batista, o superintendente do SESI-MA, Diogo Lima, a coordenadora regional do IEL-MA, Michele Frota, o superintendente da FIEMA, Cesar Miranda, o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Maranhão e presidente da FAEMA, Raimundo Coelho de Sousa, o diretor superintendente do Sebrae Maranhão, Albertino Leal de Barros Filho, o ex-governador do Maranhão e diretor institucional da EMAP, José Reinaldo Tavares e demais empresários, diretores da FIEMA e familiares do homenageado.

Informação: Fiema

Daniel Blume é eleito para a Academia Maranhense de Letras

O escritor e jurista Daniel Blume Pereira de Almeida foi eleito hoje, 26 de agosto de 2021, membro efetivo da centenária Academia Maranhense de Letras ? AML.

A AML foi fundada em 10 de agosto de 1908. Possui 40 cadeiras vitalícias ocupadas por membros eleitos pelos próprios acadêmicos. Tem como atual Presidente o Acadêmico Carlos Gaspar.

Daniel Blume ocupará a Cadeira n. 15 da AML, aberta em decorrência do falecimento do historiador e desembargador Milson Coutinho. Blume é autor de sete livros, alguns traduzidos para o francês, espanhol e italiano.

Segundo o escritor, "não obstante a literatura, sempre me despertou a liturgia por detrás daquelas cortinas vinho da Casa de Antônio Lobo, que se abrem ao público, revelando-se não apenas como uma prestigiada anfitriã de lançamentos/solenidades, mas também como uma erudita educadora secular"

E conclui: "Agradeço à Deus! Agradeço aos acadêmicos pelos votos de apreço".

A posse solene será nos próximos meses, em data a ser definida pela diretoria da Academia.

Informação: Intermídia Comunicação

O bom intérprete

Tenho refletido muito sobre a posição dos intérpretes do texto legal, sobretudo em face da polissemia das normas pré-existentes, que os leva, não raro, diante dos mesmos fatos e do mesmo comando legal, a adotarem posições díspares, em detrimento da segurança jurídica.

Nesse sentido, enumerei abaixo algumas considerações que, desde a minha compreensão, podem conduzir o intérprete a fazer prevalecer, como desejável, a Igualdade e a Justiça como valores supremos de uma sociedade.

Nessa perspectiva, digo, inicialmente, que o bom intérprete da lei é aquele que tem, acima de tudo, consciência de suas neuroses e frustrações, que sabe que é imperfeito e que, nessa condição, comete erros.

Digo mais. O bom intérprete é o que sabe que uma decisão judicial tem que ser construída argumentativamente e que a Justiça pode não estar contida integralmente na lei, daí a importância dos princípios na formulação das suas decisões.

O bom intérprete, ademais, é o que tem compromisso com o Estado de Direito e tem respeito pelo jurisdicionado, não se permitindo, por isso, elaborar decisões prêt-à-porter, construídas ao sabor das circunstâncias, expostas à venda ou a leilão.

O bom intérprete, importa lembrar, é o que sabe que não é um ser sem memória e sem desejos; que sabe, por isso, que não está liberto do seu próprio inconsciente, razão pela qual a sua subjetividade haverá de interferir, em algum momento, para o bem ou para o mal, nos juízos de valor que formula.

O bom intérprete, prossigo, é aquele que não deixa que a sua razão seja instrumentalizada, para não formular juízos a serviço da dominação, da violência ou de interesses pessoais.

O bom intérprete da lei, noutro giro, é o que tem ciência de que o legislador formula o texto, mas não é dono do seu sentido, ciente de que, depois de publicada, a regra rompe os vínculos com o seu criador e passa a ter sentido à luz das conclusões do seu intérprete.

O bom intérprete da lei, não é excesso lembrar, é o que sabe que a moderna dogmática superou a ideia de que as leis possam ter sempre um sentido unívoco, que sabe que o direito pode não estar integralmente na lei, podendo existir, portanto, independentemente da benção estatal.

O bom intérprete, importa advertir, é o que sabe que o direito não é uma loteria; que sabe que a letra da lei é apenas o ponto de partida da atividade hermenêutica e que, portanto, o direito não se esgota na literalidade das normas.

O bom intérprete, lado outro, é o que sabe que o direito, muitas vezes, deve ser interpretado evolutivamente, devendo, nesse sentido, conciliar as velhas fórmulas com as exigências do seu tempo.

O bom intérprete, outrossim, não nega a importância da lei, mas sabe que deve interpretá-la à luz de determinados valores morais, notadamente a dignidade da pessoa humana, entendida não apenas como um patrimônio pessoal, mas, sobretudo, como um patrimônio social.

O bom intérprete da lei, que não se descure, é o que sabe que a norma jurídica impõe limite ao poder, e que interpretar, de mais a mais, é, fundamentalmente, um ato de vontade, que pode, sim, resultar de influências de ordem psíquica, social e política.

O bom intérprete da lei, finalmente, deve ter presente que no Estado de Direito a legitimidade de sua ação não é política, mas constitucional, e seu fundamento é, precipuamente, a intangibilidade dos direitos fundamentais.

É isso.

* Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

E-mail: jose.luiz.almeida@globo.com

blog: joseluiz.almeida

Feminicídio, essa outra pandemia

LOURIVAL SEREJO *

Ninguém sabe explicar como esse vírus está se propagando de maneira tão geral e tão rápida em todo o país. E o pior é que contra ele não tem vacina.

Não adiantou criar um tipo penal específico nem aumentar a pena. O instinto assassino contra as mulheres parece que se apoderou dos homens como se, de repente, fossem possuídos pelo demônio. Então, eles não perdoam, matam.

Li, recentemente, dois romances que têm o feminicídio como tema. O primeiro, de uma autora argentina, Selva Almada, com o título “Garotas mortas”; o segundo, da escritora brasileira Patrícia Melo, intitula-se “Mulheres empilhadas.” Ambos tratam de casos dramáticos, histórias que se repetem aqui ou na Argentina, referentes a homens violentos, ciumentos, psicopatas que matam as mulheres por qualquer ofensa à sua postura machista. Na Colômbia é onde a violência está mais acentuada, com elevados índices de feminicídios. As histórias trazem narrativas tristes pela frieza calculada dos assassinatos. Não satisfeitos com a violência silenciosa a que sujeitam as esposas e companheiras em casa, de repente, tornam-se violentos e matam. Os filhos não importam para eles. Outro fator curioso é que esse tipo de violência tem ocorrido em todas as classes sociais, inclusive entre pessoas cultas.

Temos feito muitas campanhas de conscientização de jovens, trabalhadores da construção civil, homens em geral, para convencê-los da igualdade de gênero, do respeito à dignidade de cada pessoa. Mas os efeitos têm sido tímidos. Acredito que essas campanhas devem começar pelos colégios para surtirem efeito posterior. Talvez, no momento, seja preciso uma campanha mais agressiva, tendo como alvo, não só os homens, mas as próprias mulheres, que se iludem com o “arrepentimento” deles depois do primeiro ato e, na segunda vez, perdem a vida.

Minha avaliação sobre o feminicídio deixou de ser teórica, abstrata, para ser amargurada. Há pouco mais de um mês, sofremos os efeitos de um feminicídio na família. Uma sobrinha da minha mulher, psicóloga conceituada em Brasília, foi asfixiada brutalmente pelo marido. Ela já tinha sido beneficiada, antes, com uma medida protetiva, mas caiu na conversa do arrependimento, na transformação dele. Foi ludibriada e perdeu a vida. Lembro-me de que fui ao casamento deles. Dois meninos órfãos estão sem entender o que aconteceu.

Por isso, as campanhas devem também atingir as mulheres. Perdoar a primeira agressão é perigoso. A segunda vez pode ser fatal.

Então surge novo perigo: o homem abandonado também mata porque seu machismo não admite a escolha da mulher para ser feliz. Em boa hora, foi retirada dos processos de separação e divórcio a busca da culpa, porque o novo direito de família entendeu que o Estado não pode interferir na opção dos cônjuges, mesmo em caso de adultério. A busca da felicidade pessoal é um direito de todos. Esse é ponto nodal dos homens violentos: não suportam as manifestações de autonomia da mulher. Ainda reclamam a sujeição àquele ensinamento da conformação: se teu marido bate, perdoa.

Como se percebe, como se vê diariamente pelos jornais, o problema é muito complexo e cresceu tanto que se tornou caso de política pública. E com urgência. Os órfãos dos feminicídios são candidatos fáceis a engrossarem a fila de viciados para superarem o trauma que sofreram. Aí, então, o problema alcança um patamar social maior.

Antes desta crônica ser publicada, alguma ou algumas mulheres perderão a vida neste vasto país. Até a presente data, neste mês de agosto, 32 mulheres foram assassinadas no Maranhão. Quase cinco por mês. É uma estatística que só tende a crescer.

A sociedade, os governos, as instituições, todos devem unirem-se para combater essa pandemia. Enquanto isso, as mulheres devem ficar atentas para esta receita da poeta maranhense Lindevania Martins: “é preciso enfrentar/ o medo/ que temos deles/ e o medo/ que eles têm de nós.”

* Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

E-mail: lourivalserejo@gmail.com

O Tribunal de Justiça do Maranhão está convocando magistrados (...)

O Tribunal de Justiça do Maranhão está convocando magistrados a responder questionário sobre segurança predial, para elaboração do Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário - 2021.

Juízes do Maranhão violam decisões do STF e autorizam despejo coletivo em plena pandemia

Em menos de três meses, em plena pandemia de Covid-19 e violando duas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), juízes de direito do Maranhão autorizaram pelo menos quatro despejos.

Via Campanha Nacional Em Defesa do Cerrado

Duas das quatro autorizações de despejos no Maranhão foram dadas pela 10ª. Vara Cível de São Luís. Uma delas, decisão liminar proferida pelo juiz Marcelo Elias Oka em 17.02.2021, teve mandado judicial expedido em 07.06.2021, cumprido no dia 16.08.2021 contra a comunidade Vila Balneária Jardim Paulista, formada por mais de 250 famílias em área urbana, no bairro Olho D'Água (processo no 0823016-93.2020.8.10.0001). As famílias não tinham para onde ir e não foram prontamente realocadas pelo poder público, como determina uma Medida Cautelar do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF no 828-DF. A ADPF é uma medida utilizada para evitar o descumprimento de preceitos fundamentais da Constituição.

A Medida Cautelar na ADPF no 828 MC-DF, concedida pelo STF em 03.06.2021, determinou a suspensão por 06 (meses), renováveis, de despejos envolvendo coletividades urbanas e rurais com ocupações anteriores a 20.03.2020 (início da vigência do estado de calamidade pública no país). As ocupações posteriores a essa data só podem ser removidas se as famílias forem imediatamente transferidas para abrigos ou outras formas de moradia com garantias sanitárias. Além disso, ficaram suspensos despejos liminares individuais de locatários em situação de vulnerabilidade.

Porém, conforme informou a Defensoria Pública do Estado no processo em 17.08.2021, "NÃO houve a realocação das pessoas vulneráveis para abrigos públicos ou que de outra forma se assegure a elas moradia adequada, conforme expressamente determinado por Vossa Excelência nas decisões de ID nº 47303731 e 50640410 e, também, pelo STF na ADPF nº 828/DF. (...) Inúmeras pessoas que ocupavam o terreno tiveram que permanecer do lado de fora do imóvel reintegrado, na calçada da rua lateral, juntamente com seus móveis e eletrodomésticos, sem local para abrigo e em situação de total desamparo".

No dia 19.08.2021, o Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária da Defensoria Pública do Maranhão (DPE-MA) encaminhou ao presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Yuri Costa, um ofício comunicando graves violações de direitos humanos no caso do despejo das 250 famílias do Olho D'Água e também a violação de resoluções do próprio CNDH e a cautelar do STF.

O mesmo juízo da 10ª Vara Cível de São Luís determinou, em 30.06.2021, o despejo de uma dezena de famílias que ocupam desde 2019 um casarão localizado na rua Sete de Setembro, no Centro Histórico de São Luís (processo no 0802158-07.2021.8.10.0001). As famílias ainda permanecem no local pela atuação do Núcleo de Moradia da Defensoria Pública do Estado (DPE-MA). As duas decisões judiciais de despejo coletivo foram proferidas pelo juiz de direito, Marcelo Elias Oka, que responde pela 10ª Vara Cível da Capital.

O juiz Marcelo Elias Oka é o mesmo que determinou o cumprimento da ação de reintegração de posse contra a

comunidade tradicional Cajueiro, na zona rural de São Luís, que terminou em grave violência numa operação surpresa contra os moradores do território em 12 de agosto de 2019. Diversas casas foram derrubadas sem que as famílias soubessem quando a ação aconteceria. Além disso, a Polícia Militar do Maranhão atacou os moradores com bombas de efeito moral e spray de pimenta.

Continue lendo mais em:
<https://aldirdantas.com/noticias/juizes-do-maranhao-violam-decisoes-do-stf-e-autorizam-despejo-coletivo-em-plena-pandemia/>

CEMULHER divulga ações promovidas na 18ª Semana da Justiça pela Paz em Casa

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) organizou uma programação de atividades, voltada para públicos diversos, durante a 18ª semana do Programa "Justiça pela Paz em Casa", realizada no período de 16 a 20 de agosto. A Cemulher é presidida pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha.

O Programa, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais, tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero, bem como, promover atividades interdisciplinares para dar visibilidade à temática e sensibilizar a sociedade quanto a esse fenômeno.

APRENDENDO COM MARIA DA PENHA DO COTIDIANO

Na sexta-feira (16/8), foi realizada uma palestra para 70 pessoas no canteiro de obras "Al Mare", Construtora Mota Machado. A ação, desenvolvida pela assistente social da CEMULHER, Josemary Almeida, e com a colaboração dos estagiários Wanessa Pereira e Thales Pinheiro, aconteceu pela manhã, antes do horário de expediente dos operários, sendo parte do programa "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano", cujo objetivo é difundir a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), com foco especial para os autores e potenciais autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres, visando contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos sexistas.

Ainda como parte da estratégia de ação do programa "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano", aconteceu terça-feira (17/8), uma palestra para 30 alunos do Centro de Formação de Vigilantes - CLAM; a atividade ocorreu no período da manhã e foi realizada pela assistente social Josemary Almeida e pela analista - Direito Amanda Rolim, que contou ainda com o apoio da estagiária Natanielly Silva.

HOMEM CONSCIENTE

Na tarde de quinta-feira (19/8), foi realizada uma roda de diálogos promovida pelo programa Homem Consciente, voltada para o público masculino atendido pelos serviços do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) do bairro do Turu. A roda de diálogos foi coordenada pela psicóloga da CEMULHER, Edla Ferreira, com a colaboração do estagiário Thales Pinheiro, oportunidade em que foram discutidos temas como: tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, grupos reflexivos para homens, Lei Stalking, entre outros.

O programa, voltado para o público interno e externo ao Poder Judiciário maranhense, visa conscientizar os homens sobre os impactos de comportamentos sexistas e violentos na sua própria vida, saúde e nas suas relações amorosas e familiares, constituindo-se de grande relevância para o enfrentamento à violência contra a mulher e para a construção de uma cultura de paz.

PANFLETAGEM

A programação de atividades em São Luís foi encerrada na sexta-feira (23/8), com uma panfletagem no Fórum Des. "Sarney Costa", envolvendo toda a equipe da CEMULHER (psicólogos, assistentes sociais, analista - Direito, coordenador e equipe administrativa e estagiários de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia) onde foram distribuídos 1.500 folders para servidores, servidoras e público externo. Os contemplados com a ação receberam materiais informativos dos Programas "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano" e "Desperta, Maria!" e da Campanha "Condomínio Responsável, Mulheres Seguras".

COMARCAS DO INTERIOR

Além das atividades interdisciplinares e mutirão de audiências coordenados pela CEMULHER em São Luís, diversas Comarcas do interior do Estado estiveram comprometidas com a realização da "18ª semana do Programa Justiça pela Paz em Casa", realizando audiências e ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas para a comunidade em geral.

UMF realiza doação de equipamentos para unidades prisionais

A Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), coordenada pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou nessa quinta feira (26), doação de computadores e aparelhos de ar-condicionado para as Unidades Prisionais UPSL1 e UPSL3, do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, por meio do projeto "Destralhar" do TJMA, que tem beneficiado diversas instituições, como hospitais, entidades religiosas e culturais.

O juiz coordenador substituto da UMF, Marcelo Moreira, ressaltou a importância da iniciativa, que visa oferecer maior qualificação nas áreas administrativa, educacional e tecnológica, facilitando as visitas virtuais em tempos de pandemia e, principalmente, aproximando o Poder Judiciário daqueles que precisam de assistência para uma vida mais digna.

Até está sexta-feira (27), acontece em todas as unidades prisionais da capital, a Semana do Encarcerado, promovida pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

Estavam presentes na solenidade de entrega: Dalton Luís Melo - chefe da Divisão Estrutural Técnica; Sanyse Campos Sabino - assistente social (SEAP); os diretores das Unidades Prisionais: Ideraldo Lima Gomes - UPSL 1; Silvan Garcia - UPSL1; Mauro França - UPSL3.

Na oportunidade, a UMF agradeceu o empenho da equipe da Diretoria administrativa do TJMA, liderada por Maria do Socorro Patrice Carvalho Moreira de Sousa, representada por Fernanda Melo Lindoso - chefe da Divisão de Administração Patrimonial; Aristeu Rodrigues dos Santo Júnior - coordenador de Material e Patrimônio; e Ernane Frasso Barbosa - Coordenador de Manutenção de Equipamentos.

O órgão está localizado na Rua do Egito, nº 351, Centro, CEP: 65010-190, São Luís - MA, telones: (98) 3232-5776 / 3232-5594 / 3232-5648.

Desembargador Lourival Serejo apoia ato em defesa da Justiça Eleitoral

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, participou, nesta sexta-feira (27), do ato público em defesa da Justiça Eleitoral e da democracia, promovido pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

O evento - que contou com a participação dos desembargadores Joaquim Figueiredo (Presidente do Tribunal Regional Eleitoral), José Jorge Figueiredo dos Anjos (Diretor da Escola Superior da Magistratura) - foi aberto pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Hóldice Barros.

Na ocasião, o desembargador Lourival Serejo assinalou a importância da Justiça Eleitoral "para garantir a participação da população na vida política do país, exercendo plenamente a cidadania na busca por igualdade e Justiça Social".

No ato público, o presidente da AMMA, juiz Hóldice Barros, enfatizou a segurança e a transparência demonstradas pela urna eletrônica desde a sua implantação no sistema eleitoral no país.

A iniciativa da AMMA - realizada em sua sede, no Calhau - encerrou a programação da Semana de Valorização da Magistratura.

Título de Cidadão Imperatrizense é concedido ao Desembargador Raimundo Cutrim

Nesta terça-feira, 24, a Câmara Municipal realizou entrega do Título de Cidadão Imperatrizense ao desembargador, Raimundo Freire Cutrim, por indicação do vereador e presidente da Casa Legislativa, Alberto Sousa (PDT). A outorga foi entregue ao representante do desembargador, o sobrinho, juiz de direito, Marcio Cutrim e faz parte das atribuições dos parlamentares, de acordo com o Regimento Interno.

Nascido em Olinda Nova, Maranhão, Raimundo Cutrim concluiu o curso de direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e entrou para a magistratura como juiz de Santa Luzia, em 1982, até chegar ao cargo de desembargador.

Promovido posteriormente para Itapecuru e Imperatriz, onde atuou por vários anos, ajudou na construção da 2ª maior cidade do Maranhão, na década de 80, e é responsável por implementar ações importantes para a justiça do Estado, como a inauguração da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e a implementação do posto avançado da Vara da Infância na Ponta da Espera.

Também apresentou projeto contra as fraudes na Previdência, assim como fez parte da implementação das Varas da Infância e Juventude e a Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comarca de Imperatriz, entre tantos outros legados.

O juiz de direito, Márcio Cutrim, ao agradecer pela homenagem concedida ao tio, reforçou os princípios e crenças do desembargador e que o conduziram durante toda a trajetória no judiciário do Estado. E, na Tribuna, leu o discurso proferido por Raimundo Cutrim, que esteve impossibilitado de se fazer presente no evento.

“Quero dizer da minha eterna gratidão pelo título que me foi conferido. Pontuo que de muito tempo, já concebi o que é ser um cidadão Imperatrizense, e sendo tocado por esse vital sentimento, quero saudar a todos indistintamente com palavras que traduzem a gratidão que me invade nesse momento”, diz um trecho da mensagem do desembargador.

Também sobrinho, o desembargador José Ribamar Froz Sobrinho agradeceu ao carinho dos vereadores para com Raimundo Cutrim e externou a felicidade da família com o feito.

“É um reconhecimento merecido que essa Casa presta ao nosso tio Raimundo Cutrim que tanto fez pelos cidadãos de Imperatriz e do Maranhão pelos feitos que deixou na sua trajetória no judiciário”, disse Froz Sobrinho.

No encerramento, o presidente Alberto Sousa afirmou o respeito ao judiciário e explanou sobre os momentos difíceis que a Casa Legislativa passou, mas ressaltou as ações que estão sendo desenvolvidas para garantir um trabalho de harmonia entre os poderes.

“Essa honraria é uma nova oportunidade para que possamos reforçar o nosso respeito com o judiciário, para que sigamos trabalhando para que a Câmara siga de cabeça erguida perante a sociedade. Quando conheci a história do nosso desembargador, lembrei do meu pai, que mesmo sendo da roça, sem saber escrever, nos ensinou o que realmente tem valor na vida: a humildade no tratar com as pessoas”, disse Alberto Sousa que presenteou o homenageado com obras literárias de autores Imperatrizenses.

Na solenidade, o vereador Fábio Hernandez (PP), aproveitou a ocasião para realizar a entrega de uma Moção de Aplausos, aprovada em junho, ao corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, pelo relevante trabalho desempenhado no Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana que tem tratado da regularização fundiária da região do Matopiba.

Trajetória

Antes de assumir como desembargador, Cutrim passou pelo município de Codó e São Luís, onde progrediu por merecimento ao cargo, em 1997. Em 30 anos de carreira no judiciária, foi eleito Corregedor para o Tribunal de Justiça em 2006, eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado em 2008, reeleito presidente do Tribunal de Justiça do estado em 2009 e eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 2010.

Também estiveram presentes no evento a diretora do Fórum de Imperatriz, Ana Beatriz Maia, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, o corregedor Desembargador Paulo Velten, Nilo Ribeiro, juiz auxiliar da corregedoria e o juiz Joaquim da Silva Filho.

Apoio Técnico do Judiciário

O presidente do Conselho Estadual de Saúde, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, reuniu-se com a supervisora do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário do Maranhão, juíza Laysa Paz Mendes, e com a equipe do órgão, no Fórum de São Luís, no último dia 26. Desde que assumiu a Presidência do Conselho, em junho de 2021, após convite realizado pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, essa foi a primeira reunião de Jamil com o Natjus, com o objetivo de definir ações e estratégias para a atual gestão.

Comarca de Bacuri inicia projeto sobre Justiça Restaurativa

O Fórum da Comarca de Bacuri está dando início ao projeto Círculos Formativos, que tem como foco a Justiça Restaurativa. A iniciativa visa ao empoderamento do cidadão em formação e aos já formados em relação ao seu lugar de direitos e deveres, buscando dar base a eles para que não venham buscar o crime. De acordo com a secretaria judicial, o projeto tem parceria com escolas, igrejas, e secretaria de assistência social do município, a princípio. A primeira edição do projeto ocorreu na última semana, na Escola Marechal Castelo Branco, em Bacuri.

Conforme a estrutura do projeto, serão trabalhados seis temas durante todo o semestre, sendo um a cada mês. Já foi realizado o primeiro encontro, que tratou do tema 'Violência Doméstica'. Os outros temas a serem desenvolvidos são: Educação como mudança de vida; Direitos das crianças e adolescentes; Até onde sou livre; Direitos sociais; e, por último, o tema Projeto de vida. O primeiro círculo teve a participação da servidora Jéssica Rodrigues, estudantes de Pedagogia, e mais um representante de cinco povoados de Bacuri.

"Além de nós e o promotor de Justiça, que já pediu para participar, a CEMULHER do Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Esmam, conseguiu para os municípios da comarca mais 3 vagas para formação em grupos reflexivos, sendo 2 psicólogas e 1 assistente social a pedido da comarca, para auxiliar no projeto neste semestre primeiro, que vai de agosto até janeiro de 2022", destacou Jéssica Rodrigues, servidora do Fórum de Bacuri e uma das autoras do projeto. Ela esclareceu que o grupo reflexivo é uma metodológica criada nas escolas americanas, a qual busca pessoas que passaram por alguma situação que fere seus direitos, pessoas que gostam do tema e que tem vontade de ajudar.

PRÓXIMO ENCONTRO EM SETEMBRO

Jéssica ressalta que a sociedade civil participa, ela é o pilar do projeto. "O primeiro encontro foi realizado por mim e por estudantes de Pedagogia de um instituto, representante de 5 povoados de Bacuri. Agora os autores do projeto. Como parceiros atuantes, o projeto conta com secretárias de Assistência Social, secretárias de Educação de Bacuri e Apicum-açu, igreja Batista liberdade, escola particular de Apicum, IEMA de Cururupu, e Instituto Comenivs", explicou, ressaltando que a próxima edição do projeto será no Povoado Bitiua, localidade de Bacuri, no dia 11 de setembro.

"Os Círculos Formativos, são ferramentas em que Justiça Restaurativa busca ouvir a sociedade em seus vários lados, formas sem distinção de nada e sim com o olhar de um cidadão de Direitos e Deveres. Buscando, sempre combater as situações de necessidades sociais, caracterizado, pelas desigualdades e injustiças provenientes da expressão capitalista e industrial dos séculos XVIII e XIX, onde até hoje sentida por todos, cada um em grau diferente. A educação, por sua vez, é o principal direito para este cidadão colocar o seu poder participativo em prática, utilizando a sua cidadania", justifica Jéssica, frisando que é essencial oferecer ao cidadão a oportunidade de falar e conhecer seus direitos e deveres.

Presidente do TJMA é citado em voto do ministro do STF

Desembargador Lourival Serejo

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, foi citado em voto do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

A citação do presidente do Tribunal de Justiça por Alexandre de Moraes foi registrada numa argumentação jurídica sobre união estável e casamento civil, onde o ministro faz referência a um enunciado do livro 'Direito Constitucional da Família', de autoria do desembargador Lourival Serejo.

Publicado pela Editora Lumem Juris, em 2018, o livro 'Direito Constitucional da Família' está na quarta edição. Com 211 páginas, a obra aborda os principais capítulos do Direito de Família na perspectiva de sua pluralidade, que abarca as novas famílias, em diálogo com o Direito Constitucional.

O que torna compensadora a leitura do livro de Lourival Serejo é a atualização jurisprudencial e doutrinária, enfrentando os temas mais atuais desse ramo no direito - hoje constitucionalizado -, que vive em constante mutação.

Ministro do STJ e juiz do TJMA estão entre os escolhidos pelo CNJ

Os maranhenses Reynaldo Fonseca e Guilherme Amorim foram escolhidos para atuação em comissão nacional criada pelo STJ

01/09/2021 às 20h02

Ministro do STJ e juiz do TJMA estão entre os escolhidos pelo CNJ

Divulgação

SÃO LUÍS - Os maranhenses Reynaldo Fonseca, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e o juiz Guilherme Amorim, do TJ-MA foram nomeados pelo Conselho Nacional de Justiça para fazerem parte do Grupo de Trabalho que irá tratar de mudanças nas diretrizes da dosimetria de penas no âmbito dos processos criminais.

O intuito do CNJ é a padronização da metodologia e dos critérios empregados no processo dosimétrico contribuem para o aumento da segurança jurídica e para realização dos valores constitucionais.

O Grupo de Trabalho vai trabalhar na elaboração de diretrizes envolvendo a dosimetria da pena nos processos criminais.

Também serão realizados estudos e debates sobre o tema, a legislação de regência e a jurisprudência consolidada, inclusive com a participação de especialistas e técnicos que possibilitem a obtenção de subsídios qualificados quanto à matéria;

II - avaliar e propor diretrizes e medidas voltadas à padronização da metodologia e dos critérios empregados nos processos dosimétricos; e

III - organizar publicação destinada a consolidar diretrizes para a dosimetria da pena nos processos.

Integram o Grupo de Trabalho, sob a coordenação dos 3 (três) primeiros

- Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Ministra Corregedora Nacional

II - Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; III - Rogério Schietti Machado Cruz, Ministro do Superior Tribunal de

IV - Katia Amaral Jangutta, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

V - Marcus Henrique Pinto Basilio, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

VI - Guilherme de Souza Nucci, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

VII - Ivana David, Juíza Substituta em 2o Grau do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

VIII - Anderson de Paiva Gabriel; Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça;

IX - Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça;

X - Rodrigo Capez; Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça;

XI - Carl Olav Smith; Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio do Grande do Sul e Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça;

XII - Daniel Marchionatti Barbosa, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4a Região e Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça;

XIII - Inezil Penna Marinho Junior, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4a Região e Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal;

XIV - Etiene Coelho Martins, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3a Região e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal;

XV - Flavia da Costa Viana, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

XVI - Guilherme Valente Soares Amorim de Sousa, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

XVII - Larissa Pinho de Alencar Lima, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; e

XVIII - Marllon Souza, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1a Região.

Art. 4o Os encontros do Grupo de Trabalho ocorrerão, prioritariamente, por meio virtual.

Art. 5o O Grupo de Trabalho encerrará suas atividades no prazo de 180 dias.

Citação de livro

O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, foi citado em voto do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

A citação foi registrada numa argumentação jurídica sobre união estável e casamento civil, onde o ministro faz referência a um enunciado do livro “Direito Constitucional da Família”, de autoria do desembargador Lourival Serejo.

Publicado pela Editora Lumem Juris, em 2018, o livro está na quarta edição. Com 211 páginas, a obra aborda os principais capítulos do Direito de Família na perspectiva de sua pluralidade, que abarca as novas famílias, em diálogo com o Direito Constitucional.

O que torna compensadora a leitura do livro de Lourival Serejo é a atualização jurisprudencial e doutrinária, enfrentando os temas mais atuais desse ramo no direito, que vive em constante mutação.

Campanha do Tribunal de Justiça do Maranhão recebe doações para o Asilo de Mendicidade

por Aquiles Emir -1 de setembro de 2021 019

Compartilhar no Facebook Tweet no Twitter

Lançada Campanha Sou Solidário - Sou Sustentável

O Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão lançou, nesta terça-feira (31), a Campanha Sou Solidário - Sou Sustentável, uma iniciativa que visa assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade que, nessa ação, contempla os idosos e idosas que vivem em instituições de acolhimento. Nesta primeira edição, a entidade beneficiada é o Asilo de Mendicidade de São Luís, que conta com 22 idosos(as), atualmente.

O lançamento da campanha, no Fórum de São Luís, foi feito pelo juiz Marco Adriano Fonseca (coordenador do Comitê de Diversidade), com participação da terapeuta ocupacional Socorro Serra, representando o Asilo de Mendicidade, das juízas Andréa Perlmutter Lago (diretora do Fórum da capital), Lorena Brandão (da Vara do Idoso e de Registros Públicos) e Laysa Mendes, representando a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), na presença de três das sete artesãs colaboradoras da iniciativa.

As artesãs participam da campanha produzindo ecopads, que são discos de crochê em linha 100% algodão, que podem substituir o algodão na limpeza de pele, contribuindo, assim, para a redução de resíduos no meio ambiente, por serem laváveis, o que possibilita que sejam usados várias vezes.

O objetivo da campanha é sensibilizar servidores, servidoras, magistrados, magistradas, jurisdicionados e jurisdicionadas para a necessidade de combate à violência e à discriminação contra idosos e idosas, por meio da doação de alimentos e materiais de limpeza e higiene pessoal, dentre eles fraldas geriátricas, como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em instituições de acolhimento. Como diferencial, os participantes receberão, no ato de entrega dos produtos doados, um kit de ecopad - sacolinha com dois discos de crochê.

O juiz Marco Adriano Fonseca explica que a proposta é beneficiar uma instituição de acolhimento de idosos e idosas a cada edição, que será realizada de acordo com a produção dos ecopads pelas artesãs voluntárias. O magistrado agradeceu às artesãs pela generosidade de doar os ecopads e destacou as duas linhas de ação.

“Ao mesmo tempo que se trabalha o etarismo, trabalha-se a sustentabilidade, que é, justamente, conscientizar as pessoas para a utilização de itens recicláveis, como o ecopad, que é um item para a própria higiene, para limpeza de pele, utilizando algodão, com o trabalho artesanal das nossas doadoras artesãs do grupo de mulheres solidárias”.

A representante do Asilo de Mendicidade, Socorro Serra, agradeceu o ato de solidariedade por meio da sustentabilidade de elaboração de materiais recicláveis. “Nós nos sentimos muito honrados em ser a primeira instituição sendo contemplada por esse trabalho”, disse ela.

Sou solidário - Sou sustentável

Produção ds Ecopads - Para viabilizar a campanha, o Comitê mobilizou um grupo de mulheres artesãs para produzirem os ecopads que serão trocados pelos itens doados. Com a participação dessas voluntárias, a primeira edição da campanha disponibiliza 150 kits de ecopad.

As irmãs Célia Vasconcelos, Lúcia Vasconcelos e Regina Lima estão entre as artesãs voluntárias que abraçaram a campanha. Trabalham com outros projetos solidários, por saberem da necessidade dos idosos. “O que a gente quer é que outras mulheres - a gente tem já convidado - se engajem nesse projeto”, frisou Célia Vasconcelos.

Troca e doação - Os 150 kits de ecopad estão distribuídos em três pontos de troca: prédio-sede do TJMA, Fórum do Calhau e ESMAM. Cada unidade receberá 50 kits. Cada ponto de troca será sinalizado com um banner da campanha, além de caixas personalizadas pelos próprios idosos e idosas do Asilo de Mendicidade, durante oficinas de terapia.

A juíza Lorena Brandão, da Vara Especial do Idoso, destacou o sucesso de outro projeto de doação realizado pela Vara no ano passado, na gestão do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo. Disse estar muito gratificada por participar do lançamento do projeto e enfatizou a necessidade de solidariedade com o idoso e a idosa.

Diretora do Fórum de São Luís, a juíza Andréa Perlmutter Lago também abraçou o projeto e disse que o Fórum está pronto para receber, participar e se engajar em outras campanhas. Pensamento compartilhado pela juíza Laysa Mendes, que revelou estar muito feliz e disse que a AMMA está disposta a ajudar e somar em situações da mesma espécie.

Agência TJMA de Notícias

Pleno do TJ aprova remoção, vitaliciamento e sorteio de juízes

1 de setembro de 2021 - omaranhense

Os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa por videoconferência dessa quarta-feira (1º), removeram a juíza Martha Dayanne Almeida de Moraes Schiemann (titular da Comarca de Tutóia), pelo critério de antiguidade, para a Comarca de Esperantinópolis, ambas de entrância inicial.

VITALICIAMENTO

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, se manifestou favorável ao vitaliciamento do juiz Humberto Alves Júnior, que foi aprovado por unanimidade.

SORTEIO

Na mesma sessão, foram sorteados 12 juízes do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, sendo cinco de varas criminais e sete de varas cíveis, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Foram sorteados os magistrados e magistradas Patrícia Marques Barbosa (4ª Vara Criminal), Luís Carlos Dutra dos Santos (6ª Vara Criminal), Reinaldo de Jesus Araújo (9ª Vara Criminal), Flávio Roberto Ribeiro Soares (7ª Vara Criminal), Francisco Ronaldo M. Oliveira (1ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Alice de Sousa Rocha (5ª Vara Cível), José Brígido da Silva Lages (7ª Vara Cível), Ariane Mendes Castro Pinheiro (13ª Vara Cível), Alice Prazeres Rodrigues (16ª Vara Cível), José Afonso Bezerra de Lima (4ª Vara Cível) e Alexandre Lopes de Abreu (15ª Vara Cível).

Processos de Açailândia colocam TJ/MA na mira do CNJ

O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (MA) entrou com pedido para que o Conselho Nacional de Justiça faça apuração nos processos oriundos do município que dão entrada no TJ/MA. As informações são do blog do Jorge Aragão.

O caso sob grave suspeita leva em conta várias decisões tomadas pelo TJ/MA que, de forma sumária, vem mudando a composição da Câmara Municipal, cassou o presidente da Câmara de Vereadores e outros 07 vereadores no mês de janeiro e mandou dar posse no Legislativo Municipal ao grupo político do vereador Ceará, mesmo este tendo a minoria dos votos na eleição da mesa.

A gravidade da situação será analisada porque há indícios de uso indevido do protocolo eletrônico do TJ/MA, tendo em vista que foram vários recursos sobre o mesmo assunto e não caíram para a relatoria do primeiro desembargador que recebeu o processo a respeito, mas foi direcionado para o Desembargador Luiz Gonzaga, que concedeu as liminares nos recursos e desde janeiro está na relatoria dos processos. Os recursos foram propostos pelo grupo do vereador Ceará porque na comarca de Açailândia perdeu todos os processos, só ganhando no âmbito do TJ.

Além dos vários processos com relação a eleição da mesa do início do ano, ainda tem um processo, agora do meio do ano, que o TJ, pelo Desembargador Luiz Gonzaga, afastou um vereador por meio de agravo, numa ação popular - que sequer tinha sido recebida pelo juiz de Açailândia - e utilizando questões que não dizem respeito à ação popular, mas de uma outra demanda na qual o MP não pediu o afastamento do vereador. Ou seja, houve afastamento de um vereador através de uma liminar concedida em um outro recurso oriundo de Açailândia (MA) e que novamente foi dada a relatoria ao mesmo Desembargador que já vem concedendo todas as decisões favoráveis ao grupo político do vereador Ceará. E, desta vez, decidiu pela liminar usando questões que não dizem respeito ao processo da ação popular.

Confira a lista de processos relativos a Câmara de Açailândia (MA):

- COMARCA 0800573-85.2020.8.10.0022
- COMARCA 0800002-80.2021.8.10.0022
- COMARCA 0800067-75.2021.8.10.0022
- COMARCA 0800070-30.2021.8.10.0022
- COMARCA 0800247-91.2021.8.10.0022
- TJ/MA 0800285-72.2021.8.10.0000
- TJ/MA 0800294-34.2021.8.10.0000
- TJ/MA 0800427-76.2021.8.10.0000
- TJ/MA 0800584-49.2021.8.10.0000
- TJ/MA 0801418-52.2021.8.10.0000
- TJ/MA 0802064-62.2021.8.10.0000
- COMARCA 0803166-53.2021.8.10.0022
- COMARCA 0803167-38.2021.8.10.0022
- COMARCA 0803447-09.2021.8.10.0022
- TJ/MA 0812047-85.2021.8.10.0000
- TJ/MA 0813739-22.2021.8.10.0000

- STJ SLS Nº 2883 / MA (2021/0030002-4)
- STJ SLS Nº 2972 / MA (2021/0225853-7)2

Tribunal de Justiça do MA arquiva investigação contra magistrada por suposta subtração de joias apreendidas

Desembargadores concordaram sobre inexistência de autoria indiciária em relação à juíza. Sigilosa, apuração prossegue apenas contra investigada que não possui prerrogativa de foro
01/09/2021 15h25min min

O pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu arquivar procedimento investigatório criminal, conhecido internamente pela sigla PIC, contra uma magistrada por suposta subtração de joias apreendidas em uma ação penal que tramita no Judiciário maranhense.

A decisão foi tomada na semana passada, por unanimidade de votos, seguindo parecer da PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça) e nos termos do voto do relator, desembargador Joaquim Figueiredo.

Todos concordaram sobre a inexistência de autoria indiciária em relação à juíza investigada para deflagração de ação penal.

Sigiloso, o PIC foi requerido pelo corregedor do TJ-MA, desembargador Paulo Velten.

Embora arquivado em relação à magistrada, a apuração dos fatos prossegue em relação a outra pessoa investigada, que não possui prerrogativa de foro.

TJMA aprova remoção da juíza Martha Dayanne Almeida de Moraes Schiemann para a Comarca de Esperantinópolis.

por Carlos Barroso 9/02/2021 09:05:00 AM

Os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa por videoconferência dessa quarta-feira (1º), removeram a juíza Martha Dayanne Almeida de Moraes Schiemann (titular da Comarca de Tutóia), pelo critério de antiguidade, para a Comarca de Esperantinópolis, ambas de entrância inicial.

VITALICIAMENTO

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, se manifestou favorável ao vitaliciamento do juiz Humberto Alves Júnior, que foi aprovado por unanimidade.

SORTEIO

Na mesma sessão, foram sorteados 12 juízes do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, sendo cinco de varas criminais e sete de varas cíveis, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Foram sorteados os magistrados e magistradas Patrícia Marques Barbosa (4ª Vara Criminal), Luís Carlos Dutra dos Santos (6ª Vara Criminal), Reinaldo de Jesus Araújo (9ª Vara Criminal), Flávio Roberto Ribeiro Soares (7ª Vara Criminal), Francisco Ronaldo M. Oliveira (1ª Vara Criminal), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Alice de Sousa Rocha (5ª Vara Cível), José Brígido da Silva Lages (7ª Vara Cível), Ariane Mendes Castro Pinheiro (13ª Vara Cível), Alice Prazeres Rodrigues (16ª Vara Cível), José Afonso Bezerra de Lima (4ª Vara Cível) e Alexandre Lopes de Abreu (15ª Vara Cível).

EXCLUSIVO: Golpe judiciário em Açailândia vai parar no Conselho Nacional de Justiça

POR: AÇAILÂNDIA 02/09/2021 09:08

Cassações de mandatos em série, manipulação de sorteios no Tribunal de Justiça, interferência no Legislativo e conspiração para tomar a Prefeitura judicialmente foram denunciadas ao CNJ. Conspiração pode estar em curso para transformar o vereador Ceará (foto) prefeito da cidade.

A cidade maranhense de Açailândia está sendo arruinada por uma conspiração judicial que tem paralisado a política na cidade desde janeiro deste ano. Uma série de decisões judiciais que tem como alvo cassar mandatos de vereadores de oposição são o pano de fundo para um plano que visa tomar a prefeitura da cidade por vias judiciais.

Por meio de manobras promovidas por advogados do vereador e ex-presidente da casa Josibeliano Chagas Farias, conhecido como Ceará, todas as decisões sobre a política da cidade têm caído para o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho.

O suposto esquema consiste no envio de recursos e ações em massa para o Tribunal de Justiça. Todas com pedido de segredo de justiça. Após algum dos pedidos ser distribuído para Luiz Gonzaga Almeida Filho, os advogados de Ceará desistem das outras ações configurando manipulação do sorteio.

Não há provas de que Luiz Gonzaga Almeida Filho tenha envolvimento com o esquema. No entanto, causa estranheza de que todas as decisões do desembargador são de acordo com o que espera o grupo político de Ceará.

Os abusos foram denunciados ao Conselho Nacional de Justiça pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran. A representação pretende dar um freio nas constantes manobras judiciais que tumultuam a política na cidade e que, a cada dia, vão se montando em um quebra-cabeça que tem como objetivo um golpe na Prefeitura da cidade.

O GOLPE

No início do ano a Câmara Municipal deu posse a nove dos vereadores às 00 horas e 30 minutos do dia 1º. Posteriormente, às 10 horas do dia 1º, Ceará tomou posse e “elegeu” uma outra mesa diretora presidida por ele. Na mesma sessão e já “eleito presidente”, Ceará cassou os mandatos de todos os nove vereadores que participaram da sessão anterior e dando posse a nomes aleatórios.

Após ser derrotado judicialmente em todas as instâncias por essa maluquice, Ceará entrou com recurso que caiu nas mãos do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho. E então, contradizendo a lei, o bom senso e todas as decisões de outras instâncias, o desembargador entendeu que a Câmara de Vereadores e a vontade popular são submissas ao vereador Ceará e restituiu a manobra do vereador.

A decisão de Gonzaga foi demolida por decisão do Supremo Tribunal de Justiça. Contudo, a guerra judicial e a instabilidade jurídica causadas pelo “sorteio” que sempre coloca todas as decisões referentes a Açailândia com o referido desembargador.

A CONSPIRAÇÃO CONTINUA

Quando todos pensavam que a vida poderia voltar ao normal em Açailândia, o grupo capitaneado por Ceará entrou com ação para cassar o vereador Cleones Oliveira Matos, o Cléo. A ação promovida pelo suplente de vereador, Marcos Sirley Silva Santos (membro do grupo de Ceará), que pretende apoderar-se do mandato do vereador eleito pela população.

A ação popular que beneficiaria Marcos Sirley Silva Santos foi julgada por Luiz Gonzaga Almeida Filho. Em seu despacho, o magistrado decidiu por um afastamento de três meses. Não foi estabelecida a posse de Marcos Sirley Silva Santos, que pediu para ser empossado pelo atual presidente da casa, Feliberg Melo Sousa. Conhecido como Feliberg da Thaires Móveis.

O presidente se recusou a dar posse a Marcos Sirley Silva Santos que recorreu ao Tribunal de Justiça. E mais uma vez foi “sorteado” o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho que, para a surpresa de ninguém, ordenou a posse de Marcos Sirley Silva Santos.

Tramita na Justiça uma outra ação contra Feliberg da Thaires Móveis exigindo sua deposição da presidência da casa.

A INTENÇÃO

Acontece que atualmente o equilíbrio de forças na Câmara de Açailândia é de 8 parlamentares no grupo de Ceará e 9 no grupo de Feliberg da Thaires Móveis. A manobra jurídica que pretende inverter a vantagem com a posse de Marcos Sirley Silva Santos e a posterior deposição de Feliberg da presidência da Câmara tem como objetivo levar Ceará ao cargo de presidente. Contudo, toda a movimentação não termina com sua chegada ao poder no Legislativo Municipal.

Tramita no Tribunal Superior Eleitoral processo contra a chapa do prefeito Aluísio Sousa. O grupo de Ceará acredita que a chapa de Aluísio será cassada no TSE. Com isso, assume o presidente da Câmara enquanto são realizadas novas eleições.

Toda a conspiração jurídica em Açailândia tem como objetivo assumir a Prefeitura da cidade por vias judiciais para saquear os cofres do município enquanto não são realizadas novas eleições.

Ceará, que postula o cargo de prefeito, é alvo constantes investigações, processos criminais e de improbidade.

Advogado Manoel Filho tem mais uma decisão favorável na justiça maranhense

O advogado Manoel Filho logra êxito em mais uma grande atuação perante o Tribunal de Justiça do Maranhão.

O advogado consegue, por unanimidade, parecer favorável que determina a expedição de Alvará de Soltura em favor de cliente, nos termos do voto do Desembargador relator que julgou o processo.

Essa tem sido a jornada de sucesso de um defensor judicial junto aos tribunais de Justiça.

Veja documentos abaixo.

Juiz toma posse na Comarca da Ilha de São Luís

O juiz Pedro Guimarães Júnior foi empossado na Comarca da Ilha de São Luís, nesta quinta-feira (2), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

O magistrado foi promovido, pelo critério de merecimento, do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia, de entrância intermediária.

A promoção para o cargo de juiz de direito auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís ocorreu conforme decisão proferida na Sessão Plenária Administrativa do dia 4 de agosto de 2021 e Ato nº 975/2021-TJ.

O presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo, parabenizou o magistrado, desejando-lhe sucesso nesta nova etapa da sua trajetória profissional.

A solenidade foi prestigiada pelo procurador da República no Maranhão, Juraci Guimarães Júnior, pelo presidente da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Hóldice Barros, além de familiares do juiz empossado.

O termo de compromisso e posse foi lido pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Mário Lobão.

FIEMA assina Acordo de Cooperação para garantir ações voltadas para eficácia da Política Nacional de Resíduos sólidos no MA

SÃO LUÍS - O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Edilson Baldez das Neves assinou na manhã da última quinta (2/9) o Termo de Cooperação Técnica, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), envolvendo um conjunto de 20 instituições como o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, Assembleia Legislativa, OAB, Secretarias de Estado, Famem, Sebrae-MA e Fecomércio, com o objetivo de conjugar esforços visando à implementação de programas e ações interinstitucionais para a educação e fiscalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos entes fiscalizados TCE.

O documento visa assegurar, ainda, os princípios da Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente o seu art. 9º, que estabelece ordem de prioridade para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, a disposição final ambientalmente adequada, a inclusão social dos catadores e catadoras de resíduos e a transparência do serviço de limpeza pública.

A proposta é assegurar o planejamento da gestão de resíduos sólidos e da inclusão social dos catadores de resíduos e a transparência do serviço de limpeza pública.

Segundo Baldez o Maranhão avançou com a aprovação da lei estadual nº 11.326, de agosto de 2020, que trata da logística reversa e dos resíduos sólidos. “O Sistema FIEMA se engaja a essa forte proposta ambiental importante e de grande alcance social, para assegurar a cidadania e inclusão dos catadores de resíduos sólidos. O empresariado deve estar atento, nessa primeira fase de sensibilização e educação, para os acordos setoriais que regulamentam o cumprimento da política nacional e estadual de resíduos sólidos”, destacou o presidente Baldez que estava acompanhado na reunião virtual da presidente do Sindirepa e membro do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEMA, Leonor de Carvalho.

A partir da assinatura do Termo, todas essas entidades, de forma conjunta, poderão propor, planejar e acompanhar os programas e as ações pactuados, com fixação de metas, visando à correta aplicação da Política Nacional de resíduos sólidos pelos entes fiscalizados do TCE-MA.

O ato institui ainda um Comitê de Trabalho interinstitucional, que ficará responsável pela criação de um Plano de Trabalho e pelo acompanhamento e gerenciamento dos programas e metas estipulados, visando garantir a correta execução dos termos do acordo.

MPMA firma cooperação técnica sobre gestão de resíduos sólidos

Com o objetivo de unir esforços visando à implementação de programas e ações interinstitucionais para a educação e fiscalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Ministério Público do Maranhão foi uma das instituições signatárias do Termo de Cooperação Técnica proposto pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e firmado nesta quinta-feira, 2. A cerimônia virtual foi coordenada pelo presidente do TCE, Washington de Oliveira e reuniu representantes de vários órgãos, secretarias e instituições.

Pelo MPMA, o documento foi assinado pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e pelo promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

“Temos trabalhado muito pelo encerramento dos lixões, elaboração de planos de gerenciamento, transparência dos gastos com a limpeza pública e a implantação da logística reversa, com a inclusão de catadores de resíduos. Enfim, o Ministério Público tem compromisso com a gestão dos resíduos sólidos e acredita que essa conjugação de esforços trará grandes resultados”, afirmou Eduardo Nicolau.

No mesmo sentido, Fernando Barreto enfatizou que o Maranhão tem muita pobreza e ao mesmo tempo gastos excessivos com limpeza pública. Na avaliação do promotor de justiça, é preciso gerar empregos para os catadores de resíduos.

“Não é coerente termos faturas de prefeituras acima de milhões de reais e ao mesmo tempo que o carro caro passa, pela mesma calçada transita um catador arrastando um saco na mão para recolher resíduos, muitas vezes para garantir a sobrevivência. A Lei de Política Nacional de Resíduos sólidos quer mudar essa realidade desde 2010. É importante compreender que temos que adentrar no mundo da economia solidária. Ao lado do descarte, temos agora o reaproveitamento. Está na lei”, explicou Barreto.

COOPERAÇÃO

O termo assinala que devem ser assegurados os princípios da Lei nº 12.305/2010, especialmente o artigo 9º, que trata do planejamento da gestão de resíduos sólidos, a disposição final ambientalmente adequada, a inclusão social dos catadores de resíduos e a transparência do serviço de limpeza pública.

Pelo ato, os participantes, de forma conjunta, poderão propor, planejar e acompanhar os programas e ações pactuadas, com fixação de metas, visando à correta aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Também é criado o Comitê de Trabalho Interinstitucional, responsável pela criação de um plano de trabalho e gerenciamento de metas. O Termo de Cooperação Técnica tem vigência de cinco anos.

INSTITUIÇÕES

Além do MPMA e do TCE, também aderiram à cooperação o Tribunal de Justiça do Maranhão, Corregedoria

Geral da Justiça, Assembleia Legislativa, Defensoria Pública do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária, Escola Ambiental do Maranhão, Federação dos Municípios do Maranhão, União dos Vereadores e Câmaras do Maranhão, Sebrae, Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Federação do Comércio do Maranhão, Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão e Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha de São Luís.

Gestão de demandas trabalhistas repetitivas é destaque na Caravana Virtual

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministra Maria Cristina Peduzzi, participou na terça-feira (31/8) da 7ª edição da Caravana Virtual do Centro de Inteligência do Poder Judiciário. Ela destacou o compromisso da Justiça do Trabalho com a implementação de centros de inteligência nos Regionais, para identificar e prevenir demandas repetitivas e garantindo a atuação mais célere.

Segundo a presidente do TST, a Justiça do Trabalho tem investido em recursos tecnológicos e buscado articular e intensificar políticas e ações de mediação e conciliação para aprimorar o fluxo de processamento de demandas repetitivas e para atender a Resolução CNJ n. 349/2020. “A mediação e a conciliação são meios de resolução de conflitos e acesso à Justiça, não no sentido de judicialização de uma lide, mas de obtenção de uma resposta justa, que pode estar amparada pela estrutura oferecida pelo Poder Judiciário.”

A ministra destacou, ainda, que, no atual contexto de pandemia, a Justiça do Trabalho tem usado as videoconferências, também, nas mediações pré-processuais em lides individuais e coletivas. “O acesso à Justiça tem sido ampliado com o auxílio da tecnologia, sem que isso signifique a judicialização do conflito.”

Prevenção

A diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ministra Dora Maria da Costa, presidiu o painel apresentado pelo juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) Marco Bruno Miranda Clementino. De acordo com o magistrado, é preciso ir à origem do problema para alcançar a efetiva solução dos conflitos. “Um dos objetivos imediatos dos Centros de Inteligência é oferecer um tratamento de gestão para que os conflitos sejam solucionados na origem, evitando a multiplicação de demandas.”

Segundo ele, pensar de forma preventiva é mudar um pouco a forma convencional de atuação. “É pensar em segurança jurídica, em evitar o problema.”

O segundo painel tratou do tema “As experiências atuais de adoção do Centro de Inteligência na Justiça do Trabalho”. A palestra foi proferida pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT13) Leonardo José Videres Trajano. Ele afirmou que, no âmbito dos tribunais regionais, os centros estão sendo implantados e já têm uma estrutura básica delimitada.

“Entre as ações, temos uma comissão que está trabalhando para a adoção de uma plataforma de conciliação e mediação. Também estamos desenvolvendo, em conjunto com alguns TRTs, o projeto Gemini, que, por meio da inteligência artificial, agrupará demandas repetitivas com base na similaridade dos temas”, explicou.

Para ele, a interlocução entre os Centros de Inteligência é fundamental, principalmente na Justiça do Trabalho. “Temos uma longa estrada a percorrer, mas o caminho será trilhado da melhor forma. Somos pioneiros e

vocacionados para usar a tecnologia, buscando resolver, da melhor forma possível, os conflitos que nos são endereçados.”

Caravanas

A Caravana Virtual promove a troca de ideias entre os segmentos da Justiça, aprofundando o debate sobre temas como gestão de precedentes, demandas de massa e estruturação dos centros de inteligência locais. Podem participar membros da magistratura e servidores do Judiciário, além de estudantes e dos profissionais do Direito em geral.

O encontro já foi realizado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), em 1º de junho, pelos Tribunais de Justiça do Pará, em 6 de julho, de Minas Gerais, em 20 de julho, do Maranhão, em 24 de julho, e do Distrito Federal, em 3 de agosto, e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 16 de agosto.

Fonte: TST

Veja o que funciona nos feriados de 7 e 8 de setembro em São Luís

Por conta do feriado duplo, serviços essenciais e não essenciais terão seus horários de funcionamento alterados na capital maranhense.

Por G1 MA — São Luís

03/09/2021 09h27 Atualizado há 3 horas

SÃO LUÍS (MA) - Rua Grande é principal rua do comércio popular de São Luís — Foto: Adriano Soares/Grupo Mirante

SÃO LUÍS (MA) - Rua Grande é principal rua do comércio popular de São Luís — Foto: Adriano Soares/Grupo Mirante

Por conta do feriado nacional da Independência do Brasil, celebrado na próxima terça-feira (7) e do aniversário de São Luís, comemorado na quarta-feira (8), os horários de funcionamento de lojas, repartições públicas, bancos e casas lotéricas na capital maranhense terão seus horários alterados.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA) informou que o comércio lojista tem autorização para poder funcionar durante os dois dias de feriado. Segundo a entidade, o comércio situado em ruas, avenidas e galerias, poderá funcionar das 8h às 18h, enquanto as lojas em shoppings, devem funcionar entre das 10 às 22h.

As agências bancárias permanecerão fechadas entre os dias 7 e 8 de setembro, de acordo com o Sindicato dos Bancários do Maranhão (SEEB-MA). Com isso, os vencimentos de contas, incluindo boletos e contas de concessionárias, agendamento de pagamentos e envios de transferências foram prorrogados para o primeiro dia útil após a data.

Para ter acesso aos serviços, a população pode ter acesso aos terminais de autoatendimento e pelos aplicativos de celular e internet. Casas lotéricas também não devem funcionar.

O G1 listou o que deve funcionar durante os dois dias, confira:

7 de setembro (terça-feira - Independência do Brasil)

Bancos: fechados

Repartições públicas: funcionam em regime de plantão

Rio Anil Shopping

Lojas e quiosques: 10h às 22h

Praça de alimentação: 12h às 22h

Lojas Americanas: 12h às 20h
Supermercados: 09h às 22h
São Luís Shopping

Lojas e quiosques: 10h às 22h
Praça de alimentação: 12h às 22h
Lojas Americanas: 12h às 22h
Supermercados: 09h às 22h
Casas lotérica: fechada

Shopping da Ilha

Lojas e quiosques: 10h às 22h
Praça de alimentação: 12h às 22h
Lojas Americanas: 10h às 22h
Supermercados: 09h às 22h
VIVA: fechado

Tropical Shopping

Lojas e quiosques: fechados
Praça de alimentação: fechados

8 de setembro (quarta-feira - Aniversário de São Luís)

Bancos: fechados
Repartições públicas: funcionam em regime de plantão

Rio Anil Shopping

Lojas e quiosques: 10h às 22h
Praça de alimentação: 12h às 22h
Lojas Americanas: 12h às 20h
Supermercados: 09h às 22h
São Luís Shopping

Lojas e quiosques: 10h às 22h
Praça de alimentação: 12h às 22h
Lojas Americanas: 12h às 22h
Supermercados: 09h às 22h
Casas lotérica: fechada

Shopping da Ilha

Lojas e quiosques: 10h às 22h
Praça de alimentação: 12h às 22h
Lojas Americanas: 10h às 22h
Supermercados: 09h às 22h

VIVA: fechado

Tropical Shopping

Lojas e quiosques: fechados

Praça de alimentação: fechados

Saúde

Os órgãos públicos municipais, estaduais e federais não têm expediente nesta data. Os serviços de urgências e emergências das unidades de Pronto - Atendimento (UPA), do Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I) e Dr. Clementino Moura (Socorrão II), unidades mistas continuam atendendo a população normalmente.

Segurança

Os plantões nas delegacias de polícia de todo o Maranhão seguem normalmente, mas a orientação é que por conta do novo coronavírus, as pessoas realizem ocorrências de pequena relevância por meio do B.O eletrônico no site da Polícia Civil.

Serviço Público Estadual

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep) informou que, segundo o decreto Nº 36417 de 18/12/2020, na segunda-feira (6) será ponto facultativo para os funcionários do setor público estadual, funcionando apenas os serviços essenciais.

Judiciário

Foi decretado ponto facultativo no dia 6 de setembro, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior. A Resolução-GP - 632021, que dispõe sobre o assunto no âmbito do Poder Judiciário do Estado, foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo. A decisão foi proferida na 13ª Sessão Plenária Jurisdicional Ordinária na último dia 25 de agosto.

Veja o que funciona nos feriados de 7 e 8 de setembro em São Luís

É preciso ficar atento às mudanças nos horários de funcionamento dos órgãos.

IMIRANTE.COM

03/09/2021 às 07h21

Veja o que funciona nos feriados de 7 e 8 de setembro em São Luís

Feriadão altera rotina em São Luís. (Foto: Arquivo/O Estado)

SÃO LUÍS - Por conta do feriado nacional da Independência do Brasil, celebrado na próxima terça-feira (7), e do aniversário de São Luís, comemorado na quarta-feira (8), os horários de funcionamento de lojas, repartições públicas, bancos e casas lotéricas na capital maranhense serão alterados.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA) informou que o comércio lojista de São Luís e dos três municípios da Grande Ilha estão autorizados a funcionar nos feriados da Independência do Brasil e do aniversário da capital maranhense.

A decisão é fruto de um acordo entre a Fecomércio e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís (Sindcomerciários) e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

A medida vale para estabelecimentos comerciais de rua, avenidas, galerias, centros comerciais e shoppings. O horário de funcionamento dos estabelecimentos em ruas poderá ser das 8h às 18h e, nos shoppings, das 10h às 22h.

De acordo com a Fecomércio, as empresas que funcionarem durante os dois feriados, deverão realizar o pagamento das horas trabalhadas com acréscimo de 100% sobre o valor da hora normal, já que se trata de um trabalho extraordinário.

Além disso, devem ser pagos também uma gratificação de R\$ 40 aos empregados que forem convocados ao trabalho e as horas trabalhadas nestes dois dias não podem ser compensadas com folgas.

Abaixo, confira o que abre e fecha nos dois dias de feriado na capital.

Comércio

As lojas poderão funcionar em horário especial na capital maranhenses, de acordo com a Câmara de Dirigentes Lojistas.

Segundo a Convenção Coletiva da categoria, as lojas de rua poderão funcionar das 8h às 18h. Já as lojas localizadas em shoppings centers podem abrir das 10h às 22h. Mas atenção, são obrigações dos lojistas que funcionarem nesses dias: Pagamento de hora extra de 100% sobre o valor da hora normal e gratificação de R\$40,00; além de informar os nomes dos funcionários escalados para esses dias e pagamento de taxa de R\$ 10 ao Sind. dos Comerciários.

Shoppings

As lojas e praças de alimentação e lazer dos shoppings vão funcionar no feriado prolongado, mas estão sujeitos à alteração de horários. Apenas lotéricas, bancos, lojas de câmbio e cartório estarão fechados.

Supermercado

Nos dois dias de feriado, os supermercados também funcionarão normalmente.

Bancos

As agências bancárias não abrem nos dias 7 e 8 de setembro. Quem precisar fazer alguma transação financeira nestes dois dias, deverá usar os canais alternativos de atendimento bancário, como mobile e internet banking, caixas eletrônicos, banco por telefone e correspondentes. Se você tiver carnês e contas de consumo, como água, energia e telefone, que forem vencer no feriado, não se preocupe, pois eles poderão ser pagos, sem acréscimo, no dia útil seguinte. Outra solução, é agendar os pagamentos ou pagá-las nos próprios caixas automáticos, se tiverem código de barras.

Loterias

Não há uma orientação oficial sobre abrir ou não agências lotéricas nesses dias, no entanto, os horários devem ser reduzidos, de acordo com Sindicato dos Empresários Lotéricos do Maranhão (Seloma). Cada empresário ficará responsável por abrir ou não seus estabelecimentos, então é importante conferir a lotérica mais perto da sua residência, ou realizar os serviços desejados de forma on-line.

Saúde

Órgãos públicos municipais, estaduais e federais não têm expediente nesta data. Os serviços de urgências e emergências das unidades de Pronto - Atendimento (UPA), do Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I) e Dr. Clementino Moura (Socorrão II), unidades mistas continuam atendendo a população normalmente.

Serviço público estadual

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep) informou que, segundo o decreto Nº 36417 de 18/12/2020, na segunda-feira (6) será ponto facultativo para os funcionários do setor público estadual, funcionando apenas os serviços essenciais.

Judiciário

Foi decretado ponto facultativo no dia 6 de setembro, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior. A Resolução-GP - 632021, que dispõe sobre o assunto no âmbito do Poder Judiciário do Estado, foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo. A decisão foi proferida na 13ª Sessão Plenária Jurisdicional Ordinária na última quarta-feira (25).

Polícia Civil

Os serviços da A Polícia Civil do Maranhão durante o feriado serão mantidos por meio das cinco delegacias de plantão (Cajazeiras, Cohatrac, Itaqui-Bacanga, Cidade Operária e Maiobão), além da Delegacia Especializada da Mulher e do Departamento de Homicídios, todos em regime de 24 horas. A Polícia Civil também disponibiliza a Delegacia Online, que pode ser acessada pelo site para registrar ocorrências.

MPMA firma cooperação técnica sobre gestão de resíduos sólidos

Instituição vai participar de ações interinstitucionais para a educação e fiscalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos

03/09/2021

MPMA firma cooperação técnica sobre gestão de resíduos sólidos

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, destaca compromisso com a gestão de resíduos sólidos (Divulgação)

SÃO LUÍS - Para unir esforços visando à implementação de programas e ações interinstitucionais para a educação e fiscalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Ministério Público do Maranhão foi uma das instituições signatárias do Termo de Cooperação Técnica proposto pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e firmado nesta quinta-feira, 2. A cerimônia virtual foi coordenada pelo presidente do TCE, Washington de Oliveira e reuniu representantes de vários órgãos, secretarias e instituições.

Pelo MPMA, o documento foi assinado pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e pelo promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, Luís Fernando Cabral Barreto Júnior. Mais detalhes sobre o assunto no site mpma.mp.br

“Temos trabalhado muito pelo encerramento dos lixões, elaboração de planos de gerenciamento, transparência dos gastos com a limpeza pública e a implantação da logística reversa, com a inclusão de catadores de resíduos. Enfim, o Ministério Público tem compromisso com a gestão dos resíduos sólidos e acredita que essa conjugação de esforços trará grandes resultados”, afirmou Eduardo Nicolau.

No mesmo sentido, Fernando Barreto enfatizou que o Maranhão tem muita pobreza e ao mesmo tempo gastos excessivos com limpeza pública. Na avaliação do promotor de justiça, é preciso gerar empregos para os catadores de resíduos.

“Não é coerente termos faturas de prefeituras acima de milhões de reais e ao mesmo tempo que o carro caro passa, pela mesma calçada transita um catador arrastando um saco na mão para recolher resíduos, muitas vezes para garantir a sobrevivência. A Lei de Política Nacional de Resíduos sólidos quer mudar essa realidade desde 2010. É importante compreender que temos que adentrar no mundo da economia solidária. Ao lado do descarte, temos agora o reaproveitamento. Está na lei”, explicou Barreto.

Cooperação

O termo assinala que devem ser assegurados os princípios da Lei nº 12.305/2010, especialmente o artigo 9º, que trata do planejamento da gestão de resíduos sólidos, a disposição final ambientalmente adequada, a inclusão social dos catadores de resíduos e a transparência do serviço de limpeza pública.

Pelo ato, os participantes, de forma conjunta, poderão propor, planejar e acompanhar os programas e ações pactuadas, com fixação de metas, visando à correta aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Também é criado o Comitê de Trabalho Interinstitucional, responsável pela criação de um plano de trabalho e

gerenciamento de metas. O Termo de Cooperação Técnica tem vigência de cinco anos.

Instituições

Além do MPMA e do TCE, também aderiram à cooperação o Tribunal de Justiça do Maranhão, Corregedoria Geral da Justiça, Assembleia Legislativa, Defensoria Pública do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária, Escola Ambiental do Maranhão, Federação dos Municípios do Maranhão, União dos Vereadores e Câmaras do Maranhão, Sebrae, Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Federação do Comércio do Maranhão, Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão e Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha de São Luís.

Saiba o que vai funcionar durante o feriado prolongado em São Luís

Fecomércio-MA autorizou que lojistas trabalhem no feriado desde que pagando as horas extras para os funcionários; na segunda-feira (6) será ponto facultativo para funcionários da rede estadual
KETHLEN MATA/ O ESTADO

03/09/2021 às 00h00

Saiba o que vai funcionar durante o feriado prolongado em São Luís

No São Luís Shopping, lojas, satélites, quiosques, praças de alimentação e supermercados funcionam normalmente nos dois dias de feriado (Divulgação)

São Luís - Mais um feriado prolongado se aproxima e é preciso estar atento ao que abre e o que fecha nos próximos dias 7 (terça-feira) e 8 (quarta-feira), feriado do Dia da Independência do Brasil e aniversário de São Luís, respectivamente. A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA) informou, desde o dia 17 de agosto, que o setor lojista tem autorização para funcionar.

De acordo com decisão firmada entre a Fecomércio-MA e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís (Sindcomerciários), os estabelecimentos comerciais situados em ruas, avenidas, galerias e centros comerciais poderão abrir as portas nesses dias, no horário das 8h às 18h.

Para o funcionamento, as empresas deverão realizar o pagamento das horas trabalhadas com acréscimo de 100% sobre o valor da hora norma. Deverá ser pago, também, uma gratificação no valor de R\$ 40,00 aos empregados convocados para o trabalho, além disso, as horas trabalhadas nesses feriados não podem ser compensadas com folgas.

As empresas que desejarem funcionar no feriado dos dias 7 e 8 de setembro deverão enviar, com antecedência, a lista dos empregados convocados para o trabalho ao conhecimento do Sindcomerciários, por meio do endereço eletrônico: atendimento@sindcomerciarios-ma.com.br, além de promover o recolhimento no valor de R\$ 10,00 para a entidade que representa os empregados do comércio.

SAIBA MAIS

O que abre e o que fecha no feriadão

Comércio na Grande Ilha

No dia 8 de setembro, o comércio de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa volta a funcionar normalmente, sem pagamento de horas extras, já que o feriado municipal abrange apenas São Luís.

Estado

A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep) informou que, segundo o decreto Nº 36417 de 18/12/2020, na segunda-feira, 6, será ponto facultativo para os funcionários do setor público estadual, funcionando apenas os serviços essenciais.

Vacinação Estado

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) afirmou, em nota, que o drive-thru do Pátio Norte Shopping funcionará normalmente no sábado, 4, das 8h às 16h, e o IEMA (antigo Cintra), das 8h às 12h. Na segunda-feira os espaços de vacinação abrem das 8h às 16h e no feriado nacional da terça-feira, 7, ambos estarão fechados. Na quarta-feira, aniversário de São Luís, apenas o drive-thru do Pátio Norte Shopping funcionará das 8h às 18h.

Tribunal de Justiça do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decretou ponto facultativo no dia 6 de setembro, no TJMA, Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior. A Resolução-GP - 632021, que dispõe sobre o assunto no âmbito do Poder Judiciário do Estado, foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo. A decisão foi proferida na 13ª Sessão Plenária Jurisdicional Ordinária, na última quarta-feira, 25.

Lotéricas

De acordo com Sindicato dos Empresários Lotéricos do Maranhão (Seloma), não há uma orientação oficial sobre abrir ou não agências lotéricas nesses dias, no entanto, os horários devem ser reduzidos. Cada empresário ficará responsável por abrir ou não seus estabelecimentos, então é importante conferir a lotérica mais perto da sua residência, ou realizar os serviços desejados de forma online.

Hospitais da rede estadual

A SES comunicou, que as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e hospitais permanecem com atendimento regular aos pacientes, em regime de plantão, sem interrupções em razão do feriado. Já as Policlínicas estarão fechadas no feriado prolongado, de 6 a 8 de setembro, retornando ao funcionamento normalmente na quinta-feira, 9. O Hemomar funciona na segunda-feira de 7h30 às 17h; na terça permanece fechado e retoma na quarta-feira, das 13h às 17h.

Shoppings

São Luís Shopping: lojas, satélites, quiosques, praças de alimentação e supermercados funcionam normalmente nos dois dias de feriado; loterias, banco Bradesco e lojas de câmbio ficam fechadas no feriado. Já o cinema funciona a partir das 14h, sujeito à modificação por conta da programação dos filmes.

Oficinas de brinquedos de papel: nos dias 4 e 5 de setembro, acontece no São Luís Shopping, uma oficina de brinquedos de papel, que será realizada pela Mobiliza SLZ, na antiga "Contém 1g".

Rio Anil: Na terça-feira, 7, de setembro, data em que se celebra a Independência do Brasil, feriado nacional, e na quarta-feira, 9, feriado municipal pelo aniversário de São Luís, o Rio Anil Shopping terá o funcionamento alterado. As lojas, cinema e os quiosques funcionam das 10h às 22h. Supermercado Mateus, abre das 9h às 22h. Já a lotérica, Banco Bradesco e cartório estarão fechados. A praça de alimentação e de lazer abrirão às 10h e funcionarão até as 22h.

Shopping da Ilha: segundo assessoria do Shopping da Ilha, todos os serviços do local funcionarão normalmente, mesmo com o feriado de Independência e aniversário da cidade.

Supermercado Mateus

As lojas do Mateus Supermercados funcionarão normalmente durante os dois dias de feriado.

Polícia Civil

Os serviços da A Polícia Civil do Maranhão durante o feriado serão mantidos por meio das cinco delegacias de plantão (Cajazeiras, Cohatrac, Itaqui-Bacanga, Cidade Operária e Maiobão), além da Delegacia Especializada da Mulher e do Departamento de Homicídios, todos em regime de 24 horas. A Polícia Civil também disponibiliza a Delegacia Online, que pode ser acessada pelo site www.policiacivil.ma.gov.br para registrar ocorrências.

Comércio de São Luís funcionará normalmente nos dias 07 e 08 de setembro

Por Debora Marques 03/09/2021

Comércio de São Luís funcionará normalmente nos dias 07 e 08 de setembro

O comércio da capital tem autorização para funcionar normalmente nos dias 07 e 08 de setembro de 2021, quando se comemora os feriados da Independência do Brasil e do aniversário de São Luís. Já as agências bancárias não abrem, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

De acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA) e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís (Sindcomerciários), os estabelecimentos situados em ruas, avenidas, galerias e centros comerciais poderão dar início as vendas do feriado das 8h às 18h. Já as lojas que estiverem localizadas em shopping Centers terão sua permissão de funcionar das 10h às 22h.

As empresas que optarem por abrir as portas deverão realizar o pagamento das horas trabalhadas com acréscimo de 100% sobre o valor da hora normal, tendo em vista se trata de trabalho em datas considerados extraordinárias. As horas trabalhadas não podem ser compensadas com folgas. Além disso, deverá ser pago uma gratificação no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) aos empregados convocados para o trabalho.

Também está autorizado o funcionamento do comércio nos demais municípios da Grande Ilha, segundo a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre a Fecomércio e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. No dia 8 de setembro, no entanto, o comércio de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa volta a funcionar normalmente, tendo em vista que o feriado municipal abrange apenas São Luís.

Ponto Facultativo

O Poder Judiciário do Maranhão terá ponto facultativo na segunda-feira (06) e não terá expediente em todo o estado no dia 7 de setembro (dia da Independência do Brasil). No Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha também será feriado no dia 8 de setembro (quarta-feira), dia da fundação da cidade.

O Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu decretar ponto facultativo no dia 6 no TJMA, Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior.

TRE comunica vacância de cargos ao TJMA

Em Sessão Plenária administrativa por videoconferência na última quarta-feira (1º de setembro), o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, comunicou oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, por meio dos Ofícios nº 4050/2021-TRE-MA/PR/GP e nº 4057/2021 - TRE-MA/PR/GP, o encerramento do 1º biênio da juíza Lavínia Helena Macedo Coelho, como Membro Titular daquela Corte Eleitoral na categoria de Juiz, bem como o encerramento do 1º biênio do juiz André Bogéa Pereira Santos, como Membro Substituto do TRE-MA na categoria de Juiz. Ambos ocorrerão, respectivamente, no dia 18 de dezembro do corrente ano.

TRE comunica vacância de cargos ao TJMA

Publicado em 3 de setembro de 2021 às 21:00 | [Comentar](#)

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Em Sessão Plenária administrativa por videoconferência na última quarta-feira (1º de setembro), o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, comunicou oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, por meio dos Ofícios nº 4050/2021-TRE-MA/PR/GP e nº 4057/2021 - TRE-MA/PR/GP, o encerramento do 1º biênio da juíza Lavinia Helena Macedo Coelho, como Membro Titular daquela Corte Eleitoral na categoria de Juiz, bem como o encerramento do 1º biênio do juiz André Bogéa Pereira Santos, como Membro Substituto do TRE-MA na categoria de Juiz. Ambos ocorrerão, respectivamente, no dia 18 de dezembro do corrente ano.

Famem assina Termo de Cooperação Técnica sobre gerenciamento de resíduos sólidos

Representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), o prefeito de São Bernardo e secretário-geral da entidade, João Igor, participou nesta quinta-feira (2), da assinatura do Termo de Cooperação Técnica relativo à efetivação de iniciativas na área ambiental.

O documento visa assegurar, ainda, os princípios da Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente o seu art. 9º, que estabelece ordem de prioridade para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, a disposição final ambientalmente adequada, a inclusão social dos catadores e catadoras de resíduos e a transparência do serviço de limpeza pública.

"É uma soma de esforços conjuntos de vários órgãos que firmam parceria e se comprometem, através de um instrumento interinstitucional, a implementar ações que tragam soluções para uma questão urgente e de interesse de todos os municípios maranhenses, que é a gestão de resíduos sólidos", destacou o prefeito João Igor.

Além da Famem, assinaram o documento, o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Justiça do Estado, a Corregedoria Geral do Estado, a Assembleia Legislativa, a Defensoria Pública do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão, o Governo do Estado, o Ministério Público do Maranhão, a União de Vereadores e Câmaras do Maranhão, o Sebrae-MA, a Fiema, a Fecomércio, o Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão e a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha de São Luís-MA.

A partir de agora, todas essas entidades, de forma conjunta, poderão propor, planejar e acompanhar os programas e as ações pactuados, com fixação de metas, visando à correta aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Termo institui ainda um Comitê de Trabalho interinstitucional que ficará responsável pela criação de um Plano de Trabalho e pelo acompanhamento e gerenciamento dos programas e metas estipulados, visando garantir a correta execução dos termos do acordo.

No dia 6 e feriado no dia 7 de setembro, judiciário terá ponto facultativo

O Poder Judiciário do Maranhão terá ponto facultativo na segunda-feira, 6 de setembro, e não terá expediente em todo o estado no dia 7 de setembro (dia da Independência do Brasil). No Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha também será feriado no dia 8 de setembro (quarta-feira), dia da fundação da cidade.

O Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu decretar ponto facultativo no dia 6 no TJMA, Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior. A Resolução-GP - 632021, que dispõe sobre o assunto no âmbito do Poder Judiciário do Estado, foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo, no dia 26 de agosto.

A decisão foi proferida na 13ª Sessão Plenária Jurisdicional Ordinária, considerando que o Poder Executivo estadual decretou o ponto facultativo no dia 6, conforme Decreto nº 36.417, de 18 de dezembro de 2020.

PLANTÃO

Responderá pelo plantão de 2º Grau da Justiça estadual o desembargador Jorge Rachid, até domingo (5), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

As servidoras plantonistas são Thais Ramos de Sousa e Alyne Cruz Lopes. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

No período de 6 a 12 de setembro, o desembargador Jamil Gedeon responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância. A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em Plantão de 2º Grau.

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - o juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso (Vara da Saúde Pública de São Luís) e a juíza Lúcia Helena Barros Heluy da Silva (2ª Vara da Mulher de São Luís) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal até domingo, dia 5. Quem auxilia os magistrados durante o plantão são as servidoras Isabel Fialho (Vara da Saúde Pública de São Luís) e Karinne Carvalho (2ª Vara da Mulher de São Luís).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com as servidoras plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Tribunal de Justiça cobra R\$ 34 mi do Governo do MA para pagar precatórios

O Tribunal de Justiça estipulou um prazo de dez dias - a contar de 2 de setembro - para que o Governo do Maranhão deposite uma parcela de R\$ 34,2 milhões para pagamento de precatórios.

O valor devido pelo Estado era maior: R\$ 49 milhões. Mas a gestão estadual chegou a pagar R\$ 15 milhões, o que diminuiu o valor.

Se não quitar o débito, o governo pode ter os bens sequestrados pela Justiça.

Advogado Adroaldo Souza recebe mais importante comenda da OAB-MA

Por Daniel Matos • domingo, 05 de setembro de 2021

A Medalha Antenor Bogéa foi entregue em solenidade na sede da instituição, no Calhau

Adroaldo Souza foi agraciado com a medalha seus relevantes serviços prestados à sociedade e à advocacia. O brilhante advogado Adroaldo Souza foi condecorado com a Medalha Antenor Bogéa, mais importante honraria concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão a pessoas que contribuíram com seus relevantes serviços prestados à sociedade e à advocacia. No evento, realizado na sede da instituição, na noite de 31 de agosto, o presidente da instituição, Thiago Diaz, e o presidente honorário vitalício da Ordem, Raimundo Marques, entregara a medalha a Adroaldo Souza.

A mesa de honra contou com a presença de várias autoridades, entre elas, o desembargador do TJMA, Jorge Rachid Maluf, a conselheira federal e presidente da Comissão Nacional e Estadual de Defesa da Pessoa Idosa, Débora Cartágenes, o escritor e conselheiro federal da OAB-MA, Daniel Blume, e a vice-presidente da Comissão da Mulher e da Advogada da OAB-MA, Lilianne Saraiva.

A mais alta honraria da instituição foi outorgada, também, aos advogados José Carlos Sousa e Silva, Cláudio Prattes Lamachia, Gerson Nascimento, Ieda Morais, Júlia Amin Castro, Márcia Mendes, Maria de Fátima Buhaten, Maria de Fátima Couto, Maria Teresa Costa e Yara Amador. Também foram agraciadas as servidoras Maria do Socorro Garros e Serjana Costa.

O advogado Adroaldo Souza com familiares após ser condecorado pela OAB-MA

“A medalha Antenor Bogéa representa para mim uma oportunidade de ver reconhecido o meu trabalho como advogado prestado à coletividade. Na verdade, foi a contribuição de todo esse sistema que me tornou profissional. Gostaria, também, de exaltar a figura do Dr. Antenor Bogéa, que foi um grande mestre, conselheiro e amigo de todos os seus alunos. Esta homenagem é uma honra incomensurável”, disse o advogado Adroaldo Souza, que soma quase 50 anos de atividade profissional ininterrupta.

Reconhecimento

O presidente da seccional maranhense, Thiago Diaz, disse que a OAB-MA sente-se feliz em poder reconhecer o legado e a contribuição daqueles que ajudaram a construir não somente a história da instituição no estado, mas a própria advocacia maranhense.

“Depois desse momento difícil por que passamos, não poderíamos encerrar o mês alusivo à advocacia de outra forma. Fizemos diversas inaugurações, ofertamos capacitações com pós-graduações gratuitas, mas precisávamos encerrar homenageando e reconhecendo o trabalho daqueles que pavimentaram o caminho para que a ordem cumprisse o seu papel de ser uma instituição representativa e que a advocacia tivesse essa respeitabilidade que tem”, frisou.

Carlos Nina encerra mandato no Lítero Português e conquista 1º lugar em Concurso no TJMA

Carlos Nina recebendo a premiação das mãos do Desembargador Cleones Cunha, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão

O presidente do Lítero, Carlos Nina, encerra seu mandato à frente do Lítero no próximo dia 13 de setembro de 2021, segunda-feira, quando assumirá o cargo o ex-presidente Osvaldo Barros dos Santos, a quem Nina havia sucedido, no início de 2015.

Carlos Nina, que contou com o apoio dos comandantes do 24º Batalhão de Infantaria de Selva no Concurso Anual de Texto dos anos de 2019, 2020 e 2021, Coronel Luciano Freitas e Sousa Filho e seu sucessor e atual comandante, Tenente Coronel Sérgio Henrique Lopes Rendeiro, recebeu, no dia 30 de agosto de 2021, do Tenente Coronel Rendeiro, diploma de Amigo do Batalhão.

Depois de promover Concurso Anual de Texto no Lítero nos anos de 2017 a 2021, Nina participou como concorrente do I Concurso Literário "Maria Firmina dos Reis", promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, neste ano de 2021, com o objetivo de incentivar a produção literária acerca da temática da violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme notícia veiculada no site do TJMA.

O Concurso foi realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), presidida pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha. As inscrições aconteceram no período de 10 de março a 30 de abril e eram divididas nas modalidades contos, crônicas e poemas, em duas categorias: adolescentes (a partir de 12 anos completos) e adultos (maiores de 18 anos).

O Concurso Literário "Maria Firmina dos Reis" foi assim denominado em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil. Maria Firmina também foi professora, musicista e a criadora da primeira escola mista do Brasil.

Nascida em São Luís/MA em 11 de março de 1822 - data que hoje é considerada o Dia da Mulher Maranhense em sua homenagem -, a escritora é autora da obra "Úrsula" (1859), primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina e primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa. Também é autora de "Gupeva" (1861) e "A escrava" (1887), entre outras obras.

Carlos Nina, na categoria Adulto, concorreu com um conto - Efeito colateral. A premiação dos classificados ocorreu dia 13 de agosto de 2021, no salão de festas da Associação dos Advogados do Maranhão.

(Fonte: site do TJMA)

Segue, na íntegra o conto de Carlos Nina

Efeito colateral

Carlos Nina

Pepita era filha única de Apolinária e Virgulino Coelho da Silva, que se conheceram no garimpo de Serra Pelada. Daí o nome dado à filha. Inspirado na fortuna que fizeram e que custou a Virgulino o comprometimento de vários órgãos, pelo contato com o mercúrio usado na extração do ouro. Antes, porém, de começar a sentir os efeitos da contaminação, Virgulino desembestou pelo caminho da infidelidade a Naná, como chamava sua esposa. E haja a emprenhar quem caísse na sua lábia.

Apolinária não aguentou as traições do marido e dele divorciou-se. Foi morar com Pepita, que cedo saiu de casa para casar-se com Romeu, seu primeiro namorado. Mas seu casamento não durou muito tempo porque ambos eram jovens, desempregados e Romeu começou a beber e a bater em Pepita sempre que chegava bêbado em casa.

Orientada para denunciar o marido, Pepita dizia que não ia ganhar nada com isso. Só tinha casado para sair de casa, para escapar de seu próprio pai, que dela abusava desde quando ela fizera 12 anos. Aos 16 anos o pai a engravidara e a levou para fazer um aborto. Ameaçou-a de morte se contasse à mãe.

Pepita tinha tudo para odiar o pai. Foi fácil compartilhar o ódio que a mãe passara a alimentar contra seu pai. Odiava tanto o pai que quando Virgulino estava internado tratando de um câncer, Pepita só foi visitá-lo depois que ele ligou várias vezes implorando pelo perdão dela.

- Oh! Filha, que bom! Obrigado por ter vindo!

Pepita, sem sorrir, foi logo dizendo, com rispidez: - Eu te perdoo, mas antes assina esses papéis aqui.

Eram procurações beneficiando Pepita em prejuízo dos demais filhos que Virgulino tivera com as mulheres que sucumbiam ao poder de sua conversa ou de sua conta bancária.

Continue lendo em: <http://melquiadesgomes.blogspot.com/2021/09/carlos-nina-encerra-mandato-no-litero.html>

TJ cobra R\$ 34 mi do Governo do MA para pagar precatórios

O Tribunal de Justiça estipulou um prazo de dez dias - a contar de 2 de setembro - para que o Governo do Maranhão deposite uma parcela de R\$ 34,2 milhões para pagamento de precatórios.

O valor devido pelo Estado era maior: R\$ 49 milhões. Mas a gestão estadual chegou a pagar R\$ 15 milhões, o que diminuiu o valor.

Se não quitar o débito, o governo pode ter os bens sequestrados pela Justiça.

Comércio de São Luís funcionará normalmente nos dias 07 e 08 de setembro

Por Debora Marques 06/09/2021

Comércio de São Luís funcionará normalmente nos dias 07 e 08 de setembro

O comércio da capital tem autorização para funcionar normalmente nos dias 07 e 08 de setembro de 2021, quando se comemora os feriados da Independência do Brasil e do aniversário de São Luís. Já as agências bancárias não abrem, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

De acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA) e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís (Sindcomerciários), os estabelecimentos situados em ruas, avenidas, galerias e centros comerciais poderão dar início as vendas do feriado das 8h às 18h. Já as lojas que estiverem localizadas em shopping Centers terão sua permissão de funcionar das 10h às 22h.

As empresas que optarem por abrir as portas deverão realizar o pagamento das horas trabalhadas com acréscimo de 100% sobre o valor da hora normal, tendo em vista se trata de trabalho em datas considerados extraordinárias. As horas trabalhadas não podem ser compensadas com folgas. Além disso, deverá ser pago uma gratificação no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) aos empregados convocados para o trabalho.

Também está autorizado o funcionamento do comércio nos demais municípios da Grande Ilha, segundo a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre a Fecomércio e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. No dia 8 de setembro, no entanto, o comércio de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa volta a funcionar normalmente, tendo em vista que o feriado municipal abrange apenas São Luís.

Ponto Facultativo

O Poder Judiciário do Maranhão terá ponto facultativo na segunda-feira (06) e não terá expediente em todo o estado no dia 7 de setembro (dia da Independência do Brasil). No Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha também será feriado no dia 8 de setembro (quarta-feira), dia da fundação da cidade.

O Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu decretar ponto facultativo no dia 6 no TJMA, Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior.

Judiciário terá ponto facultativo no dia 6 e feriado no dia 7

O Poder Judiciário do Maranhão terá ponto facultativo na segunda-feira, 6 de setembro, e não terá expediente em todo o estado no dia 7 de setembro (dia da Independência do Brasil). No Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha também será feriado no dia 8 de setembro (quarta-feira), dia da fundação da cidade.

O Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu decretar ponto facultativo no dia 6 no TJMA, Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior. A Resolução-GP - 632021, que dispõe sobre o assunto no âmbito do Poder Judiciário do Estado, foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo, no dia 26 de agosto.

A decisão foi proferida na 13ª Sessão Plenária Jurisdicional Ordinária, considerando que o Poder Executivo estadual decretou o ponto facultativo no dia 6, conforme Decreto nº 36.417, de 18 de dezembro de 2020.

PLANTÃO

Responderá pelo plantão de 2º Grau da Justiça estadual o desembargador Jorge Rachid, até domingo (5), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

As servidoras plantonistas são Thais Ramos de Sousa e Alyne Cruz Lopes. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

No período de 6 a 12 de setembro, o desembargador Jamil Gedeon responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância. A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em Plantão de 2º Grau.

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - o juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso (Vara da Saúde Pública de São Luís) e a juíza Lúcia Helena Barros Heluy da Silva (2ª Vara da Mulher de São Luís) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal até domingo, dia 5. Quem auxilia os magistrados durante o plantão são as servidoras Isabel Fialho (Vara da Saúde Pública de São Luís) e Karinne Carvalho (2ª Vara da Mulher de São Luís).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com as servidoras plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Judiciário terá ponto facultativo no dia 6 e feriado no dia 7

Plantões judiciais são divulgados e também não haverá expediente em São Luís no dia 8, data de fundação da cidade

Foto Reprodução

O Poder Judiciário do Maranhão terá ponto facultativo na segunda-feira, 6 de setembro, e não terá expediente em todo o estado no dia 7 de setembro (dia da Independência do Brasil). No Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha também será feriado no dia 8 de setembro (quarta-feira), dia da fundação da cidade.

O Tribunal de Justiça do Maranhão resolveu decretar ponto facultativo no dia 6 no TJMA, Corregedoria-Geral da Justiça e fóruns da capital e do interior. A Resolução-GP - 632021, que dispõe sobre o assunto no âmbito do Poder Judiciário do Estado, foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo, no dia 26 de agosto.

A decisão foi proferida na 13ª Sessão Plenária Jurisdicional Ordinária, considerando que o Poder Executivo estadual decretou o ponto facultativo no dia 6, conforme Decreto nº 36.417, de 18 de dezembro de 2020.

PLANTÃO

Responderá pelo plantão de 2º Grau da Justiça estadual o desembargador Jorge Rachid, até domingo (5), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

As servidoras plantonistas são Thais Ramos de Sousa e Alyne Cruz Lopes. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

No período de 6 a 12 de setembro, o desembargador Jamil Gedeon responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância. A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em Plantão de 2º Grau.

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - o juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso (Vara da Saúde Pública de São Luís) e a juíza Lúcia Helena Barros Heluy da Silva (2ª Vara da Mulher de São Luís) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal até domingo, dia 5. Quem auxilia os magistrados durante o plantão são as servidoras Isabel Fialho (Vara da Saúde Pública de São Luís) e Karinne Carvalho (2ª Vara da Mulher de São Luís).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com as servidoras plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Violência: Maranhão já registra 33 casos de feminicídio este ano

07/09/2021

Uma das últimas ocorrências aconteceu na cidade de Pio XII, sendo que o principal suspeito foi encontrado morto com marcas de violência no pescoço e no olho direito

São Luís - O número de casos de violência contra a mulher é alta no Maranhão. De acordo com a polícia, somente este ano já ocorreram 33 crimes de feminicídio em todo o estado, a maioria no interior. Um dos últimos casos ocorreu na noite de domingo, 5, na cidade de Pio XII, tendo como vítima Sâmara Jaqueline do Nascimento Sousa, de 34 anos.

A polícia informou que a vítima tinha um relacionamento amoroso com o serralheiro Marcos de Moura Costa. Ele não aceitava o fim da relação e diversas vezes tentou reatar o namoro, mas não conseguiu. No dia do crime, o serralheiro ligou para ex-namorada e marcou um encontro na área do centro de Pio XII.

Durante o encontro o casal discutiu e Sâmara Sousa foi morta pelo ex-namorado a tiros. Algumas pessoas ouviram o barulho dos tiros e encontraram a jovem baleada e ensanguentada. A Polícia Militar foi acionada e os socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) também foram chamados.

A vítima morreu no local e o corpo foi removido ao hospital da cidade para ser autopsiado. O resultado do exame pericial vai ser encaminhado para a Polícia Civil. Enquanto, o suspeito fugiu para uma área de matagal, mas, na manhã de segunda-feira, 6, foi achado morto.

O corpo dele foi encontrado em uma estrada, que liga Pio XII a Satubinha, com sinais de violência, principalmente, no olho direito e no pescoço. Policiais militares estiveram no local e o corpo de Marcos de Moura levado para o hospital. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil.

Maria da Penha

Segundo a Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Judiciário desde o ano de 2006, época em que foi sancionada a Lei Maria da Penha, até o último dia 17 já recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Somente entre os anos de 2017 a julho de 2021, ingressaram 53.628 pedidos no Poder Judiciário. Dessa quantidade, foram concedidas 46.311 medidas protetivas, 863 revogadas e 1.378 não foram concedidas. Só neste ano, a Justiça Estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência.

NÚMERO

82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência desde em que foi sancionada a Lei Maria da Penha, até o último dia 17

Famem assina Termo de Cooperação Técnica sobre gerenciamento de resíduos sólidos

O Termo institui ainda um Comitê de Trabalho interinstitucional que ficará responsável pela criação de um Plano de Trabalho

Foto de João Filho João Filho

Representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), o prefeito de São Bernardo e secretário-geral da entidade, João Igor, participou nesta quinta-feira (2), da assinatura do Termo de Cooperação Técnica relativo à efetivação de iniciativas na área ambiental.

O documento visa assegurar, ainda, os princípios da Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente o seu art. 9º, que estabelece ordem de prioridade para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, a disposição final ambientalmente adequada, a inclusão social dos catadores e catadoras de resíduos e a transparência do serviço de limpeza pública.

“É uma soma de esforços conjuntos de vários órgãos que firmam parceria e se comprometem, através de um instrumento interinstitucional, a implementar ações que tragam soluções para uma questão urgente e de interesse de todos os municípios maranhenses, que é a gestão de resíduos sólidos”, destacou o prefeito João Igor.

Além da Famem, assinaram o documento, o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Justiça do Estado, a Corregedoria Geral do Estado, a Assembleia Legislativa, a Defensoria Pública do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão, o Governo do Estado, o Ministério Público do Maranhão, a União de Vereadores e Câmaras do Maranhão, o Sebrae-MA, a Fiema, a Fecomércio, o Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão e a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Ilha de São Luís-MA.

A partir de agora, todas essas entidades, de forma conjunta, poderão propor, planejar e acompanhar os programas e as ações pactuados, com fixação de metas, visando à correta aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Termo institui ainda um Comitê de Trabalho interinstitucional que ficará responsável pela criação de um Plano de Trabalho e pelo acompanhamento e gerenciamento dos programas e metas estipulados, visando garantir a correta execução dos termos do acordo.

Cobrança

O Tribunal de Justiça estipulou um prazo de 10 dias - a contar de 2 de setembro - para que o Governo do Maranhão deposite uma parcela de R\$ 34,2 milhões para pagamento de precatórios.

O valor devido pelo Estado era maior: R\$ 49 milhões. Mas, a gestão estadual chegou a pagar R\$ 15 milhões, o que diminuiu o valor.

Se não quitar o débito, o governo pode ter os cofres sequestrados pela Justiça.

Veja o que funciona neste feriado de 8 de Setembro, aniversário de São Luís

Por conta do feriado do aniversário de São Luís, comemorado nesta quarta-feira (8), os horários de funcionamento de lojas, repartições públicas, bancos e casas lotéricas na capital maranhense terão seus horários alterados.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA) informou que o comércio lojista tem autorização para poder funcionar hoje. Segundo a entidade, o comércio situado em ruas, avenidas e galerias, poderá funcionar das 8h às 18h, enquanto as lojas em shoppings, devem funcionar entre das 10 às 22h.

As agências bancárias permanecerão fechadas, de acordo com o Sindicato dos Bancários do Maranhão (SEEB-MA). Com isso, os vencimentos de contas, incluindo boletos e contas de concessionárias, agendamento de pagamentos e envios de transferências foram prorrogados para o primeiro dia útil após a data.

Para ter acesso aos serviços, a população pode ter acesso aos terminais de autoatendimento e pelos aplicativos de celular e internet. Casas lotéricas também não devem funcionar.

Continue lendo mais em:
<http://http://cristianafranca.com.br/veja-o-que-funciona-neste-feriado-de-8-de-setembro-aniversario-de-sao-luis/>

Advogado aciona Tribunal de Justiça para anular indicação de Marcelo Tavares para TCE-MA

Caso foi distribuído para o desembargador Joaquim Figueiredo. Deputados usaram decreto apontado como inconstitucional e ilegal para aceitar apenas a candidatura do colega de Parlamento

O advogado Márcio dos Santos Rabelo impetrou mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Maranhão pedindo o reconhecimento da inconstitucionalidade e da ilegalidade de decreto, bem como todos os seus atos consecutivos, utilizado pela Assembleia Legislativa maranhense para indicar apenas o nome do então colega de Parlamento e secretário-chefe da Casa Civil do governo Flávio Dino (PSB), Marcelo Tavares, para a vaga de conselheiro no TCE (Tribunal de Contas do Estado).

Assinado pelo advogado José da Silva Feitosa, o recurso foi protocolado nessa quarta-feira (8), e distribuído para o gabinete do desembargador Joaquim Figueiredo. Caberá ao magistrado analisar o pedido de liminar, com a urgência que o caso requer, e levá-lo ao plenário para decisão do mérito.

A defesa de Márcio Rabelo pede que seja realizada novo exame público para todos os candidatos inscritos no certame. A fundamentação dos pedidos consta nos artigos 41 e 52, parágrafo primeiro, da Constituição do Estado do Maranhão, além de estabelecida no artigo 37, inciso primeiro da Carta Magna brasileira.

Segundo a defesa de Rabelo, o uso do Decreto Legislativo 151/1990 como imposição para aprovação da inscrição para a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas “fere frontalmente o artigo 265 do Regimento Interno da ALEMA e o artigo 100 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão”.

Espécie de cláusula de barreira, o dispositivo não está previsto na Constituição e determina que, para ter a inscrição deferida pelo Poder Legislativo estadual, o candidato obrigatoriamente precisa apresentar a assinatura de pelo menos um terço dos 42 deputados da Casa em confirmação de apoio à sua inscrição à vaga.

Marcelo Tavares teve a assinatura de todos os deputados.

“Caso, fosse possível que decretos modificassem leis e a própria Constituição Estadual, haveria um caos legislativo, em que a segurança jurídica ficaria comprometida, de modo que as leis e atos normativos acabavam por ferir o princípio da supremacia da lei, o que acabava por favorecer os poderosos, como ocorre no caso em espécie, já que cabe à própria Casa Legislativa sabatinar e escolher após a arguição pública, de modo que não pode ela impossibilitar a arguição pública do candidato/impetrante uma vez que o mesmo preenche os requisitos previstos na Constituição Estadual, na condição de cidadão em pleno exercício dos seus direitos constitucionalmente assegurados; sendo tal ato baseado meramente em um decreto comprovadamente contra legem”, diz a peça.

Pelo ato apontado como abusivo, devem ser notificados para prestar esclarecimentos o presidente da Assembleia Legislativa maranhense, deputado Othelino Neto (PCdoB) e os representantes da comissão especial composta pelos deputados Ricardo Rios (PDT), Marco Aurélio (PCdoB), Rafael Leitoa (PDT), Socorro Waquim

(MDB) e Ariston Ribeiro (Avante).

Caso a demanda seja atendida, a Alema deverá realizar nova sabatina, com a presença de Rabelo e da superintendente da CGU (Controladoria Regional da União) no Maranhão, Leylane Maria da Silva, que também teve a inscrição para o preenchido do cargo na cúpula da corte de Contas maranhense indeferida com base no mesmo decreto apontado como inconstitucional e ilegal.

Conforme mostrou o ATUAL7, a norma foi utilizada pelos deputados da comissão especial responsável por analisar as inscrições para o cargo, vago com a aposentadoria do então conselheiro Nonato Lago, para aprovar apenas a inscrição de Tavares.

Também não houve a sabatina esperada, mas apenas um diálogo político, com apenas duas perguntas direcionadas a teste de conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública de Marcelo Tavares.

Além disso, um recurso no âmbito administrativo, ofertado por Márcio Rabelo antes da audiência pública para sabatina de Tavares, sequer foi analisado pelos deputados estaduais.

Marcelo Tavares já foi nomeado, em movimentação relâmpago, como conselheiro do TCE-MA. Ao ATUAL7, ele negou que tenha sido beneficiado pelos ex-colegas do Poder Legislativo e que tenha havido manobra para favorecê-lo no processo.

Tribunal de Justiça apoia evento religioso de matriz africana no aniversário de São Luís

Procissão dos Orixás é realizada há mais de seis décadas

A Procissão dos Orixás - que envolve seguidores de religiões de matriz africana e realizada na data do aniversário de São Luís - contou com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão que, seguindo sua política socioambiental e de preservação da natureza, disponibilizou mil balões biodegradáveis para o evento.

A Procissão dos Orixás é realizada em São Luís há mais de seis décadas e foi apoiada também pela Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, que tem como presidente Kátia Bogéa.

Ela ressaltou a tradição, a grandiosidade e a temática escolhida para as celebrações.

O evento foi uma promoção da Federação de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros do Maranhão (FUCABMA) e envolveu Pais e Mães de Santo e seus seguidores, entoando cânticos e carregando os balões brancos biodegradáveis doados pelo TJMA, em sinônimo de paz.

O cortejo religioso e cultural começou na Praça Pedro II, em frente ao prédio do TJMA e percorreu várias ruas do Centro Histórico de São Luís, pregando o respeito às religiões e destacando a luta contra o racismo e a intolerância religiosa.

TJMA apoia evento religioso de matriz africana

09/09/2021 09:54:51

A Procissão dos Orixás - que envolve seguidores de religiões de matriz africana e realizada na data do aniversário de São Luís - contou com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão que, seguindo sua política socioambiental e de preservação da natureza, disponibilizou mil balões biodegradáveis para o evento.

A Procissão dos Orixás acontece em São Luís há mais de seis décadas e foi apoiada também pela Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, que tem como presidente Kátia Bogéa. Ela ressaltou a tradição, a grandiosidade e a temática escolhida para as celebrações.

O evento foi uma promoção da Federação de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros do Maranhão (FUCABMA) e envolveu Pais e Mães de Santo e seus seguidores, entoando cânticos e carregando os balões brancos biodegradáveis doados pelo TJMA, em sinônimo de paz.

O cortejo religioso e cultural começou na Praça Pedro II, em frente ao prédio do TJMA e percorreu várias ruas do Centro Histórico de São Luís, pregando o respeito às religiões e destacando a luta contra o racismo e a intolerância religiosa.

TJMA inaugura Centro de Mediação de Saúde nesta sexta-feira...

09/09/2021 22:08:41

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, inaugura, oficialmente, nesta sexta-feira (10), às 10h, o Centro de Mediação das Demandas da Saúde Pública, no piso térreo do Fórum de São Luís (Calhau).

O evento contará com a presença do vice-presidente do TJMA, desembargador Jaime Ferreira Araújo; do corregedor-geral de Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira; do presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), desembargador José Luiz Almeida; do presidente do Conselho Estadual de Saúde, desembargador Jamil Gedeon Neto; do coordenador do Nupemec/TJMA, juiz Alexandre Abreu.

Também irão prestigiar a inauguração o coordenador do Centro de Mediação das Demandas de Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís, juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso; a diretora do Fórum de São Luís, juíza Andréa Perlmutter Lago; a supervisora do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário do Maranhão (Natjus/MA), juíza Laysa Paz Mendes; além de autoridades convidadas.

CENTRO DE SAÚDE

O Centro de Mediação das Demandas da Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís foi criado pela Resolução nº 97/2020, assinada pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo, no dia 17 de dezembro de 2020.

O órgão visa solucionar de forma consensual as questões sobre saúde não atendidas pelo segmento público correspondente, com foco na informação, mediação, instrução e fortalecimento de usuários e usuárias.

A equipe do Centro é formada pela secretária judicial, Bruna da Silva Diniz, pela mediadora e conciliadora Aline Cruz Dutra e pela servidora administrativa Juliana Gedeon.

Desde o início de suas atividades, o Cejuscs já solucionou diversas demandas relacionadas a internações, medicações, insumos, cirurgias, exames e consultas. De acordo com dados fornecidos pelo Centro de Saúde, 73,33% das sessões resultaram em acordo entre as partes envolvidas.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações, entrar em contato telefone (98) 3194-6745 ou pelo e-mail cejuscsaude@tjma.jus.br.

Sem universalização do saneamento, Maranhão pode deixar de criar 53 mil empregos

Menos de 100 mil maranhenses passaram a ter acesso ao serviço de abastecimento em 15 anos.

SÃO LUÍS - O Maranhão possui 7,1 milhões de habitantes espalhados em 217 municípios. Segundo informações do SNIS em 2019, apenas 48,4% da população é atendida com abastecimento de água, enquanto somente 11,5% possuem coleta de esgoto em suas residências.

O Estado avança lentamente nesse sentido, nos últimos 15 anos (2005 a 2019), dos atuais 7 milhões de habitantes, menos de 100 mil pessoas passaram a ter acesso ao serviço de abastecimento de água tratada e 246 mil passaram a ter o serviço de coleta de esgoto.

Quando analisamos a situação do saneamento básico nos 16 maiores municípios do Estado, o estudo mostra que, em 2019, de uma população de 7,1 milhões, vimos que 3,6 milhões de pessoas ainda moravam em residências sem acesso à água tratada, desse número 184,6 mil residem em São Luís. No caso do acesso à coleta de esgoto o número foi ainda maior 6,6 milhões de habitantes moravam em residências sem coleta de esgoto. Na capital 50,4% da população não tem acesso aos serviços de coleta de esgoto, ou seja, 554,8 mil habitantes.

Os recursos hídricos da região recebem uma carga de 160,6 milhões de m³ por ano de água poluída, o que equivale a cerca de 85 mil piscinas olímpicas de poluição por ano ou 233 piscinas olímpicas de poluição por dia. Os números explicitam que o Maranhão tem um longo trabalho no sentido da universalização desses serviços.

Principais ganhos futuros com Universalização do Saneamento Básico

Primeiramente, é importante notar que, nos últimos 15 anos, entre 2005 e 2019, mesmo com baixo avanços dos serviços de água e esgotos, o Estado acumulou ganhos equivalentes a R\$ 2,1 bilhões em benefícios gerados pelo investimento em saneamento.

Para o futuro, o estudo leva em consideração dois períodos de análise: de 2021 a 2040, que é o tempo definido pelo novo marco regulatório do saneamento, e o de 2021 a 2055, que é a extensão temporal usualmente empregada em contratos de concessão ou subconcessão. Traz também os ganhos do legado da universalização no futuro.

Para se chegar à universalização, o estudo aponta a necessidade de investimentos de R\$ 6,3 bilhões; recursos capazes de incorporar quase 4 milhões de pessoas no sistema de distribuição de água tratada e cerca de 6 milhões de pessoas no sistema de coleta de esgoto. Com a universalização do saneamento até 2040, o Maranhão teria ganhos líquidos, ou seja, já descontados os investimentos necessários, de R\$ 11,3 bilhões em benefícios e, até 2055, um ganho de R\$ 13,4 bilhões.

Ex-auxiliar judiciário e ex-candidato é denunciado por falsificação de alvará

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ofereceu Denúncia contra o ex-auxiliar judiciário Joubertth Márcio da Silva Chaves, do Fórum da Comarca de Cururupu, por falsificação de alvará judicial, em dezembro de 2016. A Denúncia foi assinada pelo promotor de justiça Igor Adriano Trinta Marques.

Após decisão judicial proferida em 4 de agosto de 2016, foi expedido alvará judicial em favor da parte autora para levantamento da indenização determinada. Antes da sondagem, o beneficiado faleceu, impedindo o Banco do Brasil de acatar a ordem de pagamento. Para tal, foi necessário que os herdeiros fossem habilitados na ação judicial.

Em 14 de dezembro daquele ano, Joubertth Chaves modificou o documento, falsificando assinatura do secretário judicial para selar o alvará e atestar autenticidade da assinatura do juiz. O ex-auxiliar judiciário reexpediu a ordem de levantamento com dados do herdeiro da autora da ação, apesar da inexistência de decisão autorizando nova expedição de alvará.

Além disso, segundo o secretário judicial à época, Marcus Vinícius Lima Cruz, o Banco do Brasil foi oficiado para apresentação do alvará e o valor foi indevidamente sacado. O secretário constatou que as assinaturas nos campos destinados a ele não eram dele.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Em outubro de 2017, a Comissão Processante do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) instaurou processo administrativo, indiciando Joubertth Chaves por violação aos artigos 201, 209 e 228 da Lei 6.107/1994, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do estado.

Chaves também foi indiciado por ter desrespeitado o Código de Normas da Corregedoria de Justiça e o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, que prevê direitos e deveres dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Joubertth Chaves reconheceu a autoria do delito descrito no artigo 297, do Código Penal (falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro).

Os indiciamentos originaram a exoneração do auxiliar judiciário, determinada pelo corregedor-geral de Justiça, Paulo Sérgio Velten, em 21 de outubro de 2020.

Caso a Denúncia seja aceita, Joubertth Chaves pode ser condenado à reclusão de dois a seis anos e pagamento de multa.

Emserh contratou empresa alvo do Gaeco por corrupção

A Empresa Maranhense de Serviço Hospitalares (Emserh) firmou contratos milionários com Lavebrás, que é investigada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A reportagem apurou que entre 2015 e 2021 a empresa pública de Saúde do Maranhão celebrou mais de 15 acordos contratuais com a lavanderia, que funciona na Avenida 14 do Maiobão, em Paço do Lumiar, região metropolitana de São Luís.

Segundo as informações do Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas - Sacop do Tribunal de Contas do Estado (TCE), mais de R\$ 30 milhões em contratos foram destinados para a Lavebrás.

Em junho desse ano, a Lavebrás, que atualmente atende pelo nome Elis, foi alvo da operação Dinheiro Sujo, deflagrada pelo Gaeco.

Os promotores apuravam fraudes na contratação de lavanderias, em 2014, durante a gestão de Agnelo Queiroz (PT). A execução do contrato chegou até a gestão de Rodrigo Rollemberg (PSB), que não foi alvo da investigação.

O Gaeco cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços ligados à lavanderia, que funciona na Avenida 14, no Maiobão, em Paço do Lumiar, Região Metropolitana de São Luís.

O dono da Lavebrás, Ricardo Castellar, teve os bens bloqueados por determinação da Justiça. Ele estaria envolvido no esquema fraudulento.

Tribunal de Justiça do Maranhão inaugura Centro de Mediação de Saúde

10/09/2021 22:26:36

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, inaugurou, oficialmente, nesta sexta-feira (10), às 10h, o Centro de Mediação das Demandas da Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís, no piso térreo do Fórum do Calhau.

O órgão visa solucionar de forma consensual as questões relativas à saúde não atendidas pelo segmento público correspondente, com foco na informação, mediação, instrução e fortalecimento de usuários e usuárias.

Durante a solenidade, o presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo, ressaltou a importância da iniciativa para a garantia do direito à vida. Ele disse que a instalação do Centro de Mediação de Saúde representa o compromisso do Poder Judiciário de servir a população.

"Trabalhamos diuturnamente no cumprimento da missão de garantir o direito à vida e à saúde a todos os cidadãos e cidadãs que buscam a Justiça. E estamos muito bem equipados para isso", pontuou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, destacou que a inauguração evidencia a concretização dos objetivos da Reforma do Poder Judiciário, desde a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, contribuindo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

"A criação de um centro de mediação de saúde representa um grande avanço na pauta civilizatória. O diálogo institucional, o diálogo com jurisdicionados e o diálogo com os diversos setores da administração pública é fundamental para que possamos avançar com a proposta de aprimoramento da Justiça. Por esse motivo, abraçamos com muito entusiasmo esse projeto do Poder Judiciário", frisou.

O coordenador do Centro de Mediação das Demandas de Saúde Pública de São Luís, juiz Carlos Henrique Veloso, destacou os resultados positivos alcançados desde a criação do órgão, com vistas à pacificação social.

"O Centro já funciona desde janeiro de 2021, apresentando ótimos resultados, com inúmeras audiências realizadas com acordo, cujo percentual chega a 72,22% nas sessões processuais e 75% nas pré-processuais. São números extremamente positivos, que têm superado as nossas expectativas. Afinal, a melhor solução para os conflitos é o acordo, pois não há vencedores nem vencidos", afirmou.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância do órgão inaugurado para o tratamento adequado das demandas de saúde pública da população.

"A política pública desenvolvida pelo Poder Judiciário para o tratamento das demandas de saúde é exemplar. Se inicia com o desenvolvimento de pesquisas, estudos, criação de varas especializadas e diálogo com o Poder

Público. O Centro de Mediação de Saúde compõe essa política a partir do momento em que ele passa a integrar esse diálogo proveitoso, sem a necessidade de uma judicialização, para que o cidadão receba o tratamento adequado do Poder Público".

PARCERIA

O defensor público Cosmo Sobral parabenizou o Poder Judiciário pela iniciativa e ressaltou a relevância da parceria entre as instituições. "Temos que reconhecer a atitude de vanguarda do Tribunal de Justiça do Maranhão. Esta unidade já vem funcionando muito bem. Nós, da Defensoria, atuamos em parceria com a Justiça nesse projeto. Um percentual bastante significativo de casos encaminhados pela Defensoria ao Centro de Saúde resulta em acordos entre as partes. O órgão agora inaugurado é extremamente importante, pois as demandas de saúde trabalham contra o tempo, são urgentes. Parabenizamos o Judiciário por esta relevante iniciativa", disse o defensor público, do Núcleo de Saúde da Defensoria.

O evento contou com a presença do presidente do Conselho Estadual de Saúde, desembargador Jamil Gedeon Neto; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros; da diretora do Fórum de São Luís, Andréa Perlmutter Lago; da supervisora do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário do Maranhão (Natjus/MA), juíza Laysa Paz Mendes; do procurador-geral da Saúde do Estado, Carlos Henrique Falcão de Lima; secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, Waldy da Rocha Ferreira Neto; chefe da Assessoria Jurídica Contenciosa, Pedro Felipe Fonseca Teixeira; além de diversas autoridades da Justiça, de órgãos parceiros, servidores e servidoras do Judiciário.

CENTRO DE SAÚDE

O Centro de Mediação das Demandas da Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís foi criado pela Resolução nº 97/2020, assinada pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo, no dia 17 de dezembro de 2020. O órgão é vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida.

A equipe do Centro é formada pela secretária judicial, Bruna da Silva Diniz, pela mediadora e conciliadora Aline Cruz Dutra e pela servidora administrativa Juliana Gedeon.

Desde o início de suas atividades, em janeiro de 2021, o Centro de Demandas de Saúde já solucionou diversas demandas da população relacionadas a internações, medicações, insumos, cirurgias, exames e consultas. De acordo com dados fornecidos pelo órgão, 73,33% das sessões em geral resultaram em acordo entre as partes envolvidas.

Desse universo, 72,22% é o índice referente a demandas processuais e 75% a pré-processuais. Já as demandas pré-processuais encaminhadas ao Centro pela Defensoria Pública superaram o percentual de 88% de conciliação.

MAIS INFORMAÇÕES

Para agendamento de sessão de mediação e mais informações, entrar em contato telefone (98) 3194-6745 ou pelo e-mail cejuscsaude@tjma.jus.br .

Rede do bem promove atividades em escola da Vila Embratel

Em alusão ao Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio (10 de setembro) e como parte da programação do Setembro Amarelo, a Rede do Bem promoveu, na manhã desta sexta-feira, 10, uma série de atividades na escola comunitária Fonte do Saber, localizada na Vila Embratel. A escola, inaugurada em 2021, possui 112 alunos, na faixa etária de 4 a 11 anos.

Coordenada pelo Ministério Público do Maranhão, a Rede do Bem é formada por instituições e órgãos integrantes do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Fepas-MA).

No local, foram promovidas palestras sobre nutrição saudável, higiene bucal e corporal, espiritualidade e comportamento, além de leitura, oficina de reciclagem de brinquedos, contação de histórias e outras atividades lúdicas, incluindo brincadeiras e atividade física. Houve, ainda, distribuição de brindes e lanches. Na mesma manhã, o Tribunal de Justiça do Maranhão doou 13 computadores à escola.

Proferida pela terapeuta ocupacional Camila Arraes, do Instituto Ruy Palhano, a palestra "O papel da família e da escola na educação das crianças", direcionada aos pais, encerrou a programação.

PREVENÇÃO

"Em parceria com várias instituições e entidades públicas e privadas estamos promovendo atividades de prevenção à automutilação e ao suicídio direcionadas ao público infantojuvenil, porque infelizmente ocorrem episódios dessa natureza nessa faixa etária", comentou a promotora de justiça Cristiane Maia Lago, coordenadora da Rede do Bem e do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público do Maranhão (CAOp-DH).

Cristiane Maia acrescentou que o trabalho objetiva, ainda, debater a prevenção junto aos pais. A ideia é alertar sobre os males provocados às crianças e adolescentes pelo uso excessivo de aparelhos eletrônicos. "Os estudiosos apontam que o abuso da tecnologia tem ocasionado adoecimento mental e problemas oftalmológicos em crianças e adolescentes, atrapalhando o bem-estar e o desenvolvimento social e emocional deles. É preciso estimular a brincadeira ao ar livre, a leitura e as atividades lúdicas", afirmou.

Também participaram da programação o Serviço Social do Comércio (Sesc), Estância Bela Vista, Tribunal de Justiça, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Estado da Educação, Agência Humanitária da Igreja Adventista, Pastoral da Família, Fribal, Hospital São Domingos, entre outros.

Para a coordenadora pedagógica da Fonte do Saber, Irla Maria Silva, a atividade realizada é de muita relevância para o aprendizado dos alunos. "Contribui em todas as dimensões, porque destaca a importância da família e do bem-estar, de manter a saúde mental. Essa aprendizagem será levada para a vida inteira", enfatizou.

A aluna Giovana Sofia, 11, do 5º ano, ressaltou que a programação abordou muitos assuntos novos. "Eu nunca tinha ouvido palestra sobre prevenção à automutilação e ao suicídio na minha vida escolar", disse.

SÃO LUÍS - Rede do bem promove atividades em escola da Vila Embratel

Publicado em setembro 11, 2021 por Walkir Marinho

Em alusão ao Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio (10 de setembro) e como parte da programação do Setembro Amarelo, a Rede do Bem promoveu, na manhã desta sexta-feira, 10, uma série de atividades na escola comunitária Fonte do Saber, localizada na Vila Embratel. A escola, inaugurada em 2021, possui 112 alunos, na faixa etária de 4 a 11 anos.

Coordenada pelo Ministério Público do Maranhão, a Rede do Bem é formada por instituições e órgãos integrantes do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Fepas-MA).

No local, foram promovidas palestras sobre nutrição saudável, higiene bucal e corporal, espiritualidade e comportamento, além de leitura, oficina de reciclagem de brinquedos, contação de histórias e outras atividades lúdicas, incluindo brincadeiras e atividade física. Houve, ainda, distribuição de brindes e lanches. Na mesma manhã, o Tribunal de Justiça do Maranhão doou 13 computadores à escola.

Proferida pela terapeuta ocupacional Camila Arraes, do Instituto Ruy Palhano, a palestra “O papel da família e da escola na educação das crianças”, direcionada aos pais, encerrou a programação.

PREVENÇÃO

“Em parceria com várias instituições e entidades públicas e privadas estamos promovendo atividades de prevenção à automutilação e ao suicídio direcionadas ao público infantojuvenil, porque infelizmente ocorrem episódios dessa natureza nessa faixa etária”, comentou a promotora de justiça Cristiane Maia Lago, coordenadora da Rede do Bem e do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público do Maranhão (CAOp-DH).

Cristiane Maia acrescentou que o trabalho objetiva, ainda, debater a prevenção junto aos pais. A ideia é alertar sobre os males provocados às crianças e adolescentes pelo uso excessivo de aparelhos eletrônicos. “Os estudiosos apontam que o abuso da tecnologia tem ocasionado adoecimento mental e problemas oftalmológicos em crianças e adolescentes, atrapalhando o bem-estar e o desenvolvimento social e emocional deles. É preciso estimular a brincadeira ao ar livre, a leitura e as atividades lúdicas”, afirmou.

Também participaram da programação o Serviço Social do Comércio (Sesc), Estância Bela Vista, Tribunal de Justiça, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Estado da Educação, Agência Humanitária da Igreja Adventista, Pastoral da Família, Fribal, Hospital São Domingos, entre outros.

Para a coordenadora pedagógica da Fonte do Saber, Irla Maria Silva, a atividade realizada é de muita relevância para o aprendizado dos alunos. “Contribui em todas as dimensões, porque destaca a importância da família e do bem-estar, de manter a saúde mental. Essa aprendizagem será levada para a vida inteira”, enfatizou.

A aluna Giovana Sofia, 11, do 5º ano, ressaltou que a programação abordou muitos assuntos novos. “Eu nunca tinha ouvido palestra sobre prevenção à automutilação e ao suicídio na minha vida escolar”, disse. (CCOM-MPMA)

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão cria núcleo de combate à desinformação

“Para combater as notícias falsas precisamos quebrar alguns mitos. O primeiro, que problemas complexos não são regulamentáveis; o segundo, que a regulamentação se tornará censura e; por último, que a nossa liberdade de expressão é plena”.

Por Minuto Barra

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão cria núcleo de combate à desinformação

O Núcleo de Combate à Desinformação do Poder Judiciário do Maranhão (NUCODE) – instituído pela Resolução GP nº 552021, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo – reuniu-se, nesta sexta-feira (10), para elaborar estratégias iniciais para o enfrentamento à divulgação de notícias falsas sobre a Justiça maranhense e o combate à desinformação no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Durante a reunião por videoconferência, o coordenador geral do NUCODE, juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, apresentou um projeto institucional de combate à desinformação, com a finalidade de reduzir e combater notícias falsas e intensificar a relação do TJMA com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que trabalham com a mesma temática.

O magistrado falou do cenário de instabilidade social e explicou sobre a importância de se desconstruir mitos para garantir a eficácia na redução das fake news. “Para combater as notícias falsas precisamos entender que precisamos quebrar alguns mitos. O primeiro, que problemas complexos não são regulamentáveis; o segundo, que a regulamentação se tornará censura e; por último, que a nossa liberdade de expressão é plena”, explica Paulo Roberto Menezes.

ESTRATÉGIAS

Para o combate à desinformação e às fake news, o NUCODE elaborou quatro principais estratégias, que estão relacionadas à publicidade de informações nas mídias sociais; desenvolvimento de metodologias adequadas para a divulgação de informações; parcerias institucionais e governança administrativa moderna baseada em compliance.

As estratégias são: desenvolver um plano de ação para utilização das redes sociais do Poder Judiciário com fulcro na orientação, informação e gerenciamento das dificuldades relacionadas ao tema; elaborar uma metodologia adequada para divulgação da defesa da informação perante magistrados, magistradas, servidores, servidoras e usuários de plataformas de comunicação; firmar parcerias com órgãos públicos e privados responsáveis por divulgar fatos e notícias, bem como empresas que exercem trabalhos de checagem da informação (fact-checking) e estruturar o TJMA com governança administrativa moderna e instituir um compliance informacional para reduzir a exposição negativa institucional e funcional de magistrados, magistradas, servidores e servidoras.

SOBRE O NUCODE

De forma pioneira entre os tribunais de justiça do Brasil, o NUCODE foi instituído em 26 de julho de 2021, por meio da Resolução nº 552021.

Conforme disciplina a Resolução GP nº 552021, o objetivo do NUCODE é identificar e enfrentar a divulgação e propagação de fatos e/ou notícias falsas que afetem a imagem e a credibilidade do Poder Judiciário do Maranhão, primar pela divulgação de ações positivas da Justiça maranhense em defesa da sociedade e dos cidadãos, em face aos seus direitos, bem como informar aos jovens, estudantes e à população em geral sobre a atuação da Justiça.

O Núcleo é pautado pelos princípios da dignidade da pessoa; cidadania; proporcionalidade e razoabilidade; liberdade de expressão; liberdade de informação; liberdade de consciência; liberdade de convicção filosófica ou política; transparência e finalidade; intimidade e vida privada; qualidade de vida no ambiente de trabalho e proteção de dados pessoais.

O Ato da Presidência nº. 402021 de 1º de setembro de 2021, designou os membros do NUCODE, são eles: o Coordenador Geral dos Trabalhos; juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes e seu suplente, o juiz Anderson Sobral de Azevedo; o assessor-chefe de Comunicação do TJMA, Antônio Carlos de Oliveira e sua suplente, a assessora de comunicação Danielle Limeira; a assessora-chefe de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça, Isabella Carolina Silva e Silva e sua suplente, a analista Judiciária de Comunicação, Maria Helena Barbosa; a subdiretora da secretaria do TJMA, Mariana Clementino Brandão e o diretor de Informática, Paulo Rocha Neto.

Informações de Poder Judiciário do Maranhão

Combate à desinformação

11/09/2021

O Núcleo de Combate à Desinformação do Poder Judiciário - instituído por resolução assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo - reuniu-se na sexta-feira (10) para elaborar estratégias iniciais para o enfrentamento à divulgação de notícias falsas sobre a Justiça maranhense e o combate à desinformação no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Durante a reunião, o coordenador geral do Nucode, juiz Paulo Roberto de Menezes, apresentou um projeto institucional de combate à desinformação, com a finalidade de reduzir e combater notícias falsas e intensificar a relação do TJMA com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que trabalham com a mesma temática.

O magistrado falou do cenário de instabilidade social e explicou sobre a importância de se desconstruir mitos para garantir a eficácia na redução das fake news.

- Para combater as notícias falsas precisamos entender que precisamos quebrar alguns mitos. O primeiro, que problemas complexos não são regulamentáveis; o segundo, que a regulamentação se tornará censura e; por último, que a nossa liberdade de expressão é plena -, explica.

O Nucode elaborou quatro principais estratégias, que estão relacionadas à publicidade de informações nas mídias; desenvolvimento de metodologias de divulgação de informações; parcerias institucionais e governança administrativa moderna baseada em compliance.

Axiomas de araque

JOSÉ LUIZ ALMEIDA *

11/09/2021

Nós passamos a vida construindo frases que, com o tempo, funcionam como verdadeiros axiomas, para, a partir delas, inculcar nos outros, e em nós mesmos, falsas convicções, dizendo, naturalmente, coisas nas quais não acreditamos/aceitamos, do tipo “façam mal, mas façam de mim”.

A verdade é que, nas nossas relações, persistimos acreditando em frases feitas - “os últimos serão os primeiros” -, que costumam ser proferidas com aparente convicção, mas que não passam de sopro, como ocorre, por exemplo, quando praticamos um desatino, fazemos um malfeito, mas, para dissimular, dizemos estar com a “consciência tranquila”, mesmo que ela esteja em turbulência.

Apesar do oportunismo escrachado das frases feitas, ditas ao sabor das circunstâncias, nós as proferimos com insistência, como uma espécie de falácia argumentativa, conquanto não traduzam a realidade, nem tampouco o que sentimos.

Feitas as digressões necessárias, digo, agora, que me decidi por essas reflexões depois de ter ouvido, incontáveis vezes, de pessoas de bem, diante das vantagens auferidas pelos espertalhões, que “o importante é colocar a cabeça no travesseiro e dormir”, na doce ilusão de que os que praticam desatinos passem noites insones.

A verdade é que se engana quem acredita que os protagonistas de condutas desviantes - os que recebem propinas ou que mercadejam decisões judiciais, por exemplo - percam o sono em razão dessas ações, pois que, é de rigor admitir, eles não têm consciência moral e, por falta desta, colocam a cabeça no travesseiro e dormem.

O que precisa ser dito é que quem perde o sono, quem coloca o rosto no travesseiro e não dorme mesmo, são os que, sendo honestos e sem oportunidades, deitam-se com a mente em pandemônio ante a certeza de que sobreviver nas próximas vinte e quatro horas será mais um grande desafio, inclusas as dificuldades para alimentar a família.

Importa dizer, ademais, que quem coloca a cabeça no travesseiro e não dorme mesmo é quem não tem emprego e não tem perspectiva de futuro, ao tempo em que assiste, impotente, o enriquecimento ilícito de alguns oportunistas, para os quais o que importa mesmo é seu bem-estar e para os quais solidariedade, retidão e empatia são apenas palavras a serem verbalizadas ao sabor das circunstâncias.

Nessa linha de pensar, digo, agora, como verdade incontestável, que é uma insensatez imaginar corruptos perdendo o sono em face dos seus desatinos e que pensar de modo diverso é o mesmo que assumir estar vivendo num mundo de ilusão, bastando, para essa constatação, olhar em volta e ver o mundo de ostentação em que vivem os transgressores, para os quais o centro do universo é o seu próprio umbigo.

A verdade é que quem vive de deslizes morais não perde uma noite de sono, sobretudo porque tem certeza da impunidade, fruto da leniência das instâncias persecutórias, cujas ações são destinadas a uma parcela

específica da sociedade, exatamente aquela marginalizada para a qual são negadas as vias de acesso ao consumo do mínimo para sobreviver com dignidade.

O certo é que, apesar dos desvios morais, os malfeitores colocam a cabeça no travesseiro, deitam e dormem como se vivessem uma vida de retidão, usufruindo, sem pudor, do produto de suas ações impudicas, cientes de que nunca serão alcançados pelas instâncias de controle e que, se algum dia o forem por descuido, serão beneficiários de uma interpretação benfazeja da lei.

É isso.

* Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão

E-mail: jose.luiz.almeida@globo.com

blog: joseluz.almeida

Maranhão é pioneiro em projeto de regulação de vagas prisionais

Representantes do Poder Judiciário do Maranhão, Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública do Estado, Secretaria de Administração Penitenciária e Conselho Penitenciário se reuniram, nesta quinta-feira (9), com o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (DMF/CNJ), Luís Lanfredi, e equipe técnica do programa Fazendo Justiça, para a apresentação da proposta da Central de Regulação de Vagas Prisionais. O Maranhão foi o primeiro dos três estados escolhidos para apresentação do projeto-piloto, em razão da qualidade demonstrada no setor, segundo o representante do CNJ.

“O fato de o Maranhão estar aqui na evidência, Marcelo - não tenha dúvida nenhuma - é pelo protagonismo, é pelo arrojo, é pela sofisticação, pela qualidade do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, por todos esses aspectos que trazem essa química transformadora e que coloca, realmente, o Maranhão, no andar de cima da política prisional penitenciária brasileira”, destacou o juiz Luís Lanfredi, ao dirigir-se ao juiz Marcelo Silva Moreira, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O objetivo do encontro realizado por videoconferência foi debater acerca dos parâmetros para a implantação do projeto, idealizado a partir da iniciativa conjunta desenvolvida pelo CNJ e pelo TJMA, para controle da superpopulação carcerária.

A reunião contou com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; do juiz Marcelo Silva Moreira, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário, representando também o coordenador-geral da UMF, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira; do promotor Pedro Lino Curvelo (presidente do Conselho Penitenciário); do promotor criminal Marco Aurélio Ramos Fonseca; e do defensor público Paulo Rodrigues, além de outros representantes do CNJ, da UMF e órgãos parceiros.

Depois de ser saudado pelo corregedor-geral da Justiça e pelo juiz coordenador da UMF, o coordenador do DMF/CNJ frisou que o projeto é uma realização que interessa a toda a região latino-americana, revelando conexão com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que teve conhecimento do encontro.

Luís Lanfredi ressaltou a evolução no sistema judicial e no sistema prisional do Maranhão, que caminha no sentido de ser um modelo para todo o país, e disse que a proposta da Central de Regulação de Vagas Prisionais vai equilibrar a entrada e a saída no sistema prisional.

“Com a Central de Vagas, nós estamos dando protagonismo e importância a um tema que nós sabemos falar em conceito, que é, justamente, o tratamento das penas alternativas, que é, justamente, a preocupação com monitoração eletrônica responsável e, claro, isso tudo funcionando a partir de centrais integradas de alternativas penais ou monitoração eletrônica que, realmente, sejam eficientes”, explicou o coordenador do DMF/CNJ.

O juiz auxiliar da Presidência do CNJ disse que foram definidos três estados para implantação do projeto-piloto,

iniciando-se pelo Maranhão e, em seguida, Pará e Paraná.

“Vocês serão os professores desta metodologia, desta realização para todo o país”, resumiu Luís Lanfredi.

PROJETO-PILOTO

Em seguida, com explicações acrescentadas pelo coordenador do DMF/CNJ, o coordenador adjunto do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça, do CNJ, Rafael Barreto Souza, falou do projeto Fazendo Justiça e da proposta inicial da Central de Regulação de Vagas Prisionais, que deve ser norteada em parceria com as instituições do estado.

Rafael Barreto explicou os quatro eixos estruturantes do Fazendo Justiça – Proporcionalidade Penal, Cidadania, Sistemas e Identificação e Socioeducativo – falou das soluções tentadas e destacou a regulação de vagas prisionais, que visa o controle da superlotação. Desafio do projeto, atribuição do Judiciário e ferramentas da Central de Regulação também foram temas abordados.

Barreto também tratou de informações que o manual traz sobre por que e como implementar uma Central de Vagas Prisionais, o que é e quem é responsável pela Central, dentre outros assuntos. Por fim, foi apresentado o modelo do projeto-piloto inicial com suas etapas.

PIONEIRO

O desembargador Paulo Velten parabenizou todos, destacou Rafael Barreto, pela exposição clara, e o juiz Luís Lanfredi pelo projeto.

“A gente fica muito confortável de ver pessoas com a sua sensibilidade, com seu compromisso público, com a humanização das penas”, elogiou o corregedor-geral da Justiça. “Fico muito feliz, também aqui, de o Maranhão ser pioneiro nesse projeto, o que, para mim, é o coroamento, uma homenagem a esse esforço que todos nós temos feito aqui no Maranhão”, acrescentou Paulo Velten.

O juiz Marcelo Silva Moreira também comemorou o pioneirismo do Maranhão no projeto e lembrou que, em termos proporcionais, é um dos estados que tem o maior número de presos envolvidos em atividades de trabalho. “Nós aqui, realmente, temos trabalhado, diuturnamente, para melhorar o nosso sistema prisional”.

Depois de relatar situações estarrecedoras que viu em prisões por todo o país, o defensor público Paulo Rodrigues resumiu: “Hoje vou dormir tranquilamente - ou não - já empolgado em poder conviver e participar desse projeto maravilhoso”.

“É claro que essa discussão da Central de Vagas é muito pertinente, na medida em que traz a lume uma necessidade para o sistema prisional de todo o Brasil”, acrescentou o presidente do Conselho Penitenciário, Pedro Lino Curvelo, que convive com a situação há quase nove anos, e destacou a evolução ocorrida no sistema. “Felizmente, hoje eu já digo. Eu entro em qualquer unidade prisional do Maranhão, até sozinho, e não tenho temor de ser agredido, de acontecer alguma coisa dentro de uma unidade prisional”.

O secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira, disse que, ao longo da formação do grupo de trabalho, deve ser visto o que de melhor será implantado no Estado do Maranhão.

O juiz Luís Lanfredi disse que saiu muito mais satisfeito da reunião do que entrou, agradeceu a todos, elogiou o trabalho do juiz Marcelo Moreira e do desembargador Marcelo Carvalho Silva à frente da UMF, assim como a liderança do desembargador Paulo Velten, que destacou trazer segurança para a magistratura.

“Não tenho dúvida nenhuma de que aqui, hoje, a gente plantou sementes muito importantes que vão florescer rapidamente”, finalizou Lanfredi.

Maranhão é pioneiro em projeto de regulação de vagas prisionais 11 de setembro de 2021 omaranhense

Representantes do Poder Judiciário do Maranhão, Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública do Estado, Secretaria de Administração Penitenciária e Conselho Penitenciário se reuniram, nesta quinta-feira (9), com o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (DMF/CNJ), Luís Lanfredi, e equipe técnica do programa Fazendo Justiça, para a apresentação da proposta da Central de Regulação de Vagas Prisionais. O Maranhão foi o primeiro dos três estados escolhidos para apresentação do projeto-piloto, em razão da qualidade demonstrada no setor, segundo o representante do CNJ.

“O fato de o Maranhão estar aqui na evidência, Marcelo - não tenha dúvida nenhuma - é pelo protagonismo, é pelo arrojo, é pela sofisticação, pela qualidade do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, por todos esses aspectos que trazem essa química transformadora e que coloca, realmente, o Maranhão, no andar de cima da política prisional penitenciária brasileira”, destacou o juiz Luís Lanfredi, ao dirigir-se ao juiz Marcelo Silva Moreira, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O objetivo do encontro realizado por videoconferência foi debater acerca dos parâmetros para a implantação do projeto, idealizado a partir da iniciativa conjunta desenvolvida pelo CNJ e pelo TJMA, para controle da superpopulação carcerária.

A reunião contou com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; do juiz Marcelo Silva Moreira, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário, representando também o coordenador-geral da UMF, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira; do promotor Pedro Lino Curvelo (presidente do Conselho Penitenciário); do promotor criminal Marco Aurélio Ramos Fonseca; e do defensor público Paulo Rodrigues, além de outros representantes do CNJ, da UMF e órgãos parceiros.

Depois de ser saudado pelo corregedor-geral da Justiça e pelo juiz coordenador da UMF, o coordenador do DMF/CNJ frisou que o projeto é uma realização que interessa a toda a região latino-americana, revelando conexão com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que teve conhecimento do encontro.

Luís Lanfredi ressaltou a evolução no sistema judicial e no sistema prisional do Maranhão, que caminha no sentido de ser um modelo para todo o país, e disse que a proposta da Central de Regulação de Vagas Prisionais vai equilibrar a entrada e a saída no sistema prisional.

“Com a Central de Vagas, nós estamos dando protagonismo e importância a um tema que nós sabemos falar em conceito, que é, justamente, o tratamento das penas alternativas, que é, justamente, a preocupação com monitoração eletrônica responsável e, claro, isso tudo funcionando a partir de centrais integradas de alternativas penais ou monitoração eletrônica que, realmente, sejam eficientes”, explicou o coordenador do DMF/CNJ.

O juiz auxiliar da Presidência do CNJ disse que foram definidos três estados para implantação do projeto-piloto, iniciando-se pelo Maranhão e, em seguida, Pará e Paraná.

“Vocês serão os professores desta metodologia, desta realização para todo o país”, resumiu Luís Lanfredi.

PROJETO-PILOTO

Em seguida, com explicações acrescentadas pelo coordenador do DMF/CNJ, o coordenador adjunto do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça, do CNJ, Rafael Barreto Souza, falou do projeto Fazendo Justiça e da proposta inicial da Central de Regulação de Vagas Prisionais, que deve ser norteada em parceria com as instituições do estado.

Rafael Barreto explicou os quatro eixos estruturantes do Fazendo Justiça – Proporcionalidade Penal, Cidadania, Sistemas e Identificação e Socioeducativo – falou das soluções tentadas e destacou a regulação de vagas prisionais, que visa o controle da superlotação. Desafio do projeto, atribuição do Judiciário e ferramentas da Central de Regulação também foram temas abordados.

Barreto também tratou de informações que o manual traz sobre por que e como implementar uma Central de Vagas Prisionais, o que é e quem é responsável pela Central, dentre outros assuntos. Por fim, foi apresentado o modelo do projeto-piloto inicial com suas etapas.

PIONEIRO

O desembargador Paulo Velten parabenizou todos, destacou Rafael Barreto, pela exposição clara, e o juiz Luís Lanfredi pelo projeto.

“A gente fica muito confortável de ver pessoas com a sua sensibilidade, com seu compromisso público, com a humanização das penas”, elogiou o corregedor-geral da Justiça. “Fico muito feliz, também aqui, de o Maranhão ser pioneiro nesse projeto, o que, para mim, é o coroamento, uma homenagem a esse esforço que todos nós temos feito aqui no Maranhão”, acrescentou Paulo Velten.

O juiz Marcelo Silva Moreira também comemorou o pioneirismo do Maranhão no projeto e lembrou que, em termos proporcionais, é um dos estados que tem o maior número de presos envolvidos em atividades de trabalho. “Nós aqui, realmente, temos trabalhado, diuturnamente, para melhorar o nosso sistema prisional”.

Depois de relatar situações estarrecedoras que viu em prisões por todo o país, o defensor público Paulo Rodrigues resumiu: “Hoje vou dormir tranquilamente – ou não – já empolgado em poder conviver e participar desse projeto maravilhoso”.

“É claro que essa discussão da Central de Vagas é muito pertinente, na medida em que traz a lume uma necessidade para o sistema prisional de todo o Brasil”, acrescentou o presidente do Conselho Penitenciário, Pedro Lino Curvelo, que convive com a situação há quase nove anos, e destacou a evolução ocorrida no sistema. “Felizmente, hoje eu já digo. Eu entro em qualquer unidade prisional do Maranhão, até sozinho, e não tenho temor de ser agredido, de acontecer alguma coisa dentro de uma unidade prisional”.

O secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira, disse que, ao longo da formação do grupo de trabalho, deve ser visto o que de melhor será implantado no Estado do Maranhão.

O juiz Luís Lanfredi disse que saiu muito mais satisfeito da reunião do que entrou, agradeceu a todos, elogiou o trabalho do juiz Marcelo Moreira e do desembargador Marcelo Carvalho Silva à frente da UMF, assim como a liderança do desembargador Paulo Velten, que destacou trazer segurança para a magistratura.

“Não tenho dúvida nenhuma de que aqui, hoje, a gente plantou sementes muito importantes que vão florescer rapidamente”, finalizou Lanfredi.

TJMA inaugura Centro de Mediação de Saúde

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, inaugurou, oficialmente, nesta sexta-feira (10), às 10h, o Centro de Mediação das Demandas da Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís, no piso térreo do Fórum do Calhau.

O órgão visa solucionar de forma consensual as questões relativas à saúde não atendidas pelo segmento público correspondente, com foco na informação, mediação, instrução e fortalecimento de usuários e usuárias.

Durante a solenidade, o presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo, ressaltou a importância da iniciativa para a garantia do direito à vida. Ele disse que a instalação do Centro de Mediação de Saúde representa o compromisso do Poder Judiciário de servir a população.

"Trabalhamos diuturnamente no cumprimento da missão de garantir o direito à vida e à saúde a todos os cidadãos e cidadãs que buscam a Justiça. E estamos muito bem equipados para isso", pontuou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, destacou que a inauguração evidencia a concretização dos objetivos da Reforma do Poder Judiciário, desde a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, contribuindo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

"A criação de um centro de mediação de saúde representa um grande avanço na pauta civilizatória. O diálogo institucional, o diálogo com jurisdicionados e o diálogo com os diversos setores da administração pública é fundamental para que possamos avançar com a proposta de aprimoramento da Justiça. Por esse motivo, abraçamos com muito entusiasmo esse projeto do Poder Judiciário", frisou.

O coordenador do Centro de Mediação das Demandas de Saúde Pública de São Luís, juiz Carlos Henrique Veloso, destacou os resultados positivos alcançados desde a criação do órgão, com vistas à pacificação social.

"O Centro já funciona desde janeiro de 2021, apresentando ótimos resultados, com inúmeras audiências realizadas com acordo, cujo percentual chega a 72,22% nas sessões processuais e 75% nas pré-processuais. São números extremamente positivos, que têm superado as nossas expectativas. Afinal, a melhor solução para os conflitos é o acordo, pois não há vencedores nem vencidos", afirmou.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância do órgão inaugurado para o tratamento adequado das demandas de saúde pública da população.

"A política pública desenvolvida pelo Poder Judiciário para o tratamento das demandas de saúde é exemplar. Se inicia com o desenvolvimento de pesquisas, estudos, criação de varas especializadas e diálogo com o Poder Público. O Centro de Mediação de Saúde compõe essa política a partir do momento em que ele passa a integrar esse diálogo proveitoso, sem a necessidade de uma judicialização, para que o cidadão receba o tratamento adequado do Poder Público.

Continue lendo mais em: <https://omaranhense.com/tjma-inaugura-centro-de-mediacao-de-saude/>

TJMA IMPLANTA NÚCLEO DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO - MARANHÃO

TJ agora tem núcleo de combate à desinformação

O Núcleo de Combate à Desinformação do Poder Judiciário do Maranhão (NUCODE) – instituído pela Resolução GP nº 552021, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo – reuniu-se, na sexta-feira (10), para elaborar estratégias iniciais para o enfrentamento à divulgação de notícias falsas sobre a Justiça maranhense e o combate à desinformação no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Durante a reunião por videoconferência, o coordenador geral do NUCODE, juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, apresentou um projeto institucional de combate à desinformação, com a finalidade de reduzir e combater notícias falsas e intensificar a relação do TJMA com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que trabalham com a mesma temática.

O magistrado falou do cenário de instabilidade social e explicou sobre a importância de se desconstruir mitos para garantir a eficácia na redução das fake news. “Para combater as notícias falsas precisamos entender que precisamos quebrar alguns mitos. O primeiro, que problemas complexos não são regulamentáveis; o segundo, que a regulamentação se tornará censura e; por último, que a nossa liberdade de expressão é plena”, explica Paulo Roberto Menezes.

ESTRATÉGIAS

Para o combate à desinformação e às fake news, o NUCODE elaborou quatro principais estratégias, que estão relacionadas à publicidade de informações nas mídias sociais; desenvolvimento de metodologias adequadas para a divulgação de informações; parcerias institucionais e governança administrativa moderna baseada em compliance.

As estratégias são: desenvolver um plano de ação para utilização das redes sociais do Poder Judiciário com fulcro na orientação, informação e gerenciamento das dificuldades relacionadas ao tema; elaborar uma metodologia adequada para divulgação da defesa da informação perante magistrados, magistradas, servidores, servidoras e usuários de plataformas de comunicação; firmar parcerias com órgãos públicos e privados responsáveis por divulgar fatos e notícias, bem como empresas que exercem trabalhos de checagem da informação (fact-checking) e estruturar o TJMA com governança administrativa moderna e instituir um compliance informacional para reduzir a exposição negativa institucional e funcional de magistrados, magistradas, servidores e servidoras.

TJ agora tem núcleo de combate à desinformação

O Núcleo de Combate à Desinformação do Poder Judiciário do Maranhão (NUCODE) – instituído pela Resolução GP nº 552021, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo – reuniu-se, nesta sexta-feira (10), para elaborar estratégias iniciais para o enfrentamento à divulgação de notícias falsas sobre a Justiça maranhense e o combate à desinformação no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Durante a reunião por videoconferência, o coordenador geral do NUCODE, juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, apresentou um projeto institucional de combate à desinformação, com a finalidade de reduzir e combater notícias falsas e intensificar a relação do TJMA com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que trabalham com a mesma temática.

O magistrado falou do cenário de instabilidade social e explicou sobre a importância de se desconstruir mitos para garantir a eficácia na redução das fake news. “Para combater as notícias falsas precisamos entender que precisamos quebrar alguns mitos. O primeiro, que problemas complexos não são regulamentáveis; o segundo, que a regulamentação se tornará censura e; por último, que a nossa liberdade de expressão é plena”, explica Paulo Roberto Menezes.

ESTRATÉGIAS

Para o combate à desinformação e às fake news, o NUCODE elaborou quatro principais estratégias, que estão relacionadas à publicidade de informações nas mídias sociais; desenvolvimento de metodologias adequadas para a divulgação de informações; parcerias institucionais e governança administrativa moderna baseada em compliance.

As estratégias são: desenvolver um plano de ação para utilização das redes sociais do Poder Judiciário com fulcro na orientação, informação e gerenciamento das dificuldades relacionadas ao tema; elaborar uma metodologia adequada para divulgação da defesa da informação perante magistrados, magistradas, servidores, servidoras e usuários de plataformas de comunicação; firmar parcerias com órgãos públicos e privados responsáveis por divulgar fatos e notícias, bem como empresas que exercem trabalhos de checagem da informação (fact-checking) e estruturar o TJMA com governança administrativa moderna e instituir um compliance informacional para reduzir a exposição negativa institucional e funcional de magistrados, magistradas, servidores e servidoras.

TJ agora tem núcleo de combate à desinformação

O Núcleo de Combate à Desinformação do Poder Judiciário do Maranhão (NUCODE) – instituído pela Resolução GP nº 552021, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo – reuniu-se, nesta sexta-feira (10), para elaborar estratégias iniciais para o enfrentamento à divulgação de notícias falsas sobre a Justiça maranhense e o combate à desinformação no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Durante a reunião por videoconferência, o coordenador geral do NUCODE, juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, apresentou um projeto institucional de combate à desinformação, com a finalidade de reduzir e combater notícias falsas e intensificar a relação do TJMA com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que trabalham com a mesma temática.

O magistrado falou do cenário de instabilidade social e explicou sobre a importância de se desconstruir mitos para garantir a eficácia na redução das fake news. “Para combater as notícias falsas precisamos entender que precisamos quebrar alguns mitos. O primeiro, que problemas complexos não são regulamentáveis; o segundo, que a regulamentação se tornará censura e; por último, que a nossa liberdade de expressão é plena”, explica Paulo Roberto Menezes.

ESTRATÉGIAS

Para o combate à desinformação e às fake news, o NUCODE elaborou quatro principais estratégias, que estão relacionadas à publicidade de informações nas mídias sociais; desenvolvimento de metodologias adequadas para a divulgação de informações; parcerias institucionais e governança administrativa moderna baseada em compliance.

As estratégias são: desenvolver um plano de ação para utilização das redes sociais do Poder Judiciário com fulcro na orientação, informação e gerenciamento das dificuldades relacionadas ao tema; elaborar uma metodologia adequada para divulgação da defesa da informação perante magistrados, magistradas, servidores, servidoras e usuários de plataformas de comunicação; firmar parcerias com órgãos públicos e privados responsáveis por divulgar fatos e notícias, bem como empresas que exercem trabalhos de checagem da informação (fact-checking) e estruturar o TJMA com governança administrativa moderna e instituir um compliance informacional para reduzir a exposição negativa institucional e funcional de magistrados, magistradas, servidores e servidoras.

Fonte: Gilberto Léda

TJMA inaugura Centro de Mediação de Saúde

O órgão visa solucionar de forma consensual as questões relativas à saúde não atendidas pelo segmento público correspondente, com foco na informação, mediação, instrução e fortalecimento de usuários e usuárias.

O evento foi realizado no Fórum de São Luís (Calhau)

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, inaugurou, oficialmente, nesta sexta-feira (10), às 10h, o Centro de Mediação das Demandas da Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís, no piso térreo do Fórum do Calhau. A solenidade foi prestigiada pelos desembargadores Paulo Velten (Corregedor-geral da Justiça) e Jamil Gedeon (Presidente do Comitê Estadual de Saúde).

O órgão visa solucionar de forma consensual as questões relativas à saúde não atendidas pelo segmento público correspondente, com foco na informação, mediação, instrução e fortalecimento de usuários e usuárias.

Durante a solenidade, o presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo, ressaltou a importância da iniciativa para a garantia do direito à vida. Ele disse que a instalação do Centro de Mediação de Saúde representa o compromisso do Poder Judiciário de servir a população.

“Trabalhamos diuturnamente no cumprimento da missão de garantir o direito à vida e à saúde a todos os cidadãos e cidadãs que buscam a Justiça. E estamos muito bem equipados para isso”, pontuou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, destacou que a inauguração evidencia a concretização dos objetivos da Reforma do Poder Judiciário, desde a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, contribuindo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

“A criação de um centro de mediação de saúde representa um grande avanço na pauta civilizatória. O diálogo institucional, o diálogo com jurisdicionados e o diálogo com os diversos setores da administração pública é fundamental para que possamos avançar com a proposta de aprimoramento da Justiça. Por esse motivo, abraçamos com muito entusiasmo esse projeto do Poder Judiciário”, frisou.

O desembargador Jamil Gedeon apontou a importância do Centro de Mediação das Demandas da Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís e o importante papel constitucional do órgão na resolução rápida de questões relacionadas à saúde envolvendo os jurisdicionados que nos seus pleitos buscam o apoio do Poder Judiciário do Maranhão para solução de impasses.

O coordenador do Centro de Mediação das Demandas de Saúde Pública de São Luís, juiz Carlos Henrique Veloso, destacou os resultados positivos alcançados desde a criação do órgão, com vistas à pacificação social.

“O Centro já funciona desde janeiro de 2021, apresentando ótimos resultados, com inúmeras audiências realizadas com acordo, cujo percentual chega a 72,22% nas sessões processuais e 75% nas pré-processuais. São números extremamente positivos, que têm superado as nossas expectativas. Afinal, a melhor solução para os

conflitos é o acordo, pois não há vencedores nem vencidos”, afirmou.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância do órgão inaugurado para o tratamento adequado das demandas de saúde pública da população.

“A política pública desenvolvida pelo Poder Judiciário para o tratamento das demandas de saúde é exemplar. Se inicia com o desenvolvimento de pesquisas, estudos, criação de varas especializadas e diálogo com o Poder Público. O Centro de Mediação de Saúde compõe essa política a partir do momento em que ele passa a integrar esse diálogo proveitoso, sem a necessidade de uma judicialização, para que o cidadão receba o tratamento adequado do Poder Público.

PARCERIA

O defensor público Cosmo Sobral parabenizou o Poder Judiciário pela iniciativa e ressaltou a relevância da parceria entre as instituições. “Temos que reconhecer a atitude de vanguarda do Tribunal de Justiça do Maranhão. Esta unidade já vem funcionando muito bem. Nós, da Defensoria, atuamos em parceria com a Justiça nesse projeto. Um percentual bastante significativo de casos encaminhados pela Defensoria ao Centro de Saúde resulta em acordos entre as partes. O órgão agora inaugurado é extremamente importante, pois as demandas de saúde trabalham contra o tempo, são urgentes. Parabenizamos o Judiciário por esta relevante iniciativa”, disse o defensor público, do Núcleo de Saúde da Defensoria.

O evento contou com a presença do presidente do Comitê Estadual de Saúde, desembargador Jamil Gedeon Neto; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros; da diretora do Fórum de São Luís, Andréa Perlmutter Lago; da supervisora do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário do Maranhão (Natjus/MA), juíza Laysa Paz Mendes; do procurador-geral da Saúde do Estado, Carlos Henrique Falcão de Lima; secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, Waldy da Rocha Ferreira Neto; chefe da Assessoria Jurídica Contenciosa, Pedro Felipe Fonseca Teixeira; além de diversas autoridades da Justiça, de órgãos parceiros, servidores e servidoras do Judiciário.

CENTRO DE SAÚDE

O Centro de Mediação das Demandas da Saúde Pública da Comarca da Ilha de São Luís foi criado pela Resolução nº 97/2020, assinada pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo, no dia 17 de dezembro de 2020. O órgão é vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida.

A equipe do Centro é formada pela secretária judicial, Bruna da Silva Diniz, pela mediadora e conciliadora Aline Cruz Dutra e pela servidora administrativa Juliana Gedeon.

Desde o início de suas atividades, em janeiro de 2021, o Centro de Demandas de Saúde já solucionou diversas demandas da população relacionadas a internações, medicações, insumos, cirurgias, exames e consultas. De acordo com dados fornecidos pelo órgão, 73,33% das sessões em geral resultaram em acordo entre as partes envolvidas.

Desse universo, 72,22% é o índice referente a demandas processuais e 75% a pré-processuais. Já as demandas pré-processuais encaminhadas ao Centro pela Defensoria Pública superaram o percentual de 88% de

conciliação.

Campanha de combate à violência menstrual no Maranhão será lançada nesta terça-feira (14), em São Luís

Representantes de 15 instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada farão o lançamento da Campanha de Combate à Violência Menstrual no Maranhão, nesta terça-feira (14), às 9h, no auditório do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís. A iniciativa, idealizada pelo Movimento de Mulheres de Axé do Brasil (MAB), tem como objetivo arrecadar absorventes até o dia 20 de novembro deste ano, para serem doados a meninas de Axé e mulheres em situação de cárcere no estado.

Em razão do protocolo de prevenção à Covid-19, serão tomadas todas as medidas de controle da doença, como a adoção do distanciamento, do uso de máscaras e do álcool em gel.

Durante o lançamento da campanha, a ideia é chamar a atenção da sociedade para uma triste realidade, que atinge muitas mulheres e homens trans em situação de vulnerabilidade. Segundo dados do relatório “Livre para Menstruar”, uma em cada quatro adolescentes brasileiras não tem um pacote de absorventes quando menstrua. Uma outra pesquisa aponta que 22% das brasileiras de 12 a 14 anos não têm acesso a produtos de higiene específicos para o período menstrual, número que sobe para 26% na faixa de 15 a 17 anos.

Pela Defensoria Pública, a campanha é coordenada pela ouvidora-geral da instituição, Fabíola Diniz. Ela explicou que antes mesmo do lançamento, a Defensoria iniciou a divulgação e já estava recebendo muitas contribuições de defensores públicos, servidores, estagiários e demais colaboradores.

Além da DPE/MA, integram a campanha, alguns servindo como ponto de coleta dos absorventes menstruais, o TJMA, o Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, Secretaria estadual da Mulher, Secretaria estadual de Igualdade Racial, deputada Ana do Gás, Mulheres de Axé do Brasil núcleo Maranhão, Ilê Ashé Ogum Sogbô, Abayomi Juristas Negras, Unidade de Monitoramento Feminino e Coordenadoria estadual da Mulher do TJMA, Casa da Mulher Maranhense, Plan International e Secretaria municipal de Direitos Humanos de Paço do Lumiar.

Investigação contra Sidarta Gautama por agiotagem, lavagem de dinheiro e organização criminosa completa três anos sem conclusão

Em meio à demora, novo procedimento investigatório criminal que apurava os mesmos fatos teve de ser arquivado pelo pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão há dois meses

Responsável pelo processamento e julgamento de casos envolvendo magistrado estadual nos crimes comuns e de responsabilidade, o Tribunal de Justiça do Maranhão está há três anos sem concluir um procedimento investigatório criminal, conhecido internamente como PIC, em que o juiz Sidarta Gautama Farias Maranhão, da 1ª Vara Cível da Comarca de Caxias, é acusado de praticar os crimes de agiotagem, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Em meio à demora, em julho último, um outro PIC instaurado no ano passado no âmbito da Justiça Federal, mas que teve a competência declinada por aquela corte em devolução ao Judiciário maranhense por iniciativa do MPF (Ministério Público Federal), precisou ser extinto, sem resolução do mérito. A decisão pelo arquivamento tomada pelos desembargadores do pleno do TJ-MA seguiu parecer da PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça), devido a apuração se tratar da mesma conduta delituosa.

Segundo princípio constitucional implícito do processo penal, ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo fato.

O PIC tramita sob sigilo, atualmente sob relatoria do desembargador Joaquim Figueiredo.

Procurado pelo ATUAL7 no início de setembro, via email enviado à Vara onde é titular e à CGJ (Corregedoria-Geral de Justiça), o magistrado não retornou o contato.

Segundo pessoas com acesso à investigação, o procedimento criminal contra Sidarta Gautama originou-se de apuração no bojo da Operação El Berite II deflagrada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate as Organizações Criminosas), órgão do Ministério Público estadual, em novembro de 2015 -atualmente já tramitando como ação penal na Comarca de Bacabal.

Durante depoimento, o réu Charles da Silva Viegas disse haver contraído diversos empréstimos em dinheiro junto ao magistrado, que depois teria passado a ameaçá-lo com o propósito de receber a quantidade exigida pelos empréstimos.

Ainda segundo as fontes, documentação constante nos autos apontam indícios da prática de atividades delituosas, como planilha de transferências e pagamentos efetuados em benefício de Gautama, e cópia de cheque emitido por Marcos Aurélio dos Santos Vieiras, sócio e filho de Charles da Silva Vieira, em benefício do juiz de Caxias.

Também há transferências bancárias da empresa El-Berite Construções, Incorporações & Empreendimentos Ltda para a empresa SS Plan Empreendimentos Ltda em benefício de Sidarta Gautama, que teria indicado essa

forma de recebimento dos valores a ele dirigidos.

O magistrado teria ainda sido beneficiado com o pagamento de multa e de licenciamento de um veículo Mercedes-benz C200 K.

Para o Gaeco, o juiz integraria “uma organização criminosa com atuação no Maranhão, que envolve a prática da agiotagem e o comércio, na área da construção civil, sendo que, em relação a essa última atividade, não se trata propriamente de ilícito penal, mas de violação de proibição funcional, porquanto, por força de lei, o membro da magistratura é proibido de exercer o comércio”.

Sidarta Gautama também é alvo de processo administrativo disciplinar no âmbito do TJ do Maranhão pelos mesmos supostos delitos, acrescido dos ilícitos penais tráfico de influência e ameaça, e de pedido de providências no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que acompanha de perto a tramitação dos procedimentos de natureza administrativa-disciplinar e criminal instaurados em desfavor do magistrado.

CEMULHER deverá implantar rede de apoio à mulher vítima de violência em Timon

O presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA (CEMULHER/TJMA), desembargador Cleones Cunha, visitou a Comarca de Timon para tratar sobre a implantação da rede de apoio à mulher vítima de violência doméstica neste município, nessa segunda-feira (13). Na ocasião, foi agendado um novo encontro para o mês de outubro, reunindo representantes de todas as instituições que devem integrar a rede, a fim de que sejam iniciadas as atividades na Comarca de Timon.

Na oportunidade, o desembargador Cleones Cunha se reuniu com as juízas e juízes Raquel Castro Menezes (titular da 1ª Vara Cível e Diretora do Fórum); Simeão Pereira e Silva (titular da Vara da Infância e Juventude); José Elismar Marques (titular da Vara da Execução Penal) e Rosa Maria Duarte (titular da Vara da Família).

Também participaram da reunião, a presidente da Subseção da OAB em Timon, Fernanda Beatriz Castro; as advogadas Amanda Almeida Waquim e Kenia Caldas, respectivamente, presidente e membro da Comissão da Mulher Advogada da Subseção da OAB em Timon; além da Coordenadora Municipal de Defesa da Mulher de Timon, Kellyane Lima Gedeon. As informações são do TJMA.

Núcleo no Judiciário do Maranhão vai combater a desinformação

13 de setembro de 2021 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias

Núcleo no Judiciário do Maranhão vai combater a desinformação Foto: TJMA

O Núcleo de Combate à Desinformação, instituído em julho pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), reuniu-se na sexta-feira (10/9) para elaborar estratégias iniciais para enfrentar a divulgação de notícias falsas sobre a Justiça maranhense. O coordenador geral do Núcleo, juiz Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes, apresentou um projeto institucional de combate à desinformação, com a finalidade de reduzir e combater notícias falsas e intensificar a relação do TJMA com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que trabalham com a mesma temática.

O magistrado falou do cenário de instabilidade social e explicou sobre a importância de se desconstruir mitos para garantir a eficácia na redução das fake news. “Para combater as notícias falsas precisamos entender que precisamos quebrar alguns mitos. O primeiro, que problemas complexos não são regulamentáveis; o segundo, que a regulamentação se tornará censura e; por último, que a nossa liberdade de expressão é plena.”

Para o combate à desinformação, foram elaboradas quatro estratégias principais, relacionadas à publicidade de informações nas mídias sociais, ao desenvolvimento de metodologias adequadas para a divulgação de informações, às parcerias institucionais e à governança administrativa baseada em compliance.

Será desenvolvido um plano de ação para utilização das redes sociais do TJMA voltado à orientação, informação e gerenciamento das dificuldades relacionadas ao tema. Também será elaborada uma metodologia adequada para divulgação da defesa da informação tanto junto ao público como às equipes do Tribunal.

Ainda serão buscadas parcerias com órgãos públicos e privados responsáveis por divulgar fatos e notícias, bem como empresas que exercem trabalhos de checagem da informação. E, por fim, para reduzir a exposição negativa institucional e funcional, é necessário estruturar o TJMA com governança administrativa moderna e instituir um compliance informacional.

O Núcleo do Maranhão é pioneiro entre os Tribunais de Justiça do Brasil. Ele tem o objetivo de identificar e enfrentar a divulgação e propagação de fatos e notícias falsas que afetem a imagem e a credibilidade do Judiciário estadual, primar pela divulgação de ações positivas em defesa dos direitos da sociedade, bem como informar a jovens, estudantes e à população sobre a atuação da Justiça.

Fonte: TJMA

JUIZES SÃO ELEITOS PARA CARGOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NO MARANHÃO

TJMA elege juízes aos cargos do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) votaram, nesta quarta-feira (15), em sessão plenária administrativa híbrida, para indicação aos cargos de membro efetivo e membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), na categoria Juiz de Direito, em virtude do encerramento do 1º biênio da juíza Lavínia Helena Macedo Coelho e do juiz André Bogéa no dia 18 de dezembro de 2021.

Para membro titular, foi eleito o juiz André Bogéa, antes membro substituto, com 25 votos, já para o cargo de membro substituto foi eleita a juíza Josane Bezerra com 23 votos. A votação se deu após a comunicação oficial da vacância feita pelo presidente do TRE/MA, desembargador Joaquim Figueiredo, ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

O item da agenda complementar teve como relator o desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA.

O presidente do TRE/MA, desembargador Joaquim Figueiredo, e a vice-presidente e corregedora da Corte Eleitoral, Ângela Salazar, se manifestaram agradecendo a votação e parabenizando os eleitos.

Corte do TJMA aprova remoção de magistrados de 1º e 2º Graus

Na sessão plenária administrativa híbrida desta quarta-feira (15), a Corte aprovou a remoção para a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), dos desembargadores Antonio José Vieira Filho (titular da 1ª Câmara Criminal) e Tyrone José Silva (titular da 2ª Câmara Criminal).

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, foi removido para a 1ª Câmara Criminal, nos termos das disposições contidas nos artigos 59 e 60 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, tendo em vista a extinção da 3ª Câmara Criminal.

O juiz Edmilson da Costa Fortes Lima, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, foi removido, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Timon.

Membro titular

A juíza Josane Araújo Farias Braga, titular da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire, foi indicada, como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão com sede na Comarca de Bacabal, pelo critério de antiguidade.

TJMA elege juízes aos cargos do Tribunal Regional Eleitoral

Publicado em 15 de setembro de 2021 às 14:00 | [Comentar](#)

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) votaram, nesta quarta-feira (15), em sessão plenária administrativa híbrida, para indicação aos cargos de membro efetivo e membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), na categoria Juiz de Direito, em virtude do encerramento do 1º biênio da juíza Lavínia Helena Macedo Coelho e do juiz André Bogéa no dia 18 de dezembro de 2021.

Para membro titular, foi eleito o juiz André Bogéa, antes membro substituto, com 25 votos, já para o cargo de membro substituto foi eleita a juíza Josane Bezerra com 23 votos. A votação se deu após a comunicação oficial da vacância feita pelo presidente do TRE/MA, desembargador Joaquim Figueiredo, ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

O item da agenda complementar teve como relator o desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA.

O presidente do TRE/MA, desembargador Joaquim Figueiredo, e a vice-presidente e corregedora da Corte Eleitoral, Ângela Salazar, se manifestaram agradecendo a votação e parabenizando os eleitos.

TJMA vota para escolha de juízes aos cargos do TRE-MA

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) votaram, nesta quarta-feira (15), em sessão plenária administrativa híbrida, para indicação aos cargos de membro efetivo e membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), na categoria Juiz de Direito, em virtude do encerramento do 1º biênio da juíza Lavínia Helena Macedo Coelho e do juiz André Bogéa no dia 18 de dezembro de 2021.

Para membro titular, foi eleito o juiz André Bogéa, antes membro substituto, com 25 votos, já para o cargo de membro substituto foi eleita a juíza Josane Bezerra com 23 votos. A votação se deu após a comunicação oficial da vacância feita pelo presidente do TRE/MA, desembargador Joaquim Figueiredo, ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

O item da agenda complementar teve como relator o desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA.

O presidente do TRE/MA, desembargador Joaquim Figueiredo, e a vice-presidente e corregedora da Corte Eleitoral, Ângela Salazar, se manifestaram agradecendo a votação e parabenizando os eleitos.

TJMA e Famem promovem acesso à justiça por meio do projeto 'Município Amigo da Justiça'

O Tribunal de Justiça do Maranhão e Famem promovem a partir do dia 21 de setembro reuniões, dando continuidade ao Projeto 'Município Amigo da Justiça', nas cidades de Itapecuru, Caxias e Codó.

Inspirado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas - ODS/ONU n. 17 (formação de parcerias), o projeto busca unir esforços nos compromissos do Judiciário de assegurar o acesso à Justiça (ODS/ONU n. 16) e dos diversos compromissos dos Municípios para assegurar melhor qualidade de vida para sua população. Iniciado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no Maranhão ganhou maiores proporções, tornando-se um modelo de parceria seminal.

O TJMA compreendendo o seu papel de assegurar o acesso à Justiça a todos os Maranhenses encontrou na parceria com os Municípios a forma de alcançar os cidadãos, contando com o apoio significativo da FAMEM nessa intermediação. A parceria é construída na identificação de atribuições comuns, ou seja, nenhuma instituição terá que alterar suas atividades regulares, apenas adaptar seus serviços de modo a oferecer melhores oportunidades aos cidadãos, sem que isso implique no aumento dos gastos públicos de forma significativa.

Solução de conflitos

O Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça foi instituído no Maranhão pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do TJMA, por meio da Portaria n. 336, de 11.07.2019, conferindo o mesmo para Municípios que firmaram parcerias para funcionamento de espaços de solução consensual de conflitos. Hoje, com a experiência trazida pelo uso da tecnologia e o acesso aos direitos pelo meio digital, o TJMA está reconhecendo os Municípios que ofereçam solução própria, e acesso à soluções externas, pela via eletrônica.

Segundo o projeto, os municípios recebem selos nas categorias diamante, ouro, prata e bronze, conforme a colaboração do gestor na instalação de Centros de Conciliação, Cejuscs, e postos de centros judiciários. O "Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça do Maranhão" é gerido pelo desembargador José Luiz Almeida.

Continue lendo mais em:
<http://www.genivaldoabreu.com.br/2021/09/tjma-e-famem-promovem-acesso-justica.html>

Lançada campanha de Combate à Violência Menstrual com apoio do TJMA

setembro 15, 2021

A organização, com participação de várias instituições, espera arrecadar absorventes até o dia 20 de novembro
foto/divulgação: Ribamar Pinheiro

“Elas usam uns pedacinhos de pano - não existe isso. Se estiverem num lugar e acontecer, correm para o banheiro para se encher de papel higiênico”. O relato da ialorixá mãe Zelita Sampaio Alves, durante o lançamento da campanha de Combate à Violência Menstrual, no Fórum de São Luís, nesta terça-feira (14), traz a experiência de quem já ajudou - e ainda acompanha - muitas adolescentes sem acesso a recursos para a compra de absorventes. A ação do movimento Mulheres de Axé do Brasil conta com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A organização, com participação de várias instituições, espera arrecadar um milhão de absorventes até o dia 20 de novembro em todo o estado, o segundo onde a campanha é lançada, sendo antecedida por apresentações ritualísticas de matriz africana. A violência menstrual é a falta de acesso das pessoas que menstruam a recursos, infraestrutura e conhecimento para o cuidado da sua menstruação. O projeto tem como objetivo arrecadar absorventes descartáveis para essas pessoas.

O apoio do TJMA, por meio do Comitê da Diversidade, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) e da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), visa dar suporte logístico e de infraestrutura junto com a Defensoria Pública do Estado.

“Trata-se de uma iniciativa que visa garantir a promoção de direitos humanos das pessoas que são vulneráveis, nessa perspectiva dos direitos reprodutivos. O estado de menstruação para muitas mulheres, especialmente as mais pobres e também as mulheres encarceradas, traz consigo uma série de limitações, de restrições à própria promoção da dignidade humana”, explicou o juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA.

O juiz destacou a conexão da iniciativa com a temática racial, já que trata-se de um movimento de mulheres negras, que iniciou o projeto em âmbito nacional. Exemplo disto é a participação da própria ialorixá Zelita Sampaio, integrante da Irmandade da Boa Morte, em Cachoeira, na Bahia, que se integrou ao movimento Mulheres de Axé do Recôncavo e, depois, ao movimento nacional.

Assim como a ialorixá, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís, Sílvia Leite, viveu de perto a realidade dos “paninhos” no começo. Sílvia realizou uma pesquisa sobre pobreza menstrual, com dados da ONU, para apresentar no evento. Segundo os dados, cada mulher tem cerca de 450 ciclos menstruais durante a vida e utiliza, em média, 20 absorventes por ciclo, com estimativa de uso de quase 10 mil absorventes durante toda a idade fértil. Considerando o custo médio de sessenta centavos por absorvente, chega-se a R\$ 6 mil. Ela frisou que a dificuldade maior de acesso no Brasil, segundo estudos, é da população

negra.

CAMPANHA NACIONAL

A coordenadora nacional da Campanha de Combate à Violência Menstrual e coordenadora estadual das Mulheres de Axé do Brasil, Ana Rosa Silva, espera que sejam atendidas meninas e mulheres em situação de rua, meninas em situação de vulnerabilidade e mulheres em situação de cárcere. Ela ressalta que o movimento de arrecadação também busca visibilizar todas as violências que ocorrem da falta de absorventes para meninas e mulheres no estado.

Para atingir a meta de um milhão de absorventes doados, Ana Rosa Silva diz que a campanha conta com os 47 núcleos da Defensoria Pública do Estado, parceria com gestoras municipais da mulher, além das comarcas do TJMA, que são parceiras na arrecadação.

A coordenadora estadual informou que está sendo pleiteado junto aos parlamentares do estado que seja aprovado um projeto de lei para distribuição gratuita nos postos de saúde do estado.

“Nós, além da arrecadação, estamos, realmente, buscando fazer com que todo esse movimento político, que seja a busca por política pública e da distribuição dentro desses ambientes, seja de fácil acesso a todas as meninas e mulheres”, contou Ana Rosa Silva.

A deputada Ana do Gás acrescentou a luta por um anteprojeto de lei de inclusão do absorvente na cesta básica e da indicação do projeto de lei para distribuição nas escolas, agora ampliado com pedido de distribuição nos postos de saúde.

ESTADOS

A coordenadora nacional do movimento Mulheres de Axé do Brasil, a iyalaxé Jussara Lopes, informou que, embora o Maranhão seja o segundo estado de lançamento da campanha - a Bahia foi o primeiro - a arrecadação já está sendo feita em 14 estados.

“Eu sou enfermeira. E trabalhar isso, pra mim, é trabalhar a saúde pública, em primeiro lugar, e, também, dar essa oportunidade da dignidade menstrual para as mulheres que vivem encarceradas e as meninas que vivem em vulnerabilidade social. Pra nós, a menstruação é sagrada, então não tem que ser um momento de tormento para ninguém”, entende Jussara Lopes, ao destacar a ajuda mútua entre mulheres de matriz africana.

ARRECADAÇÃO NO JUDICIÁRIO

O Judiciário maranhense já instalou um ponto de arrecadação no Fórum Desembargador Sarney Costa, na capital, e estenderá a ação às comarcas que aderirem, principalmente as que têm unidade prisional feminina.

“Esse estado menstrual é um estado de gênero, de dignidade. A gente percebe que tem muita evasão escolar, por conta de adolescentes que não têm acesso ao absorvente, então isso aí é um prejuízo imenso para essas adolescentes”, observou a juíza Lidiane Melo, representando a Cemulher.

“A AMMA tem esse olhar, de estar aqui, para que a gente possa repassar, sensibilizar os colegas juízes, como

um todo, dessa situação de vulnerabilidade que é a violência menstrual”, acrescentou a juíza Suely Feitosa, representando a Associação dos Magistrados do Maranhão.

A chefe do Departamento de Gestão e Articulação da Secretaria de Estado da Mulher, Antonieta Lago, disse que a administração estadual está mobilizando os municípios para que se somem à campanha.

“Fui uma menina de periferia, negra, que, assim como disse minha companheira Sílvia (Leite), nós sabemos o que é esse momento nas nossas vidas. Nós passamos mais de 30 anos menstruando e sabemos das dificuldades”, enfatizou Antonieta Lago.

Também participaram do lançamento a secretária da Criança e Assistência Social de São Luís, Rosângela Bertoldo, representando o prefeito Eduardo Braide; o subdefensor público, Gabriel Furtado; a promotora federal Chiara Ramos, representando a Abayomi Juristas Negras; Creuziane Barros (Plan Internacional); Fabíola Diniz (Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas); Aldeniza Costa (secretária-adjunta de Direitos Humanos de Paço do Lumiar); Luciana Braga (chefe da Divisão Jurídica da UMF, representando o juiz coordenador, Marcelo Moreira); Joseane Cantanhede (Comitê da Diversidade); integrantes do Conselho Municipal da Condução Feminina; representantes das Mulheres de Axé; caixeiras; cantoras; músicos de percussão; meninas do Coroadinho e da Liberdade; Mulheres da Feira; babalorixás, dentre outros e outras.

SÃO LUÍS - Encontro do sistema de justiça com gestores municipais é realizado

Abordando os temas regularização fundiária e resíduos sólidos, foi realizada, na tarde desta terça-feira, 13, de forma híbrida (presencial e virtual), o I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais. Realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (Calhau), o encontro foi promovido pelo Ministério Público do Maranhão em parceria com a Defensoria Pública. A atividade foi transmitida pelo YouTube da Escola Superior do MPMA (ESMP).

Membros do MPMA, autoridades da Defensoria Pública do Maranhão e de demais instituições do sistema de justiça, além de gestores municipais de todo o estado, participaram da atividade.

Na abertura, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, destacou o objetivo do encontro que é unir esforços entre as instituições do sistema de justiça e dos gestores para contribuir para a melhoria da vida da população maranhense. “Nós temos a obrigação de tratar bem o Maranhão para que possamos desenvolvê-lo. Nós precisamos dos gestores para que possamos melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano e a vida de toda a população. Por isso, estamos convocando todos para esta finalidade”, enfatizou o chefe do MPMA.

A diretora da Escola da Defensoria Pública, Cristiane Marques, ressaltou a relevância dos temas a serem debatidos: regularização fundiária e resíduos sólidos. “É um momento de um diálogo muito importante e a gente pensou em trazer contribuições concretas para os municípios”, disse

Representando a diretora da ESMP, Karla Adriana Farias Vieira, a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro também destacou a importância do debate. “É nesse sentido que este encontro marca mais um importante passo na atuação do Ministério Público, preventiva e orientadora, e a atuação de todas as outras instituições do sistema de justiça e dos gestores municipais em prol de dois temas muito caros aos esforços de pacificação social e de respeito ao meio ambiente”.

O defensor público-geral do Estado, Alberto Bastos, igualmente comentou sobre os dois assuntos em discussão e a respeito dos objetivos do encontro. “Acho que o recado que estamos passando é que o sistema de justiça está aberto ao diálogo. O que nós queremos é a plena execução das políticas públicas, beneficiando aqueles que estão lá na ponta e que a gente consiga levar mais moradia e mais segurança a toda a população”.

No mesmo sentido se pronunciou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Paulo Velten, um dos palestrantes da tarde, que representou o presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, no encontro. “O que precisamos fazer é discutir, com absoluta racionalidade e à luz do Direito, políticas públicas que devem ser implementadas de imediato e que vão alcançar o cidadão brasileiro, maranhense, que espera muito do esforço de cada um de nós”.

Para o vice-governador do estado, Carlos Brandão, somente com a união de todos os poderes e instituições será

possível avançar na resolução dos problemas relativos aos temas em debate. “A gente precisa se aprofundar no conhecimento sobre esses dois assuntos. O Executivo, o Judiciário, o Legislativo sozinhos não conseguem resolver. Temos que ouvir os gestores e os especialistas”, disse.

PALESTRAS

A primeira palestra, abordando o tema Regularização fundiária, foi proferida por Gabriel Santana Furtado (subdefensor-geral da Defensoria Pública do Estado) e Paulo Velten (corregedor-geral do Tribunal de Justiça). A outra palestra, com o tema Resíduos sólidos, foi apresentada pelo promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior (coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público do Maranhão).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O primeiro a se apresentar foi o subdefensor-geral da Defensoria Pública do Maranhão, Gabriel Santana Furtado, que discorreu sobre regularização fundiária em áreas urbanas. Em sua exposição, o palestrante afirmou que o Maranhão tem um déficit habitacional enorme e que, por isso, é necessário que os gestores municipais definam as áreas passíveis de regularização fundiária. “O gestor é o protagonista da regularização fundiária, que deve ser uma política prioritária municipal, porque o ganho dos recursos e de capital político é do município”, completou.

Entre os ganhos diretos decorrentes da regularização fundiária está o aumento da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Entre as vantagens indiretas estão a geração de novos negócios e o fomento da construção civil.

O corregedor-geral de Justiça, Paulo Velten, destacou que o processo de regularização fundiária, sobretudo o urbano, deve ser realizado pelos administradores municipais com o auxílio de outros órgãos e instituições, incluindo os cartórios de registro de imóveis. “Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm que ter um diálogo permanente pensando no cidadão que está na ponta. Temos, portanto, que aprofundar esta pauta com os gestores municipais e trabalhar com interdependência. A regularização fundiária é fundamental para que a gente possa efetivamente concretizar a chamada dignidade da pessoa humana, que além de um princípio, é um valor constitucional”.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Em sua exposição sobre resíduos sólidos, o promotor de justiça Fernando Barreto do Meio Ambiente de São Luís, apresentou detalhes sobre a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a política nacional de resíduos sólidos, e mostrou os índices nacionais e estaduais relativos ao assunto em pauta, após mais de dez anos da promulgação da lei.

De acordo com os dados da Controladoria Geral da União de 2017, ao todo, 12 planos estaduais de resíduos sólidos haviam sido elaborados (45%) e 2.325 municípios brasileiros (42%) também tinham apresentado seus planos. No Maranhão, havia 61 municípios com plano de resíduos sólidos. “Nós não estamos muito longe dos índices nacionais, apesar de nossas carências. Então, podemos melhorar”.

Em sua palestra, o promotor de justiça também ressaltou a importância da implementação da coleta seletiva nos municípios com a participação dos catadores, como forma de promover a reciclagem e a economia solidária e circular. Além da geração de renda, o modelo gera economia ao erário. “É uma forma de gerar dinheiro e

emprego para uma população que não tem acesso ao trabalho formal”.

Redação: CCOM-MPMA

Maranhão está entre os 13 estados com os maiores índices de pobreza menstrual

Na tentativa de mudar essa realidade, foi lançada a Campanha de Combate à Violência Menstrual no estado.

Cerimônia de lançamento da Campanha foi realizada no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa (Foto: Gilson Ferreira)

No Brasil, uma a cada quatro adolescentes não tem um pacote de absorventes quando menstrua, conforme dados disponíveis no relatório Livre para Menstruar. Já outro relatório, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), apontou o Maranhão como 13º estado com os maiores índices de pobreza menstrual no país.

Pensando em mudar essa realidade, nessa terça-feira (14), o Movimento de Mulheres de Axé do Brasil, em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE), Tribunal de Justiça, além de mais 13 instituições públicas e entidades da sociedade civil, realizou, no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau, em São Luís, o lançamento da Campanha de Combate à Violência Menstrual no Maranhão.

O objetivo, além da sensibilização da população com relação ao tema, é arrecadar absorventes e coletores menstruais para serem distribuídos às mulheres privadas de liberdade e meninas de axé.

“A menstruação é um momento sagrado e esse momento não pode existir com essa violência, sem esse item tão importante que é o absorvente. Não será apenas fazer uma arrecadação, mas, também, alertar para esse problema de saúde pública e garantir que ocorra uma distribuição contínua através de um projeto de lei”, destacou a coordenadora nacional das Mulheres de Axé no Brasil (MAB), Iyalasé Jussara Lopes.

Já a coordenadora da MAB no Maranhão, Ana Rosa Silva, explicou que o tema requer atenção e cuidado, visto que o problema da falta de absorventes ultrapassa o âmbito de saúde e prejudica as mulheres nos mais variados setores da sociedade.

Ela exemplificou a questão ao relatar informações presentes no relatório da Unicef que indicam que estudantes do 9º ao 3º ano do ensino médio deixaram de ir à escola por não possuírem absorventes.

“A pessoa acaba sendo retirada da sociedade e fica invisível. É amparar, não somente com a arrecadação, mas, com políticas públicas de fato”, pontuou.

Para a ouvidora-geral da Defensoria Pública, Fabíola Diniz, é um privilégio fazer parte de uma causa tão importante e que com certeza irá promover a mudança de realidade para muitas mulheres em situação de

vulnerabilidade.

A instituição iniciou a divulgação da campanha ainda no mês de julho e já conta com muitas arrecadações feitas por defensores, servidores, estagiários e colaboradores. “A campanha não vai finalizar em 20 de novembro, esse é só o pontapé inicial. Queremos concretizar mais direitos, a médio e longo prazo, e que a causa entre em debate para virar lei”.

LOCAIS PARA RECEBIMENTO DAS DOAÇÕES

Até o dia 20 de novembro, os absorventes podem ser doados em vários pontos da Grande Ilha e nos demais municípios maranhenses. A seguir, os locais:

Defensoria Pública do Estado, na capital e em todos os núcleos do interior;
Centro de Tambores de Mina Ilê Ashé Ogum Sogbô, no bairro da Liberdade, em São Luís;
Secretarias municipais de Paço do Lumiar;
Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau;
Secretaria de Estado da Mulher, no Palácio Henrique de La Rocque, no Calhau.

Tribunal de Justiça lança campanha de Combate à Violência Menstrual para arrecadar absorventes

Objetivo é atender mulheres que estão encarceradas

“Elas usam uns pedacinhos de pano - não existe isso. Se estiverem num lugar e acontecer, correm para o banheiro para se encher de papel higiênico”. O relato da ialorixá mãe Zelita Sampaio Alves, durante o lançamento da campanha de Combate à Violência Menstrual, no Fórum de São Luís, nesta terça-feira (14), traz a experiência de quem já ajudou - e ainda acompanha - muitas adolescentes sem acesso a recursos para a compra de absorventes.

A ação do movimento Mulheres de Axé do Brasil conta com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A organização, com participação de várias instituições, espera arrecadar um milhão de absorventes até o dia 20 de novembro em todo o estado, o segundo onde a campanha é lançada, sendo antecedida por apresentações ritualísticas de matriz africana. A violência menstrual é a falta de acesso das pessoas que menstruam a recursos, infraestrutura e conhecimento para o cuidado da sua menstruação. O projeto tem como objetivo arrecadar absorventes descartáveis para essas pessoas.

O apoio do TJMA, por meio do Comitê da Diversidade, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) e da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), visa dar suporte logístico e de infraestrutura junto com a Defensoria Pública do Estado.

Assim como a ialorixá, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís, Sílvia Leite, viveu de perto a realidade dos “paninhos” no começo. Sílvia realizou uma pesquisa sobre pobreza menstrual, com dados da ONU, para apresentar no evento. Segundo os dados, cada mulher tem cerca de 450 ciclos menstruais durante a vida e utiliza, em média, 20 absorventes por ciclo, com estimativa de uso de quase 10 mil absorventes durante toda a idade fértil. Considerando o custo médio de sessenta centavos por absorvente, chega-se a R\$ 6 mil. Ela frisou que a dificuldade maior de acesso no Brasil, segundo estudos, é da população negra.

Campanha de Combate à Violência Menstrual - público

Campanha nacional - A coordenadora nacional da Campanha de Combate à Violência Menstrual e coordenadora estadual das Mulheres de Axé do Brasil, Ana Rosa Silva, espera que sejam atendidas meninas e mulheres em situação de rua, meninas em situação de vulnerabilidade e mulheres em situação de cárcere. Ela ressalta que o movimento de arrecadação também busca visibilizar todas as violências que ocorrem da falta de absorventes para meninas e mulheres no estado.

Para atingir a meta de um milhão de absorventes doados, Ana Rosa Silva diz que a campanha conta com os 47

núcleos da Defensoria Pública do Estado, parceria com gestoras municipais da mulher, além das comarcas do TJMA, que são parceiras na arrecadação.

A coordenadora estadual informou que está sendo pleiteado junto aos parlamentares do estado que seja aprovado um projeto de lei para distribuição gratuita nos postos de saúde do estado.

A deputada Ana do Gás acrescentou a luta por um anteprojeto de lei de inclusão do absorvente na cesta básica e da indicação do projeto de lei para distribuição nas escolas, agora ampliado com pedido de distribuição nos postos de saúde.

Combate à Violência Menstrual - mesa aberta

Estados - A coordenadora nacional do movimento Mulheres de Axé do Brasil, a iyalaxé Jussara Lopes, informou que, embora o Maranhão seja o segundo estado de lançamento da campanha - a Bahia foi o primeiro - a arrecadação já está sendo feita em 14 estados.

“Eu sou enfermeira. E trabalhar isso, pra mim, é trabalhar a saúde pública, em primeiro lugar, e, também, dar essa oportunidade da dignidade menstrual para as mulheres que vivem encarceradas e as meninas que vivem em vulnerabilidade social. Pra nós, a menstruação é sagrada, então não tem que ser um momento de tormento para ninguém”, entende Jussara Lopes, ao destacar a ajuda mútua entre mulheres de matriz africana.

Judiciário - O Judiciário maranhense já instalou um ponto de arrecadação no Fórum Desembargador Sarney Costa, na capital, e estenderá a ação às comarcas que aderirem, principalmente as que têm unidade prisional feminina.

A chefe do Departamento de Gestão e Articulação da Secretaria de Estado da Mulher, Antonieta Lago, disse que a administração estadual está mobilizando os municípios para que se somem à campanha.

“Fui uma menina de periferia, negra, que, assim como disse minha companheira Sílvia (Leite), nós sabemos o que é esse momento nas nossas vidas. Nós passamos mais de 30 anos menstruando e sabemos das dificuldades”, enfatizou Antonieta Lago.

Desembargadora e desembargadores recebem medalhas na volta de sessões presenciais no TJ

Após um ano e meio, maioria tem atuação presencial

Depois de cerca de um ano e meio de sessões por videoconferência, por causa da pandemia mundial da Covid-19, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou, nesta quarta-feira (15), uma sessão plenária híbrida, com a presença da maioria de seus membros na sala das sessões plenárias, enquanto os demais participaram a partir de outros ambientes, de forma remota, por meio de vídeo. O presidente Lourival Serejo entregou a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes aos desembargadores José Gonçalo de Sousa Filho, Antônio José Vieira e à desembargadora Francisca Galiza.

“Estamos, aqui, todos realizados, todos satisfeitos, felizes de começar essa nova etapa na história deste Tribunal. Vencemos este período terrível que passou e vamos começar, hoje, a nossa proximidade, que é o que estávamos precisando, de nos olharmos de frente, fisicamente, para o outro, e nos sentirmos integrantes de uma comunidade ativa”, saudou o presidente Lourival Serejo, ao abrir os trabalhos.

O formato misto, com parte dos desembargadores e desembargadoras participando de forma presencial e outra parte de forma remota, ainda em razão de cuidados necessários a serem tomados para não disseminação do novo coronavírus, deve-se à redução significativa dos números de novos casos e de mortes provocadas pela doença no Maranhão e no Brasil, segundo dados informados pelas autoridades de saúde de todas as esferas.

Sessão Plenária do TJMA híbrida - hino todos 2 150921

A primeira sessão plenária por videoconferência do TJ foi realizada no dia 15 de abril de 2020. Desde aquela data, desembargadores e desembargadoras participaram de sessões plenárias no mesmo formato, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJMA no YouTube.

Medalhas - No começo da sessão desta quarta, e logo após a execução do Hino Nacional, o presidente do TJMA, desembargador Serejo, convidou os três mais recentes membros da Corte para receberem a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, que foi criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, em reverência ao grande jurista maranhense que se notabilizou pelos estudos jurídicos em defesa das fronteiras do país.

Os homenageados e a homenageada ascenderam ao cargo de desembargador(a) no dia 3 de fevereiro de 2021. Em razão dos altos índices de contaminação pelo novo coronavírus que o país atravessava naquele momento, resultando ainda na ausência de sessões presenciais, nenhum deles havia recebido a comenda.

André Bogéa é eleito juiz titular do TRE-MA e Josane Bezerra, substituta

Corte também aprova remoção de magistrados

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) votaram, nesta quarta-feira (15), em sessão plenária administrativa híbrida, para indicação aos cargos de membro efetivo e membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria Juiz de Direito, em virtude do encerramento do primeiro biênio da juíza Lavínia Helena Macedo Coelho e do juiz André Bogéa no dia 18 de dezembro de 2021.

Para membro titular, foi eleito o juiz André Bogéa, antes membro substituto, com 25 votos, já para o cargo de membro substituto foi eleita a juíza Josane Bezerra com 23 votos.

A votação se deu após a comunicação oficial da vacância feita pelo presidente do TRE-MA, desembargador Joaquim Figueiredo, ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

O item da agenda complementar teve como relator o desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA.

O presidente do TRE-MA, desembargador Joaquim Figueiredo, e a vice-presidente e corregedora da Corte Eleitoral, Ângela Salazar, se manifestaram agradecendo a votação e parabenizando os eleitos.

Remoção - Na mesma sessão, foi aprovada a remoção para a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), dos desembargadores Antonio José Vieira Filho (titular da 1ª Câmara Criminal) e Tyrone José Silva (titular da 2ª Câmara Criminal).

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, foi removido para a 1ª Câmara Criminal, nos termos das disposições contidas nos artigos 59 e 60 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, tendo em vista a extinção da 3ª Câmara Criminal.

O juiz Edmilson da Costa Fortes Lima, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, foi removido, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Timon.

A juíza Josane Araújo Farias Braga, titular da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire, foi indicada, como membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão com sede na Comarca de Bacabal, pelo critério de antiguidade.

Lançada campanha de Combate à Violência Menstrual com apoio do TJMA

"Elas usam uns pedacinhos de pano - não existe isso. Se estiverem num lugar e acontecer, correm para o banheiro para se encher de papel higiênico". O relato da ialorixá mãe Zelita Sampaio Alves, durante o lançamento da campanha de Combate à Violência Menstrual, no Fórum de São Luís, nesta terça-feira (14), traz a experiência de quem já ajudou - e ainda acompanha - muitas adolescentes sem acesso a recursos para a compra de absorventes. A ação do movimento Mulheres de Axé do Brasil conta com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A organização, com participação de várias instituições, espera arrecadar um milhão de absorventes até o dia 20 de novembro em todo o estado, o segundo onde a campanha é lançada, sendo antecedida por apresentações ritualísticas de matriz africana. A violência menstrual é a falta de acesso das pessoas que menstruam a recursos, infraestrutura e conhecimento para o cuidado da sua menstruação. O projeto tem como objetivo arrecadar absorventes descartáveis para essas pessoas.

O apoio do TJMA, por meio do Comitê da Diversidade, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) e da Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), visa dar suporte logístico e de infraestrutura junto com a Defensoria Pública do Estado.

"Trata-se de uma iniciativa que visa garantir a promoção de direitos humanos das pessoas que são vulneráveis, nessa perspectiva dos direitos reprodutivos. O estado de menstruação para muitas mulheres, especialmente as mais pobres e também as mulheres encarceradas, traz consigo uma série de limitações, de restrições à própria promoção da dignidade humana", explicou o juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA.

O juiz destacou a conexão da iniciativa com a temática racial, já que trata-se de um movimento de mulheres negras, que iniciou o projeto em âmbito nacional. Exemplo disto é a participação da própria ialorixá Zelita Sampaio, integrante da Irmandade da Boa Morte, em Cachoeira, na Bahia, que se integrou ao movimento Mulheres de Axé do Recôncavo e, depois, ao movimento nacional.

Assim como a ialorixá, a presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís, Sílvia Leite, viveu de perto a realidade dos "paninhos" no começo. Sílvia realizou uma pesquisa sobre pobreza menstrual, com dados da ONU, para apresentar no evento. Segundo os dados, cada mulher tem cerca de 450 ciclos menstruais durante a vida e utiliza, em média, 20 absorventes por ciclo, com estimativa de uso de quase 10 mil absorventes durante toda a idade fértil. Considerando o custo médio de sessenta centavos por absorvente, chega-se a R\$ 6 mil. Ela frisou que a dificuldade maior de acesso no Brasil, segundo estudos, é da população negra.

CAMPANHA NACIONAL

Continue lendo em:

Desembargadora e desembargadores recebem medalhas em sessão híbrida

Depois de cerca de um ano e meio de sessões por videoconferência, por causa da pandemia mundial da Covid-19, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou, nesta quarta-feira (15), uma sessão plenária híbrida, com a presença da maioria de seus membros na sala das sessões plenárias, enquanto os demais participaram a partir de outros ambientes, de forma remota, por meio de vídeo. Antes da apreciação dos processos, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, entregou a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes aos desembargadores José Gonçalo de Sousa Filho, Antônio José Vieira e à desembargadora Francisca Galiza, que ainda não haviam recebido a comenda em sessão, devido à pandemia.

"Estamos, aqui, todos realizados, todos satisfeitos, felizes de começar essa nova etapa na história deste Tribunal. Vencemos este período terrível que passou e vamos começar, hoje, a nossa proximidade, que é o que estávamos precisando, de nos olharmos de frente, fisicamente, para o outro, e nos sentirmos integrantes de uma comunidade ativa", saudou o presidente Lourival Serejo, ao abrir os trabalhos.

O formato misto, com parte dos desembargadores e desembargadoras participando de forma presencial e outra parte de forma remota, ainda em razão de cuidados necessários a serem tomados para não disseminação do novo coronavírus, deve-se à redução significativa dos números de novos casos e de mortes provocadas pela doença no Maranhão e no Brasil, segundo dados informados pelas autoridades de saúde de todas as esferas.

A primeira sessão plenária por videoconferência do Tribunal de Justiça do Maranhão foi realizada no dia 15 de abril de 2020. Desde aquela data, os 30 desembargadores e desembargadoras - que compõem a totalidade de magistrados e magistradas no âmbito do 2º Grau - participaram de sessões plenárias no mesmo formato, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJMA no YouTube.

MEDALHAS

No começo da sessão desta quarta, e logo após a execução do Hino Nacional, o presidente do TJMA, desembargador Serejo, convidou os três mais recentes membros da Corte para receberem a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, que foi criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, em reverência ao grande jurista maranhense que se notabilizou pelos estudos jurídicos em defesa das fronteiras do país.

Os dois homenageados e a homenageada ascenderam ao cargo de desembargador(a) no dia 3 de fevereiro de 2021. Em razão dos altos índices de contaminação pelo novo coronavírus que o país atravessava naquele momento, resultando ainda na ausência de sessões presenciais, nenhum deles havia recebido a comenda.

José Gonçalo de Sousa Filho, natural de Pastos Bons (MA) e Maria Francisca Gualberto de Galiza, natural de Uiraúna (PB), foram eleitos para o cargo de Desembargador, pelo critério de merecimento. Antônio José Vieira Filho, natural de São Luís, pelo critério de antiguidade.

Corregedor da Justiça recomenda regularização fundiária a gestores municipais

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), desembargador Paulo Velten, proferiu palestra durante o I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais, realizado pelo Ministério Público estadual e Defensoria Pública do Estado, por meio de suas escolas superiores, na segunda-feira, 13.

O evento foi destinado aos prefeitos municipais e transmitido na internet pelo youtube. Participaram da mesa de abertura o vice-governador Carlos Brandão; o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau e o defensor-geral, Alberto Bastos.

Representando o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o corregedor participou do painel sobre o tema "Regularização Fundiária" e falou sobre a experiência de sua gestão na CGJ-MA (2020/2022), nessa área. O corregedor explicou que ao assumir o cargo, em 24 de abril de 2020, estabeleceu quatro eixos de trabalho: governança; resolutividade; integridade; transparência e efetividade.

NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Com esse balizamento, informou que priorizou a atenção ao serviço extrajudicial e criou o Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-MA, composto por juizes, cartorários e servidores, que atua como "órgão de inteligência" para detectar os problemas e "gargalos" que dificultam o trabalho dos gestores municipais.

O corregedor defendeu a implementação da regularização fundiária urbana pelos gestores municipais, com o apoio dos cartórios, principalmente os de registro de imóveis, que devem atuar como parceiros dos administradores públicos.

"Hoje, a regularização fundiária, sobretudo a urbana, é algo fundamental para que possamos concretizar a dignidade da pessoa humana, que, mais do que um princípio, é um valor constitucional", disse o desembargador.

ESTATUTO DA CIDADE

O corregedor apontou o Estatuto da Cidade (nº 10.257/2001) e a Lei de Regularização Fundiária (nº 13.465/2017) como instrumentos legais de que os gestores municipais dispõem para promover o resgate do que chamou de "função antropológica" das cidades e sua importância para o desenvolvimento para a paz, Justiça social e bem-estar da sociedade.

O desembargador informou que, atualmente, 80% da população brasileira vive na cidade e apenas 20% nos núcleos rurais e aconselhou os gestores municipais a investirem no projeto de regularização fundiária na promoção do desenvolvimento urbano. E fez um alerta: "Aproximadamente 40% das terras públicas no Maranhão não têm destinação. O poder público não conhece as suas terras - o que é propriedade do Município, do Estado ou da União".

Para o corregedor, os gestores que querem ser lembrados pela boa gestão - eficiente e eficaz - devem conhecer a fundo os instrumentos de regularização fundiária e colocou a Corregedoria Geral da Justiça à disposição como parceira institucional da administração pública municipal, assim como o sistema cartorário, para a regularização das terras públicas.

Presidente do TJMA recebe visita dos procuradores do MPT-MA

Os procuradores do Ministério Público do Trabalho do Maranhão (MPT-MA), Maurel Mamede Selares (procurador-chefe), Luciano Aragão e Virgínia de Azevedo Neves, fizeram uma visita institucional, na última segunda (13), ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

Na ocasião, trataram de parcerias entre as duas instituições, vislumbrando a assinatura de termos de cooperação técnica, inclusive com foco na proteção de crianças e adolescentes.

Durante o encontro, também foi discutido o fortalecimento da parceria entre o MPT-MA e o TJMA, que garante a destinação de recursos para a Casa da Criança Menino Bom Jesus, mantida pelo Poder Judiciário para atender crianças vítimas de maus tratos ou em situação de abandono.

A instituição acolhe e encaminha crianças para adoção ou promove a reinserção delas nas famílias de origem.

Além dos procuradores do MPT-MA e do presidente do TJMA, a visita contou com a participação da sub-chefe de gabinete da Presidência, Niura Freire de Déa e do juiz coordenador do Toada Lab, Ferdinando Serejo

Encontro discute regularização fundiária e resíduos sólidos

CCOM - MPMA

Encontro foi promovido pelo MPMA com a Defensoria Pública - Foto: Divulgação

Abordando os temas regularização fundiária e resíduos sólidos, foi realizada, na tarde desta terça-feira, 13, de forma híbrida (presencial e virtual), o I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais. Realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (Calhau), o encontro foi promovido pelo Ministério Público do Maranhão em parceria com a Defensoria Pública. A atividade foi transmitida pelo YouTube da Escola Superior do MPMA (ESMP).

Membros do MPMA, autoridades da Defensoria Pública do Maranhão e de demais instituições do sistema de justiça, além de gestores municipais de todo o estado, participaram da atividade.

Na abertura, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, destacou o objetivo do encontro que é unir esforços entre as instituições do sistema de justiça e dos gestores para contribuir para a melhoria da vida da população maranhense. “Nós temos a obrigação de tratar bem o Maranhão para que possamos desenvolvê-lo. Nós precisamos dos gestores para que possamos melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano e a vida de toda a população. Por isso, estamos convocando todos para esta finalidade”, enfatizou o chefe do MPMA.

A diretora da Escola da Defensoria Pública, Cristiane Marques, ressaltou a relevância dos temas a serem debatidos: regularização fundiária e resíduos sólidos. “É um momento de um diálogo muito importante e a gente pensou em trazer contribuições concretas para os municípios”, disse.

Representando a diretora da ESMP, Karla Adriana Farias Vieira, a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro também destacou a importância do debate. “É nesse sentido que este encontro marca mais um importante passo na atuação do Ministério Público, preventiva e orientadora, e a atuação de todas as outras instituições do sistema de justiça e dos gestores municipais em prol de dois temas muito caros aos esforços de pacificação social e de respeito ao meio ambiente”.

O defensor público-geral do Estado, Alberto Bastos, igualmente comentou sobre os dois assuntos em discussão e a respeito dos objetivos do encontro. “Acho que o recado que estamos passando é que o sistema de justiça está aberto ao diálogo. O que nós queremos é a plena execução das políticas públicas, beneficiando aqueles que estão lá na ponta e que a gente consiga levar mais moradia e mais segurança a toda a população”.

No mesmo sentido se pronunciou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Paulo Velten, um dos palestrantes da tarde, que representou o presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, no encontro. “O que precisamos fazer é discutir, com absoluta racionalidade e à luz do Direito, políticas públicas que devem ser implementadas de imediato e que vão alcançar o cidadão brasileiro, maranhense, que espera muito do esforço de cada um de nós”.

Para o vice-governador do estado, Carlos Brandão, somente com a união de todos os poderes e instituições será

possível avançar na resolução dos problemas relativos aos temas em debate. “A gente precisa se aprofundar no conhecimento sobre esses dois assuntos. O Executivo, o Judiciário, o Legislativo sozinhos não conseguem resolver. Temos que ouvir os gestores e os especialistas”, disse.

PALESTRAS

Encontro foi direcionado a gestores municipais - Foto: Divulgação

A primeira palestra, abordando o tema Regularização fundiária, foi proferida por Gabriel Santana Furtado (subdefensor-geral da Defensoria Pública do Estado) e Paulo Velten (corregedor-geral do Tribunal de Justiça). A outra palestra, com o tema Resíduos sólidos, foi apresentada pelo promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior (coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público do Maranhão).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O primeiro a se apresentar foi o subdefensor-geral da Defensoria Pública do Maranhão, Gabriel Santana Furtado, que discorreu sobre regularização fundiária em áreas urbanas. Em sua exposição, o palestrante afirmou que o Maranhão tem um déficit habitacional enorme e que, por isso, é necessário que os gestores municipais definam as áreas passíveis de regularização fundiária. “O gestor é o protagonista da regularização fundiária, que deve ser uma política prioritária municipal, porque o ganho dos recursos e de capital político é do município”, completou.

Entre os ganhos diretos decorrentes da regularização fundiária está o aumento da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Entre as vantagens indiretas estão a geração de novos negócios e o fomento da construção civil.

Paulo Velten disse que a regularização fundiária concretiza a dignidade da pessoa humana - Foto: Divulgação

O corregedor-geral de Justiça, Paulo Velten, destacou que o processo de regularização fundiária, sobretudo o urbano, deve ser realizado pelos administradores municipais com o auxílio de outros órgãos e instituições, incluindo os cartórios de registro de imóveis. “Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm que ter um diálogo permanente pensando no cidadão que está na ponta. Temos, portanto, que aprofundar esta pauta com os gestores municipais e trabalhar com interdependência. A regularização fundiária é fundamental para que a gente possa efetivamente concretizar a chamada dignidade da pessoa humana, que além de um princípio, é um valor constitucional”.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Em sua exposição sobre resíduos sólidos, o promotor de justiça Fernando Barreto do Meio Ambiente de São Luís, apresentou detalhes sobre a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a política nacional de resíduos sólidos, e mostrou os índices nacionais e estaduais relativos ao assunto em pauta, após mais de dez anos da promulgação da lei.

De acordo com os dados da Controladoria Geral da União de 2017, ao todo, 12 planos estaduais de resíduos sólidos haviam sido elaborados (45%) e 2.325 municípios brasileiros (42%) também tinham apresentado seus planos. No Maranhão, havia 61 municípios com plano de resíduos sólidos. “Nós não estamos muito longe dos índices nacionais, apesar de nossas carências. Então, podemos melhorar”.

Em sua palestra, o promotor de justiça também ressaltou a importância da implementação da coleta seletiva nos municípios com a participação dos catadores, como forma de promover a reciclagem e a economia solidária e circular. Além da geração de renda, o modelo gera economia ao erário. “É uma forma de gerar dinheiro e emprego para uma população que não tem acesso ao trabalho formal”.

Joaquim Figueiredo, do TJ, nega liminar contra decreto que garantiu vaga no TCE apenas para Marcelo Tavares

O mérito do caso ainda será julgado pelo pleno do Tribunal de Justiça maranhense, após manifestação do Ministério Público

O desembargador Joaquim Figueiredo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, negou liminar ao advogado Márcio dos Santos Rabelo para que fosse reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade do decreto legislativo que garantiu a inscrição para cargo de conselheiro no TCE (Tribunal de Contas do Estado) apenas para o ex-secretário-chefe da Casa Civil do Palácio dos Leões, Marcelo Tavares. O mérito do caso ainda será julgado pelos demais magistrados do pleno do TJ maranhense, após manifestação do Ministério Público estadual.

Espécie de ofensa institucionalizada às minorias parlamentares, a norma estabelecida no século passado permite que apenas os candidatos apoiados pelo grupo dominante da Assembleia Legislativa do Maranhão estejam habilitados a concorrer ao cargo vago. Trata-se do mesma manobra fora do texto constitucional e da Carta Estadual, por simetria, questionada desde novembro de 2013 por Domingos Dutra (PT) e Bira do Pindaré (PSB) quando da indicação do ex-vice-governador Washington Oliveira para o TCE maranhense, mas julgada como legal e constitucional no último dia 9, após quase oito anos.

Para Figueiredo, em princípio, em razão de Rabelo ter aceitado disputar a vaga mesmo após conhecimento de que o edital de inscrição exigia do candidato a comprovação de apoio de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, não ficou comprovado indício de que o direito pleiteado, o chamado da linguagem jurídica de *fumus boni iuris*, de fato existe.

“Em assim sendo, não me parece demonstrado o imprescindível FUMUS BONI IURIS, na medida em que ao menos PRIMA FACIE, dentro dos estreitos lindes admissíveis nesta fase processual de cognição meramente sumária, restrita, a hipótese, ao atendimento de critério previamente estipulado na lei do certame, à qual vinculado o candidato que nele busca se inscrever”, anotou.

“Certo, pois, que indissociáveis os pressupostos necessários ao deferimento da liminar requestada, não podendo, um deles, por si, suprir a ausência do outro é que, não obstante IN CASU evidenciado o necessário PERICULUM IN MORA [caracterizado pela possibilidade da ocorrência de danos irreparáveis, ou de difícil reparação], resta ao menos por ora descabida a benesse perseguida, à falta da imprescindível comprovação do bom direito alegado na urgente via”, completou.

Joaquim Figueiredo abriu prazo de 10 dias para que o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto, e da comissão especial responsável por analisar as inscrições para o cargo, Ricardo Rios (PDT), prestem informações a respeito do caso. O prazo começa a contar a partir da data de intimação, de cada.

O mesmo prazo regimental foi estabelecido para manifestação da PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça) do Ministério Público do Maranhão.

Ao ATUAL7, Márcio Rabelo disse que estuda levar o caso aos tribunais superiores, se o pleno do TJ maranhense negar os pedidos ao julgar o mérito do mandado de segurança.

“Isso mostra que o Tribunal de Justiça não é unânime sobre a (im)possibilidade de inconstitucionalidade do Decreto de 90. Acredito que seja preciso acionar o Pretório Excelso para resolver definitivamente a ausência de segurança jurídica que esse decreto traz para a legislação maranhense”, destacou o advogado, ao comentar sobre o desembargador Marcelo Carvalho Silva, em decisão sobre o caso envolvendo a indicação de Washington Oliveira para o TCE-MA, haver contestado a exigência expressa no decreto legislativo novamente questionado.

TJMA realiza primeira sessão plenária híbrida com maioria presencial

Depois de cerca de um ano e meio de sessões por videoconferência, por causa da pandemia mundial da Covid-19, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou, nesta quarta-feira (15), uma sessão plenária híbrida, com a presença da maioria de seus membros na sala das sessões plenárias, enquanto os demais participaram a partir de outros ambientes, de forma remota, por meio de vídeo. Antes da apreciação dos processos, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, entregou a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes aos desembargadores José Gonçalo de Sousa Filho, Antônio José Vieira e à desembargadora Francisca Galiza, que ainda não haviam recebido a comenda em sessão, devido à pandemia.

“Estamos, aqui, todos realizados, todos satisfeitos, felizes de começar essa nova etapa na história deste Tribunal. Vencemos este período terrível que passou e vamos começar, hoje, a nossa proximidade, que é o que estávamos precisando, de nos olharmos de frente, fisicamente, para o outro, e nos sentirmos integrantes de uma comunidade ativa”, saudou o presidente Lourival Serejo, ao abrir os trabalhos.

O formato misto, com parte dos desembargadores e desembargadoras participando de forma presencial e outra parte de forma remota, ainda em razão de cuidados necessários a serem tomados para não disseminação do novo coronavírus, deve-se à redução significativa dos números de novos casos e de mortes provocadas pela doença no Maranhão e no Brasil, segundo dados informados pelas autoridades de saúde de todas as esferas.

primeira sessão plenária por videoconferência do Tribunal de Justiça do Maranhão foi realizada no dia 15 de abril de 2020. Desde aquela data, os 30 desembargadores e desembargadoras - que compõem a totalidade de magistrados e magistradas no âmbito do 2º Grau - participaram de sessões plenárias no mesmo formato, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJMA no YouTube.

TJMA e Famem promovem acesso à justiça por meio do projeto 'Município Amigo da Justiça'

A parceria é construída na identificação de atribuições comuns, ou seja, nenhuma instituição terá que alterar suas atividades regulares

Foto de João Filho João Filho 18 horas atrás 0 3 minutos lido

O Tribunal de Justiça do Maranhão e Famem promovem a partir do dia 21 de setembro reuniões, dando continuidade ao Projeto 'Município Amigo da Justiça', nas cidades de Itapecuru, Caxias e Codó.

Inspirado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – ODS/ONU n. 17 (formação de parcerias), o projeto busca unir esforços nos compromissos do Judiciário de assegurar o acesso à Justiça (ODS/ONU nº 16) e dos diversos compromissos dos Municípios para assegurar melhor qualidade de vida para sua população. Iniciado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no Maranhão ganhou maiores proporções, tornando-se um modelo de parceria seminal.

O TJMA compreendendo o seu papel de assegurar o acesso à Justiça a todos os Maranhenses encontrou na parceria com os Municípios a forma de alcançar os cidadãos, contando com o apoio significativo da FAMEM nessa intermediação. A parceria é construída na identificação de atribuições comuns, ou seja, nenhuma instituição terá que alterar suas atividades regulares, apenas adaptar seus serviços de modo a oferecer melhores oportunidades aos cidadãos, sem que isso implique no aumento dos gastos públicos de forma significativa.

Solução de conflitos

O Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça foi instituído no Maranhão pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do TJMA, por meio da Portaria n. 336, de 11.07.2019, conferindo o mesmo para Municípios que firmaram parcerias para funcionamento de espaços de solução consensual de conflitos. Hoje, com a experiência trazida pelo uso da tecnologia e o acesso aos direitos pelo meio digital, o TJMA está reconhecendo os Municípios que ofereçam solução própria, e acesso à soluções externas, pela via eletrônica.

Segundo o projeto, os municípios recebem selos nas categorias diamante, ouro, prata e bronze, conforme a colaboração do gestor na instalação de Centros de Conciliação, Cejuscs, e postos de centros judiciários. O "Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça do Maranhão" é gerido pelo desembargador José Luiz Almeida.

São exemplos desse modelo de serviços a solução de débitos fiscais dos municípios; acesso ao DPVAT pelo aplicativo da Caixa; garantia de aposentadoria no aplicativo Meu INSS; defesa de direito de consumo na plataforma consumidor.gov.br; uso da plataforma de Central de Conciliação de Videoconferência do TJMA para

solução de conflitos por meio da conciliação.

“As medidas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça para implantação de um serviço digital, consolidada no programa de Justiça 4.0, trouxeram como desafio a atenção aos excluídos digitais. Disponibilidade de acesso à internet e formação de equipes que já desenvolve a atenção social junto aos municípios, é todo o investimento necessário para desenvolver o melhoramento da qualidade de vida”, explica o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, o juiz Alexandre Abreu.

Quanto a outros requisitos do Selo de Reconhecimento, como redução de demandas e solução consensual de conflitos judiciais, essas serão questões a serem resolvidas dentro das políticas desenvolvidas por cada Município.

“O Projeto reconhece como parceiros da Justiça os municípios que desenvolvem ações que assegurem ao municípios o acesso a uma ordem jurídica justa, compreendida no acesso aos meios digitais de solução adequada de conflito”, esclarece o presidente da Famem, Erlanio Xavier.

Os municípios são também distinguidos pelo apoio institucional a projetos e ações governamentais e não governamentais no âmbito da Justiça. Termo de Cooperação Técnica firmado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Famem, assinado em 2019, garante a disseminação dos meios adequados de solução de conflito no âmbito municipal.

Um conjunto de medidas visa reduzir o volume de ações judiciais, encaminhando solução adequada de conflitos judicializados. Sem nenhum ônus financeiro ao município, as soluções abarcam relação de consumo e tratamento do endividamento via plataforma digital pública e ainda aplicação de Oficinas de Parentalidade, contribuindo para melhorar a convivência familiar, em questões envolvendo pais e filhos, utilizando recursos disponíveis no Executivo Municipal.

Ações de mediação

Além disso, municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social (Cras).

Também precisam assegurar o acesso da população aos meios digitais de solução de conflitos de demandas de consumo e a formação de servidores com atuação na assistência social para o desenvolvimento de dinâmicas de pacificação das relações familiares e escolares e atuar na solução consensual de conflitos administrativos ou judicializados, em que seja parte.

TJ-MA anuncia concurso para novas contratações

A remuneração inicial, de acordo com o último concurso, foi de R\$ 20.667,85

16/09/2021 11:19 •

Atualizado em 16/09/2021 11:28

Um novo concurso para o cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA) deve ocorrer em breve. O certame, que deve oferecer 15 vagas iniciais foi confirmado durante a sessão plenária da última quarta-feira (15).

A remuneração inicial, de acordo com o último concurso, foi de R\$ 20.667,85. Para concorrer, os interessados devem possuir formação de nível superior em direito, além de três anos de atividade jurídica.

TJ-MA terá concurso para contratar 15 juízes substitutos (Foto: Divulgação/CNJ)

TJ-MA terá concurso para contratar 15 juízes substitutos (Foto: Divulgação/CNJ)

Com isto, os próximos passos são formar a comissão organizadora do certame, responsável pela elaboração do edital e, posteriormente, iniciar o processo de escolha da banca. Somente após a assinatura do contrato com a empresa responsável será possível definir a data de publicação do edital de abertura de inscrições.

Saiba como foi a última seleção

O último concurso TJ MA para juiz foi realizado em 2012, quando foram oferecidas em 2012. Ao todo foram oferecidas 31 vagas para preenchimento imediato, além de formar cadastro reserva de pessoal. A banca, na ocasião, foi o Cebraspe.

A seleção contou com seis fases, da seguinte forma:

- provas objetivas

- duas provas escritas

- inscrição definitiva e sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico

- prova oral

- análise de títulos

- curso de formação.

A parte objetiva contou com 100 questões, distribuídas por três blocos, da seguinte forma:

Bloco I - 35 questões sobre:

- direito civil
- direito processual civil
- direito do consumidor
- direito da criança e do adolescente
- juizados especiais

Bloco II - 35 questões sobre:

- direito penal
- direito processual penal
- direito constitucional
- direito eleitoral
- direito judiciário

Bloco III - 30 questões sobre:

- direito empresarial
- direito tributário
- direito ambiental
- direito administrativo

As duas provas escritas foram compostas de uma avaliação discursiva e prova prática de sentença. A avaliação discursiva contou com quatro questões, enquanto a parte prática foi composta de duas sentenças.

CEMULHER deverá implantar rede de apoio à mulher vítima de violência em Timon

15/09/2021 23:00:00

O presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA (CEMULHER/TJMA), desembargador Cleones Cunha, visitou a Comarca de Timon para tratar sobre a implantação da rede de apoio à mulher vítima de violência doméstica neste município, nessa segunda-feira (13).

Na ocasião, foi agendado um novo encontro para o mês de outubro, reunindo representantes de todas as instituições que devem integrar a rede, a fim de que sejam iniciadas as atividades na Comarca de Timon.

Na oportunidade, o desembargador Cleones Cunha se reuniu com as juízas e juízes Raquel Castro Menezes (titular da 1ª Vara Cível e Diretora do Fórum); Simeão Pereira e Silva (titular da Vara da Infância e Juventude); José Elismar Marques (titular da Vara da Execução Penal) e Rosa Maria Duarte (titular da Vara da Família).

Também participaram da reunião, a presidente da Subseção da OAB em Timon, Fernanda Beatriz Castro; as advogadas Amanda Almeida Waquim e Kenia Caldas, respectivamente, presidente e membro da Comissão da Mulher Advogada da Subseção da OAB em Timon; além da Coordenadora Municipal de Defesa da Mulher de Timon, Kellyane Lima Gedeon.

TJMA promove primeira edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante

15/09/2021 22:00:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá promover a primeira edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante, no período de 20 a 24 de setembro. Desta vez, as comarcas contempladas serão Alto Alegre do Maranhão, São João do Sóter e Codó.

Durante o evento, cidadãos e cidadãs poderão solucionar questões processuais e pré-processuais, de forma ágil, simples e descentralizada.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA) - presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu - em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA).

O presidente do Nupemec do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, enfatiza a importância e o alcance social do projeto, com vistas à pacificação dos conflitos.

"Faremos um grande evento em benefício da população maranhense. Queremos incentivar a cultura do diálogo, do empoderamento das partes, da conciliação e da pacificação social, pois este é o melhor caminho para a resolução dos conflitos", pontuou.

DEMANDAS

Na oportunidade, a população poderá resolver demandas processuais (com ação judicial) e pré-processuais (sem ação judicial), de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

PARCERIA

O projeto Conciliação Itinerante é promovido pelo Tribunal de Justiça em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA).

MEDIDAS PREVENTIVAS

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel, máscaras e o distanciamento social.

COMO PARTICIPAR

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel e outros, a depender de cada caso).

A equipe coordenadora informa que, caso as partes envolvidas já estejam predispostas a participar da sessão de conciliação, poderão se apresentar, sem agendamento prévio, no dia do evento, para dialogarem e tentarem um acordo.

LOCAIS DE ATENDIMENTO

Alto Alegre do Maranhão - dias 20 e 21/9, na Praça Lindalva Maranhão, Rua do Comércio, Centro, das 8h às 17h.

São João do Sóter - dia 22/9, na Praça Eugênia Campos, atrás da Prefeitura, das 8h às 17h.

Codó - dias 23 e 24/9, no Salão do Júri do Fórum, na Rua João Ribeiro, 3132, São Sebastião, das 8h às 17h.

PLATAFORMA

Durante o projeto, o coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, informa que o TJMA também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

Maura Jorge participa da inauguração da nova sede do Ministério Público em Lago da Pedra

POSTED BY: RODRIGO SETEMBRO 16, 2021

Maura Jorge, em seu discurso disse que o investimento na estrutura física dos órgãos públicos é fundamental para servir bem a população.

Maura Jorge, em seu discurso disse que o investimento na estrutura física dos órgãos públicos é fundamental para servir bem a população. “Deus reservou esse momento para nós. Tudo tem o seu tempo certo. Percebi a saga que o Ministério Público atravessou para chegar até aqui. É um privilégio muito grande participar desse momento e as palavras são curtas para expressar meu agradecimento. O Poder Público precisa ser respeitado e valorizado”. Maura Jorge agradeceu ao Procurador de Justiça do estado do Maranhão, Eduardo Jorge Nicolau, pelo convite. A solenidade de inauguração do Ministério Público do Maranhão aconteceu na manhã desta quarta-feira, 15, a nova sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Lago da Pedra, situada na Rua Hilário Neto, no bairro Vila Rocha. Foi presidida pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a solenidade teve a presença da prefeita de Lago da Pedra, Maura Jorge, de membros e servidores do Ministério Público do Maranhão, Judiciário, Executivo e Legislativo municipais, polícias Civil e Militar, além de representantes da sociedade civil e líderes religiosos. Na solenidade, o chefe do MPMA, Eduardo Nicolau, declarou que a inauguração de novas sedes do Ministério Público nas comarcas do interior do estado tem a finalidade de melhor atender ao público e prestar um serviço mais aprimorado à comunidade, oferecendo instalações dotadas de acessibilidade e conforto. “Nossa expectativa, assim como principal objetivo, é de melhor atender ao público, e assim, prestar um melhor serviço à comunidade, entregando a ela instalações dotadas de plena acessibilidade e conforto, pois as portas do Ministério Público estão sempre abertas para aqueles que queiram entrar e receber atendimento” afirmou. Declarou o Procurador de Justiça do estado do Maranhão, Eduardo Jorge Nicolau.

Centro de Conciliação de Timon supera meta de acordos no 1º semestre

Equipe registrou aumento de 100% de acordos em relação ao mesmo período de 2020

O 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Timon superou a previsão referente ao período de janeiro a junho de 2021 para o cumprimento da Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A meta tem por objetivo aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior.

De acordo com os dados da Coordenadoria de Estatística do TJMA, o número de acordos em 2020, no período de janeiro a junho, foi de 135, e neste ano de 2021, até o mês de junho, foram realizados 270 acordos, ou seja, o resultado de 2020 foi superado, cumprindo mais de 100% da meta.

Até a presente data, a equipe do Centro de Conciliação de Timon já realizou 350 acordos, 1.250 audiências e 2.500 atendimentos à população. Os números alcançados foram possibilitados mediante o esforço de toda a equipe do Cejusc em benefício dos cidadãos e das cidadãs.

O coordenador do Centro de Conciliação de Timon, juiz Paulo Brasil Menezes, enfatiza a importância da política de conciliação para o Poder Judiciário e a população.

“A sociedade vem compreendendo bem a cada dia a força do diálogo. A conciliação é uma oportunidade para o cidadão resolver seus conflitos de forma mais célere e, no final, ter um acordo homologado com força judicial. Estamos vivendo novos tempos que pedem uma política diferente de solução de conflitos e também uma cultura que não seja só da litigiosidade”, explica o juiz.

ATENDIMENTO

O atendimento do 1º Cejusc de Timon vem sendo realizado de forma presencial, seguindo todos os protocolos sanitários, como: I - descontaminação das mãos, com utilização de álcool em gel 70º; II - uso adequado de máscaras; III - manutenção do distanciamento físico mínimo de 2 metros; IV - não apresentar sinais de gripe, tais como: tosse, espirros e febre (aferição obrigatória da temperatura corporal), dentre outros; ou por meio virtual pelo WhatsApp do Centro nº (99) 99904-7306, e-mail institucional (1cejusc-tim@tjma.jus.br) e, ainda, por videoconferência pela plataforma oficial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Webconference.

AGENDAMENTO

Para agendar uma audiência de conciliação, por videoconferência, junto ao 1º Cejusc de Timon, basta comparecer presencialmente, ou entrar em contato pelo WhatsApp (99) 99904-7306 ou enviar e-mail para 1cejusc-tim@tjma.jus.br, acompanhado da documentação digitalizada (RG, CPF, comprovante de residência). Também é necessário enviar os documentos relacionados ao assunto que será discutido, tais como: certidão de nascimento, no caso de haver menores envolvidos; certidão de casamento, quando se tratar de divórcio;

documentos dos bens (registro no cartório de imóveis, licenciamento, contrato), quando se tratar de partilha.

Além disso, é necessário informar o telefone da parte contrária, ou seja, do requerido ou da requerida, para que a equipe do Cejusc entre em contato para confirmar o interesse em participar da audiência.

As audiências são devidamente conduzidas por conciliadores capacitados e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio técnico da Coordenação dos Centros de Conciliação.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações, basta ligar ou enviar mensagens para o Cejusc de Timon: (99) 99904-7306 (WhatsApp). As informações são do TJMA.

Município Amigo da Justiça: TJMA e Famem promovem acesso à justiça em Itapecuru, Caxias e Codó

A partir do dia 21 de setembro.

Por: FAMEM | Data: 17/09/2021 10:51 - Atualizado em 17/09/2021 10:51

Compartilhar

O Tribunal de Justiça do Maranhão e Famem promovem a partir do dia 21 de setembro reuniões, dando continuidade ao projeto "Município Amigo da Justiça", nas cidades de Itapecuru, Caxias e Codó.

Inspirado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas - ODS/ONU n. 17 (formação de parcerias), o projeto busca unir esforços nos compromissos do Judiciário de assegurar o acesso à Justiça (ODS/ONU n. 16) e dos diversos compromissos dos Municípios para assegurar melhor qualidade de vida para sua população. Iniciado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no Maranhão ganhou maiores proporções, tornando-se um modelo de parceria seminal.

O TJMA compreendendo o seu papel de assegurar o acesso à Justiça a todos os Maranhenses encontrou na parceria com os Municípios a forma de alcançar os cidadãos, contando com o apoio significativo da FAMEM nessa intermediação. A parceria é construída na identificação de atribuições comuns, ou seja, nenhuma instituição terá que alterar suas atividades regulares, apenas adaptar seus serviços de modo a oferecer melhores oportunidades aos cidadãos, sem que isso implique no aumento dos gastos públicos de forma significativa.

Solução de conflitos

O Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça foi instituído no Maranhão pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do TJMA, por meio da Portaria n. 336, de 11.07.2019, conferindo o mesmo para Municípios que firmaram parcerias para funcionamento de espaços de solução consensual de conflitos. Hoje, com a experiência trazida pelo uso da tecnologia e o acesso aos direitos pelo meio digital, o TJMA está reconhecendo os Municípios que ofereçam solução própria, e acesso à soluções externas, pela via eletrônica.

Segundo o projeto, os municípios recebem selos nas categorias diamante, ouro, prata e bronze, conforme a colaboração do gestor na instalação de Centros de Conciliação, Cejuscs, e postos de centros judiciários. O "Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça do Maranhão" é gerido pelo desembargador José Luiz Almeida.

São exemplos desse modelo de serviços a solução de débitos fiscais dos municípios; acesso ao DPVAT pelo aplicativo da Caixa; garantia de aposentadoria no aplicativo Meu INSS; defesa de direito de consumo na plataforma consumidor.gov.br; uso da plataforma de Central de Conciliação de Videoconferência do TJMA para solução de conflitos por meio da conciliação.

“As medidas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça para implantação de um serviço digital, consolidada no programa de Justiça 4.0, trouxeram como desafio a atenção aos excluídos digitais. Disponibilidade de acesso à internet e formação de equipes que já desenvolve a atenção social junto aos municípios, é todo o investimento necessário para desenvolver o melhoramento da qualidade de vida”, explica o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, o juiz Alexandre Abreu.

Quanto a outros requisitos do Selo de Reconhecimento, como redução de demandas e solução consensual de conflitos judiciais, essas serão questões a serem resolvidas dentro das políticas desenvolvidas por cada Município.

“O projeto reconhece como parceiros da Justiça os municípios que desenvolvem ações que assegurem ao municípios o acesso a uma ordem jurídica justa, compreendida no acesso aos meios digitais de solução adequada de conflito”, esclarece o presidente da Famem, Erlanio Xavier.

Os municípios são também distinguidos pelo apoio institucional a projetos e ações governamentais e não governamentais no âmbito da Justiça. Termo de Cooperação Técnica firmado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Famem, assinado em 2019, garante a disseminação dos meios adequados de solução de conflito no âmbito municipal.

Um conjunto de medidas visa reduzir o volume de ações judiciais, encaminhando solução adequada de conflitos judicializados. Sem nenhum ônus financeiro ao município, as soluções abarcam relação de consumo e tratamento do endividamento via plataforma digital pública e ainda aplicação de Oficinas de Parentalidade, contribuindo para melhorar a convivência familiar, em questões envolvendo pais e filhos, utilizando recursos disponíveis no Executivo Municipal.

Ações de mediação

Além disso, municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social (Cras).

Também precisam assegurar o acesso da população aos meios digitais de solução de conflitos de demandas de consumo e a formação de servidores com atuação na assistência social para o desenvolvimento de dinâmicas de pacificação das relações familiares e escolares e atuar na solução consensual de conflitos administrativos ou judicializados, em que seja parte.

TJMA apresenta projeto Município Amigo da Justiça em comarcas do Estado

O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA) - irá se reunir com representantes municipais, nas comarcas de Itapecuru Mirim, Caxias e Codó, nos próximos dias 21, 22 e 23, respectivamente, para apresentação do "Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça do Maranhão".

O projeto visa reconhecer a cooperação empreendida por municípios - produtores e fornecedores de bens e serviços - que vêm desenvolvendo ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos judicializados.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, reconhece a importância do incentivo para assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais da sociedade maranhense. "O objetivo é estimular a pacificação social dos conflitos, com vistas à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que promova o bem de todos e todas", pontuou.

O Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça do Maranhão é gerido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

SELO

Instituído por meio da Portaria nº 3362019, o programa de reconhecimento considera a necessidade de harmonização entre os Poderes para consecução do objetivo constitucional de assegurar a construção de uma sociedade justa, com erradicação da marginalização e redução das desigualdades sociais.

Os selos - que contemplam as categorias diamante, ouro, prata e bronze - são concedidos aos municípios que colaboram para a instalação de Centros de Conciliação (Cejuscs) e postos de centros judiciários e que apoiam institucionalmente projetos e ações governamentais e não governamentais, especialmente as desenvolvidas pelo TJMA.

Além disso, os municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social (Cras).

Também precisam assegurar o acesso da população aos meios digitais de solução de conflitos de demandas de consumo e a formação de servidores e servidoras, com atuação na assistência social para o desenvolvimento de dinâmicas de pacificação das relações familiares e escolares, além de atuar na solução consensual de conflitos administrativos ou judicializados, em que seja parte.

TERMO DE COMPROMISSO

A participação na avaliação e recebimento do Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça do Maranhão tem inscrição voluntária, por meio da subscrição de um Termo de Compromisso Público firmado entre o TJMA e o Município participante.

LOCAIS

Participarão dos encontros promovidos pelo Nupemec/TJMA para apresentação do programa em Itapecuru Mirim, Caxias e Codó juizes, juizas, prefeitos, prefeitas, representantes das Prefeituras, presidente ou representante da Câmara de Vereadores, promotores e promotoras de Justiça, defensores, defensoras públicas, advogados, advogadas e a sociedade civil.

Itapecuru Mirim - Dia 21/9, às 16h, no Salão do Júri do Fórum;

Caxias - Dia 22/9, às 17h, no Salão do Júri do Fórum;

Codó - Dia 23/9, às 19h, na Associação Comercial.

CONCILIAÇÃO ITINERANTE

Durante o período de 20 a 24 de setembro de 2021, o Nupemec do TJMA também estará promovendo a primeira edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante, nas comarcas de Alto Alegre do Maranhão (20 e 21/9), São João do Sóter (22/9) e Codó (23 e 24/9). Durante o evento, cidadãos e cidadãs poderão solucionar questões processuais (com ação judicial) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma ágil, simples e descentralizada.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

Desembargador Lourival Serejo reúne-se com presidente do TCE

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, fez visita institucional ao conselheiro Washington Oliveira, presidente do Tribunal de Contas do Maranhão (TCE-MA).

A troca de experiências na área de tecnologia da informação e inteligência artificial, bem como o estreitamento nas relações institucionais em prol da sociedade, incluem-se entre os assuntos discutidos na reunião, que contou com a participação dos conselheiros Raimundo Oliveira, Osmário Guimarães (substituto) e do secretário-geral do TCE-MA, Bruno Almeida.

Na oportunidade, o desembargador Lourival Serejo falou sobre o Laboratório de Inovação ToadaLab, que é atualmente uma das estratégias do Poder Judiciário na atual gestão, exercendo um papel relevante para a efetivação de uma justiça ágil, moderna e em sintonia com os novos tempos.

TJMA e Famem promovem acesso à justiça por meio do projeto "Município Amigo da Justiça"

O Tribunal de Justiça do Maranhão e Famem promovem a partir do dia 21 de setembro reuniões, dando continuidade ao projeto "Município Amigo da Justiça", nas cidades de Itapecuru, Caxias e Codó.

Inspirado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas - ODS/ONU n. 17 (formação de parcerias), o projeto busca unir esforços nos compromissos do Judiciário de assegurar o acesso à Justiça (ODS/ONU n. 16) e dos diversos compromissos dos Municípios para assegurar melhor qualidade de vida para sua população. Iniciado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no Maranhão ganhou maiores proporções, tornando-se um modelo de parceria seminal.

O TJMA compreendendo o seu papel de assegurar o acesso à Justiça a todos os Maranhenses encontrou na parceria com os Municípios a forma de alcançar os cidadãos, contando com o apoio significativo da FAMEM nessa intermediação. A parceria é construída na identificação de atribuições comuns, ou seja, nenhuma instituição terá que alterar suas atividades regulares, apenas adaptar seus serviços de modo a oferecer melhores oportunidades aos cidadãos, sem que isso implique no aumento dos gastos públicos de forma significativa.

Solução de conflitos

O Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça foi instituído no Maranhão pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do TJMA, por meio da Portaria n. 336, de 11.07.2019, conferindo o mesmo para Municípios que firmaram parcerias para funcionamento de espaços de solução consensual de conflitos. Hoje, com a experiência trazida pelo uso da tecnologia e o acesso aos direitos pelo meio digital, o TJMA está reconhecendo os Municípios que ofereçam solução própria, e acesso à soluções externas, pela via eletrônica.

Segundo o projeto, os municípios recebem selos nas categorias diamante, ouro, prata e bronze, conforme a colaboração do gestor na instalação de Centros de Conciliação, Cejuscs, e postos de centros judiciários. O "Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça do Maranhão" é gerido pelo desembargador José Luiz Almeida.

São exemplos desse modelo de serviços a solução de débitos fiscais dos municípios; acesso ao DPVAT pelo aplicativo da Caixa; garantia de aposentadoria no aplicativo Meu INSS; defesa de direito de consumo na plataforma consumidor.gov.br; uso da plataforma de Central de Conciliação de Videoconferência do TJMA para solução de conflitos por meio da conciliação.

"As medidas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça para implantação de um serviço digital, consolidada no programa de Justiça 4.0, trouxeram como desafio a atenção aos excluídos digitais. Disponibilidade de acesso à internet e formação de equipes que já desenvolve a atenção social junto aos municípios, é todo o investimento necessário para desenvolver o melhoramento da qualidade de vida", explica o coordenador do Núcleo

Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, o juiz Alexandre Abreu.

Quanto a outros requisitos do Selo de Reconhecimento, como redução de demandas e solução consensual de conflitos judiciais, essas serão questões a serem resolvidas dentro das políticas desenvolvidas por cada Município.

“O projeto reconhece como parceiros da Justiça os municípios que desenvolvem ações que assegurem ao munícipes o acesso a uma ordem jurídica justa, compreendida no acesso aos meios digitais de solução adequada de conflito”, esclarece o presidente da Famem, Erlanio Xavier.

Os municípios são também distinguidos pelo apoio institucional a projetos e ações governamentais e não governamentais no âmbito da Justiça. Termo de Cooperação Técnica firmado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, Famem, assinado em 2019, garante a disseminação dos meios adequados de solução de conflito no âmbito municipal.

Um conjunto de medidas visa reduzir o volume de ações judiciais, encaminhando solução adequada de conflitos judicializados. Sem nenhum ônus financeiro ao município, as soluções abarcam relação de consumo e tratamento do endividamento via plataforma digital pública e ainda aplicação de Oficinas de Parentalidade, contribuindo para melhorar a convivência familiar, em questões envolvendo pais e filhos, utilizando recursos disponíveis no Executivo Municipal.

Ações de mediação

Além disso, municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social (Cras).

Também precisam assegurar o acesso da população aos meios digitais de solução de conflitos de demandas de consumo e a formação de servidores com atuação na assistência social para o desenvolvimento de dinâmicas de pacificação das relações familiares e escolares e atuar na solução consensual de conflitos administrativos ou judicializados, em que seja parte.

ASCOM/FAMEM

Prefeito Eduardo Braide entrega títulos de propriedade de terra aos moradores da comunidade São Joaquim de Itapera, Zona Rural de São Luís

18/09/2021 19h35

Por Igor Linhares (SECOM)

Foto: @Divulgação

O prefeito Eduardo Braide entregou, neste sábado (18), a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) à comunidade São Joaquim de Itapera, localizada na Zona Rural de São Luís. O título de posse da terra é um benefício essencial para o desenvolvimento social e o direito à moradia, assegurado a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal. O mecanismo também representa o sonho de 62 famílias da localidade que vinham buscando, há anos, meios para legalizar suas habitações.

“A entrega desses títulos de posse é a realização do sonho da terra própria. O documento de regularização está sendo entregue a pequenos produtores, pessoas que há muitos anos aguardavam por esse momento. A partir de agora, 62 famílias possuem em definitivo o título de seus lotes, trabalho que vamos levar para toda a cidade de São Luís, de forma que possamos solucionar muitas outras demandas existentes nesse sentido, tudo para promover mais dignidade e desenvolvimento social”, destacou o prefeito Eduardo durante a entrega das CRF’s aos moradores.

Foto: @Divulgação

A entrega dos títulos de propriedade de terra é resultado de um Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) que, juntos, desenvolveram os procedimentos técnicos para mapeamento das áreas, como o levantamento topográfico e memorial descritivo da comunidade. No total, 62 imóveis foram catalogados e, a partir de agora, contam com o registro que garante às famílias o título de posse dos lotes.

O secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Bruno Costa, lembrou o caminho percorrido para que os títulos fossem entregues neste sábado.

“Esse processo começou lá em 1994, mas somente após 20 anos foi firmado um termo onde o Município ficaria competente de, finalmente, entregar as certidões para as famílias que moram aqui. Então, hoje, após todo esse trajeto, junto com o poder judiciário, a Prefeitura de São Luís conseguiu registrar e entregar o documento que atesta a posse de cada um sobre a sua terra”, acrescentou o secretário.

Foto: @Divulgação Os 62 lotes, agora regularizados, compreendem uma extensão de 38 hectares de terra da comunidade São Joaquim de Itapera. Trata-se de um campo com grande potencial para a agricultura familiar que, mesmo com entraves, já vinha sendo cultivada na região. Porém, com a regularização, as atividades vão se intensificar, atraindo ainda mais desenvolvimento para toda a comunidade, como pontuou a juíza Ticiany Maciel Palácio que, na ocasião, representou o presidente do TJ, o desembargador Lourival Serejo e o corregedor-geral, o desembargador Paulo Sérgio Velten.

“Legalmente, isso representa a constituição de uma direito fundamental civil, que é o direito de propriedade. A partir desse direito, eles [os moradores] vão desenvolver capacidades econômicas para adquirir outros direitos sociais, que é o direito à educação de seus filhos, à saúde”, disse a juíza Ticiany Palácio, que também é coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão (CGJ-MA).

Transformação social

Foto: @Divulgação

O título de posse da terra é um benefício essencial e considerado como um dos primeiros passos para desenvolvimento de um povo. De acordo com o promotor de Justiça Agrária do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Haroldo Paiva, o andamento do processo costuma ser demorado, em que pese as circunstâncias, mas que sempre será mais célere quando houver diálogo entre as instituições de Estado.

Garantir o título de posse é garantir “a transformação da vida das pessoas. Quando uma pessoa consegue o título de propriedade de sua moradia, isso tem um poder transformador, fenomenal. É preciso que as instituições dialoguem entre si para avançar mais ainda nesses processos de regularização fundiária”, disse o promotor.

“Quando você tem a moradia, que é um direito fundamental, é algo muito positivo, ainda mais quando você tem um título que comprova que essa moradia é sua. Isso é cidadania. E é assim que se faz uma cidade melhor”, completou o vereador e membro da Comissão de Mobilidade Urbana e Regularização Fundiária da Câmara de São Luís, Ribeiro Neto (PMN).

Comunidade em festa

Foto: @Divulgação

A entrega do título de posse veio carregada de muita emoção e alegria para os moradores que, desde que chegaram às terras de São Joaquim de Itapera, viviam de insegurança, sem saber quando teriam em mãos uma certidão que lhes garantisse a propriedade do lote onde, a partir de agora, vão poder cultivar com tranquilidade produtos como milho, feijão, mandioca, dentre outros.

“Eu esperava por esse momento há 12 anos. Para nós, é um momento de liberdade, de poder ir e vir sem medo, pois já passamos por muita coisa nesse lugar, muita humilhação”, comentou a agricultora Marinilde Matos, de 32 anos, que caracterizou o recebimento do título como uma vitória. “Sair com esse título na mão é uma vitória muito grande. Eu só tenho a agradecer ao nosso prefeito, Eduardo Braide, por essa luta junto com a gente, para que esse dia fosse possível”, ressaltou.

A emoção também foi grande para a agricultora Maria da Conceição Costa, de 58 anos. “A gente vivia inseguro, sem saber o que seria ao fim do dia ou no dia seguinte. A indecisão era muito grande, nem plantar a gente podia, pois não se sabia se a gente ia dormir ou acordar em casa. Agora, não tenho palavras para dizer o quanto estou realizada com o recebimento desse título. A partir de agora é só felicidade”, finalizou.

Foto: @Divulgação

Após o recebimento dos títulos de posse da terra, todos os contemplados receberam uma cesta básica de alimentos doadas pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (Sems), que tem realizado um trabalho constante para mitigar os impactos causados pela pandemia de Covid-19, no que diz respeito à alimentação das pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

Durante a entrega das Certidões de Regularização Fundiária, estiveram presentes a vice-prefeita de São Luís, Esmênia Miranda; os secretários municipais de Agricultura, Pesca e Abastecimento, Liviomar Macatrão e

adjunto, Dilmar Araújo; de Obras e Serviços Públicos, David Col Debella e adjunto, Thiago Trindade; de Administração, Diego Rodrigues; de Segurança Alimentar, Júnior Vieira; o diretor da Blitz Urbana, Ashbel Muniz; e o o secretário-adjunto de Urbanismo, Daniel Sousa.

Prefeito Eduardo Braide entrega títulos de propriedade de terra aos moradores da comunidade São Joaquim de Itapera, Zona Rural de São Luís

O prefeito Eduardo Braide entregou, neste sábado (18), a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) à comunidade São Joaquim de Itapera, localizada na Zona Rural de São Luís. O título de posse da terra é um benefício essencial para o desenvolvimento social e o direito à moradia, assegurado a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal. O mecanismo também representa o sonho de 62 famílias da localidade que vinham buscando, há anos, meios para legalizar suas habitações.

“A entrega desses títulos de posse é a realização do sonho da terra própria. O documento de regularização está sendo entregue a pequenos produtores, pessoas que há muitos anos aguardavam por esse momento. A partir de agora, 62 famílias possuem em definitivo o título de seus lotes, trabalho que vamos levar para toda a cidade de São Luís, de forma que possamos solucionar muitas outras demandas existentes nesse sentido, tudo para promover mais dignidade e desenvolvimento social”, destacou o prefeito Eduardo durante a entrega das CRF’s aos moradores.

A entrega dos títulos de propriedade de terra é resultado de um Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) que, juntos, desenvolveram os procedimentos técnicos para mapeamento das áreas, como o levantamento topográfico e memorial descritivo da comunidade. No total, 62 imóveis foram catalogados e, a partir de agora, contam com o registro que garante às famílias o título de posse dos lotes.

O secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Bruno Costa, lembrou o caminho percorrido para que os títulos fossem entregues neste sábado. “Esse processo começou lá em 1994, mas somente após 20 anos foi firmado um termo onde o Município ficaria competente de, finalmente, entregar as certidões para as famílias que moram aqui. Então, hoje, após todo esse trajeto, junto com o poder judiciário, a Prefeitura de São Luís conseguiu registrar e entregar o documento que atesta a posse de cada um sobre a sua terra”, acrescentou o secretário.

Os 62 lotes, agora regularizados, compreendem uma extensão de 38 hectares de terra da comunidade São Joaquim de Itapera. Trata-se de um campo com grande potencial para a agricultura familiar que, mesmo com entraves, já vinha sendo cultivada na região. Porém, com a regularização, as atividades vão se intensificar, atraindo ainda mais desenvolvimento para toda a comunidade, como pontuou a juíza Ticiany Maciel Palácio que, na ocasião, representou o presidente do TJ, o desembargador Lourival Serejo e o corregedor-geral, o desembargador Paulo Sérgio Velten.

Continue

lendo

mais

em:

https://blogdopauloroberto.com.br/2021/09/prefeito-eduardo-braide-entrega-titulos-de-propriedade-de-terra-aos-moradores-da-comunidade-sao-joaquim-de-itapera-zona-rural-de-sao-luis/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=prefeito-eduardo-braide-entrega-titulos-de-propriedade-de-terra-aos-moradores-da-comunidade-sao-joaquim-de-itapera-zona-rural-de-sao-luis

Prefeito Eduardo Braide entrega títulos de propriedade de terra aos moradores da comunidade São Joaquim de Itapera, Zona Rural de São Luís

O prefeito Eduardo Braide entregou, neste sábado (18), a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) à comunidade São Joaquim de Itapera, localizada na Zona Rural de São Luís. O título de posse da terra é um benefício essencial para o desenvolvimento social e o direito à moradia, assegurado a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal. O mecanismo também representa o sonho de 62 famílias da localidade que vinham buscando, há anos, meios para legalizar suas habitações.

“A entrega desses títulos de posse é a realização do sonho da terra própria. O documento de regularização está sendo entregue a pequenos produtores, pessoas que há muitos anos aguardavam por esse momento. A partir de agora, 62 famílias possuem em definitivo o título de seus lotes, trabalho que vamos levar para toda a cidade de São Luís, de forma que possamos solucionar muitas outras demandas existentes nesse sentido, tudo para promover mais dignidade e desenvolvimento social”, destacou o prefeito Eduardo durante a entrega das CRF’s aos moradores.

A entrega dos títulos de propriedade de terra é resultado de um Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) que, juntos, desenvolveram os procedimentos técnicos para mapeamento das áreas, como o levantamento topográfico e memorial descritivo da comunidade. No total, 62 imóveis foram catalogados e, a partir de agora, contam com o registro que garante às famílias o título de posse dos lotes.

O secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Bruno Costa, lembrou o caminho percorrido para que os títulos fossem entregues neste sábado.

“Esse processo começou lá em 1994, mas somente após 20 anos foi firmado um termo onde o Município ficaria competente de, finalmente, entregar as certidões para as famílias que moram aqui. Então, hoje, após todo esse trajeto, junto com o poder judiciário, a Prefeitura de São Luís conseguiu registrar e entregar o documento que atesta a posse de cada um sobre a sua terra”, acrescentou o secretário.

Os 62 lotes, agora regularizados, compreendem uma extensão de 38 hectares de terra da comunidade São Joaquim de Itapera. Trata-se de um campo com grande potencial para a agricultura familiar que, mesmo com entraves, já vinha sendo cultivada na região. Porém, com a regularização, as atividades vão se intensificar, atraindo ainda mais desenvolvimento para toda a comunidade, como pontuou a juíza Ticiany Maciel Palácio que, na ocasião, representou o presidente do TJ, o desembargador Lourival Serejo e o corregedor-geral, o desembargador Paulo Sérgio Velten.

Continue lendo mais em: <https://www.meutorrao.com.br/2021/09/prefeito-eduardo-braide-entrega-titulos.html>

TJMA referenda Resolução que institui Política de Gestão Documental

Os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão, durante sessão plenária administrativa, nessa quarta-feira (15), referendaram a Resolução GP 652021, que institui as Políticas de Gestão Documental de Processos e Documentos em Meio Digital e Preservação Digital do TJMA.

O documento foi assinado ad referendum do Plenário pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo Sousa, no dia 31 de agosto de 2021.

Em seu Art. 1º, a Resolução institui a Política de Gestão Documental de Processos e Documentos em Meio Digital e a Política de Preservação Digital, nos sistemas informatizados do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão ou sob custódia das unidades de arquivo do Tribunal, com fundamento nas diretrizes e instrumentos descritos no Art. 5º da Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Conforme disciplina o Art. 3º, os sistemas informatizados e todos os sistemas de negócio que produzem documentos arquivísticos deverão adequar-se às normativas do CNJ e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Segundo o Art. 6º da Resolução, os atos processuais terão registro, visualização, tramitação e controle exclusivamente em meio digital e serão assinados digitalmente, contendo elementos que permitam identificar o usuário responsável pela sua prática.

A avaliação de processos judiciais digitais, entendida como a análise dos documentos contidos em autos judiciais arquivados, com vistas à definição dos prazos de guarda e destinação final, será conduzida pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Tribunal.

De acordo com o Art. 20, fica instituída a Política de Preservação Digital do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que compreende princípios, objetivos, diretrizes e requisitos para a preservação de documentos digitais em um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDCArq.

CONSIDERAÇÕES

A Resolução assinada considera os incisos XIV e XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal, que garantem o acesso à informação como direito fundamental, seja de interesse particular ou de interesse geral ou coletivo. Considera, também, que cabe à Administração Pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Leva em consideração a necessidade de fomentar as atividades de preservação, pesquisa e divulgação da história do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e das informações de caráter histórico contido nos acervos judiciais.

Considera, ainda, as diretrizes contidas na Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020, que instituiu as diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispôs sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME).

Braide entrega títulos de propriedade de terra aos moradores da comunidade São Joaquim de Itapera, Zona Rural de São Luís

O prefeito Eduardo Braide entregou, neste sábado (18), a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) à comunidade São Joaquim de Itapera, localizada na Zona Rural de São Luís. O título de posse da terra é um benefício essencial para o desenvolvimento social e o direito à moradia, assegurado a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal. O mecanismo também representa o sonho de 62 famílias da localidade que vinham buscando, há anos, meios para legalizar suas habitações.

"A entrega desses títulos de posse é a realização do sonho da terra própria. O documento de regularização está sendo entregue a pequenos produtores, pessoas que há muitos anos aguardavam por esse momento. A partir de agora, 62 famílias possuem em definitivo o título de seus lotes, trabalho que vamos levar para toda a cidade de São Luís, de forma que possamos solucionar muitas outras demandas existentes nesse sentido, tudo para promover mais dignidade e desenvolvimento social", destacou o prefeito Eduardo durante a entrega das CRF's aos moradores.

A entrega dos títulos de propriedade de terra é resultado de um Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) que, juntos, desenvolveram os procedimentos técnicos para mapeamento das áreas, como o levantamento topográfico e memorial descritivo da comunidade. No total, 62 imóveis foram catalogados e, a partir de agora, contam com o registro que garante às famílias o título de posse dos lotes.

O secretário municipal de Urbanismo e Habitação, Bruno Costa, lembrou o caminho percorrido para que os títulos fossem entregues neste sábado. "Esse processo começou lá em 1994, mas somente após 20 anos foi firmado um termo onde o Município ficaria competente de, finalmente, entregar as certidões para as famílias que moram aqui. Então, hoje, após todo esse trajeto, junto com o poder judiciário, a Prefeitura de São Luís conseguiu registrar e entregar o documento que atesta a posse de cada um sobre a sua terra", acrescentou o secretário.

Os 62 lotes, agora regularizados, compreendem uma extensão de 38 hectares de terra da comunidade São Joaquim de Itapera. Trata-se de um campo com grande potencial para a agricultura familiar que, mesmo com entraves, já vinha sendo cultivada na região. Porém, com a regularização, as atividades vão se intensificar, atraindo ainda mais desenvolvimento para toda a comunidade, como pontuou a juíza Ticiany Maciel Palácio que, na ocasião, representou o presidente do TJ, o desembargador Lourival Serejo e o corregedor-geral, o desembargador Paulo Sérgio Velten.

Continue lendo mais em:

<http://https://omaranhense.com/braide-entrega-titulos-de-propriedade-de-terra-aos-moradores-da-comunidade-de-ao-joaquim-de-itapera-zona-rural-de-sao-luis/>

Presidente do TJMA inaugura Museu nesta terça-feira, em São Luís

A solenidade será realizada no Solar dos Veras, no Centro Administrativo (vizinho ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, 144, Centro)

20/09/2021 às 00h00

Presidente do TJMA inaugura Museu nesta terça-feira, em São Luís

Divulgação

SÃO LUÍS - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, irá inaugurar o Museu “Desembargador Lauro de Berredo Martins”, no dia 21 de setembro, nesta terça-feira, às 17h.

A solenidade será realizada no Solar dos Veras, no Centro Administrativo (vizinho ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, 144, Centro).

“Nosso Museu irá contar com um acervo excepcional e representa um orgulho para a nossa administração”, afirmou o presidente do TJMA.

A iniciativa foi instituída por meio da Resolução nº 602021, assinada pelo presidente da Corte de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo.

Considerações

A medida leva em consideração o Art. 216, §1º e §2º da Constituição Federal, que considera que os acervos documentais do Poder Judiciário constituem patrimônio cultural e histórico e que devem ser preservados, cabendo à Administração Pública a gestão e preservação da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Considera, ainda, as determinações da Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o PRONAME - Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário; e a necessidade de preservar a memória nacional, notadamente a memória dos eventos de grande importância para o Poder Judiciário. Com informações da assessoria do TJ-MA.

Presidente do TJMA inaugura Museu no dia 21

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, irá inaugurar o Museu "Desembargador Lauro de Berredo Martins", no dia 21 de setembro (terça-feira), às 17h.

A solenidade será realizada no Solar dos Veras, no Centro Administrativo (vizinho ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, 144, Centro).

"Nosso Museu irá contar com um acervo excepcional e representa um orgulho para a nossa administração", afirmou o presidente do TJMA.

A iniciativa foi instituída por meio da Resolução nº 602021, assinada pelo presidente da Corte de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo.

CONSIDERAÇÕES

A medida leva em consideração o Art. 216, §1º e §2º da Constituição Federal, que considera que os acervos documentais do Poder Judiciário constituem patrimônio cultural e histórico e que devem ser preservados, cabendo à Administração Pública a gestão e preservação da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Considera, ainda, as determinações da Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o PRONAME - Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário; e a necessidade de preservar a memória nacional, notadamente a memória dos eventos de grande importância para o Poder Judiciário.

Campanha Sou Solidário - Sou Sustentável recebe doações até dia 30

A Campanha Sou Solidário - Sou Sustentável, uma iniciativa do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão, está recebendo doações para o Asilo de Mendicidade de São Luís, primeira entidade beneficiada, até o dia 30 de setembro. Podem ser doados alimentos e materiais de limpeza e higiene pessoal, dentre eles fraldas geriátricas, como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em instituições de acolhimento.

Os três pontos de doação funcionam no prédio-sede do TJMA, Fórum do Calhau e ESMAM. Para viabilizar a campanha, o Comitê mobilizou um grupo de mulheres artesãs para produzirem ecopads - discos de crochê que podem substituir o algodão na limpeza de pele - que serão trocados pelos itens doados. Enquanto durar o estoque, os participantes receberão, no ato de entrega dos produtos, um kit de ecopad - uma sacolinha com dois discos. Com a participação das voluntárias, a primeira edição da campanha disponibilizou 150 kits.

O objetivo da campanha é sensibilizar servidores, servidoras, magistrados, magistradas, jurisdicionados e jurisdicionadas para a necessidade de combate à violência e à discriminação contra idosos e idosas. A iniciativa visa assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade que, nessa ação, contempla os idosos e idosas que vivem em instituições de acolhimento. O Asilo de Mendicidade conta com 22 idosos(as), atualmente.

No lançamento da campanha, o juiz Marco Adriano Fonseca, coordenador do Comitê de Diversidade, explicou que a proposta é beneficiar uma instituição de acolhimento de idosos e idosas a cada edição, que será realizada de acordo com a produção dos ecopads pelas artesãs voluntárias. Na ocasião, o magistrado destacou as duas linhas de ação.

“Ao mesmo tempo que se trabalha o etarismo, trabalha-se a sustentabilidade, que é, justamente, conscientizar as pessoas para a utilização de itens recicláveis, como o ecopad, que é um item para a própria higiene, para limpeza de pele, utilizando algodão, com o trabalho artesanal das nossas doadoras artesãs do grupo de mulheres solidárias”, explicou o juiz.

O Tribunal de Justiça do Maranhão inaugura Museu no dia 21

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá inaugurar o Museu “Desembargador Lauro de Berredo Martins”, no dia 21 de setembro (terça-feira), às 17h. A solenidade será realizada no Solar dos Veras, no Centro Administrativo (vizinho ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, 144, Centro).

“Nosso Museu irá contar com um acervo excepcional e representa um orgulho para a nossa administração”, afirmou o presidente do TJMA, Lourival Serejo

A iniciativa foi instituída por meio da Resolução nº 602021

CONSIDERAÇÕES

A medida leva em consideração o Art. 216, §1º e §2º da Constituição Federal, que considera que os acervos documentais do Poder Judiciário constituem patrimônio cultural e histórico e que devem ser preservados, cabendo à Administração Pública a gestão e preservação da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Considera, ainda, as determinações da Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o PRONAME - Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário; e a necessidade de preservar a memória nacional, notadamente a memória dos eventos de grande importância para o Poder Judiciário.

Comunidade da Zona Rural de São Luís recebe títulos de posse da terra

21 de setembro de 2021

O título de posse da terra é um benefício essencial para o desenvolvimento social e o direito à moradia, assegurado a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal. Neste sábado (18), foram entregues a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) à comunidade São Joaquim de Itapera, localizada na Zona Rural de São Luís. O mecanismo concretiza o sonho de 62 famílias da localidade que vinham buscando, há anos, meios para legalizar suas habitações.

“A entrega desses títulos de posse é a realização do sonho da terra própria. O documento de regularização está sendo entregue a pequenos produtores, pessoas que há muitos anos aguardavam por esse momento”, destacou o prefeito Eduardo Braide durante a entrega das CRF’s.

A entrega dos títulos de propriedade de terra é resultado de um Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) que desenvolveram os procedimentos técnicos para mapeamento das áreas, o levantamento topográfico e memorial descritivo da comunidade.

Os 62 lotes, agora regularizados, compreendem uma extensão de 38 hectares de terra da comunidade São Joaquim de Itapera. Trata-se de um campo com grande potencial para a agricultura familiar que, mesmo com entraves, já vinha sendo cultivada na região. Porém, com a regularização, as atividades vão se intensificar, atraindo ainda mais desenvolvimento para toda a comunidade, como pontuou a juíza Ticiany Maciel Palácio.

Garantir o título de posse é garantir “a transformação da vida das pessoas. Quando uma pessoa consegue o título de propriedade de sua moradia, isso tem um poder transformador, fenomenal. É preciso que as instituições dialoguem entre si para avançar mais ainda nesses processos de regularização fundiária”, disse o promotor de Justiça Agrária do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Haroldo Paiva.

“Quando você tem a moradia, que é um direito fundamental, é algo muito positivo, ainda mais quando você tem um título que comprova que essa moradia é sua. Isso é cidadania. E é assim que se faz uma cidade melhor”, completou o vereador e membro da Comissão de Mobilidade Urbana e Regularização Fundiária da Câmara de São Luís, Ribeiro Neto (PMN).

A entrega do título de posse veio carregada de muita emoção e alegria para os moradores que, desde que chegaram às terras de São Joaquim de Itapera, viviam de insegurança, sem saber quando teriam em mãos uma certidão que lhes garantisse a propriedade do lote onde, a partir de agora, vão poder cultivar com tranquilidade produtos como milho, feijão, mandioca, dentre outros.

“Eu esperava por esse momento há 12 anos. Para nós, é um momento de liberdade, de poder ir e vir sem medo,

pois já passamos por muita coisa nesse lugar, muita humilhação”, comentou a agricultora Marinilde Matos, de 32 anos, que caracterizou o recebimento do título como uma vitória. “Sair com esse título na mão é uma vitória muito grande. Eu só tenho a agradecer ao nosso prefeito, Eduardo Braide, por essa luta junto com a gente, para que esse dia fosse possível”, ressaltou.

Fonte: oimparcial.com.br/noticias/2021/09/comunidade-da-zona-rura-de-sao-luis-recebe-titulos-de-posse-da-terra

Velten na diretoria da Andes

O presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, Marcelo Buhatem, acaba de nomear o desembargador Paulo Velten Pereira como diretor junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão. A ideia é promover o movimento associativo, notadamente daquela que é a única na defesa específica do 2º grau de jurisdição e se fazer presente em todos os Estados da Federação através de colegas com notória liderança, competência e legitimidade.

TJMA inaugura museu para preservar acervos documentais

A solenidade será realizada no Solar dos Veras, no Centro Administrativo, na Rua do Egito, 144, Centro.

Fonte: Com informações do TJMA

Data de publicação: 21/09/2021

A inauguração será nesta terça, 21, às 17h, no Solar dos Veras, no Centro Administrativo (Foto: Divulgação)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugura nesta terça-feira, 21, o Museu “Desembargador Lauro de Berredo Martins”, no às 17h. A solenidade será realizada no Solar dos Veras, no Centro Administrativo (vizinho ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, 144, Centro).

“Nosso Museu irá contar com um acervo excepcional e representa um orgulho para a nossa administração”, afirmou o presidente do TJMA, Lourival Serejo.

A iniciativa foi instituída por meio da Resolução nº 602021, assinada pelo presidente da Corte de Justiça do Maranhão.

CONSIDERAÇÕES

A medida leva em consideração o Art. 216, §1º e §2º da Constituição Federal, que considera que os acervos documentais do Poder Judiciário constituem patrimônio cultural e histórico e que devem ser preservados, cabendo à Administração Pública a gestão e preservação da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Considera, ainda, as determinações da Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o PRONAME - Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário; e a necessidade de preservar a memória nacional, notadamente a memória dos eventos de grande importância para o Poder Judiciário.

Desembargador Lourival Serejo ressalta a importância do trabalho de prevenção ao suicídio

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, emitiu mensagem de prevenção ao suicídio, no programa "Palavra do Presidente", como parte da campanha Setembro Amarelo "Sua Vida Importa", com o objetivo de chamar atenção à problemática.

"O Tribunal como órgão de Justiça, que tem o compromisso com a sociedade, com a saúde e com a vida, está alinhado à campanha de prevenção ao suicídio, um problema, que deve ser discutido e compartilhado por todos e que nos desafia de dirigir ao próximo um olhar de mais fraternidade, envolvimento e solidariedade", declarou o presidente.

Assista à mensagem do presidente do TJMA:

Setembro Amarelo é uma campanha que ocorre desde 2015 e é desenvolvida durante todo o mês de setembro para conscientizar e alertar sobre o suicídio. Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, divulgado em julho pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou, em 2020, 12.895 suicídios. A maioria dos casos de suicídio estavam relacionados a transtornos mentais, a exemplo da depressão, seguida do transtorno bipolar e abuso de substâncias.

O TJMA, anualmente, promove a Campanha Setembro Amarelo, com o objetivo de prevenir e conscientizar sobre a importância do combate e prevenção ao suicídio, chamando a atenção da sociedade sobre o tema. O presidente da Corte estadual, desembargador Lourival Serejo, ressalta que "entender o suicídio como uma questão de saúde e elaborar estratégias para a sua prevenção é fundamental".

ONDE PROCURAR AJUDA

Para obter ajuda e apoio emocional de prevenção ao suicídio, o Centro de Valorização da Vida (CVV), atende de forma voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone, email e chat 24 horas todos os dias, discando 188.

No Maranhão, também há atendimentos disponíveis nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), hospitais, postos de saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e nas secretarias municipais de saúde.

DPE/MA, TJMA e Seejuv promovem semana de atendimentos itinerantes no interior do Estado

21/09/2021

Começou na segunda-feira (20) a ação conjunta entre Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (Seejuv) que levará atendimentos itinerantes ao interior do estado durante toda a semana.

Por meio da ação, os cidadãos podem receber atendimento jurídico e solucionar questões processuais (com ação judicial) e pré-processuais (sem ação judicial) nas unidades móveis da Defensoria e do TJMA.

A realização de divórcio, pedido de pensão alimentícia, retificação de nome e gênero, reconhecimento de paternidade e coleta de material para exame de DNA são alguns dos serviços disponibilizados pelas duas instituições jurídicas. Além disso, estão sendo ofertados serviços voltados especialmente para a Juventude, por meio da Seejuv, como é o caso da emissão do ID Jovem, documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos e vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual.

A ação teve início na comarca de Alto Alegre do Maranhão, onde foram ofertados atendimentos na segunda e nesta terça-feira (21). Somente em Alto Alegre, a equipe da DPE/MA realizou um total de 100 atendimentos. Na ocasião, atuaram o defensor público Marcelo de Miranda Taglialegra, a coordenadora do Núcleo Psicossocial, a assistente social Rosicleia Costa, o assessor Álvaro Rodrigues, a assistente social Cleonilde Sousa Silva e o assessor jurídico Rafael.

Dona Elinete Oliveira Negro foi uma das moradoras de Alto Alegre que conseguiu resolver uma demanda após anos de espera. Ela contou que se passaram seis anos desde a separação do ex-companheiro até a formalização do divórcio durante a ação itinerante.

Assim como Dona Elinete, outros cidadãos também poderão resolver conflitos e demandas de forma de forma rápida, simples e descentralizada até o final da semana. Na quarta-feira, dia 22, os serviços serão ofertados em São João do Sóter, na Praça Eugênia Campos, atrás da Prefeitura, das 8h às 17h. Na quinta e sexta, dias 23 e 24, o atendimento será em Codó, no Salão do Júri do Fórum, na Rua João Ribeiro, 3132, São Sebastião, também das 8h às 17h.

"De bike ao trabalho" na capital maranhense

22 de setembro de 2021

O dia 22 de setembro, conhecido mundialmente como Dia Mundial Sem Carro é uma oportunidade para que as pessoas experimentem vivenciar a cidade de outra forma. Transporte público, bicicleta e mesmo a caminhada são alternativas saudáveis e cidadãs, que contribuem com o meio ambiente, com a sua saúde e até com a locomoção daqueles que realmente necessitam utilizar o carro, sobretudo em situações especiais de mobilidade (melhor idade, gestantes, transporte de crianças pequenas, pessoas com necessidades especiais, etc). Até a carona solidária, combinada com um colega de trabalho ou de escola que more perto da sua casa, já ajuda bastante.

Parece difícil? Sim. Principalmente em meio ao caos que o trânsito da vida urbana se apresenta cotidianamente. Mas na capital tem gente que já vem driblando essas dificuldades há algum tempo. É o caso de vários trabalhadores que já substituíram o carro pela bicicleta, a exemplo de alguns servidores e servidoras do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). É assim que ultimamente eles têm se deslocado para o trabalho: pedalando.

E neste Dia Mundial sem Carro não poderia ser diferente. Esse grupo está colocando em ação o "De bike ao trabalho". A proposta é incentivar o compartilhamento das ruas com a bicicleta e seu uso como meio de transporte. A atividade de sensibilização ocorre das 7h30 às 8h30, no estacionamento interno do fórum, com a distribuição de material educativo e dicas para o pedal seguro. "Queremos estimular na prática, com o nosso exemplo, que é possível usar a bicicleta como meio de transporte, inclusive para ir ao trabalho, pois nos deslocamos de casa ao fórum pedalando", disse a servidora e Daniella Belo (7ª Vara da Fazenda de São Luís), que faz esse percurso diário, no início da manhã. Ela lembra que essa iniciativa visa também a sensibilizar motoristas e demais usuários de vias públicas sobre a importância do compartilhamento consciente das ruas e respeito pela vida do ciclista.

As atividades de hoje promovidas no Fórum do Calhau contam com o suporte do "Pedal das Minas", grupo de mulheres que se apoiam para pedalar em São Luís; e do "Bikeanjo São Luís", rede nacional de pessoas que acreditam na bicicleta como ferramenta para transformação das cidades. A articuladora local dos dois grupos, Jaana Pinheiro, explica que o Dia Mundial sem Carro tem como objetivo estimular as pessoas que utilizam o carro como meio de transporte busquem meios mais sustentáveis para se deslocar nesse dia. "Pode ser a pé, ônibus, mas nós que somos do movimento da bicicleta estimulamos o uso da bike como transporte, para fortalecer esse tipo de veículo como o mais sustentável, porque ele possibilita deslocamento de distâncias maiores que a caminhada não promove e também não sobrecarrega o sistema de transporte público, principalmente nesse tempo de pandemia", explicou.

Segundo ainda Jaana, a bicicleta vem como uma solução mais viável de ser implementada para que as pessoas se transportem de uma forma mais ativa e mais sustentável nas cidades. "Um ambiente com menos poluição, mais pessoas nas ruas e com isso mais segurança, uma vida mais ativa e mais saudável e uma cidade também mais saudável e mais segura", concluiu.

Claro que para se ir ao trabalho de bike não depende apenas da vontade da pessoa, mas envolve outros fatores, como por exemplo, como fazer para tomar banho depois de quilômetros de pedalada?

Para dar melhor estrutura aos servidores e servidoras que optam pela bicicleta para o deslocamento, a diretoria do órgão já instalou um bicicletário no estacionamento interno e está realizando melhorias nos vestiários. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, está desenvolvendo um projeto que vai criar infraestrutura para oferecer mais conforto e comodidade aos que pedalam ao trabalho no fórum, incluindo um amplo bicicletário.

A rotina dos servidores e servidoras que se deslocam de bicicleta para o trabalho começa bem cedo. Quem mora mais distante sai de casa por volta das 6h30 e pedala cerca de 40km (ida e volta). Ao longo do percurso os demais colegas vão se juntando ao grupo e chegam ao trabalho juntos, 30 minutos antes do expediente que começa às 8h.

A servidora Ana Maria Pereira (Biblioteca), por exemplo, percorre apenas dois quilômetros e gasta em média oito minutos para chegar ao fórum. O servidor Pitágoras Reis (6ª Vara Cível) disse que se integra ao grupo no meio do caminho e percorre 10km até chegar ao fórum. “Não uso a bike todos os dias porque posso precisar do carro para alguma atividade depois. Eu vinha de vez em quando, mas com o surgimento do grupo fiquei mais animado ainda”, afirmou. Para o juiz auxiliar Francisco Ferreira, que costuma usar a bicicleta para ir ao trabalho no Fórum, o principal benefício é a saúde do usuário, “afinal, pedalar é um excelente exercício físico”, disse.

O objetivo principal do Dia Mundial Sem Carro é estimular uma reflexão sobre o uso excessivo do automóvel, além de propor às pessoas que dirigem todos os dias que revejam a dependência que criaram em relação ao carro ou moto. A ideia é que essas pessoas experimentem, pelo menos nesse dia, formas alternativas de mobilidade, descobrindo que é possível se locomover pela cidade sem usar o automóvel e que há vida além do para-brisa.

A data foi criada na França, em 1997, sendo adotada por vários países europeus já no ano 2000. No Brasil, passou a ser realizada desde 2003, em São Paulo, e se ampliou para todo o país, suscitando a discussão sobre o papel dos veículos automotores quanto à poluição atmosférica.

O Brasil apresenta um crescimento expressivo na frota veicular, sobretudo nas regiões metropolitanas. Em geral, as emissões causadas por veículos carregam diversas substâncias tóxicas, entre elas monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NOx), hidrocarbonetos (HC), óxidos de enxofre (SOx), e material particulado (MP). Esses gases, em contato com o sistema respiratório, podem produzir vários efeitos negativos sobre a saúde.

MA: DPE, RJ E SEEJUV promovem semana de atendimentos itinerantes no interior

Fonte: ASCOM/DPE-MA

Estado: MA

Começou na segunda-feira (20) a ação conjunta entre Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (Seejuv) que levará atendimentos itinerantes ao interior do estado durante toda a semana.

Por meio da ação, os cidadãos podem receber atendimento jurídico e solucionar questões processuais (com ação judicial) e pré-processuais (sem ação judicial) nas unidades móveis da Defensoria e do TJMA.

A realização de divórcio, pedido de pensão alimentícia, retificação de nome e gênero, reconhecimento de paternidade e coleta de material para exame de DNA são alguns dos serviços disponibilizados pelas duas instituições jurídicas. Além disso, estão sendo ofertados serviços voltados especialmente para a Juventude, por meio da Seejuv, como é o caso da emissão do ID Jovem, documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos e vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual.

A ação teve início na comarca de Alto Alegre do Maranhão, onde foram ofertados atendimentos na segunda e nesta terça-feira (21). Somente em Alto Alegre, a equipe da DPE/MA realizou um total de 100 atendimentos. Na ocasião, atuaram o defensor público Marcelo de Miranda Taglialegra, a coordenadora do Núcleo Psicossocial, a assistente social Rosicleia Costa, o assessor Álvaro Rodrigues, a assistente social Cleonilde Sousa Silva e o assessor jurídico Rafael.

Dona Elinete Oliveira Negro foi uma das moradoras de Alto Alegre que conseguiu resolver uma demanda após anos de espera. Ela contou que se passaram seis anos desde a separação do ex-companheiro até a formalização do divórcio durante a ação itinerante.

Assim como Dona Elinete, outros cidadãos também poderão resolver conflitos e demandas de forma de forma rápida, simples e descentralizada até o final da semana. Na quarta-feira, dia 22, os serviços serão ofertados em São João do Sóter, na Praça Eugênia Campos, atrás da Prefeitura, das 8h às 17h. Na quinta e sexta, dias 23 e 24, o atendimento será em Codó, no Salão do Júri do Fórum, na Rua João Ribeiro, 3132, São Sebastião, também das 8h às 17h.

Servidores e servidoras do Fórum de São Luís se mobilizam para o Dia Mundial sem Carro

ATOS E FATOS set21, 2021 0

Nesta quarta-feira (22), Dia Mundial sem Carro, um grupo de servidores e servidoras do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), que vai ao trabalho pedalando, realiza ação do projeto “De bike ao trabalho”. A proposta é incentivar o compartilhamento das ruas com a bicicleta e seu uso como meio de transporte. A atividade de sensibilização ocorre das 7h30 às 8h30, no estacionamento interno do fórum, com a distribuição de material educativo e dicas para o pedal seguro.

“Queremos estimular na prática, com o nosso exemplo, que é possível usar a bicicleta como meio de transporte, inclusive para ir ao trabalho, pois nos deslocamos de casa ao fórum pedalando”, disse a servidora Daniella Belo (7ª Vara da Fazenda de São Luís), que faz esse percurso diário, no início da manhã. Ela lembra que essa iniciativa visa também a sensibilizar motoristas e demais usuários de vias públicas sobre a importância do compartilhamento consciente das ruas e respeito pela vida do ciclista.

Para dar melhor estrutura aos servidores e servidoras que optam pela bicicleta para o deslocamento, a diretoria do órgão já instalou um bicicletário no estacionamento interno e está realizando melhorias nos vestiários. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, está desenvolvendo um projeto que vai criar infraestrutura para oferecer mais conforto e comodidade aos que pedalam ao trabalho no fórum, incluindo um amplo bicicletário.

As atividades desta quarta-feira (22), promovidas no Fórum do Calhau, conta com o suporte do “Pedal das Minas”, grupo de mulheres que se apoiam para pedalar em São Luís; e do “Bikeanjo São Luís”, rede nacional de pessoas que acreditam na bicicleta como ferramenta para transformação das cidades. A articuladora local dos dois grupos, Jaana Pinheiro, explica que o Dia Mundial sem Carro tem como objetivo estimular as pessoas que utilizam o carro como meio de transporte busquem meios mais sustentáveis para se deslocar nesse dia.

“Pode ser a pé, ônibus, mas nós que somos do movimento da bicicleta estimulamos o uso da bike como transporte, para fortalecer esse tipo de veículo como o mais sustentável, porque ele possibilita deslocamento de distâncias maiores que a caminhada não promove e também não sobrecarrega o sistema de transporte público, principalmente nesse tempo de pandemia”, explicou Jaana Pinheiro. Segundo ela, a bicicleta vem como uma solução mais viável de ser implementada para que as pessoas se transportem de uma forma mais ativa e mais sustentável nas cidades. “Um ambiente com menos poluição, mais pessoas nas ruas e com isso mais segurança, uma vida mais ativa e mais saudável e uma cidade também mais saudável e mais segura”, concluiu.

A rotina dos servidores e servidoras que se deslocam de bicicleta para o trabalho começa bem cedo. Quem mora mais distante sai de casa por volta das 6h30 e pedala cerca de 40km (ida e volta). Ao longo do percurso os demais colegas vão se juntando ao grupo e chegam ao trabalho juntos, 30 minutos antes do expediente que começa às 8h. Já a servidora Ana Maria Pereira (Biblioteca) percorre apenas dois quilômetros e gasta em média oito minutos para chegar ao fórum.

O servidor Pitágoras Reis (6ª Vara Cível) disse que se integra ao grupo no meio do caminho e percorre 10km até chegar ao fórum. “Não uso a bike todos os dias porque posso precisar do carro para alguma atividade depois. Eu vinha de vez em quando, mas com o surgimento do grupo fiquei mais animado ainda”, afirmou. Para o juiz auxiliar Francisco Ferreira, que costuma usar a bicicleta para ir ao trabalho no Fórum, o principal benefício é a saúde do usuário, “afinal, pedalar é um excelente exercício físico”.

Núcleo de Comunicação do Fórum Des. Sarney Costa

Fonte da matéria postada: Assessoria de Comunicação CGJ

São Luís ganha novo museu com história e memória do departamento jurídico

O Museu recebeu o nome de "Desembargador Lauro de Berredo Martins".

Solenidade de inauguração ocorreu na terça-feira (21). (Foto: Divulgação/ASCOM TJMA)

SÃO LUÍS - A cidade de São Luís ganhou mais um ponto cultural na última terça-feira (21). Localizado na Rua do Egito, o Museu do Tribunal de Justiça do Maranhão ganhou o nome de Museu "Desembargador Lauro de Berredo Martins".

O acervo do museu conta com documentos, obras, jornais, fotos, móveis, selos, medalhas, máquinas de escrever, livros e outras publicações referentes a terceira Corte brasileira mais antiga, instalada em 4 de novembro de 1813.

"O Poder Judiciário do Maranhão rejubila-se, nesta expressiva cerimônia, para exaltar, celebrar e cultuar sua história com a inauguração do Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins", afirmou o desembargador Lourival Serejo.

O museu foi criado através da Resolução nº 60/2021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo. Dentre as relíquias presentes no local, encontram-se um atlas histórico, geográfico, político e econômico maranhense do final do século XIX, de autoria de José Ribeiro do Amaral. Há também "Viagem ao Norte do Brasil", obra realizada no início do século XVII, fruto da observação do padre francês Ivo D'evreux.

Há ainda uma coleção de registros testamentais dos séculos XVIII e XIX; um livro das atas das sessões do Tribunal da Relação do Maranhão, no período 1841-1845; livro de cartas e títulos dos desembargadores do Maranhão (1813-1899); o livro de termo de posse e juramento dos desembargadores do Tribunal de Justiça, em 1813, e também o inquérito policial, de 1935, contra o estudante Hilton Gregório Lobato, preso no Largo do Carmo, em São Luís, por panfletar e distribuir bandeirinhas de cunho político. Ele foi acusado da prática de comunismo na época.

Dia Mundial sem Carro no Fórum de São Luís

Grupo de servidores e servidoras do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), que vai ao trabalho pedalando, realiza ação do projeto "De bike ao trabalho"

22/09/2021

Dia Mundial sem Carro no Fórum de São Luís

Servidores e servidoras se mobilizam para o Dia Mundial sem Carro (Divulgação)

São Luís - Nesta quarta-feira (22), Dia Mundial sem Carro, um grupo de servidores e servidoras do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), que vai ao trabalho pedalando, realiza ação do projeto "De bike ao trabalho". A proposta é incentivar o compartilhamento das ruas com a bicicleta e seu uso como meio de transporte. A atividade de sensibilização ocorre das 7h30 às 8h30, no estacionamento interno do fórum, com a distribuição de material educativo e dicas para o pedal seguro.

"Queremos estimular na prática, com o nosso exemplo, que é possível usar a bicicleta como meio de transporte, inclusive para ir ao trabalho, pois nos deslocamos de casa ao fórum pedalando", disse a servidora Daniella Belo (7ª Vara da Fazenda de São Luís), que faz esse percurso diário, no início da manhã. Ela lembra que essa iniciativa visa também a sensibilizar motoristas e demais usuários de vias públicas sobre a importância do compartilhamento consciente das ruas e respeito pela vida do ciclista.

Para dar melhor estrutura aos servidores e servidoras que optam pela bicicleta para o deslocamento, a diretoria do órgão já instalou um bicicletário no estacionamento interno e está realizando melhorias nos vestiários. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, está desenvolvendo um projeto que vai criar infraestrutura para oferecer mais conforto e comodidade aos que pedalam ao trabalho no fórum, incluindo um amplo bicicletário.

As atividades desta quarta-feira (22), promovidas no Fórum do Calhau, conta com o suporte do "Pedal das Minas", grupo de mulheres que se apoiam para pedalar em São Luís; e do "Bikeanjo São Luís", rede nacional de pessoas que acreditam na bicicleta como ferramenta para transformação das cidades. A articuladora local dos dois grupos, Jaana Pinheiro, explica que o Dia Mundial sem Carro tem como objetivo estimular as pessoas que utilizam o carro como meio de transporte busquem meios mais sustentáveis para se deslocar nesse dia.

"Pode ser a pé, ônibus, mas nós que somos do movimento da bicicleta estimulamos o uso da bike como transporte, para fortalecer esse tipo de veículo como o mais sustentável, porque ele possibilita deslocamento de distâncias maiores que a caminhada não promove e também não sobrecarrega o sistema de transporte público, principalmente nesse tempo de pandemia", explicou Jaana Pinheiro. Segundo ela, a bicicleta vem como uma solução mais viável de ser implementada para que as pessoas se transportem de uma forma mais ativa e mais sustentável nas cidades. "Um ambiente com menos poluição, mais pessoas nas ruas e com isso mais segurança, uma vida mais ativa e mais saudável e uma cidade também mais saudável e mais segura", concluiu.

A rotina dos servidores e servidoras que se deslocam de bicicleta para o trabalho começa bem cedo. Quem mora mais distante sai de casa por volta das 6h30 e pedala cerca de 40km (ida e volta). Ao longo do percurso os demais colegas vão se juntando ao grupo e chegam ao trabalho juntos, 30 minutos antes do expediente que começa às 8h. Já a servidora Ana Maria Pereira (Biblioteca) percorre apenas dois quilômetros e gasta em média oito minutos para chegar ao fórum.

O servidor Pitágoras Reis (6ª Vara Cível) disse que se integra ao grupo no meio do caminho e percorre 10km até chegar ao fórum. “Não uso a bike todos os dias porque posso precisar do carro para alguma atividade depois. Eu vinha de vez em quando, mas com o surgimento do grupo fiquei mais animado ainda”, afirmou. Para o juiz auxiliar Francisco Ferreira, que costuma usar a bicicleta para ir ao trabalho no Fórum, o principal benefício é a saúde do usuário, “afinal, pedalar é um excelente exercício físico”.

TJMA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Ele é condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa, caso de grande repercussão no estado

22/09/2021 às 19h41

TJMA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Divulgação

São Luís - Nesta quarta-feira (22), os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negaram, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa, caso de grande repercussão no estado.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por Procurador de Justiça, por meio da Portaria GAB/PGJ 3.183/2020, de 02/04/2020, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, explicou em seu voto que a questão da suspeição do promotor já havia sido apreciada em processo ajuizado no Primeiro Grau, o qual foi rejeitado e arquivado pelo Juízo de base.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, “uma vez arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias”.

Com base no fundamento supracitado, uma vez que o pedido de Habeas Corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor já previamente decidida, o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

Ressalta-se também que, em sede de plantão judiciário, o desembargador José Jorge Figueiredo, denegou liminar, negando o Habeas Corpus pleiteado.

TJMA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Ele é condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa, caso de grande repercussão no estado

22/09/2021 às 19h41

TJMA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Divulgação

São Luís - Nesta quarta-feira (22), os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negaram, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa, caso de grande repercussão no estado.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por Procurador de Justiça, por meio da Portaria GAB/PGJ 3.183/2020, de 02/04/2020, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, explicou em seu voto que a questão da suspeição do promotor já havia sido apreciada em processo ajuizado no Primeiro Grau, o qual foi rejeitado e arquivado pelo Juízo de base.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, “uma vez arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias”.

Com base no fundamento supracitado, uma vez que o pedido de Habeas Corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor já previamente decidida, o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

Ressalta-se também que, em sede de plantão judiciário, o desembargador José Jorge Figueiredo, denegou liminar, negando o Habeas Corpus pleiteado.

"De bike ao trabalho" na capital maranhense

Iniciativa é de servidores do Fórum Des. Sarney Costa que substituíram o carro pela bicicleta no trajeto para o trabalho e com isso, que incentivar outras pessoas.

Foto: divulgação/ASCOM/FÓRUM

Por: O Imparcial

22 de Setembro de 2021

O dia 22 de setembro, conhecido mundialmente como Dia Mundial Sem Carro é uma oportunidade para que as pessoas experimentem vivenciar a cidade de outra forma. Transporte público, bicicleta e mesmo a caminhada são alternativas saudáveis e cidadãs, que contribuem com o meio ambiente, com a sua saúde e até com a locomoção daqueles que realmente necessitam utilizar o carro, sobretudo em situações especiais de mobilidade (melhor idade, gestantes, transporte de crianças pequenas, pessoas com necessidades especiais, etc). Até a carona solidária, combinada com um colega de trabalho ou de escola que more perto da sua casa, já ajuda bastante.

Parece difícil? Sim. Principalmente em meio ao caos que o trânsito da vida urbana se apresenta cotidianamente. Mas na capital tem gente que já vem driblando essas dificuldades há algum tempo. É o caso de vários trabalhadores que já substituíram o carro pela bicicleta, a exemplo de alguns servidores e servidoras do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). É assim que ultimamente eles têm se deslocado para o trabalho: pedalando.

E neste Dia Mundial sem Carro não poderia ser diferente. Esse grupo está colocando em ação o "De bike ao trabalho". A proposta é incentivar o compartilhamento das ruas com a bicicleta e seu uso como meio de transporte. A atividade de sensibilização ocorre das 7h30 às 8h30, no estacionamento interno do fórum, com a distribuição de material educativo e dicas para o pedal seguro. "Queremos estimular na prática, com o nosso exemplo, que é possível usar a bicicleta como meio de transporte, inclusive para ir ao trabalho, pois nos deslocamos de casa ao fórum pedalando", disse a servidora e Daniella Belo (7ª Vara da Fazenda de São Luís), que faz esse percurso diário, no início da manhã. Ela lembra que essa iniciativa visa também a sensibilizar motoristas e demais usuários de vias públicas sobre a importância do compartilhamento consciente das ruas e respeito pela vida do ciclista.

As atividades de hoje promovidas no Fórum do Calhau contam com o suporte do "Pedal das Minas", grupo de mulheres que se apoiam para pedalar em São Luís; e do "Bikeanjo São Luís", rede nacional de pessoas que acreditam na bicicleta como ferramenta para transformação das cidades. A articuladora local dos dois grupos, Jaana Pinheiro, explica que o Dia Mundial sem Carro tem como objetivo estimular as pessoas que utilizam o carro como meio de transporte busquem meios mais sustentáveis para se deslocar nesse dia. "Pode ser a pé, ônibus, mas nós que somos do movimento da bicicleta estimulamos o uso da bike como transporte, para fortalecer esse tipo de veículo como o mais sustentável, porque ele possibilita deslocamento de distâncias maiores que a caminhada não promove e também não sobrecarrega o sistema de transporte público, principalmente nesse tempo de pandemia", explicou.

Segundo ainda Jaana, a bicicleta vem como uma solução mais viável de ser implementada para que as pessoas se transportem de uma forma mais ativa e mais sustentável nas cidades. "Um ambiente com menos poluição,

mais pessoas nas ruas e com isso mais segurança, uma vida mais ativa e mais saudável e uma cidade também mais saudável e mais segura”, concluiu.

Fórum está investindo na ideia

Foto: divulgação/ASCOM/FÓRUM

Claro que para se ir ao trabalho de bike não depende apenas da vontade da pessoa, mas envolve outros fatores, como por exemplo, como fazer para tomar banho depois de quilômetros de pedalada?

Para dar melhor estrutura aos servidores e servidoras que optam pela bicicleta para o deslocamento, a diretoria do órgão já instalou um bicicletário no estacionamento interno e está realizando melhorias nos vestiários. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, está desenvolvendo um projeto que vai criar infraestrutura para oferecer mais conforto e comodidade aos que pedalam ao trabalho no fórum, incluindo um amplo bicicletário.

A rotina dos servidores e servidoras que se deslocam de bicicleta para o trabalho começa bem cedo. Quem mora mais distante sai de casa por volta das 6h30 e pedala cerca de 40km (ida e volta). Ao longo do percurso os demais colegas vão se juntando ao grupo e chegam ao trabalho juntos, 30 minutos antes do expediente que começa às 8h.

A servidora Ana Maria Pereira (Biblioteca), por exemplo, percorre apenas dois quilômetros e gasta em média oito minutos para chegar ao fórum. O servidor Pitágoras Reis (6ª Vara Cível) disse que se integra ao grupo no meio do caminho e percorre 10km até chegar ao fórum. “Não uso a bike todos os dias porque posso precisar do carro para alguma atividade depois. Eu vinha de vez em quando, mas com o surgimento do grupo fiquei mais animado ainda”, afirmou. Para o juiz auxiliar Francisco Ferreira, que costuma usar a bicicleta para ir ao trabalho no Fórum, o principal benefício é a saúde do usuário, “afinal, pedalar é um excelente exercício físico”, disse.

O objetivo principal do Dia Mundial Sem Carro é estimular uma reflexão sobre o uso excessivo do automóvel, além de propor às pessoas que dirigem todos os dias que revejam a dependência que criaram em relação ao carro ou moto. A ideia é que essas pessoas experimentem, pelo menos nesse dia, formas alternativas de mobilidade, descobrindo que é possível se locomover pela cidade sem usar o automóvel e que há vida além do para-brisa.

A data foi criada na França, em 1997, sendo adotada por vários países europeus já no ano 2000. No Brasil, passou a ser realizada desde 2003, em São Paulo, e se ampliou para todo o país, suscitando a discussão sobre o papel dos veículos automotores quanto à poluição atmosférica.

O Brasil apresenta um crescimento expressivo na frota veicular, sobretudo nas regiões metropolitanas. Em geral, as emissões causadas por veículos carregam diversas substâncias tóxicas, entre elas monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NOx), hidrocarbonetos (HC), óxidos de enxofre (SOx), e material particulado (MP). Esses gases, em contato com o sistema respiratório, podem produzir vários efeitos negativos sobre a saúde.

TJMA apresenta projeto Município Amigo da Justiça

22/09/2021 08:17:19

O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA) - irá se reunir com representantes municipais, nas comarcas de Itapecuru Mirim, Caxias e Codó, nos dias 21, 22 e 23 de setembro de 2021, respectivamente, para apresentação do "Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça do Maranhão".

O projeto visa reconhecer a cooperação empreendida por municípios - produtores e fornecedores de bens e serviços - que vêm desenvolvendo ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos judicializados.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, reconhece a importância do incentivo para assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais da sociedade maranhense. "O objetivo é estimular a pacificação social dos conflitos, com vistas à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que promova o bem de todos e todas", pontuou.

O Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça do Maranhão é gerido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

SELO

Instituído por meio da Portaria nº 3362019, o programa de reconhecimento considera a necessidade de harmonização entre os Poderes para consecução do objetivo constitucional de assegurar a construção de uma sociedade justa, com erradicação da marginalização e redução das desigualdades sociais.

Os selos - que contemplam as categorias diamante, ouro, prata e bronze - são concedidos aos municípios que colaboram para a instalação de Centros de Conciliação (Cejuscs) e postos de centros judiciários e que apoiam institucionalmente projetos e ações governamentais e não governamentais, especialmente as desenvolvidas pelo TJMA.

Além disso, os municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social (Cras).

Também precisam assegurar o acesso da população aos meios digitais de solução de conflitos de demandas de consumo e a formação de servidores e servidoras, com atuação na assistência social para o desenvolvimento de dinâmicas de pacificação das relações familiares e escolares, além de atuar na solução consensual de conflitos administrativos ou judicializados, em que seja parte.

TERMO DE COMPROMISSO

A participação na avaliação e recebimento do Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça do Maranhão tem inscrição voluntária, por meio da subscrição de um Termo de Compromisso Público firmado entre o TJMA e o Município participante.

LOCAIS

Participarão dos encontros promovidos pelo Nupemec/TJMA para apresentação do programa em Itapecuru Mirim, Caxias e Codó juízes, juízas, prefeitos, prefeitas, representantes das Prefeituras, presidente ou representante da Câmara de Vereadores, promotores e promotoras de Justiça, defensores, defensoras públicas, advogados, advogadas e a sociedade civil.

Itapecuru Mirim - Dia 21/9, às 16h, no Salão do Júri do Fórum;

Caxias - Dia 22/9, às 17h, no Salão do Júri do Fórum;

Codó - Dia 23/9, às 19h, na Associação Comercial.

CONCILIAÇÃO ITINERANTE

Durante o período de 20 a 24 de setembro de 2021, o Nupemec do TJMA também estará promovendo a primeira edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante, nas comarcas de Alto Alegre do Maranhão (20 e 21/9), São João do Sóter (22/9) e Codó (23 e 24/9). Durante o evento, cidadãos e cidadãs poderão solucionar questões processuais (com ação judicial) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma ágil, simples e descentralizada.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

Corregedoria realiza visitas técnicas no sul do Estado

Fernando Souza
Asscom CGJ

Foto: Divulgação/Asscom CGJ

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão realiza mais uma etapa do programa de visitas técnicas, desta vez na Região Sul do Estado. Na programação, estão previstas reuniões e ações nas comarcas de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, São Domingos do Azeitão, Pastos Bons, São João dos Patos e Barão de Grajaú, que terão a prestação dos serviços judiciais e cartorários como pautas.

No comando da comitiva, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, reforça que esta é uma ação já prevista no plano de gestão, mas que foi impactada pela pandemia da Covid-19. Com a retomada do trabalho presencial, no entanto, a programação retorna para a pauta de trabalho itinerante do órgão, que também tem intensificado as ações de correição nas unidades judiciárias e de inspeção em cartórios.

Diferentemente das correições e inspeções, as visitas técnicas servem para o fortalecimento do diálogo entre a equipe da Corregedoria e aquelas que atuam nas unidades judiciais e extrajudiciais. Durante as reuniões, o corregedor-geral da Justiça ouve juízes, servidores e cartorários que atuam nas comarcas visitadas, identifica problemas e obstáculos e propõe soluções para o aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Durante as visitas aos fóruns, são verificadas, por exemplo, questões como força de trabalho, necessidade de aprimoramento, estrutura física, equipamentos, distribuição processual, adoção de modelos de trabalho. Já nos cartórios, além do diálogo, são averiguados alimentação de sistemas, envio de relatórios, funcionamento de unidade interligada, acessibilidade, atendimento prestado, dentre outros quesitos.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Nesta segunda-feira (20/9), também foi assinado o termo de cooperação para regularização de terrenos ocupados por 180 famílias do bairro Dom Franco, zona urbana, de Balsas. A assinatura aconteceu em solenidade realizada no Fórum de Justiça, às 11h. Além do desembargador Paulo Velten, assinaram o termo o prefeito de Balsas, Erik Augusto; e a cartorária do 1º Ofício de Imóveis, Ana Maria Gomes.

De acordo com o procurador-geral do Município, Miranda Teixeira Rego, em Balsas cerca de 80% das famílias de Balsas não possuem o título de propriedade. Após assegurar a titulação para 180 famílias, outras 70, também moradoras do Dom Franco, devem regularizar a situação documental. Ainda de acordo com o procurador, o projeto pretende chegar a outros 45 bairros do município, alguns dos quais já foi iniciado o trabalho técnico de campo.

A Corregedoria Geral da Justiça atua na promoção da regularização fundiária por meio de dois núcleos, que juntos têm a finalidade de promover ações de regularização fundiária em terrenos urbanos e rurais, além da regularização de áreas de florestas públicas. O trabalho visa, dentre outros, o aprimoramento da atividade

cartorária, o estímulo de estudos, a integração de cadastros, o auxílio a projetos fundiários e a identificação de áreas sobrepostas.

Com o trabalho, a Corregedoria colabora de forma efetiva para o aprimoramento institucional da governança de terras. Com isso, atende ao disposto na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que é de constituir instituições resolutivas, edificar cidades inclusivas, reduzir conflitos fundiários, promover a agricultura sustentável, reduzir as desigualdades e erradicar a fome.

CONCILIAÇÃO ITINERANTE: Hoje e nesta sexta-feira são dias pra você resolver divórcio, pensão na base do acordo no Fórum de Codó, participe

Coleta de DNA, pensão alimentícia, divórcio, guarda, reconhecimento de paternidade, renegociação de dívidas incluindo parcelamento com cartão de crédito, além de briga de vizinhos.

Tudo isso pode ser feito no projeto CONCILIAÇÃO ITINERANTE que começou às 8h da manhã desta quinta-feira, 23, e segue até esta sexta-feira, das 8 às 17h, no Salão do Júri do Fórum de Codó, que fica na Av. João Ribeiro.

Nós entrevistamos Ana Larissa do Tribunal de Justiça do Maranhão que nos traz outros detalhes.

São Luís ganha Museu do Tribunal de Justiça do Maranhão

Publicado em 22 de setembro de 2021 às 21:30 | Comentar

Inauguração do Museu em São Luís

A terceira mais antiga Corte brasileira, instalada em 4 de novembro de 1813, abre as portas de sua história ao público. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, inaugurou o Museu “Desembargador Lauro de Berredo Martins”, nesta terça-feira (21). A solenidade foi realizada no local do mais novo ambiente cultural maranhense, no Solar dos Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJMA, antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, Centro, São Luís.

O acervo conta com documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como jornais, fotos diversas - inclusive de várias mudanças por que passou o Tribunal -, móveis, selos, medalhas, máquinas de escrever, livros e outras publicações - algumas anteriores à própria existência do TJMA.

“O Poder Judiciário do Maranhão rejubila-se, nesta expressiva cerimônia, para exaltar, celebrar e cultuar sua história com a inauguração do Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins”, saudou o desembargador Lourival Serejo, destacando ser uma homenagem ao homem que se dedicou à pesquisa da história do Judiciário maranhense.

O presidente do TJMA ressaltou que a memória deve ser sempre despertada e que as melhores ferramentas para isso são o resgate e a preservação do passado. Enfatizou que a inauguração do Museu representa o tempo reencontrado e a certeza de que as épocas podem passar, mas não se esgotam, não se corroem, não se perdem, se as preservarmos.

Em seu discurso, Lourival Serejo ressaltou que o museu é a instância de valorização da memória, é o foro da recuperação da história, na qual se deposita a memória do Poder Judiciário do Maranhão. “Nele não haverá preclusão. Não haverá decurso de prazo decadencial. Não haverá prescrição alguma”, frisou Lourival Serejo.

Ao citar Miguel de Cervantes - romancista, dramaturgo e poeta espanhol - o desembargador exaltou a importância da história: “Sem conhecê-la, não interpretaremos nosso tempo. Sem estudá-la e compreendê-la, não seremos capazes de planejar e construir um futuro com segurança e um mínimo de previsibilidade”, disse.

Para Lourival Serejo, é fundamental compreender que a necessidade de historiografar o Poder Judiciário é um dever cultural com as futuras gerações, “proporcionando aos pesquisadores de amanhã, condições de acesso memorial a conteúdo bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico e documental, de interesse institucional, jurídico e social, evocando momentos e situações que honraram a Justiça e proclamando os princípios que constituem os alicerces do Tribunal de Justiça do Maranhão”.

Ao finalizar, o presidente do TJMA disse que, uma vez instalado, o trabalho será de entregar o museu à sociedade, na certeza de que ele sirva para fazer criar, do espírito das relíquias culturais, um olhar novo de comprometimento, para não deixar que se rompam as correntes da história.

Visitação Pública

Foto Divulgação

Inicialmente, segundo a coordenadora de Biblioteca e Jurisprudência, Cíntia Andrade, a visitação pública, que deverá ocorrer a partir de segunda-feira (27), será por agendamento, pelo e-mail biblioteca@tjma.jus.br e pelos telefones (98) 3261-6146 e 3261-6147, das 8h às 15h.

Histórico

Foto Divulgação

O museu foi criado por meio da Resolução nº 60/2021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Dentre as relíquias, um atlas histórico, geográfico, político e econômico maranhense do final do século XIX, de autoria de José Ribeiro do Amaral. Há também “Viagem ao Norte do Brasil”, obra realizada no início do século XVII, fruto da observação do padre francês Ivo D’evreux.

Quem visitar o museu poderá ver uma coleção de registros testamentais dos séculos XVIII e XIX; um livro das atas das sessões do Tribunal da Relação do Maranhão, no período 1841-1845; livro de cartas e títulos dos desembargadores do Maranhão (1813-1899); o livro de termo de posse e juramento dos desembargadores do Tribunal de Justiça, em 1813.

Há também o inquérito policial, de 1935, contra o estudante Hilton Gregório Lobato, preso no Largo do Carmo, em São Luís, por panfletar e distribuir bandeirinhas de cunho político. Ele foi acusado da prática de comunismo na época.

Numa parede, diploma e outros documentos da primeira mulher a ocupar o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 1976: Judith Pacheco. Num lado de uma das salas, cadeiras que foram usadas no Plenário, em 1908, com uma foto do local onde os móveis estavam, no começo do século XX.

Saiba mais em TJMA

Lucas Porto tem pedido de Habeas Corpus negado pelo TJMA

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negaram por unanimidade o pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por Procurador de Justiça, por meio da Portaria GAB/PGJ 3.183/2020, de 02/04/2020, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, “uma vez arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias”.

O pedido de Habeas Corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor já previamente decidida, porém o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

TJMA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Nesta quarta-feira (22), os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negaram, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa, caso de grande repercussão no Estado.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por Procurador de Justiça, por meio da Portaria GAB/PGJ 3.183/2020, de 02/04/2020, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, explicou em seu voto que a questão da suspeição do promotor já havia sido apreciada em processo ajuizado no Primeiro Grau, o qual foi rejeitado e arquivado pelo Juízo de base.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, “uma vez arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias”.

Com base no fundamento supracitado, uma vez que o pedido de Habeas Corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor já previamente decidida, o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

Ressalta-se também que, em sede de plantão judiciário, o desembargador José Jorge Figueiredo, denegou liminar, negando o Habeas Corpus pleiteado.

Publicado em Notícia por Gláucio Ericeira. Marque Link Permanente.

Justiça nega habeas corpus a Lucas Porto, condenado pela morte de Mariana Costa

Desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram nesta quarta-feira (22), por unanimidade, um pedido de habeas corpus feito pela defesa de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa.

No pedido da defesa, o habeas corpus questionava a legalidade do ato expedido pelo Ministério Público que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, negou o habeas corpus explicando que esse pedido de suspeição do promotor já havia sido apreciado em primeira instância, e posteriormente arquivado.

O empresário Lucas Leite Ribeiro Porto, acusado de matar a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, foi condenado a 39 anos de prisão em regime fechado. Em júri popular, a condenação foi a 30 anos de prisão por homicídio com quatro qualificadoras — feminicídio, asfixia, impossibilidade de defesa e ocultação de provas— e mais 9 anos de prisão por estupro.

A sobrinha-neta de Sarney foi encontrada morta em 2016 no apartamento onde morava, no bairro Turu, em São Luís. As investigações da Polícia Civil do Maranhão apontaram Lucas Porto, cunhado da vítima, como principal suspeito. Na época, ele confessou a autoria e afirmou que teria matado Mariana por causa de uma atração não correspondida que ele sentia por ela.

Justiça nega habeas corpus a Lucas Porto, condenado pela morte de Mariana Costa

setembro 23, 2021

Divulgação

Desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram nesta quarta-feira (22), por unanimidade, um pedido de habeas corpus feito pela defesa de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa.

No pedido da defesa, o habeas corpus questionava a legalidade do ato expedido pelo Ministério Público que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, negou o habeas corpus explicando que esse pedido de suspeição do promotor já havia sido apreciado em primeira instância, e posteriormente arquivado.

O empresário Lucas Leite Ribeiro Porto, acusado de matar a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney, foi condenado a 39 anos de prisão em regime fechado. Em júri popular, a condenação foi a 30 anos de prisão por homicídio com quatro qualificadoras — feminicídio, asfixia, impossibilidade de defesa e ocultação de provas— e mais 9 anos de prisão por estupro.

A sobrinha-neta de Sarney foi encontrada morta em 2016 no apartamento onde morava, no bairro Turu, em São Luís. As investigações da Polícia Civil do Maranhão apontaram Lucas Porto, cunhado da vítima, como principal suspeito. Na época, ele confessou a autoria e afirmou que teria matado Mariana por causa de uma atração não correspondida que ele sentia por ela.

TJ do Maranhão nega habeas corpus a assassino de sobrinha-neta de Sarney

23/09/2021 17:15 | Atualizado 23/09/2021 17:15

ACESSIBILIDADE:

Redação

Redação

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão por estuprar e matar a publicitária Mariana Costa, sua própria cunhada e sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por Procurador de Justiça, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, explicou em seu voto que a questão da suspeição do promotor já havia sido apreciada em processo ajuizado no Primeiro Grau, o qual foi rejeitado e arquivado pelo Juízo de base.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, “uma vez arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias”.

Servidores do Fórum vão ao trabalho de bicicleta, em São Luís

Iniciativa teve por objetivo mostrar que é possível ir ao trabalho usando a bicicleta como meio de transporte.

DIVULGAÇÃO / CGJ-MA

23/09/2021 às 11h31

Servidores do Fórum vão ao trabalho de bicicleta, em São Luís

Chegada ao Fórum foi por volta das 7h30. (Foto: Divulgação / Ascom Fórum de São Luís)

SÃO LUÍS - Mais de 15 servidores e servidoras do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) foram ao trabalho nessa quarta-feira (22), Dia Mundial sem Carro, pedalando, para mostrar que é possível ir ao trabalho usando a bicicleta como meio de transporte. A saída de casa rumo ao fórum, para quem mora mais distante, começou às 6h30 e ao longo do percurso os demais ciclistas foram se integrando ao grupo, chegando todos juntos ao órgão, por volta das 7h30. Alguns chegaram a percorrer de 36km a 40 km (ida e volta).

No Dia Mundial sem Carro, logo cedo o grupo realizou atividade de sensibilização, no estacionamento interno do Fórum de São Luís, com a distribuição de material educativo e dicas para o pedal seguro. Os ciclistas servidores e servidoras abordaram os colegas que chegavam ao trabalho, entre 7h30 e 8h30. A juíza Laysa de Jesus Paz Martins Mendes, que está respondendo pela diretoria do fórum, também participou da ação.

O juiz auxiliar Francisco Ferreira de Lima, que pedala desde quando era magistrado em comarca do interior do Estado e manteve essa prática ao ser promovido para a capital, costuma se deslocar ao trabalho, no Fórum do Calhau, usando a bicicleta como meio de transporte. Ele disse que gosta de andar de bike e que é uma alternativa ao trânsito caótico da cidade, além do benefício que essa atividade física traz à saúde.

A servidora Ana Maria Ferreira pedala há nove anos e, desde a retomada do trabalho presencial no Judiciário maranhense, em agosto de 2021, passou a se deslocar de casa ao trabalho pedalando. Ela percorre 2km em 20 minutos até chegar ao fórum. “Resolvi usar a bike porque traz benefícios à saúde; menos carros nas ruas e com isso menor poluição sonora e do ar; e também pela economia financeira com transporte”, contou.

Já o supervisor da Segurança Institucional do Fórum, capitão Rodrigo Serra, percorre cerca de 7km e geralmente gasta 20 minutos. Há um ano, vendeu o carro e comprou uma bicicleta para se deslocar ao serviço e usa também como meio de transporte para diversas atividades de rotina. “Você se predispõe a acordar mais cedo, faz sua atividade física logo pela manhã, chega disposto e bem humorado ao serviço, troca um veículo poluente como o carro por outro sustentável que a bicicleta, além da economia nesses tempos de alta dos preços dos combustíveis”, afirmou.

Para dar melhor estrutura aos servidores e servidoras que optam pela bicicleta para o deslocamento, a diretoria do Fórum do Calhau já instalou um bicicletário no estacionamento interno e está realizando melhorias nos vestiários. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo Socioambiental, está desenvolvendo um projeto que vai criar infraestrutura para oferecer mais conforto e comodidade aos que pedalam ao trabalho no fórum, incluindo um amplo bicicletário.

As atividades desta quarta-feira (22) contou com o suporte do “Pedal das Minas”, grupo de mulheres que se apoiam para pedalar em São Luís; e do “Bikeanjo São Luís”, rede nacional de pessoas que acreditam na bicicleta como ferramenta para transformação das cidades. A articuladora local dos dois grupos, Jaana Pinheiro,

explica que o Dia Mundial sem Carro tem como objetivo estimular as pessoas que utilizam o carro como meio de transporte busquem meios mais sustentáveis para se deslocar nesse dia.

Judiciário instala nova Vara Judicial em Imperatriz

23/09/2021 10:00:00

A população de Imperatriz contará agora com mais uma unidade judicial. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, instala, nesta quinta-feira (23), às 10h, a 5ª Vara Cível, no Complexo Judiciário da Comarca de Imperatriz.

Com a nova unidade judicial, a prestação jurisdicional ganha reforço nas demandas relativas às questões cíveis, que serão redistribuídos para a nova vara.

Com a instalação da 5ª Vara Cível na Comarca de Imperatriz, o desembargador Lourival Serejo demonstra o empenho do Tribunal de Justiça do Maranhão em dotar o 1º grau com condições necessárias para o melhor atendimento à sociedade, demonstrando preocupação com a eficiência da Justiça.

Justiça do MA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Início / Notícias / Cidades / Justiça do MA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Enviado por galmeida em qui, 23/09/2021 - 09:19

Justiça do MA nega pedido de habeas corpus a Lucas Porto

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negaram, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa, caso de grande repercussão no Estado.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por Procurador de Justiça, por meio da Portaria GAB/PGJ 3.183/2020, de 02/04/2020, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, explicou em seu voto que a questão da suspeição do promotor já havia sido apreciada em processo ajuizado no Primeiro Grau, o qual foi rejeitado e arquivado pelo Juízo de base.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, “uma vez arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias”.

Com base no fundamento supracitado, uma vez que o pedido de Habeas Corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor já previamente decidida, o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

Ressalta-se também que, em sede de plantão judiciário, o desembargador José Jorge Figueiredo, denegou liminar, negando o Habeas Corpus pleiteado.

SECOOR desarticula corrupção no Sistema Penitenciário com drogas, extorsões e saídas temporárias

Policiais civis da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate a Corrupção, desarticulou práticas de corrupção no Sistema Penitenciário do Maranhão e mais precisamente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, nas quais de acordo com as autoridades, estão envolvidos policiais penais e agentes temporários.

Os envolvidos faziam negociações com presos, em que havia facilidades para entradas nas unidades prisionais, bebidas, drogas, celulares e comunicações entre a quadrilha que está no presídio e os bandidos que estão fora.

Negociações para Saídas Temporárias

De há muito havia suspeitas de manipulação nas saídas temporárias, em que sempre são colocados nomes de perigosos bandidos por interessados do Sistema Penitenciário para que o Juiz da Vara das Execuções Criminais autorize as saídas temporárias. Rola muito dinheiro, daí é que a Polícia Civil acredita que o negócio é de ampla dimensão com ramificações em outras unidades prisionais.

A verdade é que dentro do Sistema Penitenciário existe uma república mineira, que manda e desmanda em todas as unidades prisionais do Maranhão e que favorece muita gente e pune e até exclui, os que não se submetem aos interesses deles, em razão de serem pessoas da mais alta e expressiva confiança do secretário Murilo Andrade. Atualmente eles estão tratando de selecionar unidades prisionais para serem privatizadas pelo governador Flavio Dino, muito embora as Defensorias Públicas da União e Estaduais já terem se manifestado contrárias junto ao CNJ.

Recentemente trouxeram 150 presos da Unidade de Pedreiras para a Unidade do Anil, numa operação altamente arriscada com dez viaturas em comboio criando uma superlotação e com sérios, riscos que infelizmente não são vistos pelo Ministério Público, Tribunal de Justiça e as entidades de defesa dos direitos humanos, uma vez que a ação foi para a conclusão de uma obra para privatizar a unidade. Com essas distorções e esquemas perigosos no Sistema Penitenciário do Maranhão, a instituição que o avalie como modelo, suscita desconfiança de que não existe nela um mínimo de seriedade e transparência dos avaliadores, e que tudo ser um forte esquema de favorecimento.

SECCOR pode estar chegando apenas em uma das mazelas no Sistema Penitenciário, uma vez que existem muitas desconfianças de facilidades para presos, daí é que no Maranhão não é diferente dos demais Estados, que existem acordos através de facilidades com atos de corrupção como pacificação.

Desembargador Lourival Serejo instala nova Vara Judicial em Imperatriz

24/09/2021 04:36:58

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, instalou, nesta quinta-feira (23), no Complexo Judiciário da Comarca de Imperatriz, a 5ª Vara Cível.

A solenidade foi prestigiada pela corregedora e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Angela Salazar, e pelo desembargador José Gonçalo Filho, que integrou a comitiva do chefe do Poder Judiciário Estadual.

Para o desembargador Lourival Serejo, a nova unidade judicial vai ao encontro das aspirações da sociedade de Imperatriz e deve acelerar os julgamentos e proporcionar mais qualidade quanto à análise dos processos cíveis que tramitam na Comarca.

De acordo com o presidente do TJMA, "a instalação da unidade judicial vai garantir celeridade processual num momento em que Poder Judiciário vive um período institucional significativo se esforçando, ao máximo, para atender, com eficiência, as demandas no campo judicial".

"Quem ganha, sem dúvida, com a iniciativa são os jurisdicionados, que passam a contar com mais um polo para resolução de suas demandas judiciais", frisou o desembargador Lourival Serejo, acrescentando "que a instalação da unidade judicial está alinhada ao compromisso constitucional do Judiciário do Maranhão de garantir uma Justiça cada vez mais ágil e eficiente".

Segundo o presidente, a iniciativa demonstra também o empenho do Tribunal de Justiça do Maranhão em dotar o 1º grau com as condições necessárias para o melhor atendimento à sociedade, demonstrando a preocupação com a eficiência da Justiça.

Os magistrados presentes na solenidade de inauguração foram unânimes em afirmar que instalação da nova unidade é de máxima relevância para a sociedade de Imperatriz, "fazendo valer o preceito constitucional que todos têm direito à razoável duração do processo".

A 5ª Vara Cível passará a receber, de forma proporcional, novas ações que forem ajuizadas, até que os acervos das varas cíveis existentes fiquem equivalentes. Com isso, a prestação jurisdicional ganha reforço nas demandas relativas às questões cíveis, que serão redistribuídos para a nova vara.

A juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, diretora do Fórum da Comarca de Imperatriz, destacou a esperança dos jurisdicionados em relação a nova unidade judicial, que vem responder um anseio da sociedade local.

Participaram da solenidade os juízes e juízas Adolfo Pires da Fonseca Neto, Eilson Santos da Silva, Thiago

Henrique Oliveira de Ávila, Ana Paula Silva Araújo, Joaquim da Silva Filho, Denise Pedrosa Torres, Delvan Tavares Oliveira, Débora Jansen Castro, Dayna Leão Tajra Reis Teixeira, Paulo Vital Souto Montenegro e Glender Malheiros.

Após a instalação da unidade judicial, o presidente visitou o Fórum da Comarca de João Lisboa, indo, em seguida, conhecer o Projeto de Digitalização Lista Zero, resultado de uma parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Comarca de Imperatriz, com a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil.

Agência TJMA de Notícias
asscom@tjma.jus.br

Nesta sexta-feira, até às 17h, jovens de 15 a 29 anos podem ter vários benefícios indo ao FÓRUM DE JUSTIÇA de Codó

Por: Acélio Trindade | em: 24 de setembro de 2021

Marcos LEITE, Superintendente de Políticas da Juventude, da Secretaria Estadual da Juventude, está desde ontem e hoje, sexta-feira até às 17h, no Salão do Júri do Fórum de Justiça de Codó. Ele integra a caravana do projeto chamado CONCILIAÇÃO ITINERANTE do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em entrevista do blogdoacelio ele destacou os serviços que estão sendo ofertados, entre os quais o ID JOVEM que oferece meia passagem para viagens interestaduais e meia-entrada em eventos culturais e artísticos.

Também estão sendo feitas inscrições para o curso de LIDERANÇA JUVENIL. Veja mais detalhes e aproveite, termina nesta sexta-feira, às 17h.

Voluntários do Movimento Mangue Sem Lixo realizam ação de replantio do mangue

A ação é em alusão ao Dia da Árvore e semana do Meio Ambiente comemorado em todo Brasil

Os voluntários do “Movimento Mangue Sem Lixo” vão realizar neste sábado, dia 25 de setembro, às 11h, na comunidade de Mojó, no município de Paço do Lumiar /MA, o replantio da vegetação do mangue atingida pelo excesso de lixos em suas raízes.

Na última ação do movimento, realizado no mês passado (22/08), foram retirados 400 quilos de resíduos sólidos desta área, que agora receberá sua vegetação de volta. “A ideia do Movimento Mangue Sem Lixo não é só limpar o mangue, pois sabemos que não vamos conseguir tirar todo o lixo que tem nele, mas além de alertar a população e os moradores da região, queremos fazer o replantio desta vegetação, que vem sofrendo com essa quantidade de plásticos em suas raízes”, afirmou Graça Soares, atual presidente da Ong Arte Mojó.

O “Movimento Mangue Sem Lixo” é uma iniciativa da Organização Não-Governamental (ONG) Arte-Mojó, da Associação de Trabalhadores Rurais de Mojó e Montanha Russa, Sítio Jiboia, Associação Ambiental Orla Viva e Quinta do Azulejador, com apoio do Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e da Prefeitura de Paço do Lumiar.

As atividades de catação do lixo do mangue acontecem uma vez por mês, em razão da grande quantidade de lixo depositados nas áreas de manguezais de toda região litorânea da Grande Ilha de São Luís. A iniciativa conta com a participação de voluntários e entidades.

Os interessados em ser voluntários ou contribuir com doação de máscaras, luvas e sacos de lixo (de preferência biodegradáveis) para realização do referido evento, poderão entrar em contato com os organizadores pelo número 99118-3377, redes sociais @ongartemojo ou pelo e-mail: artemojo@hotmail.com. (Fonte: Assessoria Ong Arte Mojó).

Atividades do dia 25/09, a partir das 10h

- Oficina de desenho, com exibição no Lambe-Lambe
- Exposição de fotos no varal
- Exposição das peças artesanais feitas com a fibra da bananeira
- Replanteio das sementes na área mais atingida pelo lixo

Localização

Comunidade de Mojó

Município de Paço do Lumiar - MA

Encontro no Sítio de Maria Donato - Montanha Russa

Contato Assessoria

Celular: (98) 981241511 / 99118-3377

E-mail: artemojo@hotmail.com

Instagram: [@ongartemojo](https://www.instagram.com/ongartemojo)

TJMA nega pedido de habeas corpus ao assassino de Mariana Costa

Lucas Porto foi condenado a 39 anos de cadeia pelo assassinato da publicitária

Na última quarta-feira (22), os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negaram, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Lucas Porto, condenado a 39 anos de prisão pela morte da publicitária Mariana Costa, caso de grande repercussão no Maranhão.

O habeas corpus pretendia verificar a legalidade de ato expedido por Procurador de Justiça, por meio da Portaria GAB/PGJ 3.183/2020, de 02/04/2020, que designou o promotor Marco Aureliano Fonseca para atuar na ação penal a que responde Lucas Porto.

O relator do processo, desembargador Luiz Gonzaga, explicou em seu voto que a questão da suspeição do promotor já havia sido apreciada em processo ajuizado no Primeiro Grau, o qual foi rejeitado e arquivado pelo Juízo de base.

Conforme o artigo 104 do Código de Processo Penal, citado no voto do relator, “uma vez arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias”.

Com base no fundamento supracitado, uma vez que o pedido de Habeas Corpus pretendia rediscutir questão de suspeição de promotor já previamente decidida, o desembargador Luiz Gonzaga negou o pedido.

Ressalta-se também que, em sede de plantão judiciário, o desembargador José Jorge Figueiredo, denegou liminar, negando o Habeas Corpus pleiteado.

Por Gláucio Ericeira

Lourival Serejo instala nova Vara Judicial em Imperatriz

24/09/2021 05:04:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, instalou, nesta quinta-feira (22), no Complexo Judiciário da Comarca de Imperatriz, a 5ª Vara Cível.

A solenidade foi prestigiada pela corregedora e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Angela Salazar, e pelo desembargador José Gonçalo Filho, que integrou a comitiva do chefe do Poder Judiciário Estadual.

Para o desembargador Lourival Serejo, a nova unidade judicial vem de encontro às aspirações da sociedade de Imperatriz e deve acelerar os julgamentos e proporcionar mais qualidade quanto à análise dos processos cíveis que tramitam na Comarca.

De acordo com o presidente do TJMA, "a instalação da unidade judicial vai garantir celeridade processual num momento em que Poder Judiciário vive um período institucional significativo se esforçando, ao máximo, para atender, com eficiência, as demandas no campo judicial".

"Quem ganha, sem dúvida, com a iniciativa são os jurisdicionados, que passam a contar com mais um polo para resolução de suas demandas judiciais", frisou o desembargador Lourival Serejo, acrescentando "que a instalação da unidade judicial está alinhada ao compromisso constitucional do Judiciário do Maranhão de garantir uma Justiça cada vez mais ágil e eficiente".

De acordo com o presidente do TJMA, a iniciativa demonstra também o empenho do Tribunal de Justiça do Maranhão em dotar o 1º grau com as condições necessárias para o melhor atendimento à sociedade, demonstrando a preocupação com a eficiência da Justiça.

Os magistrados presentes na solenidade de inauguração foram unânimes em afirmar que instalação da nova unidade é de máxima relevância para a sociedade de Imperatriz, "fazendo valer o preceito constitucional que todos têm direito à razoável duração do processo".

A 5ª Vara Cível passará a receber, de forma proporcional, novas ações que forem ajuizadas, até que os acervos das varas cíveis existentes fiquem equivalentes. Com isso, a prestação jurisdicional ganha reforço nas demandas relativas às questões cíveis, que serão redistribuídos para a nova vara.

A juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, diretora do Fórum da Comarca de Imperatriz, destacou o a esperança dos jurisdicionados em relação a nova unidade judicial, que vem responder um anseio da sociedade local.

Participaram da solenidade os juizes e juízas Adolfo Pires da Fonseca Neto, Eilson Santos da Silva, Thiago Henrique Oliveira de Ávila, Ana Paula Silva Araújo, Joaquim da Silva Filho, Denise Pedrosa Torres, Delvan

Tavares Oliveira, Débora Jansen Castro, Dayna Leão Tajra Reis Teixeira, Paulo Vital Souto Montenegro e Glender Malheiros.

Após a instalação da unidade judicial, o presidente visitou o Fórum de da Comarca de João Lisboa, indo, em seguida, conhecer o Projeto de Digitalização Lista Zero, resultado de uma parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Comarca de Imperatriz, com a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil.

Lourival Serejo instala nova Vara Judicial em Imperatriz

Ascom/TJMA

Agência TJMA de Notícias

Presidente descerra placa de inauguração na 5ª Vara Cível de Imperatriz com magistrados e magistradas - Foto/Divulgação: Ribamar Pinheiro

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, instalou, nesta quinta-feira (22), no Complexo Judiciário da Comarca de Imperatriz, a 5ª Vara Cível.

A solenidade foi prestigiada pela corregedora e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Angela Salazar, e pelo desembargador José Gonçalo Filho, que integrou a comitiva do chefe do Poder Judiciário Estadual.

Para o desembargador Lourival Serejo, a nova unidade judicial vem de encontro às aspirações da sociedade de Imperatriz e deve acelerar os julgamentos e proporcionar mais qualidade quanto à análise dos processos cíveis que tramitam na Comarca.

De acordo com o presidente do TJMA, “a instalação da unidade judicial vai garantir celeridade processual num momento em que Poder Judiciário vive um período institucional significativo se esforçando, ao máximo, para atender, com eficiência, as demandas no campo judicial”.

“Quem ganha, sem dúvida, com a iniciativa são os jurisdicionados, que passam a contar com mais um polo para resolução de suas demandas judiciais”, frisou o desembargador Lourival Serejo, acrescentando “que a instalação da unidade judicial está alinhada ao compromisso constitucional do Judiciário do Maranhão de garantir uma Justiça cada vez mais ágil e eficiente”.

De acordo com o presidente do TJMA, a iniciativa demonstra também o empenho do Tribunal de Justiça do Maranhão em dotar o 1º grau com as condições necessárias para o melhor atendimento à sociedade, demonstrando a preocupação com a eficiência da Justiça.

Os magistrados presentes na solenidade de inauguração foram unânimes em afirmar que instalação da nova unidade é de máxima relevância para a sociedade de Imperatriz, “fazendo valer o preceito constitucional que todos têm direito à razoável duração do processo”.

A 5ª Vara Cível passará a receber, de forma proporcional, novas ações que forem ajuizadas, até que os acervos das varas cíveis existentes fiquem equivalentes. Com isso, a prestação jurisdicional ganha reforço nas demandas relativas às questões cíveis, que serão redistribuídos para a nova vara.

A juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, diretora do Fórum da Comarca de Imperatriz, destacou a esperança dos jurisdicionados em relação a nova unidade judicial, que vem responder um anseio da sociedade local.

Participaram da solenidade os juízes e juízas Adolfo Pires da Fonseca Neto, Eilson Santos da Silva, Thiago Henrique Oliveira de Ávila, Ana Paula Silva Araújo, Joaquim da Silva Filho, Denise Pedrosa Torres, Delvan Tavares Oliveira, Débora Jansen Castro, Dayna Leão Tajra Reis Teixeira, Paulo Vital Souto Montenegro e Glender Malheiros.

Após a instalação da unidade judicial, o presidente visitou o Fórum da Comarca de João Lisboa, indo, em seguida, conhecer o Projeto de Digitalização Lista Zero, resultado de uma parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Comarca de Imperatriz, com a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil.

Projeto Município Amigo da Justiça é apresentado em Codó

O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA) - promoveu mais uma reunião de apresentação do programa "Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça". Desta vez, o evento aconteceu em Codó, nessa quinta-feira (23).

A solenidade reuniu autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no Salão do Júri do Fórum da comarca. Na ocasião, os participantes parabenizaram a Justiça maranhense pela iniciativa e demonstraram interesse em firmar a parceria institucional, em benefício da população.

O evento foi dirigido pelo coordenador do Nupemec/TJMA, juiz Alexandre Abreu, que apresentou ao público o programa de reconhecimento da Justiça, a importância, o alcance social e as inúmeras vantagens proporcionadas para todas as instituições envolvidas e, sobretudo, a comunidade.

"O intuito do nosso projeto é reconhecer a cooperação empreendida por municípios que vêm desenvolvendo ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos judicializados. Queremos assegurar à população os seus direitos, estimulando sempre o diálogo, a conciliação e a pacificação social dos conflitos, inclusive por meio de plataformas digitais. Todos sairão ganhando com essa parceria!", pontuou.

O Selo de Reconhecimento de Município Amigo da Justiça do Maranhão é gerido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida.

O magistrado titular da 2ª Vara de Codó, Carlos Eduardo de Arruda, ressaltou a importância e o alcance social do programa da Justiça maranhense. "O projeto é bastante louvável. Tem como objetivo proporcionar maior aproximação da sociedade com a Justiça, estimulando a conciliação e a pacificação social, além dos direitos de cidadania", frisou.

PARCERIA

Ao participar do evento de apresentação do programa da Justiça, em Codó, o defensor público Ademir Vaz Alencar enalteceu o projeto do Poder Judiciário em prol da sociedade maranhense. "O programa é brilhante! Possui fundamental importância, sobretudo neste período de pandemia, porque ele traz à tona uma maior facilidade de comunicação com as comunidades nos municípios, facilitando o acesso à Justiça", afirmou.

O prefeito de Codó, José Francisco Lima, expressou alegria e satisfação pela oportunidade de parceria com a Justiça maranhense. "Me sinto honrado em receber esse grande evento da Justiça aqui em Codó. É uma satisfação imensa podermos fazer essa parceria com o TJMA e conseguirmos o nosso selo de reconhecimento. Tudo isso em benefícios dos cidadãos!", expressou.

O evento contou com a presença de representantes dos três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e da sociedade civil organizada, além de servidores e servidoras da Justiça maranhense.

ITAPECURU

As apresentações do "Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça" - realizadas nesta semana pelo coordenador do Nupemec do TJMA, juiz Alexandre Abreu, e equipe do órgão - foram iniciadas na comarca de Itapecuru Mirim, na terça-feira (22), reunindo diversas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

SELO

Instituído por meio da Portaria nº 3362019, o programa de reconhecimento considera a necessidade de harmonização entre os Poderes para consecução do objetivo constitucional de assegurar a construção de uma sociedade justa, com erradicação da marginalização e redução das desigualdades sociais.

Os selos - que contemplam as categorias diamante, ouro, prata e bronze - são concedidos aos municípios que colaboram para a instalação de Centros de Conciliação (Cejuscs) e postos de centros judiciários e que apoiam institucionalmente projetos e ações governamentais e não governamentais, especialmente as desenvolvidas pelo TJMA.

Além disso, os municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social (Cras).

Também precisam assegurar o acesso da população aos meios digitais de solução de conflitos de demandas de consumo e a formação de servidores e servidoras, com atuação na assistência social para o desenvolvimento de dinâmicas de pacificação das relações familiares e escolares, além de atuar na solução consensual de conflitos administrativos ou judicializados, em que seja parte.

TERMO DE COMPROMISSO

A participação na avaliação e recebimento do Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça do Maranhão tem inscrição voluntária, por meio da subscrição de um Termo de Compromisso Público firmado entre o TJMA e o Município participante.

CONCILIAÇÃO ITINERANTE

Durante esta semana (20 a 24 de setembro de 2021), o Nupemec do TJMA também está promovendo a primeira edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante, nas comarcas de Alto Alegre do Maranhão (20 e 21/9), São João do Sóter (22/9) e Codó (23 e 24/9). Durante o evento, cidadãos e cidadãs podem solucionar questões processuais (com ação judicial) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma ágil, simples e descentralizada.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

Desembargador Froz Sobrinho é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

O desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (24) até domingo (26), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Lauber J. do C. Queiroz e Beth A. L. Bonifácio. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 27 de setembro a 3 de outubro, o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - os juízes José Américo Abreu Costa (1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís) e Nelson Melo de Moraes Rêgo (Auditoria Militar de São Luís), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste final de semana são os servidores Kassio Rogério Ribeiro (1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís) e Apolo Marcos Colaço (Auditoria Militar de São Luís).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os servidores plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

Ana do Gás participa da apresentação do programa "Município Amigo da Justiça" em Itapecuru

A deputada estadual Ana do Gás (PCdoB) participou, na Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim, na terça-feira (21), da solenidade de apresentação do programa "Município Amigo da Justiça", iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão que visa ao reconhecimento da cooperação empreendida por produtores e fornecedores de bens e serviços para redução de litigiosidade ou solução de conflitos judicializados.

"Parabenizo o desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por essa importante iniciativa, que busca reduzir o número de processos de justiça por meio da conciliação. E, também, a juíza Mirella César, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, por sua atuação à frente da comarca", destacou Ana do Gás.

O evento contou com a presença do juiz Alexandre Abreu, representando o TJMA, do prefeito de Itapecuru-Mirim, Benedito Coroba, e do vice-prefeito, Mauricio Nascimento. Participaram, ainda, as juízas Mirella Cezar Freitas e Jaqueline Rodrigues, o presidente da Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim, Cleomar Rodrigues, os vereadores Marcio Pedrosa e Alberto Ferreira e o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho.

Portaria

Instituído por meio da Portaria 3362019, o programa "Município Amigo da Justiça" é gerido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu. Considera a necessidade de harmonização entre os Poderes para consecução do objetivo constitucional de assegurar a construção de uma sociedade justa, com erradicação da marginalização e redução das desigualdades sociais.

Além disso, os municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social.

Deputada Ana do Gás participa da apresentação do programa "Município Amigo da Justiça" em Itapecuru

A deputada estadual Ana do Gás (PCdoB) participou, na Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim, na terça-feira (21), da solenidade de apresentação do programa 'Município Amigo da Justiça', iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão que visa ao reconhecimento da cooperação empreendida por produtores e fornecedores de bens e serviços para redução de litigiosidade ou solução de conflitos judicializados.

"Parabenizo o desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por essa importante iniciativa, que busca reduzir o número de processos de justiça por meio da conciliação. E, também, a juíza Mirella César, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, por sua atuação à frente da comarca", destacou Ana do Gás.

O evento contou com a presença do juiz Alexandre Abreu, representando o TJMA, do prefeito de Itapecuru-Mirim, Benedito Coroba, e do vice-prefeito, Mauricio Nascimento. Participaram, ainda, as juízas Mirella Cezar Freitas e Jaqueline Rodrigues, o presidente da Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim, Cleomar Rodrigues, os vereadores Marcio Pedrosa e Alberto Ferreira e o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho.

Portaria

Instituído por meio da Portaria 3362019, o programa "Município Amigo da Justiça" é gerido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu. Considera a necessidade de harmonização entre os Poderes para consecução do objetivo constitucional de assegurar a construção de uma sociedade justa, com erradicação da marginalização e redução das desigualdades sociais.

Além disso, os municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social.

Bares são autuados por descumprimento do ECA, em Imperatriz **Ao todo, três bares situados na avenida Beira-Rio foram autuados.**

Fiscalização ocorreu na noite desse sábado (25). (Foto: Divulgação / CGJ-MA)

IMPERATRIZ - Uma fiscalização realizada pela Vara da Infância e da Juventude de Imperatriz e Guarda Municipal autuou três bares por descumprimento das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na noite de sábado (25), na avenida Beira-Rio, em Imperatriz, cidade distante 634 km de São Luís.

De acordo com a Justiça, os três estabelecimentos autuados durante a ação foram o 'Del Lagoa', 'Ponto da Gelada' e 'El Chapo'. A avenida Beira-Rio é área de concentração de bares na cidade, com grande fluxo de pessoas.

O objetivo da ação foi verificar o cumprimento das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), bem como da Portaria 02/2018 da Vara, que regulamenta o acesso, permanência e a participação de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis legais em locais onde há festas, venda e consumo de bebida alcoólica e jogos.

Comissariado

A fiscalização foi realizada pelos comissários de Justiça efetivos da Vara da Infância e da Juventude, Caio Lopes, Cleverson Lindoso, Digelda Costa, Fábio Mendes e Nathaly Passos, com autorização do juiz titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, Delvan Tavares Oliveira, que assina a portaria.

Segundo informações da comissária Digelda Costa, o comissariado da Infância e da Juventude, as ações de fiscalização em bares e locais de eventos estão sendo feitas por setores da cidade e serão intensificadas nos próximos dias.

Em noite de autógrafos na Academia Imperatrizense de Letras, Lourival Serejo apresenta Literatura no Espelho

por Aquiles Emir -26 de setembro de 2021

Presidente do TJMA lança nova obra literária em Imperatriz

Poetas, profissionais de advocacia, jornalistas e magistrados - incluindo a corregedora e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Angela Salazar, e o desembargador do TJMA, José Gonçalo Filho - prestigiaram o lançamento do livro "Literatura no Espelho" da lavra do desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O lançamento ocorreu na Academia Imperatrizense de Letras, da qual o desembargador Lourival Serejo é membro-fundador. Fundada em 27 de abril de 1991, a academia é presidida pelo escritor Trajano Neto. Seus membros são responsáveis por 70% de toda a publicação editada hoje na região tocantina.

"Literatura no Espelho" trata-se, na verdade, de um livro que fala sobre livros e divide-se entre ensaios, artigos literários sobre outros autores maranhenses, brasileiros e estrangeiros, além de breves resenhas bibliográficas.

"Ao leitor, a obra proporcionará uma visão sobre autores clássicos e modernos que, de alguma forma, me impressionaram", pontuou o desembargador Lourival Serejo, membro da Academia Maranhense de Letras e da Academia Maranhense de Letras Jurídicas.

O livro vem acrescentar o rico acervo literário de Lourival Serejo que, em sua extensa carreira jurídica, fez do Direito e da Literatura faces da mesma moeda, unindo-as em sua trajetória como escritor e como jurista.

Ele mantém um contato diário com os livros e na produção de suas obras literárias coloca um pouco da sua vivência, suscitando reflexões diversas nos polos literários e jurídicos, presentes no horizonte de sua produção como autor.

Autor e obras - O desembargador Lourival Serejo ocupa a cadeira nº. 35 da Academia Maranhense de Letras e é membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras.

Lourival Serejo tem uma vasta produção jurídica e literária, incluindo Rua do Porto, O Presépio Queimado, Contribuições ao Estudo do Direito, Do Alto da Matriz, O Baile de São Gonçalo, Direito Constitucional da Família, As Provas Ilícitas no Direito de Família, Casa de Antônio Lobo, Na Casa de Clóvis Bevilácqua, A Família Partida ao Meio, Da Aldeia de Maracu à Vila de Viana, A Ética como Paradigma de Ativo Judicial, Formação do Juiz, anotações de uma experiência, Temas e Temáticas Jurídicas, Entre Viana e Viana, Pescador de Memórias, Aluísio Azevedo Sempre, Novos Diálogos de Direito de Família, Direito Constitucional da Família, Casablanca, entre outros.

Tribunal de Justiça do Maranhão passa exigir comprovante de vacinação para acesso aos prédios do poder judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo, baixou uma portaria nesta terça-feira (28), anunciando que a partir da próxima segunda-feira, 4 de outubro, só terá acesso aos prédios do poder judiciário maranhense quem comprovar a vacinação contra COVID-19.

De acordo com o documento vale para magistrados, defensores públicos, servidores, advogados, terceirizados e qualquer pessoa que quiser acessar as estruturas que envolvem o 2º grau da Justiça do Maranhão.

A portaria exigia no mínimo a primeira dose da vacinação, mas desde que o prazo da segunda dose não esteja vencido.

Ana do Gás participa da apresentação do programa "Município Amigo da Justiça" em Itapecuru

A deputada estadual Ana do Gás (PCdoB) participou, na Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim, na terça-feira (21), da solenidade de apresentação do programa 'Município Amigo da Justiça', iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão que visa ao reconhecimento da cooperação empreendida por produtores e fornecedores de bens e serviços para redução de litigiosidade ou solução de conflitos judicializados.

“Parabenizo o desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por essa importante iniciativa, que busca reduzir o número de processos de justiça por meio da conciliação. E, também, a juíza Mirella César, titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, por sua atuação à frente da comarca”, destacou Ana do Gás.

O evento contou com a presença do juiz Alexandre Abreu, representando o TJMA, do prefeito de Itapecuru-Mirim, Benedito Coroba, e do vice-prefeito, Mauricio Nascimento. Participaram, ainda, as juízas Mirella Cezar Freitas e Jaqueline Rodrigues, o presidente da Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim, Cleomar Rodrigues, os vereadores Marcio Pedrosa e Alberto Ferreira e o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho.

Portaria

Instituído por meio da Portaria 3362019, o programa "Município Amigo da Justiça" é gerido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu. Considera a necessidade de harmonização entre os Poderes para consecução do objetivo constitucional de assegurar a construção de uma sociedade justa, com erradicação da marginalização e redução das desigualdades sociais.

Além disso, os municípios devem estimular a solução de conflitos por meio de métodos autocompositivos, especialmente na inserção de práticas restaurativas ou outras ações de mediação do relacionamento humano nas escolas e nos Centros de Referência e Assistência Social.

Tribunal de Justiça do Maranhão passa exigir comprovante de vacinação para acesso aos prédios do poder judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo, baixou uma portaria nesta terça-feira (28), anunciando que a partir da próxima segunda-feira, 4 de outubro, só terá acesso aos prédios do poder judiciário maranhense quem comprovar a vacinação contra COVID-19.

De acordo com o documento vale para magistrados, defensores públicos, servidores, advogados, terceirizados e qualquer pessoa que quiser acessar as estruturas que envolvem o 2º grau da Justiça do Maranhão.

A portaria exigia no mínimo a primeira dose da vacinação, mas desde que o prazo da segunda dose não esteja vencido.

Ex-secretário de Saúde e investigado por improbidade. Saiba quem é o médico que sacou arma em pizzeria

setembro 28, 2021 - 7:57 am | Reportagem

twitter sharing button Tweetaremail sharing button O emailmail sharing button O emailtelegram sharing button Partilharsharethis sharing button

O médico gravado sacando uma arma e ameaçando funcionários de uma pizzeria na Asa Sul no domingo (26/9) já foi secretário de Saúde de Santa Inês, cidade no interior do Maranhão. Thiago Zacariotto Lima Alves, atualmente investigado pela 1ª DP, responde a processos de improbidade administrativa relativos ao exercício da função.

Segundo consta em diversos processos no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Thiago e o pai dele, prefeito da cidade à época, o Ministério Público do estado (MPMA) encontrou indícios de irregularidades em alguns pregões ocorridos em 2013 e sugere condenação por “frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente”.

Em 2018, após relatório do Tribunal de Contas do estado, a promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês chegou a instaurar inquérito para apurar irregularidades apontadas na tomada de contas de gestores do Fundo Municipal de Saúde (FMS) do município em 2013, época em que ele era o secretário.

Segundo o documento, foram constatados problemas em processos licitatórios no montante de R\$ 18.441.418,90, ausência do recolhimento e retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços prestados no valor de R\$ 75.870,00.

Foi constatado também que havia a ausência de comprovantes de despesa de R\$ 96.918,74 e irregularidades nos custos referente aos contratos 2013.09 (Pregão Presencial nº 005/2013) e 2013.12 (Pregão Presencial nº 007/2013). Teria havido ainda ausência de processos licitatórios no valor de R\$ 1.223.101,53 e ausência de processo de dispensa de licitação, além de classificação indevida de despesa no montante de R\$ 6.977.844,75.

Em novembro de 2015, Thiago chegou a ser nomeado assessor especial na Secretaria de Saúde, mas três meses depois a nomeação foi tornada sem efeito.

Em uma clínica médica onde trabalha, ele se apresenta como especialista em ultrassonografia geral, mas o registro dele no Conselho Regional de Medicina não aponta especialidades.

Promoção à diversidade

Seguem abertas até 31 de outubro as inscrições para o “Prêmio Luiz Alves Ferreira - Luizão - de Promoção à Diversidade e Combate à Discriminação”, promovido pelo Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão. O prêmio foi instituído no âmbito do Judiciário maranhense com o objetivo de valorizar práticas institucionais que promovam a diversidade e estimulem atitudes antidiscriminatórias no âmbito do Poder Judiciário.

Ação afirmativa irá ofertar cursos de capacitação à população LGBTQIA+

Judiciário articula parceria com Senac para oferta de cursos à população LGBTQIA+

Com o objetivo de encaminhar demandas de formação para o público LGBTQIA+, o coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, reuniu-se com o diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) no Maranhão, José Ahirton Batista Lopes, na sexta-feira, 24, para apresentar sugestões de cursos enviados por representantes da população LGBTQIA+, durante audiência pública realizada pelo Comitê.

“Os representantes apresentaram as percepções quanto a dificuldade de inserção no mercado de trabalho decorrente do processo histórico de estigmatização e discriminação a este público, que culmina em altos índices de evasão escolar e exclusão do processo de formação e aperfeiçoamento profissional” esclareceu o juiz Marco Adriano, ressaltando que a parceria fortalece a criação de ação afirmativa a partir da oferta de cursos, além de contemplar um dos eixos de trabalho do Comitê que é o combate a lgbtfobia.

Os cursos foram sugeridos de acordo com pesquisa realizada em 20 municípios pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e abrangem as áreas de beleza, informática e área administrativa.

Durante a reunião, o diretor do Senac e a equipe de trabalho identificaram a compatibilidade das demandas apresentadas com a grade de cursos já ofertados pela instituição. A previsão é que as capacitações iniciem a partir de janeiro de 2022, conforme levantamento do público.

Ahirton Batista Lopes pontuou que a parceria pode ser viabilizada por meio de um Termo de Cooperação Técnica, destacando que a equipe do Senac está à disposição para alinhar e encaminhar a parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão.

Também participaram da reunião, as servidoras do Senac, Daniela Nogueira, Maria de Jesus Pereira, Claudinete Souza e Angélica Vale. A servidora Joelma Nascimento e o servidor Luciano Vilar pelo Comitê de Diversidade.

TJMA vai exigir comprovante de vacinação contra covid em unidades judiciais

Publicado em 29 de setembro de 2021 às 9:50

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai passar a exigir, a partir do próximo mês, o comprovante da vacinação contra a Covid-19 a quem pretende ter acesso a sede do TJMA e unidades judiciais no Estado. Confira na Portaria abaixo.

Foto Reprodução: Portaria TJMA

Acesse [AQUI](#) a íntegra da Portaria GP nº. 6812021

TJ-MA PASSA EXIGIR COMPROVANTE DE VACINAÇÃO PARA INGRESSAR EM SEUS PRÉDIOS

Medida vai iniciar a partir da próxima segunda-feira, 4 de outubro

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo, baixou uma portaria nesta terça-feira (28), anunciando que a partir da próxima segunda-feira, 4 de outubro, só terá acesso aos prédios do poder judiciário maranhense quem comprovar a vacinação contra COVID-19.

De acordo com o documento vale para magistrados, defensores públicos, servidores, advogados, terceirizados e qualquer pessoa que quiser acessar as estruturas que envolvem o 2º grau da Justiça do Maranhão.

A portaria exigia no mínimo a primeira dose da vacinação, mas desde que o prazo da segunda dose não esteja vencido.

TJMA vai exigir vacina contra Covid-19 para acesso ao órgão

Quem não apresentar a carteira de vacinação contra a Covid-19, comprovando ao menos a primeira dose ou dose única, não poderá ter acesso ao prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e às unidades de segundo grau. A determinação partiu do desembargador Lourival Serejo e passa a valer a partir de quinta-feira (30).

A comprovação poderá ser feita por meio do comprovante da vacinação, documento físico ou eletrônico emitido por órgão sanitário competente. Os que não tomaram a vacina por questões de saúde, devem apresentar relatório médico que justifique a impossibilidade.

A medida foi tomada, após ocorrência de casos de Covid-19 entre servidores do Tribunal que não estavam imunizados. A situação causou suspensão das atividades presenciais.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na Sede do TJMA e unidades de Segundo Grau

A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Portaria, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

PASSO A PASSO PARA O COMPROVANTE ELETRÔNICO

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Acesse [AQUI](#) a íntegra da Portaria GP nº. 6812021

Carteira de vacinação passa a ser obrigatória para entrada na sede do TJMA e unidades judiciais

Posted on 29 de setembro de 2021 by Tâmara Silva

A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Portaria, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

Passo a passo para o comprovante eletrônico

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação

Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Acesse [AQUI](#) a íntegra da Portaria GP nº. 6812021

Presidente do TJMA recebe advogadas da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídico

setembro 29, 2021

Para a presidente Valéria Lauande, o presidente Lourival Serejo está sensível às reivindicações
foto/divulgação: Ribamar Pinheiro

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo recebeu, em seu gabinete, nesta terça-feira (28), a presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), Valéria Lauande e membros, para apresentar solicitações e reivindicações visando a melhoria da prática forense, que vem impactando na atividade profissional das associadas e dos jurisdicionados.

As advogadas apresentaram dez pleitos ao presidente do TJMA, com o intuito de trazer benefícios diretos à atividade judicial e extrajudicial do sistema de Justiça no Estado do Maranhão e favorecimentos à sociedade e à atividade jurisdicional.

Para a presidente Valéria Lauande, o presidente Lourival Serejo está sensível às reivindicações para promover uma prestação jurisdicional efetiva e tem trabalhado fortemente com a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ/MA), para atingir esse fim.

“Tivemos uma ótima receptividade. O desembargador Lourival Serejo demonstra entender os problemas para buscar soluções enquanto presidente. Isso tem sido fundamental porque sabemos que podemos vir aqui e fazer reivindicações que possam ter frutos positivos”, concluiu a presidente da ABMCJ.

Além da presidente Valéria Lauande, estiveram presentes as advogadas Patrícia Pestana Azevedo, Katia Penha, Rosângela Moreira, Valéria Cardoso e Pâmella de Oliveira.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na Sede do TJMA

A medida entra em vigor a partir desta quinta-feira (30).

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais. (Foto: Patrícia Araújo/Divulgação/Prefeitura de Imperatriz)

SÃO LUÍS - A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Resolução, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

Passo a passo para o comprovante eletrônico

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na Sede do TJMA e unidades de Segundo Grau

A medida entra em vigor a partir desta quinta-feira, 30

Apartir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Resolução, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

PASSO A PASSO PARA O COMPROVANTE ELETRÔNICO

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na sede do TJMA

A medida, que também serve para unidades de Segundo Grau, entra em vigor a partir desta quinta-feira, 30

São Luís - A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a Covid-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Resolução, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a Covid-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de Covid-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

SAIBA MAIS

PASSO A PASSO PARA O COMPROVANTE ELETRÔNICO

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Tribunal de Justiça do Maranhão vai exigir carteira de vacinação

É considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente. SÃO LUÍS - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) informou que, a partir desta quinta-feira (30), só poderão ter acesso à sede do TJ e às unidades de segundo grau quem apresentar a carteira de vacinação contra a Covid-19.

As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Portaria, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a Covid-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de Covid-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na Sede do TJMA

A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Portaria, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

PASSO A PASSO PARA O COMPROVANTE ELETRÔNICO

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na sede do Tribunal de Justiça e unidades de segundo Grau

por Aquiles Emir -29 de setembro de 2021042

Compartilhar no Facebook Tweet no Twitter

A medida entra em vigor a partir desta quinta-feira

A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Resolução, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

Passo a passo para o comprovante eletrônico:

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Presidente do TJMA recebe advogadas da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica

29/09/2021 01:01:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo recebeu, em seu gabinete, nesta terça-feira (28), a presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), Valéria Lauande e membros, para apresentar solicitações e reivindicações visando a melhoria da prática forense, que vem impactando na atividade profissional das associadas e dos jurisdicionados.

As advogadas apresentaram dez pleitos ao presidente do TJMA, com o intuito de trazer benefícios diretos à atividade judicial e extrajudicial do sistema de Justiça no Estado do Maranhão e favorecimentos à sociedade e à atividade jurisdicional.

Para a presidente Valéria Lauande, o presidente Lourival Serejo está sensível às reivindicações para promover uma prestação jurisdicional efetiva e tem trabalhado fortemente com a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ/MA), para atingir esse fim.

"Tivemos uma ótima receptividade. O desembargador Lourival Serejo demonstra entender os problemas para buscar soluções enquanto presidente. Isso tem sido fundamental porque sabemos que podemos vir aqui e fazer reivindicações que possam ter frutos positivos", concluiu a presidente da ABMCJ, Valéria Lauande.

Além da presidente Valéria Lauande, estiverem presentes as advogadas Patrícia Pestana Azevedo, Katia Penha, Rosângela Moreira, Valéria Cardoso e Pâmella de Oliveira.

Tribunal de Justiça do Maranhão passa exigir comprovante de vacinação para acesso aos prédios do poder judiciário

? Portal CN1 on 07:52

Prédio do TJMA / Foto: Divulgação

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo, baixou uma portaria nessa terça-feira (28), anunciando que a partir da próxima segunda-feira, 4 de outubro, só terá acesso aos prédios do poder judiciário maranhense quem comprovar a vacinação contra COVID-19.

De acordo com o documento vale para magistrados, defensores públicos, servidores, advogados, terceirizados e qualquer pessoa que quiser acessar as estruturas que envolvem o 2º grau da Justiça do Maranhão.

A portaria exigia no mínimo a primeira dose da vacinação, mas desde que o prazo da segunda dose não esteja vencido.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na Sede do TJMA

A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Portaria, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

PASSO A PASSO PARA O COMPROVANTE ELETRÔNICO

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

TJ-MA passa exigir comprovante de vacinação para ingressar em seus prédios

30 De Setembro De 2021 Dalvana Mendes

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo, baixou uma portaria na última terça-feira (28), anunciando que a partir da próxima segunda-feira, 4 de outubro, só terá acesso aos prédios do poder judiciário maranhense quem comprovar a vacinação contra COVID-19.

De acordo com o documento vale para magistrados, defensores públicos, servidores, advogados, terceirizados e qualquer pessoa que quiser acessar as estruturas que envolvem o 2º grau da Justiça do Maranhão.

A portaria exigia no mínimo a primeira dose da vacinação, mas desde que o prazo da segunda dose não esteja vencido.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na Sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades de Segundo Grau

A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância).

As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Resolução, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

PASSO A PASSO PARA O COMPROVANTE ELETRÔNICO

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na Sede do TJMA e unidades de Segundo Grau

A medida entra em vigor a partir desta quinta-feira, 30

A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Resolução, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

PASSO A PASSO PARA O COMPROVANTE ELETRÔNICO

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação

Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Carteira de vacinação será obrigatória para entrada na Sede do TJMA e unidades de Segundo Grau

Por Márcio Henrique • quarta-feira, 29 de setembro de 2021

A partir desta quinta-feira (30), será exigido o comprovante de vacinação contra a COVID-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Portaria, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a COVID-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de COVID-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS.

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona).

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Acesse [AQUI](#) a íntegra da Portaria GP nº. 6812021

Cururupu vai receber o projeto Município Amigo da Justiça

Com o objetivo de fortalecer a cidadania e auxiliar a população na resolução de demandas de Justiça, por meio de parceria institucional com o Executivo municipal, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), apresentará o Projeto Município Amigo da Justiça ao município de Cururupu, no dia 7 de outubro.

O programa confere o “Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça” para municípios que desenvolvem ações de garantias de direitos e orientação a cidadãos e cidadãs na resolução de conflitos com uso de meios adequados, por intermédio de ações já desenvolvidas por órgãos municipais, como ouvidorias, procuradorias e equipes de atenção social.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), juiz Alexandre Abreu aponta que “a autonomia dos municípios na escolha do modo de atuação para assegurar o acesso a uma ordem justa ao cidadão é um traço marcante nesse projeto”.

EXEMPLOS DE CIDADANIA

Uma das ações fruto do Projeto Município Amigo da Justiça é a proposta feita pelo município de Alto Alegre do Maranhão, para garantir o acesso de idosos à Justiça. Em Alto Alegre, jovens iniciarão um processo de formação para auxiliar idosos no acesso aos meios digitais de solução de demandas.

Em Itapecuru-Mirim, agentes comunitários de saúde vão contribuir na disseminação de informações e orientações das pessoas mais isoladas no conhecimento e formas de garantias de seus direitos.

SERVIÇO:

Município de Cururupu (MA)

Data: 07/10/2021

Horário: 16h.

Local: Câmara Municipal de Cururupu (MA), na Rua Getúlio Vargas, 48, Centro.

Projeto de Lei Complementar que torna Vila Nova dos Martírios termo de Água Branca na Justiça Estadual será votado próxima terça (5), na ALEMA

29 de setembro de 2021 omaranhense

Durante a sessão ordinária desta quarta-feira (29) foi aprovado o requerimento nº 355/2021, de autoria do Deputado Marco Aurélio, solicitando que seja discutido e votado em regime de urgência, em uma sessão extraordinária, o projeto de lei complementar nº 006/2021, de autoria do Poder Judiciário, que torna Vila Nova dos Martírios termo de Água Branca na Justiça Estadual.

O Projeto já tem parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão de Administração Pública, tornando o pleito viável para a votação, que ocorre na Ordem do Dia da ALEMA da próxima terça-feira (5). Para o Deputado Marco Aurélio, o projeto vai viabilizar melhorias e agilidades aos processos judiciais da cidade de Vila Nova dos Martírios que hoje tem Imperatriz como termo.

“Essa matéria tem um sentido especial, vinculado à nossa Região Tocantina. O Tribunal de Justiça tem conseguido dar passos importantes no sentido de melhorar o atendimento da região. Em Imperatriz, várias Varas foram criadas, em destaque para a 2ª Vara da Fazenda Pública, uma decisão muito importante do Tribunal de Justiça do Maranhão que traz celeridade, que consegue dar repostas muito importantes, de modo muito especial na área da saúde. Essa matéria que chega é um pleito antigo do Tribunal de Justiça porque Vila Nova dos Martírios, fica cerca de 110km de Imperatriz, de quem é termo, enquanto São Pedro da Água Branca, que fica cerca de 40 km de Vila Nova, poderia facilitar todo o trabalho dos servidores, mais ainda para a população. Como essa mudança, todos ganharão” reiterou o parlamentar.

Marco Aurélio finalizou sua fala em plenária parabenizando a iniciativa do Judiciário: “É um passo importante para dinamizar o judiciário. Quero aqui parabenizar o Tribunal de Justiça por essa importante matéria”.

Com a aprovação do requerimento de urgência do deputado Marco Aurélio, a matéria será votada em um único turno uma vez aprovada, agilizará o atendimento do Judiciário em Vila Nova dos Martírios.

Parceria entre o Senac MA e o Comitê da Diversidade do TJ garante cursos de qualificação para a comunidade LGBTQIA+

01/10/2021 00:00:00

O Senac se reuniu, na última sexta-feira, 24 de setembro, com o Comitê da Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) para fechar uma parceria, com o objetivo de viabilizar a disponibilização de vagas voltadas para o público LGBTQIA+ nos cursos do Senac.

A reunião contou com a presença do juiz e coordenador do Comitê de Diversidade, Dr. Marco Adriano Fonseca, do técnico judiciário e membro do comitê, Luciano Vilar, e da secretária do Comitê de Diversidade, Joelma Nascimento. Além deles, participaram o Diretor Regional do Senac, Ahirton Lopes, a diretora de Educação Profissional, Daniela Nogueira, a gerente do Núcleo de Unidade Móvel, Jesus Pereira, a coordenadora da Assessoria Pedagógica, Claudinete Souza, e a supervisora educacional, Angélica Vale.

A iniciativa partiu de uma demanda apresentada pela comunidade LGBTQIA+ em audiência pública com o Comitê da Diversidade do TJ, que revelou a necessidade da expansão do acesso ao mercado de trabalho para esse grupo. A partir daí, diante da atuação já consolidada do Senac, a parceria foi idealizada pelo grupo. Os cursos a serem disponibilizados são de todas as áreas de atuação do Senac, como Gestão, Comunicação, Informática, Beleza, Gastronomia, entre outras.

Dr. Marco Adriano Fonseca explica que durante a reunião, foram apresentados os cursos que a comunidade LGBTQIA+ identificou como necessidade, e a partir desse encontro será realizado o planejamento para iniciar a execução do projeto em 2022. Segundo o juiz, "o principal é fugir daquele estereótipo de que a comunidade LGBT atua exclusivamente na área de estética ou de beleza, mas sim, disponibilizar acesso a vagas também em outras atividades que o mercado de trabalho está necessitando".

De acordo com o técnico judiciário e membro do comitê, Luciano Vilar, a parceria com o Senac é um passo importante para contribuir com a inserção da população LGBTQIA+, sobretudo a comunidade trans, no mercado de trabalho formal. "É uma população muito estigmatizada, que é normalmente empurrada para o mercado informal ou para a prostituição, por falta de capacitação, evasão escolar ou por não se sentirem acolhidos nos ambientes de capacitação", ressaltou. "Essa parceria e abertura do Senac em receber esse público para capacitação, é de fundamental importância para a inserção dessas pessoas cada vez mais no mercado formal de trabalho, garantindo qualidade de vida e crescimento", destacou.

Informação: Senac - MA

Tribunal de Justiça realiza projeto Conciliação Itinerante no MA

Desta vez, a comarca contemplada será Bacuri e o evento será realizado em frente ao Fórum Dr. Sebastião Leopoldo Mesquita Campos (Rua da Alegria, 109, Centro), das 8h às 17h.

Por g1 MA — São Luís

01/10/2021 08h20 Atualizado há uma hora

Tribunal de Justiça do Maranhão — Foto: Divulgação/CNJ

Tribunal de Justiça do Maranhão — Foto: Divulgação/CNJ

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) irá promover a segunda edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante, no período de 4 a 8 de outubro. Desta vez, a comarca contemplada será Bacuri, a 520 km de São Luís. Em Bacuri, o evento será realizado em frente ao Fórum Dr. Sebastião Leopoldo Mesquita Campos (Rua da Alegria, 109, Centro), das 8h às 17h.

Durante o evento, cidadãos e cidadãs de Bacuri, Apicum-Açu e cidades vizinhas poderão resolver questões processuais (com ação judicial) selecionadas pela Vara e pré-processuais (sem ação judicial), de forma ágil, simples e pacífica, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

Na oportunidade, a população poderá resolver demandas processuais e pré-processuais, de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel, máscaras e o distanciamento social.

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel e outros, a depender de cada caso).

Plataforma

Durante o projeto, o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), juiz Alexandre Abreu, informa que o TJ também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

Carteira de vacinação é obrigatória para entrada no TJMA

Segundo a Portaria GP nº. 6812021, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico.

Exigência está determinada por meio da portaria assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Louviral Serejo. (Foto: Divulgação)

Por: Da Redação

01 de Outubro de 2021

Desde a última quinta-feira (30), está sendo exigido o comprovante de vacinação contra a Covid-19 para o ingresso de pessoas no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão e unidades judiciais e administrativas vinculadas ao Segundo Grau do Poder Judiciário do Maranhão (Segunda Instância). As unidades administrativas estão localizadas nos centros administrativos do Poder Judiciário do Maranhão, localizados na Rua do Egito e no bairro da Alemanha.

A exigência está determinada por meio da Portaria GP nº. 6812021, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Segundo a Portaria, é considerado comprovante de vacinação, documento físico ou eletrônico, emitido pela autoridade sanitária competente, que ateste, pelo menos, a aplicação da primeira dose, ou dose única, se for o caso, do imunizante.

O ingresso de pessoas com contraindicação da vacina contra a Covid-19 (que não podem tomar a vacina por questões de saúde) se dará mediante a apresentação de relatório médico justificando o impedimento à imunização.

O documento considera recente episódio de casos de Covid-19 em servidores e servidoras não imunizados no âmbito do Tribunal de Justiça, que ocasionou a suspensão das sessões plenárias presenciais.

Também destaca que a vacinação contribui para a preservação da saúde de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, agentes públicos, advogados, advogadas e usuários em geral dos serviços do Poder Judiciário.

Considerando, ainda, o significativo avanço da vacinação no Estado do Maranhão e do cumprimento do cronograma local de vacinação.

Passo a passo para o comprovante eletrônico

Primeiro, é necessário instalar o aplicativo “Conecte SUS” no smartphone, disponível para Android e IOS;

Na interface do aplicativo, o usuário clica no ícone “Vacinas”, em que é preciso criar ou acessar uma conta no site Gov.br (o aplicativo direciona);

Após se cadastrar e entrar com o login, que exige CPF e senha, aparecerá o ícone “Carteira de Vacinação Digital”, possibilitando o acesso em PDF da carteira para impressão.

Pinheiro e Cururupu recebem projeto Município Amigo da Justiça

Com o objetivo de fortalecer a cidadania e auxiliar a população na resolução de demandas de Justiça, por meio de parceria institucional com o Executivo municipal, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), apresentará o Projeto Município Amigo da Justiça nos municípios de Pinheiro e Cururupu, nos dias 5 e 7 de outubro, respectivamente.

O programa confere o "Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça" para municípios que desenvolvem ações de garantias de direitos e orientação a cidadãos e cidadãs na resolução de conflitos com uso de meios adequados, por intermédio de ações já desenvolvidas por órgãos municipais, como ouvidorias, procuradorias e equipes de atenção social.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), juiz Alexandre Abreu aponta que "a autonomia dos municípios na escolha do modo de atuação para assegurar o acesso a uma ordem justa ao cidadão é um traço marcante nesse projeto".

EXEMPLOS DE CIDADANIA

Uma das ações fruto do Projeto Município Amigo da Justiça é a proposta feita pelo município de Alto Alegre do Maranhão, para garantir o acesso de idosos à Justiça. Em Alto Alegre, jovens iniciarão um processo de formação para auxiliar idosos no acesso aos meios digitais de solução de demandas.

Em Itapecuru-Mirim, agentes comunitários de saúde vão contribuir na disseminação de informações e orientações das pessoas mais isoladas no conhecimento e formas de garantias de seus direitos.

SERVIÇO:

Município de Pinheiro (MA)

Data: 05/10/2021

Horário: 8h

Local: Auditório da Faculdade Supremo Redentor (FACSUR), na Rua Floriano Peixoto, 604, Centro.

Município de Cururupu (MA)

Data: 07/10/2021

Horário: 16h.

Local: Câmara Municipal de Cururupu (MA), na Rua Getúlio Vargas, 48, Centro.

Tribunal de Justiça realiza projeto Conciliação Itinerante no MA

1 de outubro de 2021 Pamela Melo

Desta vez, a comarca contemplada será Bacuri e o evento será realizado em frente ao Fórum Dr. Sebastião Leopoldo Mesquita Campos (Rua da Alegria, 109, Centro), das 8h às 17h.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) irá promover a segunda edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante, no período de 4 a 8 de outubro. Desta vez, a comarca contemplada será Bacuri, a 520 km de São Luís. Em Bacuri, o evento será realizado em frente ao Fórum Dr. Sebastião Leopoldo Mesquita Campos (Rua da Alegria, 109, Centro), das 8h às 17h.

Durante o evento, cidadãos e cidadãs de Bacuri, Apicum-Açu e cidades vizinhas poderão resolver questões processuais (com ação judicial) selecionadas pela Vara e pré-processuais (sem ação judicial), de forma ágil, simples e pacífica, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

Na oportunidade, a população poderá resolver demandas processuais e pré-processuais, de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel, máscaras e o distanciamento social.

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel e outros, a depender de cada caso).

Plataforma

Durante o projeto, o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), juiz Alexandre Abreu, informa que o TJ também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

TJMA promove café da manhã com música e doações para pessoas idosas

2 de outubro de 2021 omaranhense

Numa data que une o Dia Internacional do Idoso(a) e o Dia Internacional da Música, nada como desfrutar da primeira refeição do dia com uma trilha sonora e - ainda melhor - doações, numa confraternização com pessoas idosas. O Tribunal de Justiça do Maranhão promoveu um café da manhã com apresentação musical, nesta sexta-feira (1º), para entregar, a 22 idosos e idosas do Asilo de Mendicidade de São Luís, cerca de 180 itens arrecadados pela campanha Sou Solidário - Sou Sustentável, iniciativa do Comitê de Diversidade do TJMA e da Vara Especial do Idoso.

No café da manhã, na sede do Asilo, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que a função do Judiciário maranhense não deve apenas se restringir a processos e à execução de leis. Destacou a necessidade de se preocupar com pessoas, em todos os níveis, principalmente as vulneráveis, imbuído do espírito de fraternidade como um dever.

“Nós estamos cumprindo o que determina a nossa Constituição. É dever de todo cidadão ser solidário com o outro”, frisou Lourival Serejo.

A Campanha Sou Solidário - Sou Sustentável, uma iniciativa que visa assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade e que, nessa primeira ação, contempla os idosos e idosas que vivem em instituições de acolhimento, arrecadou 70 pacotes de fraldas geriátricas, além de gêneros alimentícios, itens de higiene pessoal, limpeza e livros.

MUITO BOM

Com camisa de estampa de surfe e tênis nos pés, Mário Pinheiro, 84 anos - há três no Asilo de Mendicidade - foi o primeiro beneficiado a chegar à festa - sem reclamar da idade. “Ser idoso é muito bom para mim”, resumiu seu Mário.

Entre respostas e gargalhadas, Maria Caires Corrêa, 85 anos de idade e quatro no Asilo, também não escondia a felicidade de estar entre as homenageadas e homenageados pela campanha Sou Solidário - Sou Sustentável. “Hoje está bom demais, estou gostando: café da manhã, música para a gente escutar”, comemorou dona Maria.

PRÓXIMA DOAÇÃO

Para viabilizar a campanha, o Comitê de Diversidade mobilizou um grupo de mulheres artesãs que produziram ecopads - discos de crochê 100% algodão, para limpeza e higiene da pele em substituição ao algodão - para serem trocados pelos itens doados. Com a participação dessas voluntárias, a primeira edição da campanha disponibilizou 150 kits de ecopad.

O juiz Marco Adriano Fonseca (coordenador do Comitê de Diversidade) elogiou a parceria do TJMA e de suas

unidades com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), Sindicato dos Servidores (Sindjus-MA) e a direção do Asilo de Mendicidade, instituição esta representada por Socorro Serra, Antonio Eusébio e Manoel Salgueiro Filho (presidente).

“É um projeto idealizado para ter continuidade, promovendo direitos humanos das pessoas idosas, essa conscientização, visibilizando as instituições que já executam ações voltadas a esse público específico”, explicou o juiz Marco Adriano Fonseca, antecipando que a próxima instituição a ser contemplada será o Abrigo São Vicente de Paula, no bairro João Paulo, em São Luís, além de manifestar o desejo de expandir a iniciativa para o interior do Maranhão.

A juíza Lorena Brandão (titular da Vara do Idoso) destacou que a iniciativa partiu da sensibilidade social do presidente Lourival Serejo, lembrando que o Maranhão é um dos poucos estados que têm uma vara específica para cuidar dos interesses dos idosos(as).

“O idoso tem que ser respeitado, tem que ser admirado, tem que ser, acima de tudo, valorizado, porque ele tem muito para oferecer para os mais jovens”, enfatizou Lorena Brandão.

O presidente do Asilo de Mendicidade, Manoel Salgueiro Filho, agradeceu ao TJMA pelo evento na instituição. “Isso é muito importante para eles, que se sentem muito felizes, importantes, ajuda em tudo”, revelou Manoel Salgueiro Filho, que entregou uma carta de agradecimento ao presidente do TJMA.

O vice-presidente do Sindjus-MA, Francisco Fagner Damasceno de Oliveira, considerou de uma importância sem precedentes a atuação do Tribunal de Justiça na atual gestão, por inovar e fazer história.

“Quando digo fazer história, não do ponto de vista de organizar um ato, aqui em referência aos idosos - sob iniciativa do nosso juiz Marco Adriano e Comitê da Diversidade -, mas fazendo história de aproximação com a sociedade, fazendo história de criação de comitês, envolvendo a diversidade, combate ao assédio moral”, elogiou Fagner Damasceno, lembrando ainda da atenção ao servidor, cujo dia de homenagem também ocorre no mês de outubro (dia 28).

O café da manhã no Asilo de Mendicidade teve apresentação de Lara Marttini (cantora, estudante de Música e de Psicologia) e do saxofonista Orisvaldo Siqueira (subtenente da Polícia Militar do Maranhão), que presta serviços ao TJMA.

Bacuri receberá projeto Conciliação Itinerante

2 de outubro de 2021 omaranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá promover a segunda edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante, no período de 4 a 8 de outubro. Desta vez, a comarca contemplada será Bacuri.

Durante o evento, cidadãos e cidadãs de Bacuri, Apicum-Açu e cidades vizinhas poderão resolver questões processuais (com ação judicial) selecionadas pela Vara e pré-processuais (sem ação judicial), de forma ágil, simples e pacífica, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA) - presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu - em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA).

O presidente do Nupemec do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, enfatiza a importância e o alcance social do projeto, com vistas à pacificação dos conflitos.

“A diversidade de atendimentos da Conciliação por itinerância é fruto do investimento do Poder Judiciário do Maranhão na garantia de máximo acesso à Justiça pelos jurisdicionados. Esse modelo de serviço tem ganhado maior reforço com as parcerias conquistadas pelo TJMA. Faremos um grande evento em benefício da população maranhense”, pontuou.

O coordenador do Nupemec do TJMA, juiz Alexandre Abreu, explica que as pessoas (partes) que possuem processos em andamento na comarca e desejaram fazer acordos, basta comparecerem ao local, mesmo sem agendamento, para dialogarem e resolverem a questão da melhor forma possível, por meio da conciliação.

“Queremos incentivar a cultura do diálogo, do acordo, da conciliação, da pacificação social. Durante o evento, serão possíveis audiências presenciais e híbridas, ou seja, com uma parte presente e a outra participando de videoconferência, com uso de um celular com câmara, de qualquer lugar do Brasil, até mesmo no exterior”, afirmou o juiz.

DEMANDAS

Na oportunidade, a população poderá resolver demandas processuais e pré-processuais, de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

PARCERIA

O projeto Conciliação Itinerante é promovido pelo Tribunal de Justiça em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA).

LOCAL DE ATENDIMENTO

Em Bacuri, o evento será realizado em frente ao Fórum Dr. Sebastião Leopoldo Mesquita Campos (Rua da Alegria, 109, Centro).

MEDIDAS PREVENTIVAS

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel, máscaras e o distanciamento social.

COMO PARTICIPAR

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel e outros, a depender de cada caso).

PLATAFORMA

Durante o projeto, o coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, informa que o TJMA também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

Juiz Marcelo Baldochi é aposentado compulsoriamente por direcionar distribuição de processos no TJMA

Pela tentativa de direcionar a distribuição dos processos, além de autorizar liberação de valores depositados em conta judicial vinculada a processo integrante do acervo processual de vara na qual não exercia jurisdição, o juiz Marcelo Testa Baldochi, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), foi punido com aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. A decisão foi tomada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a 60ª Sessão Extraordinária, realizada no início da semana. O ex-juiz já esteve envolvido em trabalho escravo e em decisões autoritárias, o que demonstrou a sua total incapacidade para continuar na magistratura.

O relatório do conselheiro Mário Guerreiro no Processo Administrativo Disciplinar n. 000692087.2018.2.00.0000 apontou diversas acusações contra o magistrado, acolhendo de forma parcial as denúncias. Na acusação de tentativa de direcionamento da distribuição dos processos de tutela, inventário e divórcio consensual, o relator considerou que o magistrado infringiu as regras da distribuição, “ensejando distorções no exercício das competências jurisdicionais e a escolha do julgador pelas partes”. O conselheiro destacou que, se a prática é praxe na comarca de Imperatriz (MA), a atitude não exime o erro do magistrado, mas, pelo contrário, se outros magistrados e magistradas também agem assim devem ser “objeto de apuração e julgamento na seara própria”, sendo a conduta “rechaçada e devidamente punida”.

O juiz também foi acusado de expedir alvará para liberação de valores depositados em conta judicial vinculada a processo de vara diversa, conduta que fere a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e o Código de Ética da Magistratura. Segundo o voto, “os atos praticados pelo requerido caracterizaram séria afronta aos princípios do juiz natural e do devido processo legal, além de ensejarem abalo à imagem e à credibilidade do Poder Judiciário, bem como à segurança jurídica”.

O relator lembrou que o magistrado maranhense já foi julgado pelo CNJ em outras faltas disciplinares, recebendo sanções administrativas de censura (PAD 2802-39.2016.2.00.0000) e de disponibilidade (PAD 2799-84.2016.2.00.0000). “Resulta evidenciado, desse modo, o desrespeito do requerido pelas regras de conduta exigidas da magistratura e por princípios caros ao Estado Democrático de Direito, avultando, por conseguinte, a sua efetiva incompatibilidade para o exercício da jurisdição de forma permanente”, destacou o relatório.

Quanto à prolação de decisões em processos de competência de varas diversas nos plantões judiciais – ocorridos em 2013 – em matérias que não comportavam determinações em sede de plantão, o relator declarou a prescrição da pretensão punitiva. Também absolveu o magistrado de acusação de atuação irregular em um processo de inventário que foi distribuído a ele na comarca de Imperatriz.